

Organização: Maria Manuel Baptista
Maria Joana Alves Pereira
Alexandre Rodolfo Alves de Almeida

Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos



Organização: Maria Manuel Baptista
Maria Joana Alves Pereira
Alexandre Rodolfo Alves de Almeida

Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos

FICHA TÉCNICA

Título

Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos

Organização

Maria Manuel Baptista

Maria Joana Alves Pereira

Alexandre Rodolfo Alves de Almeida

Assistência de Edição

Fernanda de Castro

Francisco Wellington de Sousa Barbosa Junior

Comissão Científica

Fernanda de Alencar Machado Albuquerque

Héder Ferreira Isayama

Larissa Latif Plácido Saré

Leila Maria Vieira Kim

Lélian Patrícia de Oliveira Silveira

Mirleide Chaar Bahia

Rosely Cubo

Silvia Cristina Franco Amaral

Silvia Sueli Santos da Silva

Silvio José de Lima Figueiredo

Simone Rechia

Capa

Grácio Editor

Edição, paginação e design gráfico

Grácio Editor

1ª edição: maio de 2019

ISBN: 978-989-54412-0-4

© Grácio Editor

Travessa da Vila União, 16, 7.º drt

3030-217 COIMBRA

Telef.: 239 084 370

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Esta obra foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/ELT/04188/2013.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
------------------	---

CAPÍTULO 1

EL OCIO COMO RESISTENCIA: SENTIDO DEL OCIO AL ENVEJECER ...	13
---	----

Manuel Cuenca Cabeza

CAPÍTULO 2

TURISMO CULTURAL E RESISTÊNCIA: UMA APLICAÇÃO A PARTIR DOS MÉDIA LOCATIVOS	41
---	----

Alexandre Rodolfo Alves de Almeida & Maria Manuel Baptista

CAPÍTULO 3

FRUIÇÃO ESTÉTICA, ARTES PERFORMATIVAS E ÓCIO	55
--	----

Jacinta Bola & Maria Joana Alves Pereira

CAPÍTULO 4

RESISTÊNCIAS COTIDIANAS DE IDOSOS DA PRAINHA DO CANTO VERDE-CEARÁ/BRASIL: UM ESTUDO DE ENFOQUE ETNOGRÁFICO ...	65
---	----

Francisco Welligton de Sousa Barbosa Junior,

Laís Duarte de Moraes & José Clerton de Oliveira Martins

CAPÍTULO 5

LAZER, FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO NAS PRAÇAS DE CURITIBA: ÓCIO E RESISTÊNCIA?	79
---	----

Felipe Sobczynski Gonçalves & Simone Rechia

CAPÍTULO 6

TRAJETÓRIA DE GESTORES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE	93
---	----

Hélder Ferreira Isayama, Marcília de Sousa Silva, André Henrique Capi,

Lucilene de Alencar das Dores & Rita Maria Peloso Grasso

CAPÍTULO 7

ANÁLISIS DE LAS ESTRATEGIAS DE CORTESÍA EN LAS PRACTICAS DE OCIO DESDE EL MANUAL DE URBANIDAD Y BUENAS MANERAS DE MANUEL ANTONIO CARREÑO	109
---	-----

Elena Paz Morales

CAPÍTULO 8

REPERTÓRIO DE LAZER NO HISTÓRICO FAMILIAR DE JOVENS PARNAIBANOS	121
--	-----

Shaiane Vargas da Silveira & Vinicius Boneli Vieira

CAPÍTULO 9

PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE TURISMO NO MARAJÓ-PARÁ-BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE TURISMO DO MARAJÓ (FOREMAR)	135
---	-----

Kassia Suelen da Silva Farias & Mirleide Chaar Bahia

CAPÍTULO 10

LAS VIVENCIAS EN EL TIEMPO LIBRE DE LOS TÉCNICOS DE ENFERMERÍA EN UN HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE-MG, BRASIL	151
--	-----

Marcos Gonçalves Maciel, Leandro Riveres & Marina de Freitas

CAPÍTULO 11

JUVENTUDE E RESISTÊNCIAS: USOS DO TEMPO LIVRE E FATORES DE PROTEÇÃO AO CONSUMO DE DROGAS	163
---	-----

Derick Tinôco, Liana Romera, Núria Codina & Ana Capellini Rigoni

INTRODUÇÃO

Longe de constituir um ‘nada fazer’, o ócio, nas suas infinitas declinações e possibilidades, pode constituir-se como práxis produtora de sujeitos cuja ação performativa na *polis* questiona saberes, discursos e práticas vigentes, mesmo quando disso não se tem consciência.

No atual mundo globalizado, as sociedades organizam o seu tempo livre, tornando-o um bem transacionável e de relevante valor económico. Apesar da diversidade dos contextos culturais e geográficos em que um certo modo de produção capitalista de consumo e produção global se instalou, por todo o lado se espera que sujeitos e comunidades se definam a partir do lugar que ocupam no mercado, quer nos seus tempos de trabalho, como produtores de bens e serviços, quer nos seus tempos livres, como consumidores desses ou de outros bens, especificamente criados para fornecer produtos de lazer e distração. Em suma, o que deveria ser um tempo dedicado ao ócio tornou-se mais uma oportunidade de negócio.

Com efeito, as relações de poder determinam saberes e discursos hegemónicos, que têm como fim docilizar os corpos para extrair deles o máximo das suas forças produtivas (Hall, 2016). Referimo-nos, por exemplo, à criação de marcos temporais socialmente instituídos, que procuram determinar quando o indivíduo é considerado um corpo produtivo, quando já não o é ou ainda não o é. Pensamos nos casos daqueles corpos cuja força de trabalho é desvalorizada pelo mercado ou usada e descartada ao sabor da flutuação das crises económicas dos mercados financeiros globais. Apesar disso, esses corpos, atravessados por discursos e saberes (Foucault, 2010a, 2010b, 2012) internalizados ao longo da vida, sustentam práticas de ócio que resistem e conferem sentido pessoal e político às suas vidas, e que podem ir desde as ações mais íntimas e consideradas mais ínfimas e sem importância, até às mais visíveis e socialmente impactantes.

A proposta desta publicação consiste precisamente em trazer ao debate científico e académico escolhas e modos de organização do tempo livre de sujeitos e comunidades que não se mobilizam primariamente em função do mercado capitalista globalizado (embora com ele possam ter relações) e que, sabendo-o ou não, vivem o seu tempo de ócio (e até talvez o seu tempo de trabalho) a partir de um outro lugar, promovendo outro tipo de valores e práticas que não as da geração de renda e lucro.

Neste livro estão reunidos 11 trabalhos apresentados ao XII Encontro Internacional OTIUM – Associação Ibero-americana de Estudos de Ócio e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais, sob a temática “Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos”, realizado em novembro de 2018, na Universidade de Aveiro, em Portugal. Este encontro teve por objetivo conhecer, estudar e valorizar práticas de ócio que se encontram frequentemente invisibilizadas por serem, em primeiro lugar, não-produtivas e, portanto, desvalorizadas pelo mercado. Aqui reunimos uma seleção do que foi refletido e discutido durante o congresso.

Esta publicação, reúne estudos de especialistas que se debruçam sobre o ócio, lazer e a cultura, abrindo com um texto de Manuel Cuenca Cabeza, “El Ocio como Resistencia: Sentido del Ocio al Envejecer”, no qual o autor, a partir de uma leitura semiótica do quadro “The Four Ages of Man” (1629), de Valentin de Boulogne, propõe uma reflexão sobre as etapas vitais e um olhar sobre a vida como processo de troca, evolução e brevidade. O autor defende a importância de pensar o ócio dos sujeitos idosos como estratégia de resistência à frustração, ao consumo sem sentido e às imposições sociais.

Na senda das estratégias de resistência apontadas por esta importante contribuição de Manuel Cuenca Cabeza, o texto “Turismo Cultural e Resistência: uma Aplicação a partir dos Média Locativos”, de Alexandre Rodolfo Alves de Almeida e Maria Manuel Baptista, apresenta reflexões inovadoras sobre o modo como as novas tecnologias da comunicação, em especial os media locativos, podem contribuir para a valorização das memórias concretas de sujeitos concretos, promovendo um diálogo entre a diversidade das memórias das comunidades e a história oficial. É nesta espécie de contraponto ou dissonância entre diálogos informais e memória oficial que os media locativos emergem como ferramentas de resistência a discursos pré-concebidos e hegemonicamente impostos.

Também o trabalho de Jacinta Bola e Maria Joana Alves Pereira intitulado “Fruição Estética, Artes Performativos e Ócio”, constitui um exercício teórico que ensaia uma compreensão outra da música como arte performativa e ociosa. Este estudo desenvolve uma perspectiva teórica e epistemológica dentro do campo dos Estudos Culturais, partindo de um paralelismo entre alguns conceitos de Deleuze e Guattari e a temática do ócio, em articulação com o conceito de *performance*.

Inserido ainda na perspectiva do estudo de atividades de ócio como resistência, no contexto cultural do século XXI, determinado pela acumulação do capital e a pressão dos mercados financeiros, a investigação de Francisco Welligton de Sousa Barbosa Junior, Laís Duarte de Moraes e José Clerton de Oliveira Martins, aborda as “Resistências Cotidianas de Idosos da Prainha do Canto Verde-Ceará/Brasil”. Usando a metodologia etnográfica, os autores procuram identificar práticas de microrresistência ao pensamento hegemônico, que representa negativamente o processo de envelhecimento e os indivíduos idosos.

Neste longo itinerário teórico sobre o ócio como possibilidade(s) de práticas de resistência surgem espaços concretos, que podem ser alvo de apropriação e usos diferenciados no contexto do ócio e do lazer, acolhendo discurso(s) do(s) corpo(s) como forma de resistência. Este é um exercício reflexivo proposto por Felipe Sobczynski Gonçalves e Simone Rechia no texto “Lazer, Formas de Uso e Apropriação nas Praças de Curitiba: Ócio e Resistência?” e que tem como foco central a análise dos modos de uso e apropriação de duas praças públicas localizadas no Bairro Uberaba, na periferia da cidade de Curitiba-Paraná, no Brasil. O estudo tenta compreender as formas distintas de apropriação do espaço público por parte de moradores de um mesmo bairro.

Se a vivência e a experiência num determinado lugar ou espaço de lazer podem ser consideradas práticas quotidianas muito peculiares ou singulares e suscitar certas *performances* de apropriação e usos da cidade, também as *performances* e experiências profissionais de quem trabalha com o lazer podem constituir objeto de estudo. O texto de Hélder Ferreira Isayama, Marcília de Sousa Silva, André Henrique Capi, Lucilene de Alencar das

Dores e Rita Maria Peloso Grasso, intitulado “Trajetória de Gestores do Programa de Esporte e Lazer da Cidade”, reflete precisamente sobre as experiências e trajetórias profissionais de um grupo de gestores do Programa de Desporto e Lazer da Cidade (PELC), da Secretaria Nacional do Desporto, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) brasileira.

Para além do modo como narram a sua própria história de vida, os indivíduos também se autorrepresentam a partir do lugar que ocupam no mercado e, neste sentido, a dissociação do ócio e do tempo de lazer no contexto do mercado capitalista é complexa e revela-se num processo que não está isento de consequências pessoais e sociais.

É ainda nesta direção que segue a investigação de Marcos Gonçalves Maciel, Leandro Riveres e Marina de Freitas, intitulada “Las Vivencias en el Tiempo Libre de Los Técnicos de Enfermería en un Hospital Público Municipal de Belo Horizonte-Minas Gerais, Brasil”, analisando vivências de tempo livre de técnicos de enfermagem num hospital municipal brasileiro. A investigação concluiu que o tempo livre dos entrevistados se relaciona, principalmente, com outras atividades caracterizadas como obrigações sociais, focalizadas na recuperação do desgaste provocado pelo trabalho intenso, onde não se prioriza o ócio como mecanismo e atividade que promove o desenvolvimento humano.

Além das trajetórias que (des)constróem o ser humano nas suas inúmeras *performances* culturais ao longo do tempo, quer no lazer, quer no seu mundo profissional, ou a apropriação de espaços que permeiam e atravessam o público e o privado nessas mesmas experiências e que moldam os sujeitos da cidade, o contexto cultural em que se inserem os indivíduos é, evidentemente, determinante para a compreensão do *modus operandi* e *cogitare* dos sujeitos, atravessados por discursos e relações de poder vigentes que docilizam os corpos e as mentes (Foucault, 2006; Gramsci, 1971). Nesta linha de raciocínio, *O Manual de Urbanismo e Boas Práticas* de Manuel Antonio Carreño é objeto de estudo de Elena Paz Morales, no texto “Análisis de las Estrategias de Cortesía en las Practicas de Ocio desde El Manual de Urbanidad y Buenas Maneras de Manuel Antonio Carreño”. A investigação analisa a forma como as práticas de ócio foram integradas nas estratégias do estado mexicano no que diz respeito às normas de conduta, bons modelos, hábitos e costumes, transformando este manual numa das ferramentas literárias com maior impacto na construção individual do cidadão mexicano moderno.

Estudar a memória e o testemunho de quem resiste através do ócio permite, tal como já fizemos referência, desconstruir e questionar a história e o discurso oficiais. Aliás, possibilita-nos conhecer e compreender estratégias de manipulação e controle dos corpos através da imposição de normas e modelos de referência. O testemunho constitui uma espécie de contra-discurso que, empoderado pela práxis, vem contribuir para a produção das próprias memórias dos sujeitos. É este trajeto que a investigação de Shaiane Vargas da Silveira e Vinicius Boneli Vieira, intitulada “Repertório de Lazer no Histórico Familiar de Jovens Parnaibanos” percorre. Este estudo analisou os hábitos de lazer da juventude parnaibana por meio de entrevistas a jovens entre os 14 e os 18 anos de idade, procurando conhecer a memória dos sujeitos e seus familiares, através de testemunhos das suas experiências de lazer.

Com efeito, o testemunho da memória, quer individual, quer coletiva, revela potencialidades participativas tanto na esfera colectiva como nos termos de uma articulação em rede. O artigo intitulado “Processos Participativos para o Estabelecimento de uma Rede

de Turismo no Marajó-Pará-Brasil: Uma Análise sobre a Atuação do Fórum Regional de Turismo do Marajó (Foremar)”, da autoria de Kassia Suelen da Silva Farias e Mirleide Chaar Bahia procura compreender como é que agentes e instituições se relacionam, articulam e agem em prol do turismo nesta região da Amazónia brasileira.

Ao encerrar este livro perguntamo-nos ainda: nos tempos modernos, resistir a quê? O estudo intitulado “Juventude e Resistências: Usos do Tempo Livre e Fatores de Proteção ao Consumo de Drogas”, da autoria de Derick Tinôco, Liana Romera, Núria Codina e Ana Capellini Rigoni procura refletir e apontar possíveis fatores de proteção e motivações para o não uso de drogas, lícitas ou ilícitas, pela juventude brasileira. Neste sentido, pretende-se delinear possíveis estratégias para o planeamento de ações de prevenção e redução de vulnerabilidades dos jovens em tempos de ócio.

Em suma, aquilo para que todos os textos presentes neste livro parecem apontar é que estar à margem do mercado e das suas lógicas pode, em certas circunstâncias, favorecer práticas contra-hegemónicas e mesmo fenómenos de resistência, ainda que em pequena escala, favorecendo o que pode ser designado como um ‘ócio débil’ (Baptista, 2016; Inchaurreaga, 2012), praticado por sujeitos e comunidades precárias, excluídos do atual mercado capitalista globalizado. Pensamos nas comunidades e nos sujeitos vítimas de todo o tipo de exclusão económica, social e cultural: desempregados, emigrantes e refugiados, jovens marginalizados, crianças vítimas de violência, sujeitos discriminados em função do género, da idade, da cor das suas peles, das suas limitações físicas ou psicológicas, da sua condição académica ou económica, das suas opções religiosas ou políticas, etc.

Enfim, referimo-nos aos tempos de ócio daquela parte da humanidade que é sistematicamente violentada e discriminada e que, por isso, vê as suas vidas determinadas a partir dos lugares de exclusão criados pelo mercado financeiro, pela economia capitalista e pela cultura globalizada. Vidas desterritorializadas (Deleuze e Guattari, 1980), que não cessam de se procurar reterritorializar a partir de lugares de invisibilidade e exclusão e que, do ponto de vista dos Estudos do Ócio e dos Estudos Culturais, longe de serem inúteis e irrelevantes, podem ser ociosamente produtivas, resistentes e até inspiradoras.

Referências Bibliográficas

- Baptista, M. M. (2016). Estudos de ócio e leisure studies – o atual debate filosófico, político e cultural. RBEL – Revista Brasileira de Estudos do Lazer — Dossiê Lazer e Cultura, v. 3, n. 1, jan./abr., 20-29. ISSN: 2358-1239. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/issue/view/303>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). Mille Plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2, Paris: Les Éditions de Minuit (coll. « Critique »)
- Foucault, M. (2010a). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 2ed. (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010b). Vigiar e punir. 38ed. (Trad. Ramalhe, R.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2012). Verdade e poder. In R. Machado (Org.). Microfísica do poder. 1ed. (Trad. Machado, R.). São Paulo: Paz e Terra. p.01-14.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Motta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Gramsci, Antonio. (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. ed. e trad. Quintin Hoare & Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers.

- Hall, S. (2016). *Cultural Studies 1983: a theoretical history*. J. D. Slack, & L. Grossberg (Ed.). Durham: Duke University Press.
- Inchaurreaga, Z. Z. (2012) Por un ocio posmoderno [no] violento. Interpretado desde la crisis y la hermenéutica de Gianni Vattimo. In: J. C. Amigo & J. D. Nebreda (eds.). *OcioGune 2012 – El Ocio Trans-formado[r]*. Resignificaciones y Tendencias del Ocio en Tiempos de Crisis. Bilbao: Universidade de Deusto, 2012.

1 | EL OCIO COMO RESISTENCIA: SENTIDO DEL OCIO AL ENVEJECER

Manuel Cuenca Cabeza¹

Esta reflexión se inició en la National Gallery de Londres, delante del cuadro del artista Valentin de Boulogne, titulado *The Four Ages of Man* (Las cuatro edades del hombre), pintado hacia el año 1629.



¹ Manuel Cuenca Cabeza es Catedrático Emérito de la Universidad de Deusto y la persona que introduce los Estudios de Ocio en la universidad española al fundar, en 1988, el Instituto de Estudios de Ocio de Deusto (Bilbao), del que fue director hasta septiembre de 2011. Es autor de 32 libros, y numerosos capítulos de libro y artículos de investigación sobre el tema del ocio. En su larga trayectoria profesional como docente, investigador y conferenciante, destaca haber sido el promotor de las redes de investigación Otium (Iberoamérica) y OcioGune (España), centradas en el estudio del ocio como factor de desarrollo humano.

Mi primer motivo de interés fue la propia belleza del cuadro, la maestría de su factura, la sintonía de sus colores y la utilización de la luz; pero pronto me interrogué sobre su contenido y el mensaje simbólico que el autor intenta transmitir, perfectamente condensado en el título: *Las cuatro edades del hombre*. Recordé que me encontraba ante un tema que tiene su expresión en el arte desde la antigüedad. En realidad el mensaje que me estaba comunicando Valentin de Boulogne iba mucho más allá del bello retrato de cuatro varones del siglo XVII para convertirse en una invitación a reflexionar sobre la vida humana, al plasmar en el lienzo aquello que no vemos en el día a día: La vida como proceso, cambio, evolución y brevedad.

Pero no quisiera apartarme del tema que quiero desarrollar y, por eso, voy a indicar el motivo por el cual el cuadro que acabo de presentar fue el inicio de esta reflexión. La razón no es nada complicada, me atrajo el hecho de que en el siglo XVII se estaba considerando a la vejez como la cuarta edad. Tras la infancia, la juventud y la madurez, en el centro del cuadro aparece la cuarta edad, la persona mayor, que diríamos hoy, o también, siguiendo con la terminología del momento, la persona de la tercera edad. Pronto volveré a comentar esta paradoja, pero vamos a seguir un poco más con el cuadro y con la representación de la vejez que nos trasmite el autor.

En esta segunda mirada nos fijamos en la simbología del cuadro, que complementa y enriquece lo que muestran los cuatro retratos y se manifiesta en los objetos que los acompañan: Al niño, una trampa para pájaros abierta y vacía, que se pudiera entender como un símbolo de esperanza y de libertad; el joven, con un laúd y plumas en el sombrero, nos recuerda el momento de la galantería y el deseo amoroso; el hombre maduro, con armadura, una corona de laurel y un plan de fortificaciones en la mano, quiere sugerir que estamos en el momento álgido de la vida, la época del vencedor o del perdedor, añadido yo; pero, sin duda, la época en la que se consigue la estabilidad y la mayor firmeza. Finalmente, al hombre de la cuarta edad, además de aparecer con la barba canosa y el rostro ajado, se le asocia a un conjunto de monedas, símbolo de la avaricia, y una delicada copa de cristal, que parece indicar la fragilidad de la vida.

En otro momento volveré al significado de los símbolos de este cuarto personaje, que es el que nos interesa en el tema que se trata aquí. Pero ahora vuelvo a la sorpresa que me causó el propio título del cuadro, *Las cuatro edades del hombre*, y al hecho de que se atribuya a la vejez la denominación de la cuarta edad, siendo así que en los últimos tiempos se ha hecho habitual hablar de la tercera edad para referirnos a ese mismo momento de la vida. La tercera edad, de la que se habla hoy a nivel mundial, se corresponde con el segmento de población que va de los 65 a los 100 años, un grupo de población ascendente en la medida que crece de día en día y, consiguientemente, cuya presencia e influencia aumenta en la misma proporción en nuestra sociedad.

Ocio y envejecimiento

La reflexión que sigue se refiere a esta tercera edad, o cuarta o ya veremos qué, y aborda un aspecto concreto que es bastante específico de este momento de la vida: La presencia de un cada vez mayor tiempo libre, que puede ser o no utilizado como ocio, y el sentido que este ocio debiera tener en esta última etapa de la vida.

Las etapas de la vida

No es ninguna novedad afirmar que las etapas de la vida, tal como ahora las entendemos, responden a una invención social progresiva que ha ido abriéndose un hueco entre la clásica triple división de la vida humana en infancia-adolescencia, madurez y vejez. Una división a la que se refiere Séneca en la carta a Lucilio número 12, donde habla de la etapas que aquí nos ocupan. Todavía al inicio del siglo XVI, 1500-1501, Giorgio Barbarelli da Castelfranco, más conocido como Giorgione, pintaba el mismo motivo de Valentin de Boulogne siguiendo este criterio. Su cuadro, similar en el mensaje de fondo, que se encuentra en la *Galleria palatina* de Florencia, se titula *Las tres edades del hombre* y las imágenes que aparecen responden precisamente a eso: Un adolescente, un hombre maduro y un viejo. Era lo habitual en aquel momento, de ahí mi sorpresa ante los cuatro personajes del cuadro de Boulogne antes comentado.

Independientemente de estas representaciones, el hecho es que, desde el siglo XIX, se han dado grandes avances en la precisión de las etapas de la vida humana. A ello ha contribuido tanto el progreso social como el avance en el conocimiento científico y, más adelante, el interés comercial que se desarrolla con la sociedad de consumo. La primera etapa de la vida que se redescubrió fue la infancia, que pronto dejó de ser un todo unitario para convertirse en un periodo en el que se diferenciaron con claridad cuatro (Piaget), cinco (Erikson) o seis etapas (Wallon). Luego vino el descubrimiento social de la juventud, que se separó de la adolescencia y de la persona madura. A estas y otras cuestiones más complejas alude Jaime Cuenca Amigo (2013) en su ensayo filosófico *Peter Pan disecado. Mutaciones políticas de la edad*. En este caso el autor analiza la adolescencia como etapa de la vida y se refiere al mito de la eterna juventud que nos acosa en el día a día de nuestra sociedad.

Los avances paulatinos, tanto en la Psicología como en la segmentación de mercados, nos están acostumbrando a una vida fragmentada en etapas que antes no se entendían, al menos socialmente. Es el caso de las ocho edades del desarrollo humano, que Erik Erikson dio a conocer por primera vez en 1950 y después fue perfeccionando a lo largo de su vida. Tanto Erikson como su esposa Joan pusieron especial énfasis en el desdoblamiento de la etapa de la infancia, la primera de la vida, dejando tal como estaba la etapa de la vejez que, para el autor, se inicia a partir de los sesenta años. Será después de su muerte cuando Joan (Erikson, 2012) agregó una novena etapa, esta vez dividiendo el periodo de la vejez y situando la nueva etapa entre los ochenta y los noventa años, momento en el que suele ser habitual la pérdida de salud física, amigos y familiares, junto a un cierto aislamiento de la sociedad.

En un sentido muy diferente podríamos hablar del *Indexmundi*, un portal con información compilada por el Banco Mundial, que contiene más de 1200 indicadores de todo el mundo con los que se pueden conocer datos de un crecido número de temas y subtemas disponibles. En este caso llama la atención que, en lo que se refiere a la distribución de la población por edades, se preste especial atención a las edades intermedias. Mientras la infancia y la vejez forman dos grupos diferenciados, 0-14 años (niños) y más de 65 años (personas de edad avanzada), la etapa de madurez de las personas se divide en tres periodos: 15-24 años (edad laboral temprana), 25-54 años (edad laboral máxima), 55-64 años (edad laboral madura). En este caso, como se puede observar, prima el tema de la productividad humana.

Estos ejemplos muestran, de modo explícito, que la vejez ha sido una época de la vida que interesó poco en el pasado siglo XX, donde apenas se investigó sobre ella y, aunque actualmente sea uno de los temas de mayor actualidad, aún queda mucho por dilucidar. De ahí que, aún hoy, podamos preguntarnos hasta qué punto existe un equilibrio entre las etapas vitales que se han ido abriendo en la primera y segunda partes de la vida y la falta de clarificación que todavía tenemos en la etapa que seguimos llamando tercera edad.

Lo cierto es que, en el momento actual, con el alargamiento de la vida hacia los 100 años, ha cambiado la situación. Como señalan Gratton y Scott (2017: 11): “La extensión de la vida está sucediendo ahora y nos afecta a todos. Esto no es trivial, habrá ganancias sustanciales en la esperanza de vida. Un niño nacido hoy en el mundo occidental tiene más de un 50% de posibilidades de vivir por encima de los 105 años, mientras que, en contraste, un niño nacido hace más de un siglo tenía menos de un 1% de vivir hasta de dicha edad”.

Una de las cuestiones que me planteaba ante el cuadro de Valentin de Boulogne era la que sigue: ¿Por qué hemos aceptado sin problema la ampliación de las etapas de la vida en sus primeras fases y nos cuesta tanto aceptar que una situación puede ser semejante en la fase final? Hay que reconocer, sin embargo, que este es un fenómeno reciente, que ha pasado mucho tiempo y han ocurrido muchos cambios desde que Simone de Beauvoir escribiese aquella frase lapidaria, que cualquier lector de su ensayo sobre la vejez nunca olvidará: “Para la sociedad, la vejez parece una especie de secreto vergonzoso del cual es indecente hablar” (Beauvoir, 1989: 8). La autora cuenta, al inicio de su ensayo, que justamente por eso escribe ese libro: para quebrar la conspiración del silencio a la que había condenado la sociedad de su tiempo a las personas de edad. Hay que tener en cuenta que, en aquellos momentos (1970 es la fecha de la primera edición), la proporción de viejos en Francia era del 12%, la más alta del mundo, ¿qué pensaría ahora si viese que el mismo país ronda el 20% y que hay otros países donde el porcentaje es aún mayor?

La proliferación del término tercera edad, ocurrida después de la aparición del libro de Beauvoir, ha venido a suavizar el abordaje de la vejez, pero eso no quiere decir que la situación esté totalmente clarificada. Prueba de ello son los prejuicios que aparecen cuando se habla del tema que voy a tratar aquí: El ocio en la vejez y su sentido.

Función del ocio en la vejez

Como primer acercamiento diré que el ocio sigue teniendo en la vejez las mismas funciones genéricas que tiene en cualquier momento de la vida. Desde un punto de vista científico, Joffre Dumazedier (1964) nos enseñó que las experiencias de ocio colaboran en el descanso, la diversión y el desarrollo de las personas, tanto física como mentalmente. Después se ha ido profundizando en este tema y, en mi libro *Ocio valioso* (Cuenca, 2014: 171-176), muestro aportaciones posteriores en las que se demuestra que el ocio tiene también una función social, al potenciar las relaciones interpersonales, además de otras funciones económicas, psicológicas o de innovación en las que no vamos a entrar ahora. Lo que sí quisiera precisar es que estas funciones son posibles en cualquier momento de la vida y, consiguientemente, también están presentes entre las personas mayores que experimentan el ocio, independientemente de su edad, estatus o lugar donde se encuentren.

También quisiera recordar brevemente que las experiencias de ocio, desde el punto de vista del desarrollo humano, pueden tener unos efectos de mejora, prevención, mitigación o mantenimiento de su salud. Consecuencias de carácter general que se pueden producir en cualquier edad o momento de la vida. Sin embargo, debo añadir ahora, adquieren una especial importancia y unas características específicas para las personas jubiladas, por las razones que paso a desarrollar seguidamente.

A nadie se le oculta que la edad de jubilación tiene unas peculiaridades que la diferencian de otras etapas de la vida. Robert Weiss, en su extenso estudio sobre los jubilados en USA (Weiss, 2005) nos recuerda que la vida de los jubilados se caracteriza por la desvinculación del trabajo, al menos en el sentido que se entendía en la etapa anterior. Frente a esta evidente pérdida, que hasta entonces ha servido, además de recurso económico, como medio de identidad y de relación, el autor encuentra en su investigación que los jubilados perciben recibir a cambio tres grandes dones: Tiempo libre, libertad y nuevas posibilidades. Evidentemente, podemos considerar que estos son dones en la medida que los aprovechamos para llevar a cabo el proyecto de vida que queremos, de lo contrario más que dones podríamos hablar de castigos. Eso lo sabemos desde hace tiempo por la investigación empírica (Opoaschowski, 1988). Según la OMS, el 12% de las personas diagnosticadas con depresión en el mundo tienen más de 65 años y, afirman los expertos, este hecho guarda relación con el cese de la actividad laboral y la sensación de inutilidad social.

En un contexto así, debemos volver a mirar hacia el ocio, no solo desde el punto de vista general que hemos referido antes, sino también desde otro más específico y concreto, como es el ocio de los jubilados. Esto conviene que sea así; por un lado porque la centralidad de la actividad vital que hasta entonces la había ocupado el trabajo, puede ser ahora sustituida por el ocio. También, porque se dan las circunstancias más propicias. Como recuerda Weiss, las personas jubiladas entran en un momento de la vida en el que disponen de los elementos esenciales para llevar a cabo un ocio de calidad: tiempo libre, libertad y posibilidad de enfrentarse a nuevos proyectos y nuevas realidades.

Aún así, no tenemos ninguna garantía de que todas esas condiciones y posibilidades se transformen directamente en experiencias gratificantes de ocio. El ocio forma parte de nuestras vivencias personales y no depende solo de las circunstancias en las que se desarrolla

sino, muy especialmente, de la persona, de su mundo de valores, de su formación, de su desarrollo como individuo. Por eso la jubilación, en cuanto momento de extraordinaria transición, es una etapa de la vida que nos demanda estar preparados. Si la aprovechamos bien, ciertamente puede ser un regalo; si no es así, será una maldición. Y esta es una cuestión importante porque no se refiere solo a unos pocos, al contrario, es algo que cada vez tiene una mayor incidencia en la población mundial.

Lo que entendemos por ocio

Centrado ya el tema del que hablamos, es importante que aclaremos lo que se entiende aquí por ocio y, posteriormente, cuáles serían las funciones específicas que le atribuimos en la llamada tercera edad, a la que nos venimos refiriendo desde el inicio de este escrito. Respecto a la primera cuestión, podemos decir que ocio es todo aquello que realizamos las personas de un modo libre y sin una finalidad utilitaria sino, fundamentalmente, porque disfrutamos con ello. Esta definición tan sencilla nos permite aclarar que las experiencias de ocio no se producen espontáneamente, sino que están ligadas a unas determinadas condiciones que deben darse en un tiempo concreto: libertad (en cualquiera de sus grados), gratuidad (en el sentido de no buscar un provecho de carácter utilitario) y motivación (hacer algo que me gusta, que me interesa especialmente). Esta última condición a nadie se le oculta que está relacionada con nuestro mundo de valores. Lo que nos gusta y atrae nuestro interés personal está asociado a lo que valoramos.

Ahora debo aclarar que el ocio que se defenderá aquí llevará añadido el adjetivo de valioso. Lo que significa que lo consideramos una experiencia diferente al mero entretenimiento o pasar el rato, aunque sea de un modo divertido. El ocio valioso se refiere a aquellas experiencias en las que la satisfacción es más importante que la diversión y la implicación importa más que el mero pasar el tiempo. El ocio valioso del que hablamos también se puede entender como un ámbito de resistencia en el que la persona mayor se encuentre a sí misma y encuentre nuevos sentidos de vida que motiven su desarrollo humano hasta el final de sus días. Y es que las experiencias de ocio valioso van más allá de la realización de unas actividades concretas (un viaje, leer un libro, jugar un partido...), para convertirse en vivencias complejas que se incardinan en el tiempo y adquieren su sentido personal en el diálogo de nuestro presente, con el pasado y el inmediato futuro.

Lo específico en el ocio de los jubilados

Partiendo del tipo de ocio que se acaba de exponer, considero que el ocio específico de los jubilados ha de plantear unas cuestiones que van más allá de las que nos podemos cuestionar en otros momentos de la vida. La razón, por una parte, estaría en la centralidad del ocio y del tiempo libre comentada antes; pero también habría que considerar la transición que se experimenta al acceder a este momento vital y a la necesidad de reaccionar con-

tra el deterioro personal que aparece, de un modo más contundente, en este último periodo de la existencia.

Una vida de cien años, como cada vez va a ser más posible, no puede comprenderse ni vivirse desde una sola etapa unitaria, como se ha venido entendiendo hasta aquí. Existen evidencias de que, poco a poco, van a ir emergiendo otros periodos de vida que respondan a la realidad actual. Así ha ocurrido con la primera y segunda etapas de la vida. En la vida de tres etapas había dos transiciones esenciales: de la educación al empleo y del empleo al retiro; pero si las tres etapas quedan atrás no puede extrañarnos que aparezcan nuevas transiciones.

Ante esta situación Gratton y Scott nos alertan de que necesitaremos realizar las “transiciones en nuestro propio beneficio. Ser flexibles, adquirir nuevos conocimientos, explorar nuevas formas de pensar, ver el mundo desde perspectivas diferentes, adaptarse a los cambios de poder, desvincularse de viejos colegas y crear nuevas redes. Éstas son las habilidades de transformación que procurarán un cambio profundo de perspectiva y de visión de futuro” (Gratton y Scott. 2017: 16). Todo lo cual requiere capacidades y preparación. De ahí que valga la pena preguntarse si somos conscientes de ello o si estamos preparados. Por el momento nos valdría con poder responder a la siguiente pregunta: ¿Cuál es el papel que debe ocupar el ocio en los cambios y transiciones que nos acompañarán en la última etapa de la vida?

Hay que considerar que el cambio que se produce tras la jubilación es de una envergadura muy diferente al que se verifica en etapas anteriores. Abandonado el trabajo y el contexto laboral es frecuente que lleguemos a preguntarnos dos cuestiones esenciales: ¿Quién soy yo ahora? ¿Cómo me gustaría vivir? La contestación a esas preguntas puede carecer de sentido si no se realiza desde el ejercicio de la libertad y se orienta hacia la búsqueda de la satisfacción, desde la motivación personal y la escala de valores de cada uno. Y es aquí, en este contexto y con las consideraciones que le acompañan, donde aparece el papel y la importante función de ocio valioso, tal como lo hemos entendido antes.

Responder adecuadamente a las preguntas antes formuladas, y poner los medios para hacer realidad las respuestas, no es una cuestión baladí. En una vida larga el impacto de los errores dura potencialmente más tiempo, aunque siempre se pueda volver a empezar. Lo cierto es que “desprovistos de roles y modelos tradicionales, y con toda una pléyade de posibles identidades, necesitaremos experimentar para encontrar lo que más nos encaje, para entender qué es lo que más valoramos y disfrutamos, y para ser grandes conocedores de todo lo que resuena en sintonía con nuestro carácter y personalidad. La experimentación no es solo para la gente joven-será algo necesario a todas las edades” (Gratton y Scott, 2017: 230).

Las palabras de Gratton y Scott nos alertan sobre una situación que todos los que estamos jubilados conocemos bien. Indican que para vivir la tercera etapa de la vida, con todos sus cambios y transiciones, carecemos de modelos de generaciones precedentes, por lo que necesitaremos abrir caminos nuevos. Aún así, conviene recordar que la falta de modelos se puede subsanar, aunque solo sea en parte, con el avance del conocimiento científico y redescubriendo las muchas reflexiones que nos ha legado la cultura humanística y la sabiduría clásica. Cicerón, en *De senectute* (2001), pone en boca de Catón que, en cierta medida, definimos nuestro destino a través de nuestra disciplina, del ejercicio, la dieta, las lecturas, las vivencias que tenemos y nuestra amistad. Esas enseñanzas, validadas reciente-

mente por la investigación empírica, nos enseñan que no somos meras víctimas del destino, sino que depende de nosotros, en gran parte, lo que somos y lo que queremos ser.

Por todo esto, el ocio de los jubilados no puede ser solo un ocio preocupado de la distracción y la diversión, sino que ha de ser también un ocio valioso centrado en el desarrollo personal y la lucha por la superación y la prevención, dos modos de amortiguar la decadencia. Dicho en consonancia con la terminología que he venido desarrollando en mis estudios anteriores, el ocio de las personas jubiladas debiera ser un Ocio Valioso Recreativo y un Ocio Valioso Re-creativo, las dos vertientes de una misma realidad. Un Ocio Valioso Recreativo en el sentido de aliviarnos de los sinsabores de la vida cotidiana, de hacer algo que nos proporcione satisfacción y nos de alegría. Un Ocio Valioso Re-creativo en cuanto efecto y acción de re-crear, dar vida, volver a crear algo, o como definiera el ocio el pedagogo Albert J.J.Kriekemans, “algo que nos restablezca la voluntad y el valor de vivir” (Kriekemans, 1973: 525). Considero, por tanto, que el diálogo y la presencia de estas dos vertientes del ocio valioso, la recreativa y la re-creativa, debiera ser, por las razones que iré exponiendo seguidamente, lo específico del ocio de los jubilados.

Vertientes del ocio valioso y resistencia

Dicho esto y antes de centrarnos en el desarrollo de algunos de los principales aspectos a considerar del Ocio Valioso Recreativo y el Ocio Valioso Re-creativo, interesa que proceda a aclarar el sentido de estos conceptos, dado que, para muchos lectores, pudieran generar confusiones con otros términos similares utilizados a obras anteriores. Soy consciente de que el concepto Ocio Valioso Recreativo hace referencia a Recreación, una palabra que se usa en muchos países de Latinoamérica con múltiples significados y no pocas veces ha tenido y sigue teniendo interferencias con la palabra ocio. De hecho Recreación es un término que apenas he utilizado hasta ahora, precisamente por su multiplicidad de sentidos y porque mi interés siempre fue el estudio del ocio humanista; un ocio que tiene su origen en la Grecia clásica y, con distintos matices y filtros, ha llegado hasta nuestros días. Por eso quisiera aclarar que Ocio Valioso Recreativo, en el sentido que se utiliza aquí, solo puede entenderse en el horizonte de búsqueda de lo satisfactorio, objetivo primordial, orientado a lo que hago, y como vertiente complementaria del Ocio Valioso Re-creativo, que se orienta hacia la superación de sí mismo. Ambos términos son para mí aspectos complementarios y diferenciados de las experiencias de ocio valioso. Dos caras de una misma realidad.

En el caso de Ocio Valioso Re-creativo la cuestión es distinta. Re-creación es un término que he utilizado frecuentemente como una de las vertientes del ocio creativo. Y es, desde mi punto de vista (Cuenca, 2018: 95 y ss.), un tipo de ocio asociado habitualmente a distintos modos de vivir la cultura desde la re-creación de las obras culturales y, más especialmente, de las obras de arte. En este texto el sentido que le doy al término es distinto y el concepto tiene un planteamiento general, puesto que se refiere a cualquier tipo de ocio valioso. Su rasgo específico, respecto al Ocio Valioso Recreativo, es que se orienta al cuidado de sí mismo, un concepto que se desarrollará más adelante. El Ocio Valioso Re-creativo se fundamenta en el mantenimiento de la voluntad y el valor de vivir, y para conseguir este

objetivo se necesita mantener lo que se tiene, prevenir lo que no se quiere y luchar contra las barreras y estereotipos que dificultan vivir una vida digna.

Es evidente, por tanto, que Ocio Valioso Recreativo y Ocio Valioso Re-creativo tienen aquí una significación y un alcance muy diferente a los conceptos con los que, en un primer momento, pensamos que podían tener interferencias. Como iremos viendo, los dos pueden servir como ámbitos de resistencia ante la realidad adversa, ya sea social o personal, y los dos permiten acceder a experiencias de ocio que se apartan de la mera diversión, centrándose en la realización de valores que sean fuente de satisfacción en sí mismos, además de medios de resistencia y desarrollo personal.

El concepto de resistencia

Algo semejante ocurre cuando uso el concepto de resistencia. El ocio actúa como ámbito de resistencia cuando se enfrenta a la degradación de sus elementos esenciales que, como hemos señalado reiteradamente, son: libertad, gratuidad y satisfacción. Sus antivalores, en la época que vivimos, se puede considerar que son: manipulación, utilitarismo y búsqueda del placer o la diversión como fines en sí mismos. La paradoja es que, lo que aquí llamamos antivalores del ocio, son referentes de valor para la sociedad de consumo o para los delirios del poder.

Podemos hablar del ocio como resistencia en dos sentidos diferentes, como "resistencia pasiva" y como "resistencia activa". En el primer caso me refiero a una de las funciones del ocio muy reconocida en nuestros días, la capacidad de evasión. El ocio nos separa de la realidad que nos circunda y nos hace vivir, mientras dura la experiencia, en mundos distintos al de nuestro quehacer cotidiano. Esto se entenderá muy bien cuando, más adelante, me refiera a las experiencias de Víktor Frankl. Esta función resulta ser, en muchas ocasiones, benefactora y terapéutica, especialmente cuando hablamos del ocio valioso; pero, por desgracia, el ocio que experimentamos no siempre es así. La evasión se asocia, en otras muchas ocasiones, a la pérdida de libertad. Tal es el caso de las adicciones.

David Le Breton, refiriéndose a la necesidad de evasión que experimentamos las personas ante la complejidad del mundo actual, llega a afirmar que la "desaparición de sí" se ha convertido en una tentación propia de la sociedad contemporánea (Le Breton, 2015). Él estudia la "blancura", inmersión en el vacío, como un desprendimiento de la identidad, un no-lugar en el que las constricciones impuestas por el medio desaparecen. La desaparición de sí mismo no se hace siempre desde la interioridad, a veces se convierte en una fuga real o una especie de fuga. Las distracciones, el ejercicio físico o el sueño son formas habituales de fuga que, en nuestros días, se complementan con dos prácticas muy generalizadas: los viajes y las vacaciones.

El alejamiento positivo de una realidad de la que necesitamos desconectar, para volver renovados, es lo que iremos viendo al analizar el Ocio Valioso Recreativo como "resistencia pasiva". En el Ocio Valioso Re-creativo la situación es distinta y aquí sí podemos hablar de una "resistencia activa". En este caso se exige tomar conciencia y decisiones posteriores que, esta vez sí, pueden exigir una lucha contra el poder imperante, los tópicos sociales y cultu-

rales o, lo que será todavía más difícil, la superación de las barreras personales que dificultan nuestra adaptación a los cambios que necesitamos asumir en nuestras vidas.

María Manuel Baptista (2016), comentando la diferenciación entre “ocio fuerte” y “ocio débil” que propone Zaloa Zabala Inchaurrea (2012), afirma que el Ocio Humanista, que orienta los trabajos del Instituto de Estudios de Ocio de la Universidad de Deusto, puede considerarse un modo de resistencia activa ante las demandas de la sociedad de consumo. La autora piensa que eso se debe a que, este modo de entender el ocio, da una importancia primordial al sujeto, su escala de valores y su formación, por encima de los utilitarismos y la comercialización en la que ha caído el ocio de la sociedad de consumo.

En esta línea de pensamiento podemos encontrar también a otros pensadores contemporáneos. Tal es el caso de Michael J. Sandel, que recordaremos en otro momento, o del antes mencionado David Le Breton. Este último autor considera que determinadas experiencias gratificantes, como ocurre con el caminar o estar en silencio, se convierten en formas de resistencia política cuando prescinden de cualquier tipo de apreciación relacionada con la utilidad (Le Breton, 2006 y 2017). Para Le Breton, cualquier experiencia de ocio con carácter autotélico, es decir, que promueva la gratuidad en el sentido que se ha comentado, como característica del ocio valioso, supone una resistencia contra el utilitarismo y, de algún modo, también contra el racionalismo, que es su principal benefactor.

Esta toma de conciencia y lucha contra el contexto negativo, o resistencia contra el sí mismo ante la necesidad de cambio y superación, la veremos al reflexionar sobre el Ocio Valioso Re-creativo como ámbito de sentido.

Hablemos del sentido

Después de precisar lo que se entiende aquí por resistencia en el ámbito del Ocio Valioso Recreativo y Re-creativo, damos un nuevo paso en nuestras reflexiones y relacionamos estos conceptos con el sentido de nuestras vidas. Antes de llegar ahí, considero importante aclarar de qué modo se aborda el término sentido y como plantemos su relación con el ocio.

Debo comenzar diciendo que, aunque no ha sido fácil plantear los conceptos anteriores desde un punto de vista general, me resulta más complicado pensar en el sentido de la vida en esos mismos términos. Por un lado, porque sentido es algo que va más allá del significado, al implicarse en el mundo de los valores personales. Por otro, porque cada persona es diferente y, como diría Viktor Frankl, “ningún hombre ni ningún destino pueden compararse a otro hombre o a otro destino. Ninguna situación se repite y cada una exige una respuesta distinta (...) Cada situación se diferencia por su unicidad y en todo momento no hay más que una única respuesta correcta al problema que la situación plantea (Frankl, 1991: 82). Lo que importa, continúa reflexionando el mismo autor, “no es el sentido de la vida en términos generales, sino el significado concreto de la vida de cada individuo en un momento dado” (Frankl, 1991: 110). El sentido de vida de cada persona.

Hago referencia intencionadamente a Viktor Frankl porque, cuando hablo de ocio, muchas veces se me acusa de mirar la vida desde situaciones privilegiadas y, en el caso de la vejez, de la que nos ocupamos aquí, muchos pensarán que no es el mejor momento de la

vida para hablar de ocio. En cualquier caso nunca será un momento peor que el que le tocó vivir a Frankl en los campos de concentración nazis, donde, en palabras de Gordon W. Allport, “lo único que resta es “la última de las libertades humanas”, la capacidad de “elegir la actitud personal ante un conjunto de circunstancias”” (Frankl, 1991: 8). Este tipo de libertad extrema, admitida desde los antiguos estoicos hasta los modernos existencialistas, adquiere una especial significación en el relato de Frankl, al que nos aludiremos después, porque si la experiencia extrema de este autor le permitió hablar de sentido del ocio ¿cómo no va a ser posible hacerlo en un periodo de la vida de personas que se caracteriza por la libertad y el tiempo libre?

Dicho lo anterior, quizá sea innecesario precisar que cuando hablo de ocio y sentido de la vida no me sitúo en el nivel de los mensajes de trascendentes propios de las creencias y la esfera religiosa. Ese es un ámbito al que profeso un gran respeto y queda en el plano de la fe. Me refiero a todas esas cosas pequeñas que nos motivan cada día, que nos mueven a la acción y nos infunden ganas de vivir. En el relato de Frankl, los prisioneros a los que se refiere eran personas normales y corrientes; pero algunos tomaron decisiones que testimoniaban la capacidad humana para elevarse por encima del destino que aparentemente los determinaba. En nuestro caso contaremos con testimonios y también con conocimientos científicos contrastados, ambos muestran cómo el ocio valioso colabora en la mejora de la vida de las personas mayores y le proporciona motivaciones que dan sentido y esperanza hasta el final.

Ocio Valioso Recreativo como ámbito de sentido

Junko Takahashi, en su obra *El método japonés para vivir 100 años* (2017), al estudiar las razones que han favorecido la superación de las diez décadas a un crecido número de japoneses, encuentra que una de ellas fue el cultivo de sus aficiones. Según afirma, es algo que les dio “un sentido para continuar sus vidas” a muchos centenarios. Esta constatación le lleva a afirmar que es muy importante que cada persona haga aquello que de verdad le guste y colme sus expectativas. Eso mismo es lo que yo pienso cuando investigo o constato el ocio de los jubilados. Por desgracia no todos los que se ocupan de estudiar esta etapa de la vida creen lo mismo. Quiero pensar que eso se debe a la falta de educación relacionada con el ocio y a la ignorancia de los conocimientos que se tienen sobre el tema. Los Estudios de Ocio no han alcanzado la difusión que debieran en esta sociedad del siglo XXI.

Los últimos estudios sobre valores realizados en la Unión Europea, que se recogen en el *Atlas of european values* (2008), dejan bien claro que ocio y tiempo libre son valores muy o bastante importantes en las vidas de los europeos. El 89% de los ciudadanos, en el caso de Portugal, y 91%, en el de España. A unas conclusiones parecidas hemos llegado en nuestro Instituto de Estudios de Ocio, tras varias investigaciones llevadas a cabo en ese centro de las que doy cuenta en mi libro *Ocio Valioso* (Cuenca, 2014). No voy a repetir lo que se dice allí; sin embargo, quisiera recordar a continuación algunos de los testimonios de las personas entrevistadas en esos estudios, donde se pueden ver distintas razones por las que consideraban que el ocio es importante para sus vidas:

“Es un tiempo muy importante de mi vida en el que voy a ser feliz. Adquiere mayor importancia con la edad ya que permite aumentar la autoestima y satisfacción personal” C.46.

“Muy importante porque nos relaja, saca nuestra alegría, nos comunicamos con nuestra familia, amigos, etc.” C.72.

“Muy importante porque la vida que llevamos en las sociedades industriales es muy estresante, está muy estratificada y va encaminada a la producción. No tiene nada de creativa y existe muy poco espacio de libertad. El ocio bien dirigido puede paliar estas carencias y realizarte” C.128.

“Muy importante, porque creo que cualquier persona necesita en su vida otras parcelas que no solo sean vida profesional. Tener inquietudes espirituales, culturales...” C.160.

“Muy importante porque, aunque tengo otros hobbies, pero con el que más disfruto es con andar e ir al monte” C.183 (Cuenca, 2016: 2016-217).

Ni las investigaciones a las que he aludido antes, ni los testimonios que acabo de recordar hablan de sentido, pero en todos los casos se refieren al ocio y el tiempo libre como un ámbito de valor muy importante. ¿Podríamos decir que aquello que nos interesa y nos importa no tiene ningún sentido para nosotros? El ocio valioso se asocia a lo que despierta tu interés y te invita a descubrir algo más allá. Haruki Murakami, en su libro *De qué hablo cuando hablo de correr*, afirma: “Para mí, correr, al tiempo que un ejercicio provechoso, ha sido también una metáfora útil. A la par que corría día a día, o a la vez que iba participando en carreras, iba subiendo el listón de los logros y, a base de irlo superando, el que subía era yo. (...) Ni que decir tiene que no soy un gran corredor. Mi nivel es extremadamente corriente (...). Pero eso no es en absoluto importante. Lo importante es ir superándose, aunque solo sea un poco, con respecto al día anterior. Porque si hay un contrincante al que debes vencer en una carrera de larga distancia, ése no es otro que el tú de ayer” (Murakami, 2010: 24).

El ocio valioso se reconoce porque no busca llenar tu tiempo sino realizarte, superarte y desarrollarte como persona. De ahí que me guste afirmar que ha de ser un ocio que nos acompañe hasta el final de nuestros días. Esto es posible porque el desarrollo humano es un todo continuo. No es solo cuestión de la infancia o la juventud, sino de cualquier periodo de nuestra vida. Nuestra capacidad de desarrollo termina el día que morimos; una afirmación que no puede resultar extraña para cualquier persona informada sobre los avances de la medicina y, especialmente, de la neurociencia.

No voy a desarrollar aquí aspectos que, quien lea este texto, puede encontrar en mi último libro, *Ocio valioso para un envejecimiento activo y satisfactorio* (Cuenca, 2018). Invito a la persona interesada en estos temas a ampliar allí estas ideas. Sin embargo, quisiera recordar aquí dos ideas que defiende en esa obra. Una, que el ocio valioso nos permite acceder a la realización de experiencias satisfactorias positivas, que son valiosas en sí mismas y para el desarrollo personal. Así se puede ver desde el conocimiento científico que nos aporta la

psicología positiva, donde se confirman conocimientos que nos habían proporcionado otras disciplinas, como la antropología, sociología o educación.

La segunda es que el ocio valioso tiene un potencial importante de mejora, porque nos separa de la realidad cotidiana en la que vivimos de un modo querido y voluntario. Un libro, una película, un paseo, una canción... favorecen un distanciamiento de nosotros mismos que resulta beneficioso a quien lo experimenta. La ruptura con la rutina y el distanciamiento de lo cotidiano hace que nos empapemos de vivencias motivadoras. Vivencias que permiten cambiar la mirada sobre lo que nos rodea o sobre lo que debemos hacer en otros ámbitos distintos a los del ocio. El entrenamiento y el aprendizaje, tan necesarios para el desarrollo de la plasticidad de la mente, se pueden traducir, leídos desde el ocio, en la necesidad de seguir profundizando en los entornos de vida y en nuestras propias aficiones en particular (Cuenca, 2018: 47-48)

El testimonio de Viktor Frankl

Ambas ideas nos permiten afirmar que el Ocio Valioso Recreativo puede ser un ámbito de sentido. Así se deduce del estudio de las múltiples prácticas concretas, que, como he afirmado otras ocasiones, son el ocio valioso lúdico, deportivo, creativo, cultural, ambiental-ecológico, festivo o solidario. Cualquier experiencia asociada a las tipologías de ocio mencionadas puede llegar a ser ocio valioso y, considerando los resultados del trabajo Junko Takahashi, aún más si se convierten en aficiones, algo que la autora constata como ámbitos de sentido en las últimas etapas de la vida.

Dicho esto, volvemos a la experiencia de Viktor Frankl, donde se muestra el testimonio de que las vivencias de ocio son posibles incluso en situaciones tan extremas como las que él vivió. Antes conviene recordar que la experiencia de ocio es, ante todo, una experiencia personal y subjetiva en la que inciden las circunstancias contextuales, pero que no depende de ellas sino de quien la experimenta. No es de extrañar, por tanto, que Frankl escriba que: “A pesar del primitivismo físico y mental imperantes a la fuerza, en la vida del campo de concentración aún era posible desarrollar una profunda vida espiritual. No cabe duda que las personas sensibles acostumbradas a una vida intelectual rica sufrieron muchísimo (su constitución era a menudo endeble), pero el daño causado a su ser íntimo fue menor: eran capaces de aislarse del terrible entorno retrotrayéndose a una vida de riqueza interior y libertad espiritual. Solo de esta forma puede uno explicarse la paradoja aparente de que algunos prisioneros, a menudo los menos fornidos, parecían soportar mejor la vida del campo que los de naturaleza más robusta” (Frankl, 1991: 44-45).

Frankl añade distintos testimonios concretos de experiencias gratificantes que dieron sentido a su vida en medio de aquel contexto de terror. Recordaré aquí los principales a los que alude y dejo a criterio de quien lee su posible conexión con el ocio valioso. Entre ellos destaca el esfuerzo por pensar, en cualquier momento, en las personas queridas, que, en su caso concreto, era su esposa: “Mi mente se aferraba a la imagen de mi mujer, a quien vislumbraba con extraña precisión (...), por primera vez en mi vida comprendí la verdad vertida en las canciones de tantos poetas y proclamada en la sabiduría definitiva de tantos

pensadores. La verdad de que el amor es la meta última y más alta a que puede aspirar el hombre”... “Comprendí cómo el hombre, desposeído de todo en este mundo, todavía puede conocer la felicidad —aunque sea solo momentáneamente— si contempla al ser querido” (Frankl, 1991: 44-45).

Ser felices pensando en las personas a las que se quiere, ¿quién ha dicho que pensar no sea una práctica de ocio? Nos hemos acostumbrado a ver que las experiencias de ocio se relacionan solamente con la actividad externa y ocurre exactamente lo contrario, la experiencia de ocio no se entiende sin la vivencia interior. Mi padre, que murió con 102 años, dedicaba una parte del día a pensar en cada uno de sus biznietos. Decía que eso le ilusionaba y lo proyectaba hacia el futuro, porque ya conocía como sería, más o menos, la vida de sus hijos y de sus nietos, pero los biznietos, a los que amaba con ternura, tenían ante sí un mundo desconocido. Él los recordaba cada día, los nombraba e imaginaba la vida de cada uno deseando que fuese venturosa. Nunca le oí decir que se aburría.

Evidentemente, su vida no fue tan dura como la que le tocó vivir a Viktor Frankl, pero aquí hablamos de vejez y de circunstancias adversas a las que Frankl resistió gracias a pequeñas burbujas de ocio que, cual balones de oxígeno limpio, reanimaban su vida interior y le permitieron seguir adelante. Y es que, además del amor, el neurólogo y psiquiatra austríaco, nos menciona otras experiencias a las que podemos llamar directamente ocio: La contemplación de la naturaleza, la música, las canciones, la poesía, el humor, la meditación y otras vivencias interiores, entre las que se encontraba la gratificante vivencia de la soledad.

No nos detenemos en ninguna de ellas; pero se pueden ver con todo detalle en el libro de Frankl. Hay que imaginarlas en el contexto de desolación que él las vivió: asomado a las ventanucas enrejadas de los vagones de tren, en los recesos del trabajo agotador o durante los días y las noches interminables de los barracones. No se puede hablar en este caso de experiencias óptimas porque, en otras circunstancias, se podrían considerar experiencias demasiado simples, incluso de baja calidad. Pero, como señala el mismo autor: “A medida que la vida interior de los prisioneros se hacía más intensa, sentíamos también la belleza del arte y la naturaleza como nunca hasta entonces. Bajo su influencia llegábamos a olvidarnos de nuestras terribles circunstancias” (Frankl, 1991: 47-48). El testimonio de Viktor Frankl desmiente cualquier tópico que se empeñe en confirmar que la vejez es una época de tristeza, en la que no se puede disfrutar del tiempo libre y el ocio.

Las enseñanzas de Catón

Lynda Gratton y Andrew Scott, en su libro *La vida de 100 años* (2018), alertan a las personas que se preocupan por su envejecimiento para que presten atención a lo que denominan sus “activos tangibles e intangibles”. Ellos consideran que es bastante habitual que, al envejecer, las personas nos preocupemos de los activos tangibles, relacionados con la renta y circunstancias exteriores, pero apenas prestemos atención a los otros:

Los activos intangibles juegan un papel fundamental en nuestras vidas. Para la mayoría de nosotros, aunque el dinero sea importante, no es un fin en sí mismo. Ganamos

dinero para permitirnos aquello que podemos comprar con él. Para casi todas las personas, una buena vida sería aquella con una familia unida, excelentes amigos, competencias profesionales y conocimientos expertos y buena salud física y mental. Todos ellos son activos intangibles y cuando se trata de construir una productiva y larga vida, no resulta llamativo que sean tan importantes como los activos financieros (Gratton y Scott, 2017: 77).

Aunque los activos intangibles no sean independientes de los tangibles, los autores no se cansan de repetir que, en la última etapa de la vida, cada vez más extensa y compleja, juegan un papel fundamental. Esta recomendación adquiere especial importancia en el libro de Michael Sandel, *Lo que el dinero no puede comprar: Los límites morales del mercado* (2013). En él reivindica el valor de aquello que valoramos y critica los peligros en la sociedad de mercado en la que vivimos:

La era del triunfalismo del mercado ha coincidido con un tiempo en que el discurso público ha quedado en gran parte vaciado de sustancia moral y espiritual. Nuestra única esperanza de mantener a los mercados en su sitio es reflexionar de forma abierta y pública sobre el significado de los bienes y las prácticas sociales que valoramos (Sandel, 2013: 207).

Sandel reflexiona sobre nuestra interminable capacidad para amar o de ser solidarios, aspectos ambos tan contradictorios con los planteamientos económicos, donde el valor se relaciona con la escasez y la demanda. El amor, afirma, no disminuye por la necesidad ni por el uso, al contrario. Lo mismo ocurre con la generosidad, la solidaridad, el altruismo y el civismo: “Son como músculos que se desarrollan y fortalecen con el ejercicio” (Sandel, 2013: 133). De ahí que el autor apueste por la práctica de estas virtudes para renovar nuestra vida pública. Nosotros pensamos también que estas prácticas son motivos de satisfacción, de ocio valioso y digno, que dignifican a las personas que envejecen y las empodera para resistir al poder económico que nos rodea como pensamiento hegemónico. También son una ayuda para la lucha contra dos grandes tópicos que se atribuyen a la vejez, el egocentrismo y la avaricia.

Estos planteamientos, novedosos y actuales, se incardinan en una larga tradición que nos viene de la cultura clásica. Estoy pensando, concretamente en Cicerón y en uno de sus últimos libros, *De Senectute*, un tratado que se ha traducido al español como *El arte de envejecer*. Su autor lo escribió a los sesenta y dos años, un año antes de que lo mataran, y en él muestra las enseñanzas de Catón el Viejo, un vigoroso anciano de 84 años que dialoga con dos jóvenes admiradores suyos. Los jóvenes se asombran de la intensa actividad desplegada por el octogenario y él les transmite razones para aceptar la vejez como una etapa más de la vida, rica en dones y placeres distintos de los que se gozan en otras edades.

Catón considera que la razón de que la vejez sea ingrata no está en ella misma, sino que es consecuencia de las costumbres; porque aquellos que han sido moderados y poco exigentes, que han tenido una vida virtuosa y “bien llevada” no debieran tener quejas, ni mayores penas en la etapa de la vejez. “Las armas defensivas de la vejez son las artes y la

puesta en práctica de las virtudes cultivadas a lo largo de la vida. Cuando has vivido mucho tiempo, se producen frutos maravillosos. La conciencia de haber vivido honradamente y el recuerdo de las muchas acciones buenas realizadas, resulta muy satisfactorio en el último momento de la vida (Cicerón III, 9)

Frente al enaltecimiento del vigor y la fuerza, propias de la juventud, Catón afirma que “las cosas grandes no se hacen con las fuerzas, la rapidez o la agilidad del cuerpo sino mediante el consejo, la autoridad y la opinión, cosas todas de las que la vejez, lejos de estar huérfana, es pródiga en abundancia” (Cicerón II, 4). La reflexión continúa reconociendo que, aunque es verdad que la memoria disminuye al envejecer, eso no siempre es así porque Sófocles, siendo anciano, convenció a los jueces declamando *Edipo en Colona*. Muchos ancianos también han sido capaces de renovarse y seguir aprendiendo hasta el final de sus días. Cicerón defiende que “la ancianidad es llevadera si se defiende a sí misma, si conserva su derecho, si no está sometida a nadie, si hasta su último momento el anciano es respetado entre los suyos” y añade: “Quien siga esta norma podrá ser anciano de cuerpo pero no de espíritu” (XI 38).

Dicho de otro modo, para Cicerón la lucha contra el envejecimiento es una tarea a largo plazo, asociada al resto de la vida y a las decisiones de las propias personas que envejecen. También al contexto y la práctica de actividades relacionadas con la mente, el conocimiento y la renovación continua. De ese modo se puede llegar a ser anciano de cuerpo pero no de espíritu. Cuando se lee con detenimiento el tratado sobre la vejez, se va descubriendo que los consejos generales, a los que hemos aludido, se concretan, más específicamente, en acciones que se pueden calificar de ocio valioso. Comentamos brevemente algunos de estos consejos.

El placer de estar con los amigos

Para Cicerón, la amistad es algo importante en la vida de las personas mayores. El filósofo habla de una amistad que se refiere a la relación entre personas de la misma generación, pero también a una amistad intergeneracional “¿Por qué resulta tan grato a los ancianos rodearse de jóvenes estudiosos?” (Cicerón IX, 28) El mismo planteamiento del tratado sobre la vejez se fundamenta en esa relación que se establece entre el viejo Catón y los jóvenes Escipión y Lelio. “Igual que los ancianos sabios disfrutan con los jóvenes mejor preparados y son venerados y queridos por la juventud, y la vejez se hace más llevadera, igualmente los jóvenes disfrutan de los consejos de los ancianos y se dejan guiar para adquirir experiencias” (Cicerón, VIII, 26).

Pensando en los goces de la amistad, Cicerón recuerda que sus antepasados cambiaron, muy acertadamente, la denominación de “simposio”, que significaba comida en común para los griegos, por “convivium”, término que pone el énfasis en la convivencia entre amigos. En el primer caso se destacaba el hecho del banquete y del comer juntos, en el *convivium* se enfatiza el motivo del encuentro que propicia la unión de las vidas, el banquete es lo que menos importa (Cicerón, XIII, 45). El placer de estar y de hablar con los amigos ¿no es acaso una experiencia de ocio valioso, de esas que dan sentido?

La labor intelectual

Catón sostiene que “para la ancianidad nada hay más placentero que la vida intelectual, si se siente una chispa de aliciente por el estudio y las normas”, y, con el fin de probar su afirmación, recuerda cómo Cayo Galo estudiaba cada día, desde bien temprano, la medición del cielo y de la tierra de tal modo que se le echaba encima la noche y le sorprendía escribiendo. “¡Cuánto disfrutaba anunciando los eclipses de sol y de la luna!” (Cicerón, XIV, 49) Lo más interesante es que pudo mantener esta actividad casi hasta el momento de su muerte.

El cultivo de la tierra

En el capítulo sobre los placeres, Cicerón pone en boca de Catón una larga exaltación de los placeres que brinda la agricultura, una de sus diversiones preferidas, que debió ser así en la realidad. El viejo sabio habla del cultivo de la vid y de su crecimiento, de vigilar lo sembrado, acumular los frutos de la tierra, de la paz bucólica del campo, del verdor de los prados, de las especies de árboles o de los olivos. Todo esto era para él placeres con los que disfrutaba enormemente y que no tienen nada que ver con la edad. “Y no solamente no impide la vejez para gozar de él, sino que llama y convida. ¿Pues en dónde pueden los de esta edad, ni con más conveniencia, o calentarse al sol, o a la lumbre, o también refrescarse más saludablemente a la sombra o con las aguas? (Cicerón XVI, 57).

Resulta sorprendente comprobar las semejanzas que vamos encontrando entre los consejos de Catón y las pequeñas burbujas de ocio que fueron dando sentido a la vida a Viktor Frankl. La necesidad de ser breve me impide desarrollar este aspecto. Sin embargo, no quisiera dejar de mencionar la invitación de Catón a jugar y aprender. En el caso del juego, se refiere a las tabas y los dados como placeres de los ancianos. Sobre la satisfacción de envejecer aprendiendo volveremos más adelante. Lo más llamativo, desde mi punto de vista, es que todo eso, que él considera importante, son opciones abiertas y prescindibles, porque “sin aquellos placeres también la vejez puede ser feliz” (Cicerón, XVI, 58).

Ocio Valioso Re-creativo como ámbito de sentido

Hasta aquí hemos hablado del ocio y su capacidad de resistencia a través de la búsqueda de la satisfacción. Es lo que al comienzo hemos llamado “resistencia pasiva”. La verdad es que no estamos acostumbrados a pensar en el ocio como acto de resistencia. Sin embargo, el ocio valioso que acabamos de comentar, no solo es motivo de satisfacción sino que, como hemos visto, también puede ser una acción interior capaz de dar sentido a vidas que no lo tienen. No es nada novedoso afirmar que, muchas veces, nos sumergimos en nuestras experiencias de ocio como en una especie de tabla de salvación que nos libera, aunque solo sea por un tiempo corto, de una vida rutinaria que nos atenaza o nos agota hasta decir basta.

Pero al inicio mencionamos también que el ocio puede ser un modo de “resistencia activa” y éste es el punto de vista que nos lleva a reflexionar sobre el Ocio Valioso como Re-creación. Como nos recuerdan Gratton y Scott, a medida que la gente viva más se necesi-

tará hacer más inversiones en activos intangibles y será más urgente que se produzca un cambio en la forma de vivir el ocio. “Más que consumir tiempo, esperamos que se gaste más tiempo en invertir en intangibles. En otras palabras, en la re-creación más que en la recreación”... “Dado que la re-creación es frecuentemente una aspiración individual, podemos esperar que se imponga una agenda más personalizada de ocio, compuesta de tiempo para la re-creación y para la recreación. Si en los últimos 100 años hemos visto el desarrollo de la industria del ocio, que privatizó el entretenimiento público en torno al consumo, podemos vislumbrar una creciente industria de ocio destinada a la mejora individual de las personas en la que el ocio sea una inversión” (Gratton y Scott, 2107: 198-199). Los autores no pueden estar más acertados, sus palabras expresan exactamente lo que pienso.

Gratton y Scott no pueden evitar la mirada economicista sobre el ocio, pero su planteamiento de fondo es una propuesta que coincide con nuestras reflexiones. En una vida de 100 años no podemos pensar la vejez como una etapa de la vida decadente y estable, sino como un periodo de la vida propicio para grandes cambios. Lo que ha sido hasta ahora tradicional no se sostiene, pero eso depende fundamentalmente de las personas afectadas, aunque también tengan su parte los responsables políticos y la sociedad. Tiempo libre y ocio, una realidad central en la vida de los jubilados, no puede orientarse exclusivamente hacia el horizonte del disfrute y la satisfacción. La Re-creación necesita un espacio mayor del que tuviera en anteriores etapas de la vida. El Ocio Valioso Re-creativo se orienta, como se ha dicho en los primeros epígrafes, al cuidado de sí mismo, pero también a prevenir lo que no se quiere ser y a luchar contra las barreras y estereotipos que dificultan el ejercicio de una vida digna.

En los siguientes apartados iremos viendo lo que entendemos por cada uno de estos aspectos, junto a las dificultades, recursos y referentes que pueden ayudar a vivir un Ocio Valioso Re-creativo con sentido.

El cuidado de sí mismo

Hace años que Joseph Leif iniciaba el prólogo de su libre *Tiempo libre y tiempo para uno mismo* (1992: 11) con estas palabras: “El tiempo libre y el tiempo para uno mismo han dejado de coincidir en la vida del hombre contemporáneo”. Para el autor, el tiempo para sí mismo no puede ser un tiempo en el que atendamos sin cesar los reclamos de las distintas organizaciones, ni las interminables ofertas de la sociedad de consumo. Tampoco ha de ser un tiempo para el aburrimiento, ni para la nada, sino un tiempo para nosotros mismos, un tiempo para disponer de él sin las restricciones impuestas desde el exterior.

El tiempo para uno mismo, afirma Leif, es un tiempo consagrado a uno mismo, a actividades motivadas, imaginadas y practicadas con placer y satisfacción; un tiempo en el que se conjugan, de una forma natural, nuestras potencialidades físicas, mentales, afectivas y todas aquellas que configuran la totalidad del ser humano. Aquellas que tienen su sede en las motivaciones, los deseos, la alegría o la necesidad de descanso. En este tiempo se pone de manifiesto el sentido existencial de cada persona y su verdadera originalidad. El tiempo para sí mismo es “también tiempo de *renovación de sí mismo* en contra de los automatismos

y de las costumbres que constituyen un obstáculo para la renovación (...), es el tiempo de experiencias interiores, de compromisos renovados y rupturas con valores que se quedaron antiguos” (Leif, 1992: 41-43). En definitiva, es un tiempo para la afirmación de la libertad y el cuidado de uno mismo.

El periodo que sigue a la jubilación es el mejor de los momentos para que el tiempo libre y el tiempo para uno mismo vuelvan a coincidir. Eso es posible, por un lado, por la mayor disponibilidad de tiempo y, más especialmente, porque necesitamos disponer de un tiempo para responder a las preguntas ¿quién soy yo? Y ¿hacia dónde me dirijo? Esa necesidad de Re-crearnos en las últimas etapas de la vida exige que el tiempo libre del que disponemos tenga un hueco para el cuidado de sí.

Epimeleia Heautou o cuidado de sí mismo es un concepto central en el pensamiento de Michel Foucault durante la última parte de su vida. Se refiere a la responsabilidad que tiene el individuo de constituirse como sujeto libre y soberano de su vida. Es un término que el filósofo francés rescata del pensamiento clásico griego, donde se desarrolla en los períodos antiguo y helenístico. El cuidado de sí es una tarea básica para los clásicos grecolatinos, una tarea que debe ocupar al individuo a lo largo y en cada una de las etapas de la vida. Foucault justifica la relevancia de la *epimeleia heautou* apoyándose en los diálogos platónicos, donde Sócrates insta a Alcibíades a ocuparse de sí mismo como condición para ocuparse de los otros. En el desarrollo del dialogo, Sócrates interpela: “¿Cuál, pues, es el arte, por el que tenemos cuidado de nosotros mismos?” A lo que Alcibíades responde: “No puedo decírtelo”. Al final Sócrates lo expresa de este modo: “Estamos convenidos ya en que no es ninguno por el que podemos mejorar las cosas que son nuestras, sino que es aquel por el que podemos hacernos nosotros mismos mejores.” (Platón, 1871:178).

A partir de estos y otros argumentos el Foucault considera que el “cuidado de sí” y el “conócete a ti mismo” del oráculo de Delfos son conceptos que se entrelazan y se atraen, aunque el segundo forme parte del primero. El filósofo encuentra en la *epimeleia heautou* (el cuidado de sí mismo) una manera determinada de estar en el mundo, realizar acciones y tener relaciones con el prójimo. También afirma que es una actitud y un modo de atender y mirar: “Preocuparse por sí mismo implica convertir la mirada [...] hay que trasladar la mirada, desde el exterior, los otros, el mundo, etcétera, hacia “uno mismo”” (Foucault, 2011:28-29). Pero el filósofo no se queda solo ahí, la *epimeleia heautou* también se refiere a las acciones que uno ejerce sobre sí mismo con el fin de mejorar, purificarse y transformarse. Como en la *askesis* estoica, estas acciones deben ir encaminadas a encontrar el equilibrio entre la preparación mental y la preparación física. De este modo se entiende la reivindicación de técnicas que tuvieron gran tradición en el pasado, como ocurre con la meditación, el examen de conciencia o la verificación de las representaciones a medida que se presentan en la mente.

El cuidado de sí mismo, del que nos habla Foucault, es un objetivo de cualquier edad, pero muy especialmente lo es en el momento en el que disponemos de mayor tiempo para llevarlo a cabo y somos más conscientes de la necesidad de cambiar, de adaptarse a una nueva etapa de la vida en la que debemos luchar contra el deterioro. Así nos lo sugieren los consejos de Cicerón:

Con el mismo ahínco que se lucha contra la enfermedad, se debe luchar contra la vejez. Se ha de cuidar la salud, se debe hacer ejercicio moderadamente, se debe tomar alimentos y beber cuanto se necesite para tomar fuerzas, pero no tanto como para quedar fatigados. Pues una cosa y otra han de ser remedio para el cuerpo, pero mucho más para la mente y el espíritu. Tanto una como el otro, mente y cuerpo, son como una lámpara, que si no se las alimenta, gota a gota, se extinguen con la vejez. Los cuerpos pierden agilidad con la fatiga del ejercicio, en cambio el espíritu se hace más sutil con el adiestramiento mental (Cicerón XI 36)

El cuidado de sí mismo que nos ocupa aquí no es ajeno al ocio, no solo por lo que se refiere a disponibilidad de tiempo sino porque las experiencias de ocio valioso también pueden asumir conscientemente esa función. Recuerdo aquí que, en mi último libro (Cuenca, 2018: 67-68) señalo que uno de los rasgos esenciales del ocio valioso es su capacidad para asociar la actividad física y mental. También que estas sean adecuadas a cada cual e interrelacionadas. Se sabe que las prácticas de ocio que implican actividad física moderada ayudan a retrasar el declive funcional y reducir el riesgo de enfermedades crónicas y que, sus consecuencias, redundan en la mejora la salud mental (Fernández-Ballesteros, 2011).

En sentido contrario, las actividades de ocio basadas en la actividad mental influyen físicamente, contribuyendo al buen humor, la satisfacción general o, incluso, al olvido del dolor (Carstensen, Mikels y Mather, 2006). El declive del rendimiento cognitivo tiene relación con la falta de práctica y la ausencia de motivación, aunque también inciden otros factores. El ocio auténtico proporciona ejercicio y motivación. Además, cuando las experiencias de ocio son compartidas, se promueve la integración y el desarrollo social (Fratiglioni, Paillard-Borg, y Winblad, 2004). El ocio tiene un potencial inagotable para prevenir enfermedades y desarrollar resistencias, porque puede promover un ejercicio físico y mental con sentido y con motivación intrínseca.

El cuidado de sí implica un conocimiento de sí mismo y de sus responsabilidades respecto a los demás. De ahí que no sea un cuidado egoísta sino todo lo contrario. El que cuida de sí sabe “exactamente cuáles son sus deberes como señor de la casa, como esposo o como padre será también capaz de mantener con su mujer y sus hijos la relación debida” (Foucault, en Fornet-Betancourt, 1984). Todo lo dicho indica que la Re-creación es un ámbito excelente para encontrar el adecuado equilibrio entre la reflexión y la acción, el cuidado de sí y la ayuda a los demás. Hemos de reivindicar tanto un envejecimiento activo como reflexivo. Siguiendo el criterio de los estoicos (Epicuro, Epicteto, Séneca, Marco Aurelio), nunca es tarde para ocuparse de sí y esto se puede lograr a través de meditación y ejercicio. La meditación (melete) nos prepara mentalmente para cualquier cosa que pueda suceder, el ejercicio para evitar o vivir situaciones desagradables y dominar eventuales desgracias.

Prevención y lucha contra lo indeseado

El texto de Cicerón que recordábamos en el apartado anterior hace referencia al cuidado de sí mismo, pero también a la prevención y a la lucha contra la vejez y la enfermedad.

Catón alude a la necesidad de ejercitar el cuerpo y el espíritu, pero también a comer y beber con moderación. Mente y cuerpo son “como una lámpara, que si no se las alimenta gota a gota, se extinguen con la vejez” (Cicerón XI, 36) Prevención y lucha, dos caras de una misma moneda y una propuesta que sigue teniendo actualidad en la sociedad de hoy. Los múltiples estudios que se vienen realizando sobre la “tercera edad” lo confirman. El ocio, en cuanto ámbito de re-creación de nosotros mismos, no está al margen de estas cuestiones.

Las prácticas de ocio son preventivas en la medida que colaboran en el mantenimiento de habilidades físicas, mentales y sociales, que inciden en nuestra autonomía y una mayor calidad de vida. Pero la prevención pasa a ser lucha y resistencia cuando tomamos conciencia de nuevos objetivos relacionados con logros que intentamos conseguir y tópicos en los que no queremos caer. El cambio de un estilo de ocio pasivo a otro activo, una cuestión difícil (Kunkel, 2001), es un indicador de superación que desmiente el tópico del inmovilismo y la falta de flexibilidad en la vejez. Otros tópicos, a los que se refiere Cicerón, inciden en la idea de que los ancianos son “negligentes, están angustiados, son iracundos y difíciles, incluso, si hurgamos, algunos son hasta avaros” (Cicerón, XVIII, 65).

Contra los tópicos

El mismo autor niega seguidamente esa afirmación, precisando que esos “son vicios del carácter, no de la vejez”... “todas estas cosas negativas se endulzan con un buen carácter y con el cultivo de la inteligencia” (Cicerón, XVIII 65). La simbología que aparece en el cuadro de Valentín de Boulogne, que hemos comentado en las primeras páginas del texto, tiene una parte de verdad, la fragilidad de la vida, y otra contra la que se puede luchar, la avaricia. Las experiencias de ocio nos aportan motivación, sentido y alegría, proporcionándonos dosis de resistencia para una vejez agradable, distanciada del tópico que defiende que los viejos son odiosos para los demás. Como afirma Cicerón, la vejez puede ser agradable u odiosa, depende de cada cual.

¿Quién ha dicho que la vejez no es tiempo de aprendizaje? Cicerón nos recuerda que Sócrates inició el estudio de la lira con esa edad, lo mismo que hizo Catón con la lengua griega. No podemos confirmarlo, pero lo que sí sabemos hoy es que esta es una posibilidad al alcance de cualquiera de nosotros, los estudios sobre plasticidad neuronal lo confirman (Fernández-Ballesteros, 2011). Una parte importante de la obra de Sófocles, Platón, Gorgias, Kant, Beltran Russell u otros muchos pensadores, literatos y artistas se ha hecho realidad cuando eran mayores ¿Quién ha dicho que la vejez no es tiempo de rendimiento intelectual?

El aprendizaje es una parte importante de la vida y nunca ha sido ajeno a las experiencias de ocio. El aprendizaje es ocio cuando nos motiva y tiene un interés para nosotros. Entonces no pensamos en su utilidad o en lo que nos puede aportar, sino que sentimos el gusto de aprender cuando aprendemos aquello que nos apasiona. Gratton y Scott afirman que lo que de verdad nos interesa tiene valor más allá de la renta que pueda generar y, aludiendo a Nelson Mandela, se hacen eco de una de sus frases famosas: “La educación es el arma más

poderosa que puedes usar para cambiar el mundo" (Gratton y Scott, 2017: 84-85). No hay educación sin aprendizaje y, ya hemos dicho, el aprendizaje no tiene edad.

En un estudio realizado en el Instituto de Estudios de Ocio sobre "La contribución del ocio al envejecimiento satisfactorio de las personas mayores en Bizkaia", encontramos testimonios de distintas personas que, en aquel momento, estaban siguiendo programas específicos para mayores en la universidad. Sus palabras expresan que, como decíamos antes, aprender puede ser una actividad de ocio con sentido:

"Para mi aprender, en este momento de mi vida, es una experiencia maravillosa", "a mí me hace sentirme viva", "me ha permitido descubrir mundos que desconocía y me están abriendo las puertas de un disfrute y una satisfacción que no esperaba", "para mí aprender es algo que me estimula mentalmente, me agiliza, me hace sentirme a gusto, siento que mis neuronas funcionan" (Cuenca, Monteagudo, Bayón, 2013)

El aprendizaje nos acerca al conocimiento y el conocimiento nos defiende de los tópicos, que en el caso del envejecimiento son muchos (Cuenca, 2018: 14-15)

La falta de modelos

El aprendizaje también nos empodera ante la pérdida de las tradiciones. Todo ello es algo muy necesario en una época en la que crece la esperanza de vida y los modelos tradicionales no sirven de referencia. Cuando ocurre algo así, afirma Viktor Frank, las tradiciones que habían servido de contrafuerte a la conducta se diluyen a pasos agigantados y nos conducen a no saber qué hacer y, aún más, a no saber ni siquiera lo que nos gustaría hacer. Son situaciones en las que emerge el aburrimiento, y, en ocasiones, los deseos de hacer lo que otras personas hacen (conformismo) o hacer lo que otras personas quieren que hagamos (totalitarismo) (Frank, 1991: 108).

El conocimiento y el cuidado de sí mismo como re-creación nos alejan de estas situaciones y nos alertan sobre una lucha necesaria en la última etapa de la vida. Martha Nussbaum llama la atención sobre este punto: "La vejez nos arriesga a llevarnos a una segunda infancia, en la que las interactivas demandas del ego y las inmediatas necesidades corporales se interponen en el camino de los buenos hábitos adquiridos, desconectándonos de un mundo de valores más amplios. Todos tenemos que ser conscientes de este riesgo moral a fin de luchar contra él, preferiblemente con elegancia, humor y humildad" (Nussbaum: 2018: 312)

El aburrimiento

Otro de los riesgos que también se deben combatir desde el ocio es el aburrimiento. Viktor Frank hace ver su trascendencia a partir del ejemplo de lo que él llama la "neurosis del domingo", "esa especie de depresión que aflige a las personas conscientes de la falta de contenido de sus vidas cuando el trájín de la semana se acaba y ante ellos se pone de mani-

fiesto su vacío interno”. Para el autor no es comprensible que en esos momentos existan tantos casos de alcoholismo, delincuencia juvenil o suicidios “a menos que reconozcamos la existencia del vacío existencial que les sirve de sustento” (Frank, 1991:108-9). El vacío existencial consiste en la pérdida del sentimiento de que la vida es significativa, Frankl considera que se manifiesta en el estado de tedio y en el aburrimiento. Estos síntomas, que pueden aparecer en cualquier momento de la vida, son frecuentes en el caso de los jubilados y de las personas de edad.

Simone de Beauvoir, en su ensayo sobre la vejez (1970), afirma que el aburrimiento es el terrible flagelo de los jubilados. Privados del dominio sobre el mundo al abandonar su trabajo, la autora considera que son presa del tedio, aunque conserven salud y lucidez. Desde su punto de vista, la razón hay que buscarla en que estas personas vivieron un tiempo libre alienado durante la etapa productiva de la vida. Le ocurre al obrero manual, precisa la autora, “no consigue siquiera matar el tiempo. Su ociosidad triste conduce a una apatía que compromete lo que le queda de equilibrio físico y moral”. “Si el jubilado se desespera por la falta de sentido de su vida presente es porque el sentido de su vida le ha sido escamoteado todo el tiempo (...) no le ha sido dado comprometerse en proyectos que hubieran poblado el mundo de objetos, de finalidades, de razones de ser” (Beauvoir, 1989: 640).

No comparto el pesimismo de Beauvoir ni su determinismo, porque pienso que mientras vivamos siempre es posible hacer algo por remediar cualquier situación. Sin embargo, estoy de acuerdo con la afirmación de que un tiempo libre con sentido, y consiguientemente sin aburrimiento, es una clave esencial para resolver el problema. Por eso me hago eco de sus palabras cuando afirma que “en el futuro que nos aguarda está en cuestión el sentido de nuestra vida; no sabemos quiénes somos si ignoramos lo que seremos: reconozcámonos en ese viejo, en esa vieja. Así tiene que ser si queremos asumir en su totalidad nuestra condición humana” (Beauvoir, 1989: 12). En la re-creación de nuestras vidas, que deberemos llevar a cabo en la tercera edad, el ocio valioso es una pieza importante que debemos cuidar y para el que debemos prepararnos.

La importancia del pasado

Recordando el estudio de Robert Weiss, señalábamos en las primeras páginas que los jubilados se encuentran al comienzo de su nueva etapa con los dones del tiempo libre, la libertad y nuevas posibilidades. Es el momento precisar que hay algo más que se le escapa al autor: el pasado. Independientemente del balance positivo o negativo que podamos hacer de él, el pasado es algo personal, valioso y exclusivo de cada uno de nosotros. El pasado es un don que tiene la persona mayor, aunque siempre pueda ser discutible si es un don o un castigo. Es frecuente que los ancianos vivan más en el recuerdo del pasado que en la mirada esperanzada del futuro. Aristóteles decía que ellos hablan constantemente del pasado porque les agrada recordarlo. (Aristóteles, Retórica II, 12). Esa mirada retrospectiva no siempre es positiva, en la medida que también se reviven emociones de remordimiento, culpa, alegría o ira. Puede ocurrir lo contrario, que nos despierten vivencias tan placenteras que nos hagan

olvidar un presente doloroso. Epicuro, en su lecho de muerte, afirmaba que el recuerdo de la conversación con los amigos le bastaba para olvidar la enfermedad que le atenazaba.

Las sociedades modernas, especialmente a partir del psicoanálisis, han reforzado la idea de que el pasado es muy importante para el presente y el futuro del yo, para el autococonocimiento. Aún así, hay personas mayores que prefieren olvidarse del pasado y vivir exclusivamente el presente. En realidad, advierte Nussbaum, (Nussbaum y Levmore, 2018: 179) “las emociones ancladas en el pasado pueden resultar equívocas de muchas maneras”. Nos pueden inducir a interpretar los hechos de forma errónea, creyendo que sucedieron cuando no fue así, o nos pueden llevar a ignorar acontecimientos notables que si ocurrieron. Todo ello conduciría a tergiversar la realidad y los valores que la sustentan.

Aún así, Martha Nussbaum considera que pensar en las emociones retrospectivas puede tener muchos aspectos beneficiosos: “Me dicen quién soy, qué es lo que he hecho, con qué estoy comprometido, y plantean una cuestión: ¿mantengo esa posición o no? Esto podría ser útil para cambiarnos a nosotros mismos... y puede jugar un papel valioso a la hora de expresar y aclarar quienes somos... aunque aún necesitamos una investigación más profunda sobre los errores y perjuicios de vivir en el pasado” (Nussbaum y Levmore, 2018:182). Si es un error convertir el presente y el futuro en pasado, existe un error igual y opuesto si se descarta el pasado en favor de un (empobrecido) presente y futuro. Para la autora, la vida presentista es el tipo de vida que imaginamos que viven muchos animales, pero las vidas humanas tienen posibilidades más ricas y, entre ellas está la posibilidad de cambiarse a sí mismo (Nussbaum y Levmore, 2018: 191).

Martha Nussbaum, considera que muchas personas mayores pueden dar sentido a su vida construyendo “un relato a partir de los materiales dispersos de la propia vida”...“Cultivada en un cierto sentido, la retrospección no solo descubre o afirma el sentido, también es una forma de construirlo”. (Nussbaum y Levmore, 2018: 191). La autora considera que la retrospección nos permite afrontar el pasado, pero también seleccionarlo, darle forma, “crear una obra de arte donde previamente solo había azar”. Y continua: “Si seguimos este camino descubriremos un doble beneficio en las emociones dirigidas hacia el pasado: forman parte del movimiento en el que nos enfrentamos a quiénes somos, pero también, en el proceso, desempeñan un papel al relatar la propia historia vital, mientras nos esforzamos, ahondando en nuestro pasado, por darle la forma de una obra de arte literaria”(Nussbaum y Levmore, 2018: 191).

La idea de la vida como obra de arte, que está presente en el pensamiento clásico y reaparece posteriormente en la Ilustración como *Bildung*, cultivo de sí mismo y proceso de la maduración personal, puede ser, en nuestro caso, un mensaje de esperanza que oriente las vivencias de la última etapa de la vida. Ese es el momento donde se cierra el círculo y se puede comprender mejor el sentido de nuestra vida concreta. Así parece desprenderse del pensamiento de Foucault y su propuesta de la vida como obra de arte.

La vida como obra de arte

Foucault nos recuerda que el sujeto no nos es dado “tenemos que crearnos a nosotros mismos como una obra de arte” (Dreyfus and Rabinow, 1983: 237). Para el autor, el sujeto

se constituye a través de su propia conducta, cuando modela su vida de acuerdo a criterios de soberanía (dominio de sí), belleza y verdad. Preguntarse por la constitución del individuo como sujeto de sus acciones supone aceptar la variabilidad y la diversidad, pensar en la ética como creación de y desde la libertad y en el sujeto como "obra propia", como si fuera una obra de arte. De acuerdo con estos planteamientos, la re-creación de nosotros mismos, a la que nos invita la última etapa de la vida, debería construirse a partir de la libertad, condición esencial para que exista el ocio, y orientarse hacia lo satisfactorio, asociado a la belleza, el dominio de sí y el conocimiento como búsqueda de la verdad.

Para Foucault, lo que sorprende "es que en nuestra sociedad el arte tan solo tiene relación con los objetos y no con los individuos o con la vida, y también que el arte sea un dominio especializado, el dominio de ciertos expertos que son los artistas. Pero ¿no podría la vida de todo individuo ser una obra de arte? ¿Por qué un cuadro o una casa son objetos de arte pero no nuestra propia vida?" (Dreyfus and Rabinow, 1983: 236) El arte, entendido como conjunto abierto y variable de técnicas de construcción y creación, traspasa el mundo de los objetos y se hace vida cuando la persona gestiona su propia libertad y utiliza esas mismas técnicas artísticas en la re-creación de sí mismo.

Patxi Lanceros, gran conocedor a la obra de Foucault, afirma que "asumir radicalmente el principio rector de la modernidad significa, desde esta perspectiva, poner las condiciones para que el sujeto sea artista o artífice de su propio *ethos*" (Lanceros, 1996: 218). Lo que, en el caso de Foucault, afecta al estilo de vida de cada individuo y las relaciones que mantiene consigo mismo y con los otros. Para la realización de este estilo de vida personal, el autor acude en la ayuda de lo que él denomina tecnologías o prácticas del yo. Las tecnologías del yo son para Foucault "las reflexiones, medios e instrumentos a través de los cuales el sujeto se hace cargo de su propia conducta, configurándose así como sujeto moral" (Lanceros, 1996:194)

Hernández Sánchez y Toro Jaramillo (2017: 35), al estudiar la diferencia que hace Foucault entre cuidado de sí y conocimiento de sí, analizan las tecnologías del yo que, según el autor, se ejercieron inicialmente como prácticas paganas y luego cristianas, durante los primeros tiempos del cristianismo (Foucault, 2010a y 2010b). Estas prácticas permiten que llevemos a cabo, de modo autónomo o con la ayuda de otros, una serie de operaciones que tienen una incidencia en nuestro cuerpo, mente, alma, pensamientos, conducta y cualquier forma de ser. El resultado es la transformación de sí mismos con el fin de mejorar nuestro estado de felicidad, pureza, sabiduría etc. (2010b:50).

Hernández Sánchez y Toro Jaramillo consideran que, con la aplicación de las tecnologías del yo, Foucault nos quiere hacer ver "cómo las personas intervienen sobre sí mismas de forma consciente en la construcción de su propia subjetividad, es decir, cómo se logra, a partir de una elección libre, hacer resistencia sobre las tecnologías que impone la época y cómo a partir de algunos ejercicios que se convierten en actividades constantes, se logra el cuidado sobre sí mismo" (Hernández y Toro, 2017: 40). Los autores, tras analizar las últimas obras del pensador francés, llegan a la conclusión que estos ejercicios prioritarios son: El retiro (*anakhóresis*), la meditación o *melete*, la escritura, el examen de conciencia, el silencio y la escucha, el dialogo, la ascética, la interpretación de los sueños y la exomologésis o re-

conocimiento del hecho. El lector interesado puede encontrar en el trabajo de los autores citados una descripción detallada de estas técnicas.

Reflexión final

La vejez no es algo que solo concierne a los demás, aunque nos cueste admitirlo es algo que nos afecta a todos, por eso debemos estar preparados para vivir ese periodo de la vida lleno de transformaciones. Robert Kegan (1994) asegura que la transformación tiene lugar cuando las personas son capaces de retroceder, de reflejarse en algo y de tomar decisiones en base a ello. Se trata de cambiar sentimientos, conductas, conocimientos y formas de conocer. La renovación de nuestra identidad, de nosotros mismos, es algo que se proyecta hacia un futuro que los psicólogos Hazel Markus y Paula Nurius (1986) denominan de identidades posibles. Éstas son expresiones futuras de quienes tendemos a ser y de qué queremos hacer, es decir, de aquello que nos gustaría ser o de lo que no quisiéramos llegar a ser.

La reflexión sobre el ocio como experiencia valiosa nos lleva a pensar que no hay ningún ocio valioso personal que no sea a su vez un ámbito de sentido recreativo o re-creativo. Además de los trascendentes sentidos de la vida, que nos pueden aportar la fe, la religión o los grandes ideales, el día a día de nuestras vidas se alimenta de unos sentidos de vida más sencillos y cotidianos que tienen que ver con el amor, las pasiones, la esperanza, la superación, el sosiego o la imaginación. El ocio valioso nos permite hacerlos realidad a través del cultivo de las aficiones, de cuidado de sí y de la lucha por la superación y el desarrollo de todo nuestro potencial humano. También nos facilita abrirnos al pasado y culminar la vida dándole un sentido integral.

El Ocio Valioso Recreativo es generador de sentido cuando fortalece nuestras capacidades y nos permite vivir momentos agradables que nos liberan de la cotidianidad rutinaria. Su realización actúa como ámbito de resistencia frente a la frustración, el consumo sin sentido o las imposiciones sociales. El Ocio Valioso Re-creativo nos permite avanzar hacia referentes de superación, encuadrados entre lo que queremos ser y no que no queremos ser. También es un ámbito de resistencia frente al deterioro del sí, los convencionalismos y los tópicos de la vejez.

Ocio Valioso Recreativo y Re-creativo, pasado y la vida como obra de arte son excelentes referentes para orientar nuestros esfuerzos hacia las etapas que se nos abren en el último periodo de nuestra existencia. En este contexto, el conocimiento de uno mismo y la necesidad de adaptación a otras posibles identidades va a requerir una buena parte no solo del tiempo libre con el que nos encontramos, sino también del ocio en el que nos impliquemos. El objetivo de alcanzar un envejecimiento satisfactorio debe enfrentarse a los estereotipos anclados en el pasado que niegan esta posibilidad con argumentos que la ciencia actual no respalda.

Sabemos que el motor de este cambio está en las personas, en cada una de las personas y que, además, es importante que estas personas tengan ganas de vivir, sentidos de vida. El ocio nunca podrá dar respuesta a las preguntas relativas al sentido de la vida con grandes argumentos, pero sí puede alentar motivos concretos de ilusión, despertando el deseo de

lo satisfactorio o aportando recursos para la re-creación. A lo largo de estas páginas hemos dado múltiples pistas de todo ello. Somos seres únicos y distintos, por eso hemos visto que podemos cultivar nuestra unicidad y hacer de nuestra vida una obra de arte.

Gratton y Scott (2017: 229) aseguran que lograr este sentimiento de identidad e integridad de las etapas a lo largo de la vida de 100 años no será fácil. Pero como escribiera Simone de Beauvoir, en una sociedad ideal, “la edad postrera debería ser una etapa de la vida con su equilibrio propio, que deje abierta al individuo una amplia gama de posibilidades” (Beauvoir, 1989: 641-642). Desgraciadamente este ideal no se corresponde con la realidad de muchos países, ni de la mayor parte de la población de personas mayores; pero no deja de ser un referente hacia el que tender a partir del conocimiento que tenemos y la ciencia que avanza de día en día. Nadie nos libera de la responsabilidad individual de intentarlo, ni de la obligación social y política de poner los medios para que eso sea posible. La prolongación de la vida conlleva un gran potencial que nos permitirá hacer de la tercera edad una etapa múltiple y rica, en concordancia con etapas anteriores.

El ocio es una experiencia unida a la emoción y a los afectos. La investigación de George Vaillant *Los "triumfos de la experiencia"* (2012), el estudio más completo sobre el bienestar y el desarrollo de hombres adultos que se ha hecho hasta el momento, reivindica que la toma de decisiones sobre aquello que les afecta vuelva a ser patrimonio de los ancianos. En el trabajo se muestra que es posible que los mayores se enfrenten a nuevos desafíos y que seguir aprendiendo es algo que proporciona felicidad a cualquier edad. Esto confirma que las ideas que se han defendido aquí son posibles. Las conclusiones del mismo estudio sugieren que, el común denominador del bienestar, se encuentra en las relaciones íntimas, en ser con otros. Es decir, en la afectividad y el amor. De ahí que el ocio valioso de la tercera edad deba tener como referente el cuidado de sí, pero no desde un punto de vista egocéntrico y egoísta, sino como resistencia contra la manipulación y el deterioro, como afirmación de nuestra vida y la de los que nos rodean.

Bibliografía

- Allport, G. W. (1991). Prólogo. In V. Frankl. *El hombre en busca de sentido*. Barcelona: Editorial Herder.
- Aristóteles. (1999). *Retórica*. Madrid: Gredos.
- Atlas of european values* (2008). Acceso en <http://www.atlasofeuropeanvalues.eu/new/europa.php?ids=4&year=2008>
- Baptista, M. M. (2015). “Um sistema sustentável precisa do ócio”, 28 de septiembre de 2015. *Revista Visão*. (Entrevista). Acceso en <http://visao.sapo.pt/um-sistema-sustentavel-precisa-do-ocio=f831559>
- Baptista, M. M. (2016). Estudos de ócio e leisure studies – o atual debate filosófico, político e cultural. [Versão eletrônica]. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 3(1), 20-30. Acceso en <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/issue/view/303>
- Beauvoir, S. (1989). *La vejez*. Barcelona: Edhasa.
- Carstensen L. L, Mikels J. A, y Mather, M. (2006). Aging and the intersection of cognition, motivation and emotion. In: J. Birren y K. W. Schaie (Eds). *Handbook of the Psychology of Aging*. 6ed. San Diego: Academic Press.
- Cicerón, M. T. (2001). *De senectute*. Madrid: Editorial Triacastela.
- Cuenca Amigo, J. (2013). *Peter Pan disecado: Mutaciones políticas de la edad*. Bilbao: Consonni.
- Cuenca Amigo, J., Monteagudo, M. J., y Bayón, F. (2013). *La contribución del ocio al envejecimiento*

- satisfactorio de las personas mayores en Bizkaia. Acceso en <https://www.bizkailab.deusto.es/wp-content/uploads/2013/06/La-contribuci%C3%B3n-del-ocio-al-envejecimiento-satisfactorio-de-las-personas-mayores-en-Bizkaia.pdf>
- Cuenca Cabeza, M. (2014). *Ocio valioso*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (2018). *Ocio valioso para un envejecimiento activo y satisfactorio*. Madrid: Editorial CCS.
- Dreyfus H., & Rabinow, P. P. (1983). *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Dumazedier, J. (1964). *Hacia una civilización del ocio*. Barcelona: Editorial Estela.
- Erikson, E. H. (2012). *El ciclo vital completado*. Barcelona: Grupo Planeta.
- Fernández-Ballesteros, R. (2011). Positive ageing: objective, subjective, and combined outcomes. *E-Journal of Applied Psychology*, 7(1), 22-30.
- Fernández-Ballesteros, R., Zamarrón, M. D., López-Brazo, M. D., Molina, M. A., Díez, J., Montero, P., & Schettini, R. (2010) Envejecimiento con éxito: criterios y predictores. *Psicothema*, 22(4), 641-647.
- Fornet-Betancourt, R., Becker, H., & Gómez-Müller, A. (1984). Entrevista con Michel Foucault. *Revista Concordia* 6, 20 de enero, 96-116. Acceso en http://www.topologik.net/michel_foucault.htm
- Foucault, M. (2010a). *Historia de la sexualidad III: la inquietud de sí*. Madrid: Siglo XXI.
- Foucault, M. (2010b). *Tecnologías del yo*. Barcelona: Paidós.
- Foucault, M. (2011). *La hermenéutica del sujeto*. Buenos Aires: Fondo de Cultura
- Frankl, V. (1991) *El hombre en busca de sentido*. Barcelona: Editorial Herder.
- Fratiglioni, L., Paillard-Borg, S. & Winblad, B. (2004). An active and socially integrated lifestyle in late life might protect against dementia. *Lancet Neurology*, 3, 343-353.
- Gratton, L. & Scott, A. (2017) *La vida de 100 años*. Getxo-Vizcaya: Verssus.
- Hernández, B. Y. S., & Toro, I. D. J. (2017). Foucault y el cuidado de sí mismo: una posibilidad para la gestión humana. *Revista ESPACIOS*, 38(53).
- [IndexMundi - Country Facts]. (s.f.-a). Acceso en <https://www.indexmundi.com/>
- Kegan, R. (1994). *Over our heads: The mental demands of modern life*. Cambridge, MA, US: Harvard University Press.
- Kriekemans, A. (1973). La educación del empleo de los ocios. In: *Pedagogía General*. (pp. 516-547). Barcelona: Edit. Herder.
- Kunkel, J. G. (2001). Project- and Group-Based Learning of Junior Writing in Biology. In pathways to change. In D'Avanzo C. & Yuretech R. (eds.). *Journal of Mathematics and Science: Collaborative Explorations*, 4, 25-42.
- Lanceros, P. (1996). *Avatares del hombre: el pensamiento de Michel Foucault*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Le Breton, D. (2006). *El silencio*. Madrid: Ediciones Sequitur.
- Le Breton, D. (2015) *Elogio del caminar*. Madrid: Siruela.
- Le Breton, D. (2017). Entrevista realizada por P. Bulalance, *Diario de Sevilla*, 19 de octubre. Acceso en http://www.diariodesevilla.es/ocio/Guardar-silencio-caminar-resistencia-politica_0_1183081790.html
- Leif, J. (1992) *Tiempo libre y tiempo para uno mismo*. Madrid: Narcea.
- Markus, H., & Nurius, P. (1986). Possible Selves. *American Psychologist*, 41(9), 954-969.
- Murakami, H. (2010) *De qué hablo cuando hablo de correr*. Barcelona: Tusquets editores.
- Nussbaum, M. C., & Levmore, S. (2018). *Envejecer con sentido*. Barcelona: Paidós.
- Opoaschowski, H. (1988). *Psychologie und Soziologie der Freizeit*. Oplanden: Leske/Budrich.
- Platón. (1871). *Obras completas*, Tomo I. (P. Azcárate, Trad.). Madrid: Medina y Navarro Editores.
- Sandel, M. (2013). *Lo que el dinero no puede comprar: Los límites morales del mercado*. (Trad. J. Chamorro Mielke). Barcelona: Random House Mondadori.
- Takahashi, J. (2017). *El método japonés para vivir 100 años*. Barcelona: Planeta.
- Vaillant, G. (2012). *Triumphs of experience: the men of the Harvard grant study*. Cambridge, MA, US: Harvard University Press.
- Weiss, S. R. (2005). *The Experience of Retirement*. Ithaca, Nueva York: Prensa de la Universidad de Cornell.
- Zabala, Z. I. (2012). Por un ocio posmoderno [no] violento. Interpretado desde la crisis y la hermenéutica de Gianni Vattimo. In J. Cuenca Amigo & J. Doistua (eds.). *OcioGune 2012 - El Ocio Trans-formado[r]*. Resignificaciones y Tendencias del Ocio en Tiempos de Crisis. (pp. 257-270). Bilbao: Universidad de Deusto.

2 | TURISMO CULTURAL E RESISTÊNCIA: UMA APLICAÇÃO A PARTIR DOS MÉDIA LOCATIVOS¹

Alexandre Rodolfo Alves de Almeida²

Maria Manuel Baptista³

Introdução – Tecnologia e Memória

O desejo de articular história local e o próprio lugar onde ela ocorreu não é novo, mas quem realmente está autorizado a contar essa história? Placas indicativas em locais públicos, monumentos e estátuas são resultado das representações que as forças políticas dominantes querem imprimir no espaço público, frequentemente não contemplando o discurso da população local nem as micro-histórias ou histórias de vida da população ou o modo como essas populações interagem ou se contrapõem a essa “história oficial”.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre o modo como as novas tecnologias da comunicação, em especial os média locativos, podem valorizar as memórias vividas pelas pessoas e promover um diálogo entre estas memórias e a história oficial de uma cidade tornando-se ferramentas de resistência a esse discurso. Neste percurso, real e imaginário, também procuramos entender o papel da memória individual e coletiva na construção da história da cidade e o papel do ócio na vivência do turista e do morador da cidade. Buscamos assim os processos de disputa no campo da memória das cidades.

Para além da reflexão teórica com que introduzimos o trabalho, como produto final, apresentamos o planeamento para o desenvolvimento da aplicação móvel “Aveiro na Mão”. Voltada para turistas e visitantes da cidade de Aveiro, em Portugal, esta aplicação faz uso da tecnologia dos média locativos para associar histórias e informações a pontos geográficos da cidade de Aveiro. Escolhemos focar, a título experimental, em 10 pontos presentes na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que liga a estação de comboios ao centro da cidade.

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC/UA) e Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro. E-mail: araalmeida@ua.pt.

³ Membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC/UA) e Professora Catedrática da Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt.

Memória: processo social e político

O conceito de memória desempenha um papel protagonista no estabelecimento das sociedades humanas. Todos os grupos sociais se perpetuam através do tempo por meio do conhecimento que transmitem de geração em geração (Certeau, 1998). Inicialmente pela tradição oral, depois pela escrita. Foi com a invenção desta última que se facilitou o processo de transmissão de conhecimento fora dos cérebros. Como explicam Monteiro, Carelli e Pickler, num artigo sobre representação e memória no ciberespaço, “a memória na sociedade oral era *presentativa*, ela existia naquele momento. O ancião era ao mesmo tempo suporte e sujeito da memória” (S. Monteiro, Carelli, & Pickler, 2006, p. 116, grifo nosso).

As narrativas organizam e ajudam a transmissão das memórias e da experiência. Funcionam como estratégias de sobrevivência, baseando-se no compartilhamento de informações através do tempo. Em linha com o que diz-nos Baptista: “o ser humano não apenas está mergulhado numa temporalidade finita, mas ele nada mais é do que temporalidade, única determinação essencial a partir da qual se funda possibilidade de compreender ou aceder à verdade do mundo e da terra” (Baptista, 2013, p. 177).

Para Cunha (2013), as narrativas não simplesmente descrevem, sobretudo constroem memórias e pós-memórias sobre a relação das comunidades com o espaço e o tempo. São essas narrativas as responsáveis por preencher os esquecimentos e resumir o excesso de informação. E esses lapsos são justamente construídos com ajuda do discurso de terceiros.

Dessa forma, é possível dizer que a memória também é parte herdada, não sendo apenas produto da vida física do indivíduo. Ela é também construída em articulação com eventos vividos por outras pessoas, membros do grupo ao qual o indivíduo pertence. Para Pollak (1992), acontecimentos de grande relevo para o imaginário pessoal e coletivo acabam por se misturar com as memórias, sendo impossível saber se houve real participação neles ou não.

Como fenômeno produzido social e individualmente, a memória mantém uma estreita relação com o sentimento de identidade. A memória é, na verdade, elemento constitutivo da imagem que o indivíduo faz de si, para si e para os outros (Pollak, 1992). Como processo social, também é sujeita a flutuações em função do momento em que ela está a ser expressa.

Outra característica inerente à memória, seja ela coletiva ou individual, é ser seletiva: só guardamos aquilo que queremos, fazendo da memória um dispositivo parcial, descontínuo e vulnerável a manipulações (Abreu, 1998). Pollak (1989), por seu turno, sublinha o problema desta “memória oficial”: sua credibilidade, sua aceitação e sua organização. Ao ser capturada pelos representantes do poder público, constrói-se um intenso trabalho de “montagem” ideológica que silencia discursos dissonantes. Neste contexto, há de se encontrar estratégias de preservação dessas memórias fluídas, não oficiais, clandestinas e inaudíveis até ao dia em que estas possam invadir o espaço público e passar do silêncio para a fase da contestação e reivindicação do direito à própria memória.

Desta forma, a memória é uma operação coletiva sobre os acontecimentos e as interpretações do passado que se querem valorizar e preservar. Trata-se de iniciativas mais ou menos conscientes que se destinam a definir e assegurar sentimentos de pertencimento. Pollak (1989), por exemplo, aponta essa referência ao passado como ferramenta para que

a coesão dos grupos e das instituições seja mantida. Para esse mesmo autor, as duas funções primordiais da memória seriam então manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

Por outro lado, e apesar de podermos considerar que toda a memória, sobretudo a mais longínqua, se entrelaça com um fundo de memória comum a muitos povos e culturas, ela nunca é verdadeiramente espontânea ou instintiva. Por exemplo, lugares de memória são criados justamente por não haver memória espontânea. É preciso criar arquivos, marcações temporais, celebrações.

A memória guardada é sempre a produzida pelos que detêm o poder social e político, mas essa posição não é de conforto, pelo contrário, a ameaça é constante. “Se vivêssemos espontaneamente as lembranças que essa memória geral evoca”, diz Pierre Nora, “todos estes instrumentos e esforços de construção e manutenção de uma certa memória seriam inúteis” (Nora, 1993, p. 13).

O processo de construção e evolução da memória, sempre permeado pelo diálogo entre lembrança e esquecimento, é imparável. Sujeita a deformações sucessivas, é vulnerável a usos e manipulações, como aponta Ricoeur (2007). Nora (1993) destaca ainda a diferença entre a memória e a história: “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9). A memória pode ser percebida assim como algo vivo.

É por meio de arquivos, bibliotecas, estátuas, construções, ruas e avenidas que a memória se torna tangível. Como explica Pollak, “a memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX” (Pollak, 1989, p. 12). Fernando Catroga (2001) afirma que o papel destes elementos é o de reforçar simbolicamente determinados fatos sociais da memória coletiva, sendo assim uma das ferramentas para a manutenção da própria memória nacional. Este campo é, constantemente, terreno de lutas políticas. São, aliás, comuns os conflitos para determinar que datas e acontecimentos históricos estarão representados nesta memória (Pollak, 1992).

As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são, eles também, expressões de poder. (Abreu, 1998, p. 86)

No âmbito deste trabalho, defenderemos a ideia de resgate da memória das cidades não por meio da simples recuperação do patrimônio construído em outros tempos. Tentamos, na verdade, recuperar aqui o que não deixou marcas na paisagem, em especialmente durante momentos de ócio e lazer. São inúmeras memórias coletivas criadas por meio dessa vivência, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto

comum a adesão e comunhão com essa mesma cidade ou comunidade. As experiências de ócio geram sobre si mesmas uma cultura geradora de redes e vínculos sociais (Cuenca Cabeza & Cuenca Amigo, 2013).

As memórias vividas nessa coletividade devem ser parte fundamental no processo de recuperação da memória das cidades. É a partir delas que chegaremos aos acontecimentos que não se encontram registrados em nenhum livro, apenas na memória de quem os viveu. Levamos em conta que a memória individual é subjetiva, mas abraçamos essa característica e acreditamos que isso apenas enriquece a proposta enunciada nesta dissertação. Muitas memórias coletivas perderam-se no tempo, daí que julgemos possível recuperar, com recurso a tecnologia, o processo social ocorrido nos lugares e não os próprios lugares.

Memória e tecnologia

Desde o desenvolvimento dos computadores, o termo “memória” também é entendido como o *hardware* responsável por manter a informação guardada nesses equipamentos e essa própria informação. É possível encontrar uma relação entre a memória biológica e esta memória digital, mas uma diferença fundamental é o fato de a memória no cérebro humano estar organizada mais como uma rede rizomática que como um índice organizado de informação.

O grande potencial da tecnologia foi logo percebido pelo mercado que conseguiu introduzir no dia a dia os computadores domésticos, até então relegados a grandes empresas e universidades. Esta intromissão nas casas e no cotidiano, ampliada ainda pela expansão do acesso à internet, com velocidades cada vez maiores, muda a relação dos indivíduos com esses equipamentos.

Já não se usa os computadores com um fim neles próprios. Eles agora são uma porta de acesso a um mundo digital que vai muito além da memória presente localmente. Eles são um acesso ao ciberespaço, uma abstração criada para explicar esse novo “local” acessível apenas por meio do aparato digital. Hoje a informação (memória) já nem está no equipamento do utilizador, está neste ciberespaço, na nuvem, que nada mais é que computadores geridos por grandes empresas.

Com o advento dos equipamentos que permitem o acesso ao ciberespaço através de dispositivos móveis, muitos processos do cotidiano passaram a estar diretamente moldados pela tecnologia, incluindo os momentos de ócio e lazer. O acesso às informações passou a ser permanente, já não é possível imaginar muitos momentos em que se esteja absolutamente *offline*. Há uma imersão das novas tecnologias nos processos individuais e coletivos (Hargittai, 2007). Por isso é importante lembrar que uma efetiva vivência do ócio só é possível com a participação consciente dos indivíduos (Sousa & Baptista, 2015).

Criam-se redes sociais focadas especificamente nessa dinâmica de troca digital, de que o Facebook, o Instagram e o Twitter são apenas os exemplos mais conhecidos. Sá (2008) vê nisso a constante necessidade de se sincronizar e fixar as experiências pessoais além de permitir que essas memórias sejam revisitadas ao longo do tempo. Essas ferramentas digitais geram novos tipos de memória. As máquinas já não são responsáveis apenas pelo registro, mas também por terem um potencial criativo e afetivo (Sá, 2008).

As redes sociais estimulam a partilha pública dessa memória, num processo de escrita autobiográfica compartilhada com o público virtualmente ilimitado da internet. Essa troca permite acreditar ainda que esse processo seja responsável também pela criação de uma espécie de “memória coletiva”, como chama Halbwachs (1990).

O acesso a essas memórias é permitido inclusive a quem não as viveu, criando uma memória de experiências que não foram vividas pelas próprias pessoas. De acordo com Alberto Sá, “são, portanto, memórias prótese, circulando publicamente, que apesar de não terem uma base orgânica, foram, contudo, experienciadas pela pessoa em resultado do envolvimento com um vasto leque de tecnologias culturais, no caso concreto, pela internet” (Sá, 2008, p. 1432). Se podemos pensar a memória como ferramenta construtora de solidificação de identidades, podemos também as pensar como ferramenta de poder.

A essa mistura também há de se adicionar os média locativos já que, com a informação geolocalizada é possível aceder às memórias criadas no local, como por exemplo em fotos publicadas no Instagram ou no Facebook que adicionam a informação geográfica. Cria-se uma camada de informação que atua na construção da memória coletiva dos lugares. Neste trabalho acionamos justamente esta característica, associando informação aos pontos geográficos.

Se o passado não foi vivido, é por meio das mediações que podemos ter acesso a ele. A construção narrativa da história das cidades, a partir dos média locativos, já está sendo possibilitada. São inúmeras fotos e publicações feitas diariamente, seja de grandes cidades como de pequenas aldeias, ninguém está de fora desse processo. Essas narrativas convivem com a informação oficialmente veiculada, principalmente por guias especializados e câmaras municipais. Dependendo da institucionalização ou do grau de organização, estas narrativas têm também potencial para se sobreporem às demais.

Esse cenário não é responsabilidade apenas das tecnologias de comunicação. São variáveis provenientes de momentos históricos diferentes. Já era possível perceber um movimento neste sentido na época dos postais ilustrados. Feiner *et. al.* (1997) apontam essa mídia analógica como expressão da imagem que uma população tem de sua própria cultura. Os postais podem ser imaginados como primeiros instrumentos dessa disseminação. Refletindo sobre a proliferação de imagens no século XX, Madalena Oliveira constata que “circulando massivamente, os postais ilustrados contribuíram, não obstante a sua simplicidade, para o crescimento da circulação de imagens” (Oliveira, 2013, p. 179). Podemos inclusive ver esses postais como imagens geolocalizadas analógicas.

Já as narrativas presentes nas redes sociais descrevem a cidade percebida na sua relação com os sujeitos. A cidade narrada é a mesma e é outra simultaneamente. Nesse sentido, Levy (1996) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, porque são técnicas de auxílio à imaginação, ao raciocínio e à comunicação. Com efeito, elas são memórias artificiais, memórias que atuam na busca da identidade dos lugares. Podemos ver assim que o ciberespaço e os equipamentos móveis são hoje importantes lugares de memória.

Média Locativos

O termo média locativo, ou *locative media*, foi proposto em 2003 por Karlis Kalnins, no Centro para Novos Média, em Riga, na Letônia, para distinguir o uso corporativo de serviços baseados em localização das propostas artísticas que utilizavam a tecnologia. Correspondendo então a tecnologia baseada em localização, os média locativos correspondem ao conjunto de dispositivos digitais, sensores e redes digitais sem fio construídos para permitir a troca de informações com o espaço físico. Os média locativos podem ser usada para localização, mapeamento, acesso a serviços e informações, arte ou jogos (Lemos, 2008).

Os média locativos hibridizam o espaço físico com o ciberespaço, conectando os dois lugares. O acesso se dá por meio de dispositivos móveis, telemóveis em geral, mostrando que estamos cada vez mais numa comunicação ubíqua, senciente e pervasiva (Lemos, 2007). Figurativamente a informação digital está presa aos objetos. Os média locativos têm, na realidade, o potencial de adicionar polifonia ao discurso dominante, dando voz às próprias comunidades: “o resultado é normalmente um profundo sentimento de pertencimento e um forte entendimento da sua própria posição dentro daquele lugar” (Farman, 2014, p. 5).

É a produção de uma conexão entre os espaços *online* e *off-line*. Dependendo apenas do aparato eletrônico, como um telemóvel, é possível ter acesso a infinitas camadas de informação sobrepostas ao espaço urbano.

Os média locativos têm o potencial de atualizar as formas de movimentação pelo espaço urbano, podendo criar com isso novas heterotopias (Foucault & Miskowiec, 1986). É um processo constante de territorialização e desterritorialização criado pelo fluxo comunicacional. Para Foucault e Miskowiec (1986), uma heterotopia é um espaço com múltiplas camadas de significado. Estas outras camadas não são facilmente acessíveis.

O espaço em que vivemos, que nos tira de nós mesmos, em que a erosão de nossas vidas, nosso tempo e nossa história ocorrem, o espaço que nos arranha e nos roça, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em um tipo de vazio, dentro do qual poderíamos colocar indivíduos e coisas. Nós não vivemos dentro de um vazio que pode ser colorido com diversas tonalidades de luz, vivemos dentro de um conjunto de relações que delineiam sítios que são irreduzíveis uns aos outros e absolutamente não sobrepostos uns aos outros. (Foucault & Miskowiec, 1986, p. 6)

Os média locativos foram atualmente apropriadas como estratégia de *marketing* de empresas. Há de se pensar alternativas de resistência para estimular sua apropriação para além daí. Essa linguagem permite uma apropriação do espaço urbano, a construção de conexões, compartilhamento e releitura das cidades. Espaços, lugares e territórios são produções sociais.

A forma como os média móveis narram e anexam as histórias aos locais, oferece um número quase infinito de histórias que podem ser colocadas em camadas sobrepostas (Farman, 2014). Os pontos da cidade funcionam como ponto de concentração de sentido, permeados por fluxos de pertença. Se perdem esse sentido de memória, perdem o sentido para a população daquele território. O lugar é uma dimensão essencial da existência humana.

Os média locativos podem atuar no processo contrário à criação do que Augé (2007) chama de não-lugares. A globalização esvazia os sentidos dos locais, uma estação de comboios, um aeroporto, etc., acabam sendo iguais em quaisquer lugares. A adição de sentido pelas populações locais trabalha no sentido oposto.

Para Farman (2012), o desafio passa justamente por criar maneiras efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, reaquecer o espaço público, favorecer a apropriação social das novas tecnologias de comunicação e informação e fortalecer a democracia contemporânea.

Turismo cultural, ócio e os média locativos

O turismo cultural pode ser compreendido como o deslocamento de visitantes que têm como objetivo conhecer elementos culturais, espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social de um destino específico (Maia, Martins, & Baptista, 2013). Momentos de ócio e lazer podem fazer também parte dessa experiência. Pode-se entender o ócio como tudo que seja realizado por livre vontade, apenas para desfruto próprio. “[O] ócio não é um tempo, nem algumas atividades às quais damos esse nome, mas sim uma ação pessoal e comunitária que tem a sua raiz na motivação e na vontade” (Cuenca Cabeza & Cuenca Amigo, 2013, p. 11).

Entendemos aqui a experiência de um turista ou visitante da cidade como uma potencial vivência do ócio, justamente pela relação antagônica que essa experiência tem com o tempo do trabalho.

A verdade é que o tempo livre, o tempo de não-trabalho, só passa a ter interesse para o sistema económico contemporâneo, enquanto pode ser uma atividade também económica, estando os sujeitos eterna e constantemente convocados para participar do mercado, quer enquanto consumidores quer enquanto produtores de bens. (Baptista, 2016, p. 28)

A proposta aqui é tentar encontrar uma alternativa para além da oferecida pelo mercado e as novas tecnologias da comunicação têm papel importante nesse objetivo.

O comportamento dos visitantes mudou. Pacotes padronizados oferecidos por agências turísticas já não são suficientes. Há a necessidade de se oferecer novos produtos e experiências, individualizadas, a pensar em cada indivíduo (Maria de Lurdes Martins, Malta, & Costa, 2015). Os guias digitais são exemplos do uso dos média locativos focadas ao turismo cultural.

Nesse contexto, os monumentos que vistos por um estudante ou turista sem um conhecimento prévio poderiam apenas identificar igrejas antigas pintadas de branco, com o recurso da realidade aumentada passam a oferecer novas informações sobre o lugar e os monumentos, construindo um novo olhar sobre o bem cultural e manifestando novas formas de apropriações sobre o bem. (Sampaio, 2012, p. 153)

Este é um modelo de comunicação focado no indivíduo. Ele usa o próprio equipamento para navegar no espaço da cidade orientando-se e tendo por base a posição geográfica do próprio usuário. A narrativa torna-se assim parte fundamental da experiência (Bruner, 2005). Para Sampaio (2012) os média locativos podem também ser ferramentas de valorização e divulgação do património cultural.

Deste modo, ao apropriar-se de novas tecnologias, o turismo cultural pode ampliar sua relevância e impacto tanto nos visitantes, como nos próprios moradores das cidades (Maria de Lurdes Martins et al., 2015). Por meio destas aplicações, o acesso às informações é facilitado, enriquecendo a experiência turística. Também essa tecnologia permite a abertura desse canal de diálogo direto entre quem vive cotidianamente a cidade e os visitantes.

Esta forma de turismo pode ainda ser vista como estratégia de desenvolvimento local, principalmente dos centros históricos, espaços em que, geralmente, se encontra o património edificado de maior valor e com maior representação histórica, cultural e artística. Ao integrar cultura e economia, turismo interno e externo, esta nova forma de abordar a experiência turística desperta ainda o interesse dos poderes públicos locais (Richards, 2005).

Hoje, o turismo cultural é pensado e trabalhado como uma indústria cultural. Produtos e experiências culturais são promovidos como atrações turísticas (Wall & Mathieson, 2006). A tecnologia adiciona à experiência turística um diferencial importante, pois oferece uma gama de experiências únicas de aprendizagem e lazer, para além da dimensão política (Maia et al., 2013).

A construção coletiva da narrativa nos permite pensar essa experiência dentro do campo do ócio criativo. Há uma vivência de criação e recriação por meio do aparato digital. Sobre essa forma de ócio entendemos que “é, eminentemente, um ócio cultural, caracterizado pela experimentação de vivências separadas do instintivo e do fácil, que nos introduzem na visão e desfrute de um mundo mais complexo mas, a longo prazo, muito mais enriquecedor, satisfatório e humano” (Cuenca Cabeza & Cuenca Amigo, 2013, p. 9).

Metodologia de investigação

Esta investigação foi dividida em duas fases complementares. Na primeira, buscamos entender a importância dos processos de construção e estímulo das memórias das populações das cidades e o papel que os média locativos podem ter neste processo. Na segunda fase planeamos uma aplicação para telemóveis que faz uso das reflexões desenvolvidas para oferecer um guia digital da cidade de Aveiro.

Nossa questão de investigação era, portanto, entender de que forma as novas tecnologias, especificamente os média locativos, podem valorizar as memórias vividas pelas pessoas e promover um diálogo entre estas memórias e a história oficial de uma cidade.

Paralelo ao levantamento bibliográfico, desenvolvemos uma pesquisa documental. Queríamos identificar que material existia disponível que pudesse ser usado como conteúdo para uma aplicação turística. Foi nesse momento que identificámos a necessidade de delimitar geograficamente nossa investigação. Optámos por focar esforços em possíveis pontos de interesse presentes na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, importante via da cidade de

Aveiro, tomada como ponto de referência para o trabalho experimental. A escolha se deu principalmente pela riqueza de possibilidades presentes naquela zona que liga a Estação de Comboios ao centro da cidade, uma área com constante presença de turistas e moradores. A pesquisa documental foi desenvolvida principalmente na Biblioteca Municipal de Aveiro e na Imagoteca da cidade.

Também realizamos entrevistas, observação de campo e desenvolvemos um protótipo, que descrevemos a seguir.

Desenvolvendo a aplicação

Como primeiro passo para o desenvolvimento da aplicação procedemos a uma série de incursões pela Avenida Dr. Lourenço Peixinho. O nosso objetivo era perceber que marcas estavam colocadas ao longo da Avenida, nomeadamente aquelas direcionadas a possíveis visitantes ou turistas, e aquelas que traziam algum tipo de informações histórica sobre aquele espaço urbano.

Um visitante que chegue à cidade de Aveiro por meio de sua Estação de Comboios, possivelmente sua principal porta de entrada, depara-se junto à saída da estação com um conjunto inicial de informações: sobre a cidade há um pequeno mapa, sem qualquer legenda que facilite a compreensão de sua iconografia, há também a indicação da direção a seguir para alcançar o centro da cidade.

Em frente da Estação antiga há um posto de informações turísticas. O local está fechado há pelo menos três anos. O ponto mais próximo onde é possível obter esse tipo de informação fica já no centro histórico da cidade, no lado oposto, seguindo pela Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Também é junto à estação que o visitante tem acesso a um dos vários mapas do projeto “Aveiro a Pé”, da responsabilidade da Rede de Cidades Cencyl, Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha–Portugal (POCTEP), de que a cidade de Aveiro faz parte. Em funcionamento entre 2009 e 2012, o projeto tinha como objetivo promover as deslocações a pé, aumentar a acessibilidade aos principais pontos de interesse da cidade e promover o acesso ao comércio local.

Ao contrário do mapa disponível dentro da estação, este apresenta tamanho satisfatório, legendas claras e conteúdo que cobre quase toda a área central da cidade. As informações encontram-se em Português e Inglês.

Outro projeto, que também aparece em mapas disponíveis nas ruas de Aveiro, é o “Espaço Aveiro”, desenvolvido pela Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro (Agir), uma agência de desenvolvimento regional, criada pela Câmara Municipal de Aveiro e pela Associação Comercial de Aveiro. Também faz parte desta mesma ação a instalação de placas sinalizadoras de direção e distância até pontos de interesse da cidade. Mesmo com outros idiomas presentes no topo do mapa, o conteúdo está apenas em Inglês e Português. O projeto começou em dezembro de 2012 e terminou em setembro de 2013.

Por fim, é possível encontrar mais um mapa da cidade disponível no centro urbano. No entanto, para este não foi possível identificar os responsáveis pela instalação. Trata-se

de um guia do “Bairro Histórico de Aveiro”, com marcação de pontos de interesse, além do destaque para diversas construções de relevo arquitetônico e histórico.

Buscamos também identificar textos e marcas nos monumentos, obras artísticas e construções presentes na Avenida. Nos monumentos não existe qualquer tipo de indicação mais extensa sobre a história ali representada. Como sinalética encontramos apenas a placa de identificação do ano de inauguração, quando muito.

Percebemos nesta cartografia desta zona da cidade, as informações disponíveis para visitantes e turistas são limitadas. Os mapas afixados em locais visíveis são poucos e, na maioria, de difícil compreensão. Falantes de outros idiomas, para além do Português e Inglês, também podem sentir dificuldades. Verificamos ainda que não há qualquer preocupação com a acessibilidade para utilizadores com deficiência ou limitação visual.

De entre a informação encontrada no espaço público da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, objeto deste trabalho, apenas foi possível perceber duas iniciativas do poder público no sentido de facilitar a navegação no espaço geográfico e na memória da cidade, mas, aparentemente, ambas as ações do poder público acabaram não tendo continuidade para além de um curto período inicial.

Também avaliamos as aplicações com perfil similar disponíveis para os visitantes. Encontrámos duas aplicações, ambas da iniciativa do poder público: “Ria de Aveiro” e “Aveiro”.

A aplicação “Ria de Aveiro” foi desenvolvida no âmbito do Programa “Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira”. O programa, lançado em junho de 2008, tem por objetivo promover a requalificação e valorização da orla costeira portuguesa. O conteúdo da aplicação “Ria de Aveiro” não é, no entanto, atualizada desde o final de 2017.

A aplicação “Aveiro” foi desenvolvida por iniciativa da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal. Lista no mapa 22 pontos de interesse em Aveiro, incluindo a região das praias. Tem como diferencial a possibilidade de construção automática de um roteiro, baseado na localização inicial do utilizador e no tempo disponível para o passeio.

Esta aplicação é divulgada em cartazes, mapas e outros materiais impressos, disponibilizados no centro de informação sobre Turismo de Aveiro. É possível aceder a textos quer em Português quer em Inglês, mas em aplicações diferentes para cada idioma.

Ao procedermos à comparação das duas opções de aplicativos disponíveis na cidade de Aveiro, verificamos a falta de polifonia nas informações divulgadas. Ambas são produzidas por órgãos do poder público local e limitam-se apenas a reproduzir conteúdo já muito repetido e consagrado pela história oficial e hegemônica da cidade, cumprindo objetivos informativos mínimos, mas sem despertar grande interesse ou estimular o utilizador para uma abordagem mais vivida e profunda da cidade.

Reforçando este caráter formal e institucional, mesmo estando em suporte digital, os conteúdos apresentados são constituídos basicamente por texto, não fazendo uso de produções multimídia, nem mesmo de fotografias que ajudem a reconstituir a história ou as histórias concretas da cidade de Aveiro.

Conteúdo

O conteúdo original gerado foi produzido por meio de entrevistas. O primeiro passo consistiu na identificação de sujeitos que pudessem contribuir com suas histórias de vida para o desenvolvimento dessa investigação. Optamos pelas histórias de vida por acreditar que esse tipo de depoimento tem grande potencial de desvelar profundas relações entre os sujeitos e a cidade. “Obtêm-se assim”, sugerem Laville, Dionne e Siman, “belas ocasiões de compreender como as pessoas representam esses fenômenos e acontecimentos históricos, sociais ou culturais, como passaram por eles, vividos na indiferença ou em uma participação mais ativa” (1999, p. 159).

Os indivíduos foram escolhidos por uma amostragem por conveniência. Nosso critério foi encontrar sujeitos com mais de 50 anos de idade, que tivessem vivido a maior parte de suas vidas na cidade de Aveiro. Chegamos a três pessoas, todas vivendo ou na Avenida Dr. Lourenço Peixinho ou em alguma via transversal a esta. Como a identificação dos sujeitos não é necessária para chegarmos aos nossos objetivos, escolhemos identificá-los apenas por pseudônimos. Foram ouvidos para esta investigação: *Maria*, 53 anos, curso superior completo; *Nuno*, 70 anos, curso superior completo; e *João*, 82 anos, curso superior completo.

Para chegarmos aos conteúdos das histórias de vida, procedemos a entrevistas semiestruturadas. Após as entrevistas, procedemos à transcrição dos áudios. Identificamos nas transcrições os trechos que faziam referência a algum ponto geográfico presente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Associamos então cada um desses trechos aos pontos específicos. Neste momento foi possível identificar que os discursos dos sujeitos revelaram uma forte prevalência de referências a locais de convivência familiar e comunitária, em detrimento de espaços de celebração e de registo da história oficial da cidade. Identificar isso ajudou no processo de seleção dos locais que fariam parte da aplicação final.

Protótipo

Com toda informação reunida e sistematizada, começamos o planeamento de nosso protótipo. Chamamos de protótipo um modelo experimental de um produto final, no caso em questão de uma aplicação para telemóveis (Norman, 2004). É durante as fases de desenvolvimento desse modelo, ou protótipo, que é possível perceber possíveis falhas de *design* visual e de interação de uma aplicação.

Os primeiros protótipos desenvolvidos foram modelos em papel (Anderson, McRee, & Wilson, 2010), de custo mais baixo e velocidade maior de desenvolvimento, pois a prática de projeção destas ferramentas deve sempre começar por este tipo de instrumento. Mesmo como média analógica, o papel já permite testes de usabilidade e navegação (Clark, 2010). Apenas após a aprovação dessa fase de trabalho é que passamos para o desenvolvimento em ambiente digital.

Usamos o software “Sketch” para transpor o nosso *design* do papel para o ambiente virtual. A aplicação é um editor de gráficos vetoriais focada na prototipagem de aplicações digitais. O “Sketch” acelera o desenvolvimento pois já tem em seu próprio sistema partes prontas do *layout* dos principais sistemas operativos móveis.

Com todos os ecrãs prontos, partimos para o *design* de interação e animação do protótipo. Esta fase do processo foi feita na aplicação “Principle”, que permite a importação do trabalho diretamente do “Sketch”, além de facilitar a visualização das interações pretendidas em tempo real. O “Principle” também permite que se teste o protótipo no próprio telemóvel e ainda exporta o resultado em vídeo.

Chegamos assim ao produto final mais próximo do que seria uma aplicação funcional pronta para distribuição. Se efetivamente fossemos desenvolver a aplicação “Aveiro na Mão” o passo seguinte seria a fase de programação.

Note-se que todo o processo narrado neste trabalho visa constituir não apenas a descrição do processo de desenvolvimento desta aplicação em particular, mas também contribuir para antecipar o que pode implicar o alargamento do projeto da etapa de protótipo a uma aplicação efetiva.

Considerações finais

A nível mundial é impossível não perceber a explosão da indústria do turismo. Portugal, particularmente, vivencia esse crescimento gigantesco do número de visitantes a cada ano que passa. As cidades do país, principalmente Lisboa e Porto, estão abarrotadas de turistas. A população que vive nos centros históricos acaba por ser empurrada para as periferias para dar lugar a alojamentos locais. Como pudemos ver neste trabalho, o sítio onde se vive é parte importante no processo de subjetivação dos sujeitos. Esta ocupação do espaço urbano por visitantes temporários arrisca ressignificar os centros urbanos, diluindo o que há de local neles.

Não pretendemos levantar bandeiras contra o turismo, pelo contrário, nossa bandeira é da valorização da história e das vivências de moradores locais como estratégia de resistência contra a padronização oferecida pela indústria do turismo. Oferecer aos turistas ou visitantes da cidade acesso a essas micro-histórias permite enriquecer a própria percepção que se tem dos locais. Há uma sobreposição de sentidos, a camada mais comum e já disponível em outros guias, e uma nova, onde acedemos a conteúdo polifônico, produzido com a ajuda de ocupantes daquele lugar.

As narrativas deixam assim de ser construídas apenas pelos responsáveis por esses guias, na sua maioria membros do poder público ou de grandes editoras, e passam também a apresentar as vivências individuais, de moradores locais. E a apropriação dos média locativos cumpre o papel de ligar digitalmente esses discursos aos pontos geográficos. Pensar essa experiência como ócio criativo permite que esses visitantes tenham acesso a níveis complexos de entendimento sobre as cidades.

O protótipo da aplicação “Aveiro na Mão” permitiu-nos perceber o potencial que um guia digital que una histórias de vida dos moradores com as histórias oficiais apresenta. Essa diferença fica mais evidente ao compararmos pontos onde os entrevistados narraram mais histórias, como por exemplo a Estação de Comboios, daqueles em que eles simplesmente não registam a existência, como o Monumento aos Mortos da Grande Guerra.

É importante salientar a limitação deste trabalho no que diz respeito ao número de

vozes representadas. Estamos centrados em apenas três indivíduos, três vivências que são completamente diferentes de outras que compartilham a mesma cidade. Os três vivem em áreas nobres e têm curso superior. Indivíduos de outras zonas de Aveiro teriam, com certeza, experiências diversas.

Para uma aplicação como esta efetivamente contribuir para a polifonia de vozes sobre a história da cidade, seriam necessárias muito mais entrevistas e pesquisas em mais fontes. O que fizemos para o protótipo foi apenas um arranhão na superfície das possibilidades.

Outra importante carência para essa investigação foi o desenvolvimento de testes de uso posteriores à finalização do protótipo. A recolha de experiências de utilizadores reais poderia contribuir ainda mais para definições sobre a interface e as interações.

Para novas investigações sugerimos estudos que se debrucem sobre a possibilidade de aplicações como essa atuarem na valorização das memórias locais, em duas frentes, a primeira do ponto de vista do turista e visitante, e noutra, do ponto de vista dos próprios moradores. Para além de pensar produtos turísticos, se faz necessário pensar os moradores locais, suas vivências e experiências e talvez ter suas histórias representadas poderia contribuir para o autorreconhecimento dessas populações.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. de A. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista Da Faculdade de Letras - Geografia*, 1(14), 77–97.
- Anderson, J., McRee, J., & Wilson, R. (2010). *Effective UI: The Art of Building Great User Experience in Software*. (S. Weiss, Ed.) (1ª). Sebastapol, CA: O'Reilly Media.
- Augé, M. (2007). *Não-Lugares: Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Baptista, M. M. (2013). Ócio, Temporalidade Existência: Uma Leitura À Luz Da Fenomenologia e Hermenêutica Heideggereanas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2), 192–201.
- Baptista, M. M. (2016). Estudos de Ócio e Leisure Studies - O Atual Debate Filosófico, Político e Cultural. *Revista Brasileira de Estudos Do Lazer*, 3(1), 20–30.
- Bruner, E. M. (2005). The Role of Narrative in Tourism. In *On Voyage: New Directions in Tourism Theory* (pp. 1–12). Berkeley, CA.
- Cartroga, F. (2001). *Memória, História e Historiografia* (1st ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Certeau, M. de. (1998). *A Invenção do Cotidiano*. (E. F. Alves, Trans.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Clark, J. (2010). *Tapworthy: Designing Great iPhone Apps* (1ª). Sebastapol, CA: O'Reilly Media.
- Cuenca Cabeza, M., & Cuenca Amigo, M. (2013). O Encontro Entre o Ócio e a Cultura: reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2), 4–27.
- Cunha, M. R. da. (2013). Cidade e memória nas redes sociais na internet. *Comunicação, Narrativas e Territorialidades*, 16(3), 113–128.
- Farman, J. (2012). *Mobile Interface Theory: Embodied Space and Locative Media*. New York: Routledge.
- Farman, J. (Ed.). (2014). *The Mobile Story: Narrative Practices With Locative Technologies*. New York: Routledge.
- Feiner, S., MacIntyre, B., Höllerer, T., & Webster, A. (1997). A touring machine: Prototyping 3D mobile augmented reality systems for exploring the urban environment. *Personal Technologies*, 1(4), 208–217. <https://doi.org/10.1007/BF01682023>
- Foucault, M., & Miskowicz, J. (1986). Of Other Spaces. *Diacritics*, 16(1), 22–27. <https://doi.org/10.2307/464648>

- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. (L. L. Schaffter, Trans.). São Paulo: Edições Vértice.
- Hargittai, E. (2007). Whose Space? Differences Among Users and Non-Users of Social Network Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 276–297. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00396.x>
- Laville, C., Dionne, J., & Siman, L. M. (1999). *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (H. Monteiro & F. Settineri, Trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lemos, A. (2007). Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. *MATRIZES*, 1(1), 121–137.
- Lemos, A. (2008). Mídias Locativas e Territórios Informacionais. In L. Santaella & P. Arantes (Eds.), *Estéticas Tecnológicas: Novos Modos de Sentir* (pp. 207–230). São Paulo: EDUC.
- Lévy, P. (1996). *O que é virtual?* (P. Neves, Trans.). *TRANS*. São Paulo: Editora 34.
- Maia, S. V., Martins, U. M. O., & Baptista, M. M. (2013). Turismo cultural no contexto urbano: rotas museológicas – Os casos de Aveiro e Ílhavo (Portugal). *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 7(2). <https://doi.org/10.7784/rbtur.v7i2.632>
- Martins, M. de L., Malta, C., & Costa, V. (2015). Viseu Mobile: um guia turístico para dispositivos móveis com recurso à realidade aumentada. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 26(1), 8–26. <https://doi.org/10.18089/DAMEJ.2015.26.1.1>
- Monteiro, S., Carelli, A., & Pickler, M. E. (2006). Representação e memória no ciberespaço. *Ciência Da Informação*, 35(3), 115–123.
- Nora, P. (1993). Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7–28.
- Norman, D. A. (2004). *Emotional Design: Why We Love (or Hate) Everyday Things. The effects of brief mindfulness intervention on acute pain experience: An examination of individual difference* (1st ed.). New York: Basic Books.
- Oliveira, M. (2013). Sounds and Identity: the role of radio in community building. In G. Stachyra (Ed.), *Radio – Community, Challenges and Aesthetics* (pp. 177–188). Lublin, Poland: Maria Curie-Skłodowska University Press. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29509>
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200–212.
- Richards, G. (2005). *Cultural Tourism in Europe*. (G. Richards, Ed.). Wallingford, UK: Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS). Retrieved from http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/cultural_tourism_in_europe.PDF
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. (A. François, Trans.). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Sá, A. (2008). A Web 2.0 e a Meta-Memória. In M. de L. Martins & M. Pinto (Eds.), *5o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 1426–1435). Braga.
- Sampaio, M. (2012). Realidade Aumentada - um instrumento de mediação para valorização do património cultural da cidade de Belém-PA. *Inclusão Social*, 5(2), 149–164.
- Sousa, J. G., & Baptista, M. M. (2015). Ócio e Cultura na (Re)construção Identitária de Pessoas Idosas. *Revista Subjetividades*, 15(2), 274–285.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism: change, impacts, and opportunities*. Essex, UK: Pearson Prentice Hall.

3 | FRUIÇÃO ESTÉTICA, ARTES PERFORMATIVAS E ÓCIO¹

Jacinta Bola²

Maria Joana Alves Pereira³

Fruição estética e ócio

Deleuze e Guattari (1992) consideram que a arte é algo que perdura, apesar de não ir para além do seu suporte físico (talvez daí a sua original materialidade). No entanto, a arte como objeto liberta-se de imediato do artista, tornando-se dele independente. Também não fica sujeita ao seu recetor. Este apenas experimenta a arte, numa segunda fase, se a alcançar. É independente do seu criador, no sentido em que se preserva num “bloco de sensações, isto é, um composto de percetos e afetos” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 213) que imanam da obra autonomamente. – “A obra de arte é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 213). Deste modo, o artista é o portador, inventor e criador de afetos, relacionando-os com os percetos que mostra e manipula. Não criando apenas na obra, mas para o público que é transportado na transformação e no devir. Na fruição do ócio, “esta interpretação é a principal responsável porque, em duas situações idênticas, a pessoa experimenta emoções e sensações radicalmente diferentes; apenas diferenças de interpretação separam as experiências de ócio das que não o são (...)” (Monteagudo, Cuenca, Bayón, & Kleiber, 2013, p. 156).

Por outro lado, a estética e o estilo para a manusear, não obedecem a regras, sendo sensações ou blocos de sensações: de percetos, afetos e devires. Não importa tanto o que se diz através da interpretação de um tema, de uma canção, como o que surge das relações de contraponto sonoras entre as frases da melodia e os ‘compostos de sensações’ que, melodias, harmonias e outro tipo de sonoridades, criam, experimentam ou fazem experimentar, procurando as ‘cores’ do som. Da mesma forma, “o ócio é um estado da alma (...) uma atitude de percepção recetiva, da imersão intuitiva e contemplativa do ser” (Pieper, 2003, p. 45) e,

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais – Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos, em novembro de 2018.

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí, Brasil. Membro investigadora no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: jacinta@ufpi.edu.br.

³ Membro investigadora no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: maria.joana.pereira@ua.pt

não depende tanto da atividade escolhida como da sensação e significado que a prática dessa atividade provocam no indivíduo (Monteagudo et al., 2013).

Deleuze e Guattari (1992) definem a arte como ‘composição’, entendida como composição estética e não técnica, composição de sensações e não de técnicas. Validam, no entanto, a necessidade da técnica como meio para a subjetivação e individuação de cada artista e de cada obra, no sentido de que a técnica promove o domínio dos materiais. Como tal, deve restringir-se à duração dos mesmos, destacando-se o plano estético e não mais o técnico como projeção da obra de arte conducente da sensação e, neste patamar, a questão da ‘representatividade’ não se coloca, “já que nenhuma arte, nenhuma sensação jamais foram representativas” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 248).

Estes autores consideram que compor, performar, é forçar a sensação a desenquadrar-se, numa “desterritorialização superior”, é fazer com que a sensação passe a ocupar completamente o plano onde está, estendendo-o, distendendo-o “pela Terra inteira” de modo a desbloquear “todas as sensações que ela contém” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 253). Para além disso, definem para o pensamento o objetivo de “esboçar um plano sobre o caos”, seja em que tipo de forma for – pensamento artístico, científico ou filosófico.

Se o plano técnico e o plano artístico, sendo diferentes, acabam por ser ambos componentes essenciais no processo de criação, como pensar então a melhor forma de conceptualização como preparação para o improviso que está presente no plano da realização do jazz enquanto arte? A teoria da repetição do pós-modernismo de Deleuze (1988) é um recurso conceptual onde se pode inserir a prática de vários tipos de intérpretes musicais, sejam estes do ramo erudito, seja na área do jazz. De acordo com esta conceptualização, só a intensidade traz o novo. Esta teoria pode ser também ligada aos tipos de vivência de ócio, descritos como um processo evolutivo, uma forma de passar “de um ócio casual, centrado na diversão a um mais valioso (...) em que o seu nível de proficiência da atividade pode levar a sentimentos de autorrealização e crescimento pessoal” (Monteagudo et al., 2013).

Por seu turno, e desenhando um paralelismo, “o ócio não é um tempo, mas sim uma experiência propiciada por um estado mental que me permite desfrutar de algo que os outros, talvez, não desfrutem” (Cuenca Cabeza, 1995, p. 55). O ócio, pode ser, à semelhança da obra de arte, um conjunto de sensações.

Assim os acordes numa obra musical – consonantes ou dissonantes – são percetos e afetos de música. O artista constrói blocos de percetos e de afetos, compondo, trabalhando, ao mesmo tempo, com sensações. O objetivo da arte, definida enquanto composição, será o de criar um perceto a partir das percepções do objeto e dos estados de um sujeito percipiente, o afeto das afecções, extraindo “um bloco de sensações, um puro ser de sensações” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 217). É o fazer acontecer, no agora. É o devir.

Nas práticas de ócio, “a sensação de liberdade é a pedra angular do ócio” (Monteagudo et al., 2013, p. 3) e, essa liberdade, acontece quando o ócio é vivido como expressão individual; quando a ação de ócio é escolhida deliberadamente e livremente pelo sujeito. Além disso, o ócio não tem fins utilitários, sendo um fim em si mesmo e nas sensações que provoca no indivíduo, de prossecução e de desenvolvimento e renovação de si mesmo.

Igualmente, o intérprete cantor, tal como o romancista, inspira-se no que viveu, mas transforma esse momento vivido em algo que passa a existir por si, num momento perdu-

rável, “eliminando tudo o que sobra e impregnando o momento de emoção, saturando-o” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 223), não por imitação do momento, mas dando-lhe continuidade, numa sensação – algo indeterminável, indiscernível, a que estes autores chamam de “afeto” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 225).

Um grande intérprete é, também ele, um artista que inventa afetos, no devir da sua música, da sua voz, na sua execução interpretativa. Dessa forma os afetos encadeiam-se “em compostos de sensações que se transformam, vibram, se enlaçam ou se fendem: são estes seres de sensação que dão conta da relação do artista com o público. (...) O artista acrescenta sempre novas variedades ao mundo” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 227). E, esses percetos e afetos, podem despoletar, da parte do recipiente, uma experiência de ócio, particular, sendo esta “uma área específica humana que faz com que nos sintamos livres, desprendidos e dispostos a atuar só pelo facto de que tal nos dá satisfação” (Cuenca Cabeza, 1995, p. 55).

Repare-se como o pós-estruturalismo recuperou o sujeito criador, não através do seu eu psicológico mas enquanto produtor de afetos e percetos. Assim, o artista é o portador, inventor e criador de afetos, relacionando-os com os percetos que mostra e manipula. Não criando apenas na obra, mas para o público que é transportado na transformação e no devir:

A arte é a linguagem das sensações, que faz entrar nas palavras, nas cores, nos sons ou nas pedras. A arte não tem opinião. A arte desfaz a tríple organização das percepções, afeções e opiniões, que substitui por um monumento composto de percetos, de afetos e de blocos de sensações que fazem as vezes da linguagem (Deleuze & Guattari, 1992, p. 228).

“É sob esta condição que a matéria se torna expressiva: o composto de sensações realiza-se no material, ou o material entra no composto, mas sempre de modo a se situar sobre um plano de composição propriamente estético” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 251). O pensamento contem o objetivo de “esboçar um plano sobre o caos”, seja em que tipo de forma for – pensamento artístico, científico ou filosófico: “Pensar é pensar por conceitos, ou então por funções, ou ainda por sensações, e cada um desses pensamentos não é melhor que o outro, ou mais plenamente, mais completamente, mais sinteticamente ‘pensado’” (Deleuze & Guattari, 1992, p. 254). Cada qual dentro do seu próprio contexto, criando sensações ou conceitos, respetivamente. Subsistindo, no caso da arte abstrata, ou no caso dos limites do desenvolvimento da improvisação jazzística, a pretensão do refinamento da sensação, desmaterializando-a.

Monteagudo et al (2013) definem o conceito de ‘itinerário de ócio’ como um estudo longitudinal das escolhas das atividades de ócio ao longo da vida, sendo estas determinantes para a percepção do “valor do ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social” (2013, p.10). Ao encontro do pensamento de Deleuze e Guattari (1992) e, de acordo com estes estudos, as atividades de ócio podem ser geradoras de afetos, percetos e sensações, permitindo o encontro consigo próprio e com os outros, pela repetição conducente à criatividade e à superação, na medida em que,

o ócio é descrito como uma das poucas áreas da vida em que as pessoas encontram um espaço para a expressão e para o crescimento pessoal através da escolha e do envolvimento livre nas coisas de que gostam e que os redefine como indivíduos (Monteagudo et al., 2013, p. 1).

Estes autores concluem que “quanto maior a complexidade que podemos incorporar e atender com sucesso nas nossas práticas de ócio, maiores serão as probabilidades de ter experiências de ócio valiosas, capaz de transformar ócio num fator de desenvolvimento pessoal e social” (Monteagudo et al., 2013, p. 7).

A parte e o todo: repetição e criação do novo

Para Aristóteles, assim como para Nietzsche e outros filósofos de pensamento não racionalista, o ócio não deveria ser uma mera atividade de descanso ou uma prática de lazer entre as atividades laborais. Estes filósofos defendiam que as atividades humanas de excelência deveriam ser da esfera do ócio. Tal linha de pensamento, distingue o ócio “num âmbito de autonomia, aqui diferenciado do trabalho e do jogo, inclusive” (Cuenca Cabeza, 2016, p. 15). O que permite, ao mesmo tempo, distinguir estado de ociosidade de experiência de ócio, “diferenciando-os em função da intensidade e profundidade da experiência e dos atributos nela implicados” (Rhoden, 2009, p. 1233).

A teoria da repetição do pós-modernismo de Deleuze (2000) revela-se muito fecunda como recurso conceptual onde se pode inserir a prática de vários tipos de intérpretes musicais, sejam estes do ramo erudito – o que pode incluir repetição motora da partitura escrita quase até à exaustão –, seja na área do jazz – que, para desenvolvimento de ideias improvisacionais, pode incluir repetição *ad eternum* de *standards* ou de estruturas semelhantes aos *standards*.

O conceito do eterno retorno, já formulado por Nietzsche (Deleuze, 1988, p. 15), explica a repetição não como repetição do mesmo, mas como repetição que reitera constantemente a ‘ideia da coisa’, originando um processo de criação do novo com base na intensidade – considera Deleuze (2000). Como tal, pode ser aliado ao ócio enquanto prática criativa, de performance e potencial geradora de novidade, portanto, de desenvolvimento de algo que pressupõe liberdade. Aqui, a repetição jamais pode ser entendida como algo rotineiro mas sim, algo que imerge num processo consciente de desenvolvimento. “O ócio autotélico convoca o compromisso pessoal, que acontece quando tomamos consciência do carácter diferencial da prática da atividade e imergimos num processo consciente de desenvolvimento” (Cuenca Cabeza, 2016, p. 13). O ócio como fim em si mesmo (autotélico) é definido pela

liberdade de ação e eleição, a autotelia, a gratificação da ação e o facto de ser uma atitude, mais do que a ação por si própria. Tem de específico o seu carácter consciente, reflexivo, global, de melhoria, abertura e encontro com a cultura. Está relacionado com a autorrealização, no qual estão implícitas a aprendizagem e a formação (Cuenca Cabeza & Cuenca Amigo, 2013).

De acordo com esta conceptualização, só a intensidade traz o novo – é o elevar à potência infinita, a repetição daquilo que é a singularidade. Só essa intensidade cria o novo, o original, tal como nas práticas performativas musicais, especialmente no jazz, no qual, para o desenvolvimento da improvisação, é necessário conhecimento profundo da estrutura e harmonia da peça, entranhada quase visceralmente, para que, através da intensidade da repetição do *chorus* e do desenvolvimento das ideias sucessivas improvisacionais, se ultrapasse o próprio *chorus* e se vá para além da estrutura, num nível de construção rítmico-melódico-harmónica de verdadeira criação.

Vista sob esta perspetiva, a realidade é uma virtualidade infinita onde a intensidade a faz tomar forma, pois a matéria de que parte a criação é indivisível. O novo é assim criado a partir desta virtualidade infinita e, por outro lado, só a intensidade faz com que aconteça. Acresce ainda que, a intensidade nos afasta dos hábitos e da memória, enquanto a repetição é fruto da vontade, do desejo que origina a intensidade. Nietzsche define que o eterno retorno do mesmo está relacionado com a vontade – o sujeito deseja para si próprio o retorno do mesmo (Deleuze, 1988). Valoriza-se desta forma a repetição como algo que origina o novo, pegando no mesmo e esticando-o, deformando-o, abordando-o de todos os ângulos possíveis, o que pode ser considerado uma perfeita descrição do ato artístico. Com efeito, na performance musical jazzística, é exatamente isso que acontece.

Picasso, para chegar ao nível de intensidade de movimento no desenho de um cavalo em apenas quatro ou cinco traços, começou por desenhar e pintar retratos realistas do animal, repetindo diversas vezes o traçado por cima da mesma figura, até que chegou a uma só linha, capturando a intensidade e reduzindo a expressão da forma a um único traço.

Por volta do ano de 1925, Louis Armstrong, com os seus *Hot Five*, elevou a improvisação jazzística a um nível nunca antes conseguido, ao fazer algo de equivalente ao que descrevemos no caso de Picasso. E no projeto *I+I* de Wayne Shorter e Herbie Hancock (1997) atinge-se a saturação do som, secando-o, reduzindo-o ao mínimo na sua singularidade. É como descrevem Deleuze e Guattari:

Que a escrita seja como a linha (...) de Virgínia Woolf. (...) é preciso ‘saturar cada átomo’ e, para isso, eliminar, eliminar tudo o que é semelhança e analogia, (...) tudo o que excede o momento, mas colocar tudo que ele inclui. (...) Reduzir-se a uma linha abstrata, um traço, para encontrar a sua zona de indiscernibilidade com outros traços e entrar, assim, na hecceidade como na impersonalidade do criador. (...) Saturar, eliminar, colocar tudo (Deleuze & Guattari, 1997a, p. 64).

A música erudita tonal por várias vezes atingiu patamares de limite, como por exemplo no pós-romantismo de Schoenberg, imediatamente antes da rotura com o Tonalismo e a criação do novo sistema do Dodecafonismo, por esse mesmo compositor. De variadas formas se quebrou o paradigma tonal vigente durante séculos e se criaram novos sistemas e alternativas: “Há um ‘limiar’ contínuo da potência, que acompanha de cada vez a transposição dos ‘limites’ da axiomática” (Deleuze & Guattari, 1997b, p. 148).

No período da música clássica, fazia-se a repetição por ela mesma, com pequenas alterações de dinâmica. No jazz, mantendo-se muitas vezes a utilização do sistema tonal, con-

seguuiu-se o desenvolvimento do tonalismo, que ultrapassou o pós-romântico até um limite tal que deixou de ser romântico. Isto é, até à ‘saturação do átomo’, até ao ‘traço único’ de Picasso, numa intensidade de uma nota única, que atravessa uma harmonia de múltiplas sonoridades – plastificando-se e moldando-se. Um mesmo som passando de nota consonante de um acorde para nota altamente dissonante no próximo, para resolver como tensão de 11^a Aumentada no seguinte e, assim, ficar em suspensão.

Na música clássica, tonal, o perceto transmitido é de estabilidade, pois sente-se que, apesar de determinados momentos de tensão ou distensão, a resolução vai acontecer num momento de consonância completa. Pelo contrário, no tipo de jazz a que me refiro, a sensação primeira pode parecer de tal modo abstrata que poderá provocar um estado permanente de inquietação. No entanto, no jazz, há sempre o ‘retornar ao mesmo’ porque a base estrutural harmónica para o desenvolvimento improvisativo se mantém até ao fim, apesar de sofrer metamorfoses a todos os níveis: na abordagem dinâmica, rítmica, de tensões harmónicas, etc. A estrutura e a harmonia de base mantêm-se repetidas até ao final e, isto não acontecendo, cria-se uma nova estrutura, por vezes em tempo real da performance, para substituir a que estava a ser utilizada e passar esta a ser repetida como ‘cauda’ sob improvisações finalizantes.

Portanto, na virtualidade tudo pode existir, mas torna-se real na intenção, na repetição, que não é divisível como a extensão. Pelo contrário, só a intensidade (neste caso a obra de arte) faz a extensão existir (Deleuze, 1988). Dessa forma, poucas coisas de diferença absoluta realmente existem. O conceito do eterno retorno explica o alcance da criação, da diferença, “elevando o que se quer à enésima potência” (Deleuze, 1988, p. 17), trazendo assim o novo. Mas o novo não é a representação do que lhe pré-existe. É a verdadeira criação do que não existia antes.

Na linha de pensamento ocidental tradicional, defende-se que o conhecimento se faz por representação e que as palavras equivalem às coisas, esgotando-as num presumível sentido único e objetivo. Muito do conhecimento Ocidental é elaborado por representação e não pela criação ou expressão (ou pela própria materialidade das coisas).

Esta é, também, uma das temáticas de estudo recorrentes nos Estudos Culturais: a do predicado do pensamento não representativo e da importância da materialidade da cultura, tanto para a ação como para a reflexão. Assim como, na temática do ócio:

Os estudos do ócio têm a sua origem marcada pelo pensamento grego, segundo o qual apenas a partir da sua apropriação seria possível alcançar um estado de reflexão e, assim, encontrar a verdadeira liberdade. Esta, por sua vez, seria decorrente da apreensão subjetiva do mundo, o que conduziria o homem a orientar-se pela descoberta da sua verdade, a conhecer-se a si mesmo e, por esta via, encaminhar-se a uma vida digna (Martins, 2016, p. 35).

É que, é possível ser o mesmo, ser o outro e ser o híbrido simultaneamente, no que Hall (2003) denomina como uma onda de similaridades e diferenças capaz de recusar a divisão em oposições binárias, pois, “o que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais” (Hall, 2003, p. 258). Ou, como explicita Foucault:

A teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem, por sua vez, como quadro espontâneo e quadriculado primeiro das coisas, como suplemento indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se; uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e define-as na sua coerência própria (Foucault, 1999, p. 14).

No cânone da representação, as palavras substituem e esgotam as próprias coisas. A linguagem artística, pelo contrário, procura a expressão, não a interpretação: um olhar com as coisas, não sobre as coisas, no sentido em que representar é frequentemente oposto a expressar, sublinhando-se agora o quanto as palavras não são neutras, ao contrário do que se pensava na sequência de uma longa tradição filosófica. Investigadores dos Estudos Culturais têm concluído que a linguagem é um meio que não é neutro na formação de conhecimento e dos sentidos do mundo.

O mundo que, durante séculos, fora observado como algo objetivo, existente para além da própria linguagem, é agora estudado e percecionado tendo em conta que a linguagem constitui, ela própria, significados e conhecimentos (Barker, 2008). O argumento da ‘implosão do significado’ parece repousar sobre a suposição da pura facticidade das coisas: as coisas são apenas o que se vê à superfície. Não denotam ou significam nada, “não podem ser ‘lidas’. Estamos para além da leitura, da linguagem, do significado” (Grossberg, 1986, p. 136).

É o movimento da transformação na repetição em intensidade que importa (Deleuze, 1988). O movimento, a intensidade e não o momento de chegada ou a representação como fecho das categorias racionais.

O crescimento do performer musical pode compreender-se neste contexto. O desenvolvimento e crescimento no âmbito da performance dá-se no movimento e no fluxo e é na intensidade que se dá o novo. Por isso, o performer tem que se dedicar, por largos períodos de tempo, à repetição, à intensidade da repetição, à performance em si. E, fazer isso, repetidamente, exatamente com o mesmo alinhamento em cada *tournee*, para audiências diferentes, leva-o a percorrer caminhos diferentes, enriquecendo essa aprendizagem, essa criação derivada da repetição, dando lugar ao novo. Da mesma forma, o ócio autotélico ou, como fim em si mesmo, “se diferencia claramente das práticas de lazer generalizadas pela consciência e pelo livre envolvimento por parte de quem o experimenta” (Cuenca Cabeza, 2016, p. 13).

No caso da música minimal repetitiva, temos a importância do todo e não da parte, na compreensão final da obra. A música minimal procura conseguir novas sonoridades, utilizando técnicas de composição diferentes das que se praticavam até aí. Na audição de uma destas obras, o ouvinte vai atingindo um estado ‘hipnótico’ que o leva a vislumbrar novas ‘imagens sonoras’, o que só é possível com o seu envolvimento na forma global da peça. Este tipo de envolvimento musical pode ser visto como um exemplo do fim da ‘representação’ como modo único de produção de conhecimento no Ocidente. Aliás, não é por acaso que a música minimal repetitiva teve fortes influências de correntes orientais.

It's gonna rain, de Steve Reich, por exemplo, é construída com base na exploração máxima de corte e colagem de uma fita magnética. A fita tem como suporte uma única frase gravada que vai sofrer processos cíclicos de repetição, processos aditivos e de desfaseamento.

Aqui, aplica-se o conceito do eterno retorno pela repetição elevada à potência infinita, fazendo sobressair a singularidade na repetição, que nunca é exatamente o mesmo, levando ao surgimento de novas imagens sonoras, que se sucedem umas às outras.

Iannis Xenakis, seguindo um caminho totalmente diferente do minimalismo, começou, igualmente, por rejeitar o serialismo e reinventar a música voltando aos princípios básicos da composição – o dos sons naturais. Tal como Varèse, Xenakis pretende mudar a cor e a densidade na música – faz música monumental, com grandes ‘muralhas’ e blocos de sons.

A partir de 1955, Xenakis introduz na composição musical, a teoria das probabilidades, a teoria matemática dos jogos – música estratégica e, a teoria dos conjuntos e a lógica matemática. Tudo isto para organizar a nova linguagem que apresenta: os vastos conjuntos de sons. Pela formalização e axiomatização matemático-física, que aplica na música, esta deixa de ficar separada das outras ciências. Como resultado, obtém-se uma grande expansão do domínio do som musical, a exploração de todos os recursos dos instrumentos clássicos e o uso dos sons eletroacústicos.

Como alternativa ao que considera o determinismo e à polifonia, quase medieval, da formalização serial, Xenakis propõe a noção de nuvem de sons, de ser sonoro em massa, que é conseguida através do cálculo das probabilidades. Propõe um novo corpo de lógica para a organização da composição, que permite a resolução de problemas como o da continuidade/descontinuidade, retomando o que se usava na antiguidade antes da imposição do canto-gregoriano medieval e da sua linearidade. No fundo, isto é o que constitui o sistema estocástico e que vai de encontro à noção de construção do conhecimento rizomático:

Não se trata mais de impor uma forma a uma matéria, mas de elaborar um material cada vez mais rico, (...) consistente, apto (...) a captar forças cada vez mais intensas. O que torna o material cada vez mais rico é aquilo que faz com que heterogêneos se mantenham juntos sem deixar de ser heterogêneos (Deleuze & Guattari, 1997a, p. 123).

Para Deleuze, “o eterno retorno afirma a diferença, afirma a dissimilaridade e o díspar, o acaso, o múltiplo e o devir” (1988, p. 280). O que sai do eterno retorno é aquilo que não aceita a diferença, enquanto a ‘representação’ corresponde ao modo identitário e estático que, ao manipular apenas o conceito como entidade abstrata julga estar a conhecer as próprias coisas.

O modo de conhecimento pelo qual opera a representação exclui o eterno retorno, já no pensamento rizomático torna-se mais premente descrever o movimento do que a fixidez. Não se descreve mais a identidade que nos une a um coletivo, mas a singularidade que faz o objeto ser como é. O idêntico não retorna, o que retorna é o diferente. Da mesma forma, o “processo interpretativo integral” é o que confere valor à experiência de ócio, resultando “da união das circunstâncias objetivas e subjetivas de cada sujeito” (Cuenca Amigo, 2012, p. 23).

Tal como na música minimal e tal como nas grandes massas sonoras de Xenakis, é o movimento que tudo identifica, é a passagem. O movimento e não as diferenças. É o que fica do que vai sendo expulso em cada repetição. Repetição essa que é feita com intensidade,

pois só na intensidade há produção da diferença e da singularidade. O mundo é feito de diferenças produzidas pelo movimento, que permanecem na repetição.

Conclusão

É difícil definir ou conceptualizar a arte. Contudo, pode-se dizer que é uma atividade do ser humano que se traduz na manifestação de percepções, emoções e sentimentos, de qualidade estética. Isto é, a manifestação ou ato que contém na sua essência valores de beleza, equilíbrio ou harmonia.

Por ócio, pode entender-se “tudo aquilo que realiza as pessoas de forma livre e, simplesmente porque desfrutam (...) o ócio não é um tempo, nem algumas atividades, mas sim uma ação pessoal e comunitária que tem a sua raiz na motivação e na vontade” (Cuenca Cabeza & Cuenca Amigo, 2013). Considerando-se os diversos tipos de ócio, as expressões artísticas podem ser abrangidas pelo denominado ‘ócio criativo’.

Estas duas realidades encontram-se em interligação indissociável. Uma demonstra a outra, revelando-a. A música é arte e, tal como outras formas de arte, torna-se independente do seu criador, compositor. O artista vive, assim, cada momento de construção da sua obra com emoção, com paixão, de modo absorvido numa dualidade de tensão e relaxamento libertadores. Uma experiência bastante semelhante à experiência de ócio, quando esta se transforma num espaço abrigo em que cada sujeito expressa e onde é o próprio ator da sua liberdade, no qual guarda e preserva os valores da sua existência. Nesta medida, o ócio pode ser gerador de sentimentos de satisfação e criatividade, capacitando para a realização de aspirações, o que origina o autodesenvolvimento e autonomia, tão indispensáveis na tomada de decisões. O que tudo implica e necessita de liberdade.

Bibliografia

- Barker, C. (2008). *Cultural studies: Theory and practice*. (Sage, Ed.) (3rd Ed). Los Angeles/London: Sage.
- Cuenca Amigo, J. (2012). *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía genesis y condiciones de posibilidad*. (Instituto de Estudios de Ocio, Ed.), *Documentos de Estudios de Ócio* (Vol. 48). Bilbao: Universidade de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (1995). *Temas de pedagogía del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (1999). *Ocio y formación: hacia la equiparación de oportunidades mediante la educación de ocio*. (Instituto de Estudios de Ocio, Ed.), *Documentos de Estudios de Ócio* (Vol. 7). Bilbao: Universidade de Deusto. Retrieved from <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/ocio/ocio7.pdf>
- Cuenca Cabeza, M. (2016). O ócio autotético. *Revista Do Centro de Pesquisa e Formação*, (2), 10–29.
- Cuenca Cabeza, M., & Cuenca Amigo, M. (2013). O Encontro ente o Ócio e a Cultura - Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2), 4–27.
- Deleuze, G. (1988). *Diferença e repetição*. (L. Orlandi & R. Machado, Trans.). Rio de Janeiro: Graal.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia* (Vol. 34). Rio de Janeiro: Editora 34.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997a). *Mil Platôs-capitalismo e esquizofrenia*. (S. Rolnik, Trans.) (Vol. 4). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997b). *Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 5). São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (8a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Grossberg, L. (1986). On postmodernism and articulation: An interview with Stuart Hall. *Journal of Communication Inquiry*, 10(2), 45–60.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora - Identidades e mediações culturais*. (UFMG, Ed.) (Humanitas). Belo Horizonte: UFMG.
- Martins, J. C. O. (2016). Ócio na contemporaneidade cansada. *Revista Do Centro de Pesquisa e Formação: Perspectivas Contemporâneas Sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre*, 35–44.
- Monteagudo, M. J., Cuenca, J., Bayón, F., & Kleiber, D. A. (2013). Ócio ao longo da vida: As potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2), 155–172.
- Pieper, J. (2003). El ocio y la vida intelectual. trad. de Alberto Pérez Masegosa. *Manuel Salcedo, Lucio García Ortega y Ramón Cercós, Madrid: Rialp*.
- Rhoden, I. (2009). O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Revista Subjetividades*, 9(4), 1233–1250.

RESISTÊNCIAS COTIDIANAS DE IDOSOS DA PRAINHA DO CANTO VERDE-CEARÁ/BRASIL: UM ESTUDO DE ENFOQUE ETNOGRÁFICO¹

Francisco Welligton de Sousa Barbosa Junior²

Laís Duarte de Moraes³

José Clerton de Oliveira Martins⁴

Introdução

A sociedade em que vivemos orienta-se a partir de práticas de poder e de saberes que têm como fim a docilização dos corpos para a máxima extração de sua força produtiva, para o seguimento de uma lógica capitalista (Foucault, 2010a, 2010b). Esse cenário, que valoriza excessivamente o trabalho, frequentemente põe o jovem como aquele que pode trabalhar, produzir e consumir frenética e incessantemente, fazendo destas expressões como que sinônimos de juventude (Moreira & Nogueira, 2008; Schneider & Irigaray, 2008). Com isso o que se cria é um discurso hegemônico que consiste em um ideal alienado de juventude.

E uma vez que os valores que apreendemos e que contribuem para nossas apreensões de nós mesmos e do outro são formados a partir das relações entre nossas histórias e os valores da sociedade em que vivemos (Teixeira et. al., 2015; Guattari & Rolnik, 1996), internalizamos essa exaltação da juventude ao longo das fases de nossa vida (Moreira & Nogueira, 2008; Barbosa Junior, Moraes & Martins, 2017; Barbosa Junior & Baptista, 2018).

Nesse cenário, e como forma de contribuir para a afirmação do discurso apontado, a velhice é colocada em seu extremo oposto, sendo associada, frequentemente, a ideias de inutilidade, descarte, decrepitude, doença e morte (Neri & Freire, 2001; Schneider & Iri-

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Estudante do Programa Doutoral em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro, e-mail: welligtonbjr@gmail.com.

³ Estudante do Mestrado em Psicologia, Universidade do Minho, laishinodalp@gmail.com

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado), Universidade de Fortaleza. e-mail: jclertonmartins@gmail.com.

garay, 2008), o que contribui para que essa fase da vida seja rejeitada, muitas vezes, por crianças, por jovens e pelos próprios idosos (Barbosa Junior, Moraes & Martins, 2017; Barbosa Junior & Baptista, 2018). O que temos, portanto, são discursos que contribuem para fazer da velhice algo a ser evitado, como se fosse um mal.

Percebemos, desse modo, que a velhice é compreendida como um desvio, e o idoso o sujeito desviante, alguém que, por ser idoso, carrega uma marca que o identifica, um estigma frente a tal padrão de normalidade fruto destes valores morais derivados das concepções anteriormente apresentadas (Goffman, 2015; Barbosa Junior & Baptista, 2018).

Discursos e apreensões como estas observamos, por exemplo, no Nordeste brasileiro, região ainda muito marcada por tais pensamentos hegemônicos sobre o envelhecimento, o que bem se reflete no fato de muitos de seus idosos serem desamparados e desassistidos por parte das políticas públicas. Nessa região, vale ressaltar, encontram-se 5.531.289 dos 20.869.849 idosos do país, segundo o IBGE em 2012, o que corresponde a aproximadamente vinte e cinco por cento do número total de idosos que vivem no Brasil. Dado este que também nos ressalta o olhar e nos permite pensar sobre a importância de tratarmos desta questão.

Sabe-se que o poder e o saber se encontram em todos os lugares e que tais práticas e discursos se retroalimentam e contribuem para a manutenção do sistema vigente (Foucault, 2010b) - tal como percebemos a exemplo apontado sobre o Nordeste brasileiro, em que o desamparo e as desassistências de suas populações idosas, além de tudo, denunciam a desigualdade desta relação de forças, de poder e saber.

Por outro lado, sabemos que onde há poder também se encontram pontos de resistência (Foucault, 1999), os quais compreendem práticas e saberes que seguem caminhos outros diferentes dos impostos pelos discursos hegemônicos e estrategicamente reproduzidos nesta relação saber-poder (Foucault, 2010b). E uma vez que as resistências, muitas vezes, estão nas práticas do cotidiano de cada indivíduo, fazendo-se num âmbito micro, ou seja, enquanto microrresistências (Foucault, 2012), perguntamo-nos: quais práticas cotidianas realizadas por idosos poderiam ser compreendidas enquanto microrresistências aos discursos hegemônicos sobre a velhice?

Assim, orientados por essas inquietações, buscamos neste trabalho identificar tais práticas de resistências a partir de interpretações de resultados da pesquisa “Experiências potencializadoras da vida de idosos na prainha do Canto Verde, Beberibe-Ceará/Brasil” realizada a partir de um enfoque etnográfico em que foram entrevistados 52 idosos que responderam à seguinte questão: “o que você mais gosta de fazer nessa sua fase da vida?”.

Ressaltamos ainda que este estudo é uma das ramificações de uma pesquisa maior intitulada “Recriando-se nas Temporalidades Livres da Velhice: Um Estudo sobre as Experiências Potencializadoras da Vida com Idosos do Nordeste Brasileiro”, realizada pelo Laboratório de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre (OTIUM), pertencente ao Grupo de Trabalho OTIUM / Estudos Multidisciplinares sobre Ócio e Tempo Livre, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este Laboratório vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade de Fortaleza (PPG-Psi - UNIFOR), Brasil.

Metodologia

O estudo apontado foi tomado sob a perspectiva qualitativa (Minayo & Sanches, 1993) com caráter descritivo e exploratório (Gil, 2002), em que foi convocado o enfoque etnográfico, e definidas e seguidas as três fases para o percurso: 1) demarcação do campo; 2) preparação e documentação; 3) investigação de campo; 4) conclusão (Aguirre & Martins, 2014), processo este que ocorreu entre Agosto de 2015 e Junho de 2016.

Durante as imersões no campo foram utilizados diários de campo. E com o fim de coletar dados houve também a apropriação de instrumentos como o questionário sociodemográfico e a realização de uma entrevista semiestruturada. Entretanto, seguindo o objetivo que conduz este artigo, abordaremos aqui apenas a análise de dados da seguinte questão: “o que você mais gosta de fazer nessa sua fase da vida?”.

Em termos éticos, ressalta-se que foram seguidos os preceitos da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que orienta sobre pesquisas que envolvem seres humanos. E como prova de conhecimento e concordância com o afirmado, os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Precedendo o início das entrevistas, os idosos preencheram um questionário sociodemográfico onde são fornecidas informações como nome, idade, sexo, escolaridade, estado civil, importantes para visualizarmos, de modo geral, o perfil dos idosos da comunidade - conforme veremos em ponto posterior de nosso texto.

E com o fim de auxiliar para o desenvolvimento de categorias e discursos para análises, tomando como base as respostas às entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), baseada na teoria da Representação Social, o que nos auxiliou ao desenvolvimento de discursos sínteses em primeira pessoa do singular, constituindo-se enquanto voz de um “sujeito coletivo”, ou seja, discursos representativos dos sujeitos do lugar (Lefèvre & Lefèvre, 2005).

Esta técnica consiste em identificar a essência dos depoimentos de cada participante e sugere um discurso conjunto sintético que possa representar o discurso de uma coletividade de sujeitos. O DSC, segundo seus criadores, visa

analisar o material verbal coletado, extraindo-se, de cada um dos depoimentos, as ideias centrais e/ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave; com as expressões-chave das ideias centrais ou ancoragens semelhantes compõe-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular (Lefèvre & Lefèvre, 2005, p. 16).

A técnica do DSC mantém os discursos dos sujeitos como eles foram proferidos. Não são feitas sínteses nem eliminações dos discursos originais. Parte-se do pressuposto de que se o pensamento dos indivíduos se transforma num discurso, e que o pensamento da coletividade formada por esses indivíduos também deveria ser visto e analisado como um discurso, entretanto, coletivo.

Assim sendo, o DSC é um discurso-síntese elaborado com partes de discursos que apresentam significados semelhantes (Ideias Centrais). Em outras palavras, e para dar mais ênfase ao que aqui apontamos: discursos de significados semelhantes que, reunidos, formam um único discurso (Lefèvre & Lefèvre, 2005).

Sobre a Prainha do Canto Verde-Ceará/Brasil

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade litorânea do Estado do Ceará/ Brasil que se situa no município de Beberibe, litoral leste, distando 126 quilômetros de Fortaleza. Conhecida por ser uma comunidade tradicional pesqueira, a Prainha do Canto Verde apresenta uma área de praia de aproximadamente 5 Km de extensão, ocupada por cerca de 200 famílias. Tal população baseia-se em sua maioria na atividade extrativista pesqueira e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (Almeida, 2002).

As atividades de pesca artesanal e artesanato são presentes na rotina da comunidade, sendo suas principais atividades econômicas. Ressaltamos ainda que as relações dinâmicas da comunidade se assemelham a uma sociedade tradicional, pois a comunidade apresenta: um modo de vida com forte laço de dependência com a natureza, no qual as atividades de subsistência são muito importantes; acumulação de capital reduzida; importância das relações familiares (doméstica, comunal ou compadrio) para a realização de atividades sociais, econômicas e culturais; importância dos mitos, rituais ou simbologias relacionadas às suas principais tarefas, como a pesca, caça e outras atividades extrativistas; e marcada divisão do trabalho a partir da diferenciação entre os sexos: enquanto as mulheres atuam como professoras, agentes de saúde, marisqueiras e com atividades artesanais ou de culinária, os homens trabalham, principalmente, com atividades voltadas para a pesca (Diegues, 2011; Galdino, 2014).

Ressaltamos ainda que as dinâmicas da referida comunidade se constituem a partir de suas relações entre terra e mar: mora-se na terra e se vive-se do mar, tendo a comunidade sua face (as estruturas físicas de suas casas e comércios) voltada para os seus verdes mares. É do mar que se retiram o alimento e produto de comercialização, sendo, portanto, a pesca artesanal sua principal atividade econômica, praticada por cerca de 70% das famílias (Almeida, 2002; Galdino, 2014).

Em relação à terra, seu espaço de viver, é nela onde se realizam trabalhos artesanais e manuais, frequentemente exercidos pelas mulheres da comunidade, tais como: labirintos, rendas e bordados. É na terra onde os nativos vivem, onde moram, onde constroem suas moradias, que, por vez, se fincam em terrenos mais sólidos. Entretanto, toda a comunidade se apresenta como um corredor de passagem das areias, uma vez que esta se instalou sobre um campo de dunas em processos constantes de mudanças (Carvalho, Bezerra & Pinheiro, 2010; Mendonça, 2004).

Os Sujeitos da Pesquisa

Os idosos entrevistados constituem-se enquanto pescadores, marisqueiras e/ou artesãos, que vivem na referida comunidade, e em sua grande maioria nasceram neste lugar e começaram a aprender seus ofícios e valores ainda quando crianças, a partir das interações com suas famílias de origem e com demais elementos da comunidade em questão, por exemplo o mar, a pesca e o artesanato, construindo-se assim a partir desta interação com os mais diversos elementos culturais do lugar.

A seguir apresentamos a caracterização dos idosos que participaram da pesquisa, tomando como base os dados por eles fornecidos ao questionário sociodemográfico aplicado antes do início de suas entrevistas.

Em relação às suas idades, os idosos entrevistados apresentaram idades que variam entre 60 e 78 anos e, em seu conjunto, uma idade média equivalente a 67,69 anos. No que se refere ao sexo, logo 28 (53,85%) pertencem ao sexo feminino, e 24 (36,15%) ao masculino. Em relação ao estado civil, e segundo o que cada um afirma, observa-se que 30 idosos (57,69%) se consideram casados. Logo em seguida, e três vezes menor em relação a esse valor, é o número dos que se afirmam viúvos: 10 (19,23%). Se continuarmos caminhando por essa ordem decrescente, nota-se que 7 idosos (13,26%) se dizem solteiros. Observa-se também que 3 (5,76%) é o número total daqueles que afirmam que união estável é seu estado civil. E por fim, temos que 1 (1,92%) se diz separado, e outro (1,92%) não soube responder. E no que corresponde à escolaridade, observa-se que 33 entrevistados (63,30%) afirmam ter o 1º Grau Incompleto. Seguido a esse valor estão aqueles que se dizem Sem Instrução: 14 (26,92%). Mais à frente, encontramos os cinco idosos restantes, que se dividem da seguinte forma: 3 (5,76) afirmam ter o 2º Grau Incompleto; 1 (1,92%) ter o 1º Grau Completo; e o último (1,92%), Pós-Graduação.

Resultados e Discussão

A partir dos dados colhidos nas 52 entrevistas realizadas (respondendo unicamente à questão “o que você mais gosta de fazer nessa fase da vida?”) e dos procedimentos realizados (conforme apontado em momento anterior), obtivemos um total de 91 Ideias Centrais, que nos possibilitaram a formação de 11 categorias, as quais nos levaram à criação dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) descritos no quadro apresentado na página seguinte - onde ao lado esquerdo encontram-se os nomes das categorias, ao lado direito os discursos referentes a elas, e ao fim de cada discurso o número de entrevistados que o compuseram. Este material, por vez, foi objeto de nossas análises.

As atividades elegidas pelos idosos em questão são as mais variadas, envolvendo o cuidado com a casa, com as plantas, a realização de atividades cotidianas, de trabalho e de artesanato, além de gostarem de caminhar, refletir sobre a vida, relacionar-se com outras pessoas e estar bem em família. Nesse sentido, os DSC's das categorias encontradas apontam a realização de suas preferências e desejos, ainda que apresentem limitações biopsicossociais.

Percebemos que os idosos da Prainha do Canto Verde sentem-se muito bem quando realizam o que gostam, mesmo que em um ritmo mais lento, representando, muitas vezes, o reconhecimento de seus limites físicos e um constante desafio e desejo de autossuperação, autonomia e independência, a partir da realização de suas atividades prediletas. E é importante afirmar que estes idosos, também aposentados, sentem-se com mais liberdade para decidir como, quando e onde querem realizar tais atividades, em cujo exercício eles se recriam a si mesmos, e assim atribuem novos sentidos existenciais nesta fase da vida.

Compreendemos que as categorias: “A: Cuidar da casa”, “C: Atividades relacionadas à pesca”, “D: Cuidar das plantas”, “G: Trabalhar” e “H: Satisfação com atividades cotidianas”,

Quadro 01 - Discursos do Sujeito Coletivo (DSC)

Categorias	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) – Quantidade de Sujeitos
A: Cuidar da casa	O que eu gosto de fazer é cuidar da casa, do almoço, do que precisa fazer, os <i>trabalhozin</i> de casa mermo que precisa, que vai fazendo pra levar o tempo: zelar a casa, fazer as minhas coisas, lavar bem a casinha, né, limpar, lavar as minhas roupa, fazer as coisas de dentro de casa. Fico mais <i>satirfeita</i> trabalhando nela, sinto muito feliz quando estou fazendo isso, fazendo as minhas coisas de precisão de fazer. Me sinto muito bem de tá fazendo as minhas coisas. É uma grande satisfação deu ainda tomar de conta das minhas coisas. Me sinto muito tranquila porque eu faço as minhas coisas ainda, devagar mesmo. Se eu num faço tudo num dia, faço em dois, faço no outro. Cada dia vou fazendo um tipo de coisa, vou fazendo outra. Eu me sinto muito feliz com isso, é uma experiência muito boa. Aí quando eu quero sair, eu saio pra <i>aculá</i> , dou um <i>passeiozim</i> , vou para a casa das minhas colegas, aí volto e vou me embora. Quando chego aqui já tá tudo bem, graças a Deus. Eu gosto de ver minhas coisas ajeitadinhas. (14 sujeitos)
B: Lazer diversos	O que eu gosto de fazer é algumas coisas assim como, ir pra missa, ir para a igreja. Gosto de me divertir também, fazer algumas coisas que eu me <i>de-virta</i> . Me sinto bem em jogar, ir pra praia, passear por <i>aculá</i> , né, tomar banho de mar. É tudo é bom de investimento, o cara assistir uma televisão. (13 sujeitos)
C: Atividades relacionadas à pesca	Eu gosto é de <i>trabaiá, né?</i> Pescar. Usar a minha profissão, minha maior profissão, a pesca. Pra mim, é o <i>mior</i> esporte que tem na minha vida. Sei que quando eu chegar a faltar, eu vou sentir muita falta da minha profissão. Quando eu <i>tô</i> com saúde, eu vou à praia, à vez ajudo a rolar uma jangada, à vez é difícil eu ir o mar. Aí uma coisa que eu fazia antigamente, eu gosto de fazer. Porque antigamente era o que a gente trabalhava, era o que a gente vivia. E hoje <i>tô</i> na idade, a gente <i>num</i> tem condução. Mas a gente tem prazer quando faz aquilo que a gente fazia antigamente: pescar, arrumar <i>rengalho</i> , estar mexendo com coisas de pesca, remendar <i>caçoeira</i> , colocando chumbo, remendando, fazer minhas coisas <i>direitim</i> . Eu me sinto feliz ao fazer isso, mesmo sendo pouco as coisas. (12 sujeitos)
D: Cuidar das plantas	Ah! O que mais gosto de fazer é cuidar da <i>minhas planta</i> e da minha horta. Me sinto muito feliz porque <i>as planta</i> faz parte da minha vida. Gosto de ficar mexendo no quintal, de aguar minhas pranta, <i>os coqueiro</i> , aguar os <i>coqueirozim</i> , limpar algum mato, cuidar das plantinha mermo, só aguando os coqueiro mermo, as plantinha em casa, né, ajeitando quando puder. Gosto de limpar meus pés no período de cajueiro, minha <i>prantação né, de ciriguela</i> , varrer, catar terreiro. Tudo que eu plantei, aí eu gosto de limpar, né? Gosto de ver tudo <i>organizadazinha</i> , tudo limpinha. O que eu plantei, agora eu <i>tô</i> colhendo. Aí eu acho muito importante né. (10 sujeitos)
E: Relacionar-se com outras pessoas	O que eu gosto mais de fazer na minha vida agora é <i>dialongar</i> com os amigos, prosar. É <i>dialongar</i> com mais prazer, me entender muito bem com a pessoa com que eu convivo, coisa que no passado eu não fazia, e agora <i>tô</i> fazendo, depois dos sessenta. Gosto de tá na praia comprando peixe, conversando com os amigos e tal, de tá na praia conversando com os colegas. Gosto de ver gente, conhecer outras pessoas, ajudar os outros, conversar com <i>as amigos</i> , contando nossos assunto. É o que eu gosto de fazer. (10 sujeitos)

Categorias	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) – Quantidade de Sujeitos
F: Caminhar	Do tempo que eu mais gosto, que a gente consegue e acha bom, depois dos <i>sessenta</i> ano, é andar, caminhar, andar pá praia. Gosto de andar, gosto muito, andar pra aqui, pra <i>aculá</i> , fazer caminhada pra os <i>meus nervo</i> , pá ter a saúde da gente, porque a saúde da gente é donde a gente vai mais à frente, né. (08 sujeitos)
G: Trabalhar	O que eu mais gosto de fazer é <i>trabaiar</i> . <i>Num</i> deixo de <i>trabaiar</i> , não. É, contando que já trabalhei muito, hoje na expectativa mais cansado, algum trabalho que ainda enfrenta, eu resolvo, isso que continuamos a trabalhar, porque tenho ainda resistência um pouco para o devido trabalho. E é isso que eu quero dizer: é que enquanto estivermos com a saúde, garras na frente, né. O que eu tenho a dizer é porque, veja, a gente já chegou essa idade, e num continua mais um trabalho mais fácil, mais maneiro. Faz parte, porque, realmente, a gente tem que continuar sempre a trabalhar. Qualquer um trabalho que surgiria pra gente, a gente tem que continuar a trabalhar, né. Gosto de trabalhar nas coisas, trabalhar na terra, na roça, plantar na roça. E <i>num</i> gosto de ficar parado, não. É a vontade que me dá de trabalhar, porque quanto mais eu trabalho, <i>mais eu tô</i> ganhando energia. E se eu parar, aí é prejudicial para mim. Por hora, <i>tô trabaiando dentro das casa, né?</i> É só o que eu tenho a fazer, é <i>trabaiar</i> lá, <i>trabao</i> ali. Mesmo ainda com essa idade avançada, com <i>as experiência</i> que a gente tem, que <i>num</i> pode deixar de <i>num</i> fazer algo de melhor para o nosso resultado, que isso é que importa para cada um de nós. É assim o <i>trabao</i> . (06 sujeitos)
H: Satisfação com atividades cotidianas	Eu gosto de muita coisa. Eu vou fazer uma comida, cozinhar, cuidar em comer. A comida é importante, a gente comer. Fazer um café, lavo um prato, vou toma um banho. Aí, quando termino, demora um pedacinho, eu sento na cadeira. Depois, eu me levanto, me deito na rede, vou dormir, e descansar, ter descanso na minha vida. Faz muito bem um descanso. Quando <i>dé</i> uma hora, <i>duas hora</i> , uma hora eu meia, eu me levanto. Aí, fico andando, movimentando o corpo. Você sabe como é que <i>as coisa</i> . É o máximo que eu desejo, que eu quero. Tem que ser uma coisa que me faz feliz, que eu me sinto bem, eu não posso nem dizer nada, <i>né?</i> (06 sujeitos)
I: Atividades artesanais	O que eu gosto é fazer meu trabalho na grade, fazer labirinto, renda, artesanato, costurar. Eu gosto muito de costurar. Eu ainda continuo costurando e vou até o fim da vida. Essas minha <i>ropa</i> aqui é tudo eu que faço na mão, <i>tudim</i> na mão. <i>Num</i> tem máquina, só na mão. E me sinto bem porque tenho minha própria independência. (05 sujeitos)
J: Estar bem em família	Tenho prazer eu viver com meu cônjuge, com <i>meus filho</i> , estar com minha família reunida, estar conversando com meus filhos. Quando <i>eles sai</i> ou tão fora, quando eles chegam na minha casa, recebo eles bem. Eu <i>tô</i> feliz, graças a Deus, na minha vida. Pra mim é um prazer muito grande isso aí. É um prazer que eu tenho, deu tá vivendo, né, com a minha saúde, graças a Deus, saúde do meu cônjuge, dos <i>meus filho</i> , na minha casa. (03 sujeitos)
K: Pensar na vida	Do tempo que eu mais gosto depois dos meus <i>sessenta ano</i> , é pensar na vida que eu tenho pra frente, né, a gente entender o que trouxe no início da vida, e agora, no presente. (02 sujeitos)

Fonte: Pesquisa Direta, 2016.

representam a existência de um fazer-prazer, sendo acompanhadas por um sentimento de bem-estar e felicidade em relação à ação desenvolvida. Reconhecemos nessas categorias a presença de liberdade percebida, motivação intrínseca e satisfação, que são os principais atributos de uma experiência de ócio (Monteagudo et al., 2013). Ressaltamos que a satisfação presente nos discursos dessas categorias nos passa a ideia de “um propósito de autonomia, uma aceitação de si mesmo, o que estabelece uma conexão com a sensação psicológica de vitalidade” (Cuenca, 2016, p. 21).

Nesse sentido, vale destacar que nos fazeres diários mencionados, os idosos em questão não apenas suprem necessidades cotidianas, relacionadas à preservação e manutenção de seu sustento, higiene pessoal ou alimentação. Pois essas atividades desvinculam-se de um fazer obrigatório e se estendem a um sentido de realização pessoal. É o que nos mostra, de modo ainda mais específico e evidente, a categoria “G: Trabalhar”, em que o trabalho parece estar despidido das próprias conotações discursivo-hegemônicas com seus valores morais e, redundantemente, coercitivos, presentes desde a palavra latina de que se deriva: *tripalium*, este instrumento outrora utilizado para torturas (Matos, 2012; Wolff, 2012; Salis, 2013, 2016).

Isso nos permite observar a própria vida orientada não a partir de valores e vivências como as mais puras e sutis torturas, suas obrigações, as imposições externas; mas sim por sua própria busca, pela busca da felicidade, esta referência maior do ócio autotélico, que resguarda grande potencial para os sentidos da vida e do desenvolvimento humano, permitindo a constante autossuperação (Cuenca, 2016). É a própria vida, portanto, que se direciona numa possibilidade que segue por caminhos diferentes dos pressupostos enfatizados por discursos hegemônicos sobre a velhice. É a própria vida que se conduz a partir de novos significados para as atividades outrora realizadas.

Outro fazer-prazer, que se relaciona muito com as categorias “C: Atividades relacionadas à pesca” e “G: Trabalho” é a categoria “I: Atividades artesanais”. Uma vez que o trabalho, para os idosos em questão, está associado a um fazer prazeroso, gerador de energia, criador de si mesmo e de seu cotidiano, ganhando conotações benéficas para além da função de sustento financeiro, o mesmo se estende para o caso do artesanato, mas com a particularidade de que no artesanato os idosos que criam suas peças admiram-se delas, sentem orgulho delas e de si mesmos, e lhes conferem originalidade à medida em que estes artesãos pensam e executam suas obras a partir da expressão de sua criatividade. Pois o ofício, para o artesão, se expressa sob um estado de arte marcado por contemplação e desfrute, uma vez que possui identificação intrínseca e positiva em seu processo de trabalho (Sennett, 2009).

Outro aspecto que proporciona bem-estar para os idosos da Prainha do Canto Verde diz respeito ao fortalecimento dos laços sociais e afetivos, tal como percebemos nas categorias “E: Relacionar-se com outras pessoas” e “J: Estar bem em família”. Não podemos deixar de destacar que as relações afetivas são essenciais ao longo da vida, e que, com o passar do tempo, os idosos tendem a sofrer perdas dos pais, irmãos, amigos próximos e até cônjuges. Com isso, há a necessidade de estabelecimento e/ou fortalecimento de laços afetivos com os familiares e amigos, tornando-se um importante aparato sociocultural de acolhimento e suporte (Zimmerman, 2007).

O funcionamento sócio afetivo que abarca as dimensões afetivas, motivacionais e de personalidade relaciona-se diretamente com a plasticidade emocional e cognitiva do idoso

que reflete em seu repertório comportamental e em seus processos de aprendizagens. (Cuenca, 2017). Assim, a interação positiva que ocorre entre a cognição, o afeto, a motivação e o comportamento manifesto através das ações empreendidas pelos idosos já citadas e discutidas nas categorias mencionadas contribuem para a melhoria de sua qualidade de vida e de saúde, o que difere de discursos externos e dominantes sobre a velhice, que associam esta fase da vida ao isolamento, à solidão e ao abandono (Neri & Freire, 2001; Schneider & Irigaray, 2008; Barbosa Junior, Moraes & Martins, 2017; Barbosa Junior & Baptista, 2018).

Em contraponto à maioria das categorias que despontam significados atrelados à liberdade percebida e satisfação intrínseca, identificamos a categoria “B: Lazer diversos”, que nos apresenta atividades vinculadas à diversão, descanso e repouso. Observemos que no discurso desta categoria o passear, jogar e ir à praia podem ser tomados como formas de divertir-se e de entreter-se, além de poder se apresentar como forma de descanso. Sob esse ponto de vista, fazemos referência ao lazer enquanto um conjunto de ocupações que o sujeito livremente escolhe, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, entreter-se ou desenvolver-se após se livrar das obrigações (Requixa, 1976, apud Aquino & Martins, 2007), sejam elas laborais, familiares, religiosas, etc., tal como sugere o radical *licere* (Aquino & Martins, 2007).

Segundo Marcellino (2007), o lazer, para além de uma prática de uma atividade, refere-se a uma vivência do tempo livre, tal como “cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos do tempo e da atitude” (p. 10). Vale esclarecer que a palavra “cultura” aqui se refere a um composto constituído por modos de ser, fazer e interagir.

Para evitar quaisquer confusões por parte do leitor, é imprescindível afirmar que justamente esta conotação que o lazer toma é um dos pontos basilares que o distingue do conceito de ócio - uma vez que este independe de eixos de temporalidades (inclusive o laboral) e da atividade em questão e se relaciona efetivamente ao significado que a pessoa atribui à sua experiência frente a determinada atividade no aqui e agora (Aquino & Martins, 2007; Martins, 2016, 2018). Além do mais, o lazer consiste em uma construção histórica e hegemônica que, em nossas sociedades produtivistas e consumistas, se dá em função das temporalidades laborais, contribuindo para fortificá-las e para fortalecer os pensamentos e discursos hegemônicos - o que não é o caso do ócio (Martins, 2016, 2018).

Dito isto, podemos interpretar que estas atividades de lazer dos idosos da Prainha do Canto Verde não são tomadas como geralmente nos costuma ocorrer: um descanso ou um divertimento tão somente para o retorno às atividades laborais. Isso porque nesse caso estas atividades de lazer não giram em torno do eixo temporal que em nossos cotidianos apressados e consumistas é tão marcante: o trabalho no sentido mais laboral e externo a que possamos nos remeter - cuja apreensão é vivida segundo o sentido hegemônico da palavra latina *tripalium* (Salis, 2013, 2016). Frente a isso, nos é possível interpretar que tais atividades de lazer, como descanso e diversão, são realizadas com o fim do próprio bem-estar.

Há ainda a categoria “F: caminhar”, que, diferente das demais, faz menção mais direta à saúde, esta percebida pelos idosos em questão como um bem-estar físico e emocional. A caminhada aqui é compreendida como um exercício que promove saúde, além de ser um movimento interno e externo de apropriação dos limites, resistências e anseios ligados à saúde corporal e psicológica pelos idosos. Podemos, então, retratar que a prática de

exercícios físicos regulares, além de contribuir para o aumento da expectativa de vida das pessoas, previne doenças e proporciona bem-estar físico e emocional, tendo como principais benefícios à saúde: ganho de fortalecimento e resistência física, atuação na melhoria da autoestima e da imagem corporal, diminuição dos níveis de estresse e da ansiedade (Miranda, Melo & Antunes, 2011), o que, mais uma vez, temos de ressaltar: não condiz com os discursos externos e dominantes sobre a velhice, em que esta é percebida como uma fase da vida marcada por perdas e adoecimentos (Neri & Freire, 2001; Schneider & Irigaray, 2008; Barbosa Junior, Moraes & Martins, 2017; Barbosa Junior & Baptista, 2018).

Por último discorremos acerca de uma categoria que possui um caráter mais reflexivo e introspectivo. Trata-se da categoria “K: Pensar na vida”, que revela uma possibilidade de encontro consigo e com sua história pessoal de vida em um constante vir a ser. Nessa categoria observamos que o pensar na vida é tomado como possibilidade de presentificação do sujeito mediante a relação passado-presente-futuro, apresentando-se como um momento fecundo para reelaborações em relação a aspectos de si e de sua vida, além de um planejamento do futuro com base no que quer vir a ser, pois investir no presente com base no que quer vir a ser e resolver conflitos passados é uma prerrogativa para que haja um desenvolvimento pessoal mediante uma perspectiva de desenvolvimento ao longo da vida (Erikson, 2011).

E o que percebemos a partir do tratado é que a maioria das categorias analisadas representam discursos sobre as experiências cotidianas de vida dos idosos da Prainha do Canto Verde, em que ocorre a realização de atividades prediletas e livremente escolhidas por eles, nas quais se encontram o desafio de recriar a si mesmo e a própria rotina.

Nesse sentido, os idosos em questão, para além de não perceberem a velhice enquanto um problema que deve ser evitado e para além de uma oportunidade de crescimento a nível pessoal e social, lançam-se na possibilidade de criação de potências de liberdade e satisfação que se abrem para novas possibilidades de reconfigurações, novos reconhecimentos e perspectivas sobre si mesmos enquanto pessoas idosas, sobre sua nova maneira de experienciar o tempo e a aposentadoria e sobre a forma de relacionar-se com outras pessoas e seus afazeres cotidianos.

Ressaltamos que o termo “liberdade”, a que aqui nos referimos, é tomado a partir de referencial de Neulinger (1981): um estado da mente, no qual o sujeito percebe que o que está fazendo é por livre escolha e por vontade própria. Assim, uma vez que os idosos em questão elegeram por si próprios as atividades acima descritas como suas atividades prediletas, percebemos, tal como expresso em seus discursos, uma dedicação e vinculação efetiva e afetiva com o desenvolvimento de tais tarefas.

Outro ponto interessante relativo à sensação de liberdade percebida nas entrevistas foi que, a partir do ganho da aposentadoria e da não-obrigatoriedade de se realizar um trabalho para o sustento de si e de sua família, proporcionaram-se condições positivas para que os idosos investigados se sentissem mais donos do seu tempo e de si para conduzir o seu modo de viver.

A implicação subjetiva e o cultivo das atividades elegidas pelos idosos em questão refletem no sentimento de bem-estar e de satisfação com a vida de modo substancial. Isso porque os efeitos subjetivos do envelhecimento

não dependem tanto do número de anos do sujeito ou de determinadas mudanças corporais, e sim da atitude do idoso diante das suas vivências e dos modos que ele encontra para conferir significado às situações da vida (Cuenca, 2017, p.172-173),

Assim sendo, poderíamos afirmar que tais práticas configuram-se enquanto micro-resistências à medida em que os idosos se implicam subjetivamente e são arrebatados por experiências que lhes possibilitam criar um saber sobre si mesmos, ainda que se encontrem imersos em contextos atravessados por discursos hegemônicos que determinam um conjunto de possibilidades sobre o modo de agir, pensar e, inclusive, apreender-se na velhice. E é justamente na vivência de tais práticas enquanto experiências de ócio em que tal fresta foi possível. Afinal,

o ócio nos permite descobrir nossos interesses e necessidades, saber o que queremos na realidade. Desse modo, entramos em um caminho que favorece o crescimento pessoal através de uma estimulação autodirigida que nos incita à melhora pessoal e à aprendizagem (Cuenca, 2017, p.173).

Conclusões

Seguindo agora neste que é o último momento deste trabalho, podemos afirmar que todas estas atividades apontadas nos discursos e categorias mencionados parecem apresentar alguns traços ou características em comum, como terem um fim em si mesmas, serem livremente escolhidas por parte daqueles que as realizam e as vivem, além de, como notamos a partir dos próprios discursos, os sujeitos sentirem satisfação enquanto as realizam. Estas características nos permitem inferir a vivência da maioria destas experiências enquanto experiências de ócio, em que por meio destas estes sujeitos parecem empreender sentidos à vida.

Ao mesmo instante em que percebemos isso, outro ponto nos salta à vista: o fato de que estes discursos aparecem enquanto microrresistências em relação aos discursos hegemônicos sobre a velhice que são perpassadas por estigmas. É de se notar que estes idosos sabem e reconhecem seus limites físicos, doenças e vulnerabilidades físicas que muitas vezes ocorrem nesta fase da vida. No entanto, eles não se afirmam a partir deste lugar, do lugar do idoso inútil, doente ou decrépito. Pelo contrário: embora os discursos externos contribuam para forjar corpos que vivem segundo as conotações negativas sobre o envelhecimento citadas, estes idosos buscam a vivência de suas próprias vidas atreladas a estas atividades que lhes são prazerosas. E é justamente dessa relação que eles produzem discursos e saberes próprios, saberes seus, o que lhes contribui para dizerem sobre si próprios de uma forma diferente do que afirmam tais discursos hegemônicos.

Desse modo, o que percebemos a partir dos discursos destes idosos é que estas experiências nestas atividades de seus cotidianos, embora sejam atravessadas pela cultura e por seus valores, são os idosos eles próprios seus atores; nestas experiências emergem saberes que não vão ao encontro das lógicas capitais de produção e consumo; e existe uma ética a partir da experiência, ética esta que atravessa a vida destes sujeitos e sua forma de viver e pensar-se no mundo.

Estes e outros pontos nos permitem, portanto, mais uma vez afirmar e enfatizar que estas experiências cotidianas dos idosos da Prainha do Canto Verde podem ser interpretadas enquanto experiências de microrresistência aos discursos hegemônicos sobre a velhice.

Referências Bibliográficas

- Aguirre, A. B., & Martins, J. C. (2014). *Pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico*. Coimbra: Grácio Editor.
- Almeida, L. H. P. e S. (2002). *Indicadores de qualidade de vida, instrumentos para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, CE. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15743>
- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade de consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500.
- Barbosa Junior, F. W. S., & Baptista, M. M. (2018). Reflexões sobre a escrita como experiência aos discursos hegemônicos sobre a velhice. In: J. C. O. Martins; L. D. L. A. Rocha (Eds.). *No Envelhecer Experimente Viver: reflexões sobre experiências potencializadoras da vida nos tempos livres da velhice* (pp. 89-124). Curitiba: Editora CRV.
- Barbosa Junior, F. W. S., Moraes, L. D., & Martins, J. C. O. (2017). Experiências Potencializadoras da Vida de Idosos na Prainha do Canto Verde - Ceará. In: J. C. O. Martins & M. R. R. Lopes. (Org.). *Envelhecer: tempo de (re)criar a vida* (pp. 105-131). Curitiba: CRV.
- Carvalho, R. M., Bezerra, L. N., & Pinheiro, J. C. V. (2010). Aspectos socioeconômicos da pesca na comunidade da Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 4(3), 1-24. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/544>
- Carvalho, R. M. & Vargas, A. (2010). O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. *Licere*, 13 (4), 1-16.
- Cuenca, M. (2016) Ócio autotético. In: Martins, J. C. O. (Org). Dossiê: Ócio, Lazer E Tempo Livre. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. (2), 1-28.
- Cuenca, M. C. (2017). Potencialidades do ócio para o desenvolvimento humano e sustentabilidade ao longo da vida. In: J. C. O. Martins & M. R. R. Lopes. (Orgs.). *Envelhecer: tempo de (re)criar a vida*. (pp. 165-185). Curitiba: CRV.
- Diegues, A. C. S. (2001). *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP.
- Erikson, E. H. (2011). *El ciclo vital completado* (3 ed.). Barcelona: Paidós.
- Foucault, M. (1999). *O dispositivo de sexualidade*. In *História da sexualidade, v.1: A vontade de saber*. (pp. 73-123). 13ed. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2010a). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ed. (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010b). *Vigiar e punir*. 38ed. (Trad. Ramallete, R.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2012). *Verdade e poder*. In R. Machado (Org.). *Microfísica do poder* (pp. 01-14). 1ed. (Trad. R. Machado). São Paulo: Paz e Terra.
- Galdino, J. W. (2014). *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal – o caso da Prainha do Canto Verde, do litoral cearense*. Fortaleza: Editora UFC.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ed. São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (2015). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed. (Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes). Rio de Janeiro: LTC.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ed. Petrópolis: Vozes.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). *Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Líber Livro Editora.

- Marcellino, N. C. (2007). Lazer e cultura: algumas aproximações. In: Marcellino, N. C. (Org.). *Lazer e Humanização*. Campinas: Editora Alínea.
- Martins, J. C. O. (2016). Lazeres e tempos livres, entre os ócios desejados e os negócios necessários. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC*, (2), 51-58.
- Martins, J. C. O. (2018). Ócio na contemporaneidade cansada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC*, (Ed. Especial), 35-44.
- Matos, O. (2012). Educação para o ócio: da acídia à “preguiça heroica”. In: A. Novaes (Org.). *Mutações: elogio à preguiça* (pp. 51-76). São Paulo, SP: Edições SESC SP.
- Mendonça, T. C. M. (2004). *Turismo e participação comunitária: 'Praia do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não secou?'* Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP.
- Minayo, M. C. D. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237-248.
- Miranda, R. E. E. P. C., Mello, M. T., & Antunes, H. K. M. (2011). Exercício Físico, Humor e Bem-Estar: Considerações sobre a Prescrição da Alta Intensidade de Exercício. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(2), 46-54.
- Monteagudo, M. J., Cuenca, J., Bayón, F., & Kleiber, D. A. (2013). Ócio ao longo da vida: as potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano. *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*. 1(2), 156-173.
- Moreira, V., & Nogueira, F. N. N. (2008). Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. *Psicologia USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 19(1), 59-79.
- Neri, A. L., & Freire, S. A. (2000). Qual a idade da velhice? In: A. L. Neri & S. A. Freire. (Orgs.). *E por falar em boa velhice* (pp. 07-19). Campinas: Papirus.
- Neulinger, R. J. (1981). *The psychology of leisure*. 2ª ed. Springfield: Charles C. Thomas.
- Salis, V. D. (2013). Ensaaiando uma epistemologia dos termos ócio e trabalho. In: J. C. Martins & M. M. Baptista (Orgs.). *O ócio nas culturas contemporâneas – teorias e novas perspectivas em formação* (pp. 23-37). Coimbra: Grácio Editor.
- Salis, V. D. (2016). Ensaaiando uma epistemologia do ócio. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (2), 30-38.
- Sennett, R. (2009). *O artífice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia I*. 25(4), 585-593.
- Teixeira, S., Marinho, F. X. S., Cintra Junior, D. F., & Martins, J. C. O. (2015). Reflexões acerca do estigma do envelhecer na contemporaneidade. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*. 20(2), 503-515.
- Wolff, F. (2012). Apologia grega à preguiça. In: A. Novaes (Org.). *Mutações: elogio à preguiça* (pp. 29-49). São Paulo, SP: Edições SESC SP.
- Zimmerman, G. I. (2005). *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed.

Felipe Sobczynski Gonçalves²

Simone Rechia³

Introdução

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988 (CRFB), foram estabelecidos vários direitos e objetivos fundamentais para a república brasileira. Foi nesse contexto de urbanização e industrialização que emergiram os debates sobre a legislação trabalhista, quando o lazer foi incluído na CRFB como um direito social fundamental de todo cidadão (Pereira, 2009). Conforme consta em seu art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (Brasil, 1988, n.p.)”.

Com a Constituição Federal, pode-se afirmar que os cidadãos passam a ter acesso a três campos de exercício da cidadania. De acordo com Marshall (1967) são eles: os direitos civis, que garantem o direito de ir e vir, de liberdade de expressão, de se organizar, de propriedade e de justiça; os direitos políticos, como o direito ao voto, à informação e a ser candidato em eleições; e direitos sociais e a proteção social, que compreendem a educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, entre outros. Nesse artigo, a intenção é trabalhar com o direito social, pois traz como um de seus apanágios o lazer.

Dessa maneira, todo direito social deve ser garantido com vistas a igualdade social e a uma vida de qualidade para o cidadão. Nessa perspectiva para Pereira (2009) é dever do

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Professor da rede pública de ensino tanto do estado do Paraná quanto da rede municipal de Curitiba- PR, Brasil. Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC). E-mail: felipesgon@gmail.com

³ Pós Doutora pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Barcelona/Espanha). Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC) pela mesma instituição. Email: simone@ufpr.br

Estado proporcionar ao trabalhador o direito de acesso ao lazer, sendo este um direito social fundamental, imprescindível, irrenunciável e indelegável.

Porém há de se considerar que não se nasce com igualdade de direitos, é preciso resistir e lutar para sua efetivação. Para tanto, é necessário potencializar a convivência coletiva, o que pressupõe acesso a um espaço público (Gomes, 2002) que permita a construção de um mundo comum pelo processo de asserção dos direitos humanos. Nessa direção, ao poder público cabe, investir em espaços públicos abertos à apropriação por diferentes grupos, favorecendo o exercício dos distintos direitos e consequentemente da cidadania e, por sua vez, do direito à cidade. Quanto aos usuários é preciso ficar atento à implantação e manutenção de tais espaços participando da gestão, tornando-os espaços praticados.

Para Certeau (2014), o espaço só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, pressupondo um tipo de enraizamento – provisório – com tais lugares. São as transições de um lugar para outro, realizadas pelo coletivo de praticantes que geram reverberações constantes nas passagens de lugar para lugar-praticado, de anônimos para coletivos e com identidade.

Como afirmamos anteriormente e coadunando com as ideias de Silva (2017, p.1591), as cidades deveriam ser locais “(...) de interação e de troca permanente, ainda que anônima, entre um público heterogêneo, de uma massa densa e incerta de pessoas”, o que pressupõe a existência de espaços coletivos, privilegiando os fluxos, o convívio e o encontro com o diferente, na medida em que ela é, como destaca Rechia (2003, p. 11) “lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania”.

Nesse contexto, o conceito de espaço, sobretudo de espaço público, tem sido objeto de debate em diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo do lazer, onde o espaço transformado em lugar-praticado é reconhecidamente uma dimensão importante nas discussões propositivas que visam a qualificação e a materialização do direito ao lazer nas cidades (Rechia, 2015), podendo representar um exercício de resistência, a partir de algumas formas de apropriação.

Refletir sobre a configuração atual, as maneiras de se planejar e se apropriar do espaço público (de lazer) nas cidades contemporâneas é, portanto, condição necessária para concretizar o acesso a tal direito fundamental. Tarefa mais importante ainda num país onde a vida social tem ocorrido cada vez mais no interior das residências do que nos espaços sociais abertos das cidades ou, como discute DaMatta (1997), em seu livro “A casa & a rua”, o que está em jogo é a própria distinção entre o público e o privado.

No século XX, as cidades brasileiras cresceram desenfreadamente, porém, sem estarem preparadas ou planejadas para o consequente adensamento populacional, o que produziu um efeito de periferização⁴. Tais efeitos produziram desigualdades sociais e redução ao acesso aos bens e serviços às pessoas que vivem nessas periferias.

Além disso, o fluxo migratório das populações do campo para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, produziu uma nova organização nas cidades, afas-

⁴ O efeito de periferização está relacionado à urbanização dos grandes centros, com o crescimento desenfreado, à urbanização desigual e por não atender as necessidades básicas quanto à moradia e infraestrutura, por exemplo.

tando para as margens dos grandes centros urbanos pessoas com menos poder aquisitivo.

Somado a esses fenômenos, e seguindo a dinâmica do sistema produtivo capitalista, o território da cidade é ocupado segundo regras de mercado e não segundo o direito de morar. “Morar não é para quem quer, mas para quem pode pagar pelo local, segundo valores estabelecidos pela especulação imobiliária e não pelo governo” (Vianna & Mastrodi, 2017, p. 1564). Tal lógica contribuiu para intensificar o processo de segregação socioespacial, agregado ao processo de gentrificação⁵ das cidades, ou seja, o interesse na criação (conservação e manutenção) de espaços públicos, e especificamente espaços públicos de lazer valorizando ainda mais espaços centrais das cidades.

Apesar do lazer não ter surgido na e a partir da cidade, foi com a emergência das cidades industriais europeias que nasce um discurso sobre o lazer fortemente influenciado e atrelado às demandas da urbanização.

No caso do Bairro Uberaba, local onde desenvolvemos essa pesquisa, localizado na cidade de Curitiba-PR, Brasil, é possível identificar que parte da população que está assentada na região conhecida como Vila Audi-União passou por esses fenômenos e pelo fluxo migratório em busca de melhores condições de vida, o que não ocorreu para grande parte da comunidade. Portanto, viver nesse local pode ser considerado uma prática cotidiana muito peculiar.

Nesse sentido, o artigo tem como foco central analisar, por meio de um estudo comparativo, os modos de uso e apropriação de duas praças públicas localizadas nesse bairro periférico da cidade de Curitiba. A pesquisa partiu do pressuposto de que, mesmo se tratando de praças localizadas num mesmo bairro da cidade, na medida em que se aprofunda a análise sobre as formas de uso e apropriação de ambas, Praças do Anhangava e a Praça do Bosque, percebe-se características distintas nas formas, funções e estruturas, indicando a complexidade da vida cotidiana e, principalmente, maneiras muito distintas de resistir a esse processo de urbanização contemporâneo.

A gênese da pesquisa se deu a partir da seguinte problemática: O que justifica as formas de uso e apropriação no tempo de lazer serem tão diversas em duas praças que se localizam no mesmo bairro? Tais maneiras de experienciar o lazer identifica-se com um certo exercício de resistência?

As praças: espaços públicos de inclusão ou segregação?

Sob diversos olhares, pesquisadores têm buscado compreender a constituição das cidades modernas a partir das relações de uso e apropriação⁶ dos sujeitos com os espaços pú-

⁵ Gentrificação é a substituição de grupos populares por outros de renda mais alta. O termo passou a ser utilizado no debate urbano no Brasil na segunda metade da década de 1990. A ideia de uma “gentrificação generalizada” defendida por autores como Neil Smith foi muito funcional em uma situação de disputa pelas áreas centrais das maiores cidades do país (Cymbalista, 2018).

⁶ O conceito de apropriação aqui utilizado sustenta-se nos estudos de Cavalcante e Elali (2011, p.63), que o definem como sendo “(...) um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu”.

blicos e privados (Borja & Muxí, 2000, Carmona, 2010, Damatta, 1997, Gehl, 2013, Glover & Johnson, 2013, Jacobs, 2000, Lefebvre, 2004).

No entendimento de Borja e Muxí (2000, p. 07), o espaço público é “(...) la representación, en el que la sociedad se hace visible”. Não é simplesmente um resíduo entre ruas e edifícios, nem somente um espaço vazio ou um espaço especializado (por exemplo museu ou teatro). Estes são denominados por eles como espaços públicos potenciais, que ainda não podem ser entendidos como espaços públicos cidadãos. Para os pesquisadores o que define o espaço público não é o seu estatuto jurídico, mas o uso que se faz dele.

El espacio público supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales. (Borja & Muxí, 2000, p. 28)

Apesar do potencial agregador que supostamente os espaços públicos possuem, inúmeros fatores têm contribuído para que estes sejam cada vez mais segregadores e, em muitos casos, menos frequentados.

Caldeira (2000) enfatiza que, de maneira contraditória, apesar de entender que o espaço da cidade moderna se caracteriza pelas possibilidades de integração (negociação) entre os cidadãos, a despeito das diferenças e desigualdades, o que tem ocorrido em algumas capitais é justamente a emergência do que ela denominou como ‘enclaves fortificados’, cuja consequência tem sido justamente segregar e alterar o caráter da vida pública a partir de novas configurações de espaços homogêneos. Para a autora, esses são espaços

privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. [...] Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público (Caldeira, 2000, p.11)

Gomes (2002) chama a atenção para o fenômeno que ele denominou de ‘recuo da cidadania’, na medida em que o exercício desta está diretamente relacionada ao acesso ao espaço público. O recuo da cidadania estaria, nesse sentido, paralelamente relacionado ao recuo do espaço público. Para o autor, os principais processos que evidenciam tal fenômeno são: “(...) a apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emurallamento da vida social, e o crescimento das ilhas utópicas” (p. 176).

Os espaços públicos de lazer, nesse contexto, têm sido objeto de atenção de vários pesquisadores (Glover & Johnson, 2013; Rechia, 2003), na medida em que pode ser uma alternativa de resistência ao ‘recuo do espaço público’ e, consequentemente, ao ‘recuo da cidadania’.

Dentre os vários espaços públicos de lazer, as praças, tem como razão de existir nas cidades a função de espaços de sociabilidade, favoráveis ao encontro, ao convívio e ao exercício político (Santana et al., 2017). As praças apresentam uma importância central nesse

trabalho, pois foram nesses diferentes espaços que tivemos a oportunidade de observar se a comunidade efetivamente se apropria desses locais de maneira autônoma⁷, possibilitando uma experiência genuína no tempo de lazer.

Historicamente, as praças desempenharam diferentes funções, dentre elas, o espaço para a realização de espetáculos, local para execução de condenados à morte, espaços cívicos destinados à realização de discursos e potencialização da arte, espaços para a contemplação de prédios públicos, local onde se colocava estátuas e monumentos, espaços verdes destinados ao lazer e à contemplação, espaços abertos para encontro pessoal, local de reuniões públicas, etc. (Leitão, 2002). É possível afirmar, a partir deste retrospecto de atividades possíveis, que as praças são um claro reflexo de como a sociedade expressa sua vida coletiva.

Classificadas por alguns pesquisadores como espaços livres (Magnoli, 2006), as praças podem ser definidas como:

(...) unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração sua diversidade e seu uso pela população, representando importantes elementos, tanto históricos como culturais. (Silva et al., 2011, p. 199)

Para Silva (2017) trata-se de um espaço destinado ao exercício da vida pública, por meio da convivência entre pessoas em reuniões ocasionais (de moradores ou não), em um ambiente urbano livre de edificações convencionais. Portanto, são ambientes fundamentais para potencializar e incluir os cidadãos que vivem nas cidades.

As praças públicas e o lazer

Abordar o fenômeno do lazer no espaço público requer o entendimento de que, o espaço é *conditio sine qua non*, para que as atividades de lazer se desenvolvam, ou seja, essas atividades são inerentemente espaciais (Glover & Johnson, 2013; Crouch, 2006; Gomes, 2004; Marcellino, 2006; Pimentel & Marinho, 2014; Rechia, 2003). Nessa direção, as praças públicas são, por essência, locais privilegiados para que tais experiências de lazer⁸ se efetivem. Observar como esses espaços transformam-se em lugares-praticados pela comunidade pode nos revelar segundo, Rechia (2006) as práticas sociais realizadas nos in-

⁷ Compreendemos o conceito de autonomia como sendo “a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos” (Souza, 2003, p.64).

⁸ O lazer é entendido aqui como (...) um fenômeno sociocultural, amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas, de sociabilidade e desenvolvimento dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica a análise de três polos distintos, porém complementares – espaço, tempo e ludicidade –, potencializados nos ambientes públicos urbanos. (Rechia, 2017, p. 04)

terstícios da vida urbana consideradas como “linha de fuga” ao tempo de trabalho. Para a autora, “essas experiências podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais se diferenciam de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas” (p. 94). Sabe-se que

(...) quanto maior a concentração de praças, quanto mais apropriadas de maneiras diversas, quanto mais usos e significados, quanto mais intrincadas às histórias individuais e coletivas, maior o potencial de centralidade dessas áreas no âmbito simbólico e lúdico (Silva, 2017, p. 1588).

Não obstante, é relevante ponderar que além da quantidade dos espaços públicos, também a qualidade, a frequência e a permanência das pessoas nesses ambientes, principalmente de grupos heterogêneos, podem possibilitar experiências significativas de lazer nas cidades.

Ademais, é necessário considerar as distintas vivências e experiências que ocorrem nesses espaços. Para Tuan (2013, p.18), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência”. É a experiência, por meio do sentimento e do pensamento, que permite transformar o espaço em lugar. Na concepção do autor “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (2013, p.14). Nessa direção, as experiências de lazer que ocorrem nas praças permitem a construção de laços afetivos entre os usuários, assim o processo de apropriação dos espaços públicos por parte da comunidade acaba dando vida àquilo que Tuan concebe como lugar.

Compreender as formas como os indivíduos percebem, vivenciam e experimentam o espaço permite uma compreensão mais ampla e contextualizada do lazer como um amplo campo de pesquisa. Apesar da sua relevância para as experiências de lazer cotidianas, os espaços públicos urbanos, como as praças públicas, têm sido pouco explorados nas pesquisas acadêmicas no campo do lazer. Esses espaços são fundamentalmente configurações de lazer que merecem uma atenção particular por parte dos pesquisadores, pois compreender a complexidade do espaço como uma construção social permite uma maior apreciação da relevância e da natureza contestadora do espaço público urbano (Glover & Johnson, 2013).

Dada a tradição positivista de análise do espaço, que trata este como algo geometricamente localizado e com propriedades objetivamente definidas, muitas pesquisas no campo do lazer têm se orientado pelo entendimento de espaço como algo sem significado, o que tem refletido em pesquisas que se concentram em localização e distância, com ênfase no aspecto físico, isto é, naquilo que é empiricamente observável no espaço (Glover & Johnson, 2013).

Uma análise mais profunda do espaço público urbano requer o reconhecimento de que este é uma construção sócioespacial complexa que vai além da simples localização em um ambiente físico (Crouch, 2006). Conforme afirma este pesquisador:

Space is a component of cultural phenomena, interactive and processual. A key insight that cultural geography has contributed to leisure studies in recent years concerns the ways in which leisure is valued through the encounter the individual makes

with space, and how this is part of an ongoing process of self-realization, lay knowledge and identity. (p. 129)

Foi partindo desse pressuposto e reconhecendo que “public spaces become meaningful through use, not only because of designation” (Glover & Johnson, 2013, p. 193) é que a presente pesquisa analisa 02 espaços públicos que, segundo a tipologia proposta por Glover & Johnson (2013), são considerados ‘Espaços Públicos Externos’⁹. Tratam-se de duas praças localizadas no bairro Uberaba, na cidade de Curitiba-PR, Brasil.

Metodologia

O cenário analisado fica no Bairro Uberaba, na região leste da cidade de Curitiba, fazendo limite com o município de São José dos Pinhais. O Uberaba é composto por uma área de 14,21 km², onde vive uma população de 72.056 habitantes – 51,48% mulheres e 48,52% homens (IPPUC, 2015). Possui um total de área verde de 1.056.365,50 m² (7,50% da área total), sendo distribuídos em 5 Jardinetes, 1 Parque e 12 Praças. (IPPUC, 2015). O Uberaba apresenta baixo nível socioeconômico e alto índice de criminalidade, sendo o quinto mais violento da cidade, de acordo com Secretaria de Segurança Pública do Estado. Nessa perspectiva, a escolha por esse Bairro se deve pelo fato de ser considerado um dos mais carentes da cidade de Curitiba, a carência está relacionada, principalmente, a falta de acesso a alguns direitos sociais por parte dos cidadãos, dentre eles destacam-se a alimentação, a moradia, o transporte, o trabalho, a educação, a saúde, a segurança e o lazer.

Antes da delimitação do objeto, isto é, das praças que fariam parte do estudo, foi realizado um período de observação das distintas praças que se localizam no referido bairro, com intuito de analisar: o local (público ou privado), a rotina, as ações, os eventos, os usos e apropriações e outros elementos que fornecessem subsídios para a pesquisa. Optou-se então pelas praças Anhangava e do Bosque. Um ponto que foi fundamental para a escolha da praça Anhangava se deve ao fato de ser a única praça considerada pública da cidade de Curitiba localizada dentro de um condomínio residencial privado. Já a praça do Bosque foi escolhida pelo fato de ser um local central do bairro, na qual a cada 6 meses, ocorre uma ação coletiva organizada por diferentes grupos, que busca desenvolver na comunidade o sentido de pertencimento ao local em que vivem. Foram escolhidas essas duas praças como forma de se construir uma análise comparativa entre dois espaços que, embora sejam o mesmo por definição - praças, apresentam formas e funções (morfológicas e sociológicas) distintas.

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo comparativo de abordagem qualitativa (Minayo, 2007). Foram utilizadas as técnicas de observação direta e de comunicação

⁹ The outwardly public space “(...) is publicly-owned and access cannot generally be denied. These spaces (such as a public park) are the least contested type of public space. Even when peoples’ activities in these spaces are deemed inappropriate, users of the park are difficult to remove or curtail without sufficient resources to enforce a code of conduct. For example, disenfranchised people such as the homeless are often relocated from such spaces by authorities to prevent visitors from viewing the space in an unflattering way” (Glover & Johnson, 2013, p. 194)

direta propostas por Lynch & Hack (1984). A técnica utilizada nas rotinas de observação está sustentada nas discussões de Zeizel (2006). Partindo das classificações sugeridas por este autor, os pesquisadores atuaram na pesquisa ora como *Secret Outsiders* e ora como *Recognized Outsider*. Foram utilizadas diário de campo e fotografias como instrumentos de registro das observações. Estas foram realizadas no período de 02 de Maio à 21 de Julho de 2016, totalizando 23 observações na Praça Anhangava e 24 observações na Praça do Bosque. Em média cada observação foi realizada por um período de 2 horas, no entanto, em alguns dias optou-se por permanecer até 8 horas no local. No total foram 90 horas de observação, tempo suficiente para afirmarmos que as formas de apropriação começaram a se repetir. As observações foram realizadas em dias, horários e condições climáticas distintos (dias úteis, finais de semana, feriados e em dias de eventos comunitários).

O que os dados nos revelam sobre o espaço transformado em lugar-praticado?

Ao analisarmos os usos sociais, isto é, as formas de apropriação dos espaços da Praça Anhangava, percebemos dificuldades por parte dos moradores do entorno dessa praça. Isso se deve pelo fato de haver um muro ao redor do espaço destinado ao lazer comunitário denominado ‘condomínio’, o que interfere no trânsito de pessoas e veículos nesse local, que em tese, deveria ser público. Essa praça, localizada no ‘condomínio’, possui as janelas das casas voltadas para ela, com vários muros de fundos de quintal voltados para a praça, o que ao mesmo tempo que aumenta a sensação de segurança, também inibi a espontaneidade/liberdade no uso da praça. Existem ainda câmeras de vigilância instaladas em diversos locais da praça, além de vigilantes que circulam pelo local diariamente com motocicletas. Considerando que estamos diante de um espaço público, esse controle torna o espaço privado e os usuários que a frequentam passam a ser compreendidos como “invasores”.

Além desse cenário, junto à quadra de futebol, existe uma placa fixada, na qual consta o telefone de contato direto com uma Unidade da Polícia Militar (PM). Alguns frequentadores da praça comentaram que, caso algum usuário ou morador constate a presença de pessoas utilizando drogas lícitas e ilícitas ou com ‘aparência suspeita’, basta entrar em contato com a PM que brevemente uma viatura vai ao local abordar os sujeitos identificados.

Esse conjunto de elementos geram na praça um incomodo silêncio vigilante, sendo possível constatar que os usuários do espaço, quando conversam entre si, o fazem em tom nitidamente mais baixo. Nos sons ao redor da praça praticamente não se escutam vozes de pessoas. Quando isso ocorre em grande parte são crianças. Entretanto estas, quando brincam no local, fazem-no em tom de voz aparentemente controlado. É possível ouvir sons de pássaros, de aviões e carros que transitam pela BR 277, próxima da região.

As formas de uso dos mobiliários parecem-nos menos criativas e espontâneas se comparados com a Praça do Bosque e apresentado na Nota de Rodapé 12, em nossas observações as brincadeiras desenvolvidas pelas crianças nos diferentes espaços eram pré-determinadas, ou seja, elas não extrapolavam as possibilidades que os brinquedos presentes na praça permitem. Percebemos, em alguns momentos, que grupos de crianças op-

tavam, por exemplo, a jogar futebol no quintal de uma residência localizada em frente à praça, num espaço de aproximadamente 10m², ao invés de fazê-lo nos espaços amplos ou quadra esportiva disponíveis. As canchas de futebol de areia e de vôlei de areia estão constantemente sem uso.

As características acima descritas ocorrem, possivelmente, por se tratar de uma área com características 'privadas'. Apesar do gerenciamento da praça e do loteamento não ser de função exclusiva dos órgãos de governo, é possível constatar aquilo que Carmona (2010) denomina como *over-management*, isto é, um excesso de gerenciamento e de controle do espaço público em questão com forte tendência a torná-lo excludente. Neste caso, o gerenciamento não se dá por parte do Estado, mas pelos próprios moradores que por meio de uma Associação de Moradores constituíram um regulamento para o chamado 'condomínio'. As câmeras de vigilância instaladas na praça, a empresa de vigilância contratada e as portarias de acesso ao loteamento são exemplos dos chamados *Hard Controls* (Carmona, 2010).

Quando algumas pessoas que frequentam a praça (moradores e visitantes) foram interrogadas, percebe-se nos discursos que o fator decisivo que as levam a frequentá-la é a segurança. Um senhor de aproximadamente 40 anos de idade afirmou que frequenta a praça semanalmente, ou no mínimo quinzenalmente, trazendo sua filha (de 8 anos de idade) juntamente com amigos e amigas. O mesmo sujeito relata que opta pela Praça Anhangava por se tratar de um lugar seguro, que dificulta o acesso das pessoas que vivem do outro lado. Percebe-se no discurso de várias pessoas o estigma de 'lugar perigoso' frequentado por pessoas 'violentas' ou 'mal intencionadas' atribuído à região e aos moradores do outro lado do muro, fora do espaço cercado por muros. Trata-se do medo e da consequente rejeição de conviver num mesmo espaço público. Justamente aquilo que Caldeira (2000) discute ao abordar a função dos chamados 'enclaves fortificados'. Ao mesmo tempo que oferecem uma suposta segurança, produzem ou reforçam o medo e a segregação no espaço urbano.

Em contrapartida, embora todo esse regramento contribua para oferecer maior sensação de segurança, pode elevar os níveis de desconfiança dos moradores e usuários. Jacobs (2003) afirma que "a segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de que estão policiando [e sendo policiadas]" (p.37, grifos nossos).

O muro que delimita o condomínio acaba segregando as pessoas, na medida em que, além da sua dimensão física, sua presença simbólica inibe a entrada dos moradores 'do outro lado' do muro, desestimulando o uso da praça Anhangava e a possibilidade de convívio com outras pessoas.

Podemos afirmar que esse condomínio, onde localiza-se a praça Anhangava, se caracteriza como um 'enclave fortificado' (Caldeira, 2000). Tais enclaves criam fronteiras fixas e espaços de acesso restrito e controlado, o que acaba por impedir que o espaço público cumpra com sua função socializadora. A vida cotidiana na cidade de muros reforça valores como incivilidade, intolerância e discriminação.

Quando o acesso a certas áreas é negado para algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências e ideais de abertura, igual-

dade e liberdade como princípios da vida social não são mais possíveis (Caldeira, 2000, p. 340)

No mesmo sentido Gomes (2002, p. 188) afirma que esses ambientes homogêneos e isolados, as chamadas ‘ilhas utópicas’, “recusam a diferença, a liberdade de entrada, a possibilidade do encontro com o diverso, a construção de uma verdadeira individualidade dentro de uma coletividade variada e múltipla”.

Tal cenário parece corroborar também com o conceito de agorafobia¹⁰ urbana discutido por Borja e Muxí (2000). Em grande medida os condomínios fechados se tornaram respostas aos problemas de insegurança das grandes cidades.

Até esse momento apresentamos as características e as formas de uso da Praça Anhangava. Procurando dar continuidade à análise comparativa que nos propomos realizar, trazemos agora elementos que compõe a Praça do Bosque.

No que diz respeito às formas de uso e apropriação dos espaços da Praça do Bosque, trata-se de um espaço público que convida a permanência e ao convívio no local. Em vários dias da semana, em horários distintos, ocorrem encontros de pessoas que notadamente fazem parte do ‘pedaço’¹¹. Percebe-se também, devido a sua posição geográfica, que a praça é utilizada como espaço de passagem.

As janelas das casas e instituições localizadas ao redor da praça não estão voltadas para ela, ou são distantes da mesma. Isso parece corroborar com as atitudes mais espontâneas e criativas percebidas nos sujeitos que frequentam o local¹², tanto no que diz respeito as formas de usos dos mobiliários disponíveis, quanto para realização do lazer desviante (Rojek, 2000), que se caracteriza por atitudes que acabam transgredindo a lei e os princípios morais que regem uma sociedade, como por exemplo, o consumo de drogas ilícitas. É possível notar uma atitude de preocupação e controle mútuo entre os usuários da praça. A quantidade e heterogeneidade de pessoas, bem como formas de uso e apropriação são muito maiores e diversas se comparadas com a outra praça. Sob uma aparente desordem, existe uma ordem surpreendente que garante a manutenção de uma sensação de segurança e de ‘liberdade’.

As formas de uso e apropriação da referida praça conferem a si um caráter de ‘lugar’, conforme a definição de Tuan (2013), pois observam-se diferentes maneiras, com sentidos e significados próprios, que a comunidade confere ao referido espaço público.

Durante a semana a apropriação ocorre predominantemente com as crianças utili-

¹⁰ Para Borja y Muxí (2000, p.25) “la agorafobia urbana es una ‘enfermedad’ producida por la degradación o la desaparición de los espacios públicos integradores y protectores a la vez que abiertos para todos”.

¹¹ Para Magnani (2002, p.20), o pedaço “supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”.

¹² As crianças fazem usos diversificados dos equipamentos. Por exemplo, ao se apropriarem do escorregador, desciam de cabeça para baixo, viravam cambalhota segurando no ferro que sustenta o escorregador, ao invés de escorregarem subiam, desciam dois de cada vez; quando brincavam na gangorra, além da forma convencional, subiam de um lado e desciam do outro, muitas vezes esse brinquedo servia, também, como ponto de encontro entre as senhoras. Mesmo com a padronização dos brinquedos que constituem o *playground*, em nossas observações tivemos a possibilidade de perceber que principalmente as crianças procuram ressignificar esses espaços, extrapolando sua apropriação, que a princípio parece pré-determinada.

zando o parquinho, com a presença de adultos ‘cuidando’ delas enquanto brincam. As pessoas que se responsabilizam pelas crianças normalmente ficam sentadas nos bancos da praça, feitos com troncos de árvores, permanecendo por mais tempo no local. Podemos afirmar que se esses bancos fossem qualificados, a permanência poderia ser maior ou ainda permitiria outras formas de apropriação. Para Gehl (2013) a existência de bons locais para se sentar oportuniza o uso de numerosas atividades nos espaços públicos.

Outro mobiliário utilizado, e ressignificado em distintos períodos do dia são os equipamentos para práticas corporais. Em alguns períodos são os adultos que os utilizam seguindo a proposta original de uso deste equipamento. Em outros momentos são as crianças que se apropriam do mesmo equipamento, fazendo deste um lugar de brincadeiras.

Essa Praça no período de dezembro de 2014 a junho de 2016 recebeu quatro eventos, realizados por ações locais, onde circulavam pela praça mais de 500 pessoas, em grande parte moradores do entorno. Tanto a comunidade, o poder público e outras instituições foram convidados a contribuir com o processo de reconversão da praça. De acordo com Borja & Muxí (2000) tal processo procura qualificar os espaços públicos, dentre eles ruas e praças “(...) por meio de ajardinamento, novos mobiliários, iluminação, equipamentos socioculturais, que se convertem em verdadeiros espaços públicos de uso coletivo(...)” (p. 43).

Na praça do bosque a reconversão ocorreu pela recuperação de uma pista de caminhada, com a retirada de uma casa abandonada, além do plantio de árvores e mudas de flores. Distintas atividades recreativas foram planejadas para crianças, jovens e adultos, com a orientação de estudantes bolsistas do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná - UFPR, membros do Geplec. A proposta foi possibilitar que a comunidade tivesse, no tempo de lazer, um leque mais diversificado de opções de uso da praça, gerando maior interesse em permanecer e se apropriar desse espaço público de lazer.

Considerações finais

Foi possível perceber que o cotidiano é compartilhado por regras formuladas e reformuladas localmente, sendo o lugar, por essência, responsável pelas experiências vivenciadas de forma significativa por meio da solidariedade, espontaneidade, criatividade existente principalmente na praça do Bosque e pela ludicidade proporcionada às diversas manifestações. De acordo com a representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, “a união que os moradores locais demonstraram na reconquista da praça pública onde acontecem as atividades recreativas, é reproduzida nas demais oportunidades de realizar uma melhoria na comunidade”.

Mesmo com os problemas sociais observados no bairro, existe vida com crianças brincando nas ruas ou praças, adultos permanecendo, passeando, conversando, procurando fazer desse espaço um lugar singular. A qualidade de infraestruturas, serviços e espaços públicos contribuem para que as pessoas realmente sintam-se pertencentes ao lugar em que vivem.

A partir da diversidade das relações humanas que se estabelecem no cotidiano da praça do Bosque, onde a comunidade confere sentido e significado a este espaço público, fazendo

deste um lugar, é que a praça apresenta formas mais variadas de uso e de apropriação.

Apesar de observarmos que alguns espaços públicos acabam sendo reduzidos com a construção das cidades de muros e de enclaves fortificados, como no caso da praça Anhangava, acreditamos que é possível construir outra realidade, pois as ruas, as praças, os parques ainda permitem as interações locais e os intercâmbios públicos. As cidades de muros ao invés de fortalecerem a cidadania, acabam contribuindo para sua corrosão e consequentemente para o seu recuo.

Ressaltamos que o planejamento do espaço público requer compromisso do Estado e sobretudo a participação cidadã ao longo de todo processo de concepção, produção e gestão. Dispor de espaços e equipamentos públicos perto de onde se vive é condição de cidadania. Assim, concordamos com Borja e Muxí (2000), que se a centralidade, mobilidade e acesso não forem universais, a cidade não será democrática.

As pessoas precisam de espaços de lazer que superem a visão de enclave fortificado, que sejam tolerantes com as diferenças sociais, que possibilitem encontros anônimos (Caldeira, 2000). Esse espaço enquanto categoria analítica torna-se um instrumento interpretativo de fundamental importância para a compreensão da realidade e para o avanço no processo de urbanização.

A partir dessa visão, é possível afirmar que as praças são espaços marcantes no desenvolvimento das cidades, com função e morfologia atreladas aos processos de formação política, social e econômica. É justamente na integração entre morfologia, estética e apropriação que a praça deveria constituir-se como um *locus* privilegiado da cidade (Caldeira, 2007).

Esse cenário corrobora com o percurso histórico de constituição da cidade de Curitiba, especialmente no que se refere ao bairro Uberaba, local em que se desenvolve a pesquisa. Por esse motivo o estudo das praças nesse bairro, dos conceitos para seu projeto, de seus equipamentos e mobiliários e de suas formas de uso e apropriação no tempo de lazer torna-se de grande relevância, na tentativa de melhor compreender a importância desses espaços públicos como facilitadores de encontros no cotidiano dos moradores, pois é aí que se efetivam as diferentes experiências de lazer.

Entretanto, percebe-se que suas diferentes características e configurações podem influenciar as formas de uso e apropriação, como acessibilidade, conservação, segurança, serviços oferecidos e outras. Analisar em que medida os espaços públicos, em especial as praças, contribuem para a qualidade de vida das pessoas nas cidades é um desafio que tem sido posto em diversos campos de estudo, especialmente no âmbito das ciências sociais.

O foco central do presente artigo foi a análise do espaço (praça) vivido e percebido socialmente. Assim, acreditamos que a dinâmica das formas de uso e apropriação no tempo e espaço de lazer possa contribuir para que, do ponto de vista do planejamento urbano, seja garantido o direito ao lazer, como previsto no artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 2º do Estatuto da Cidade (Brasil, 2002) e também o direito à cidade (LeFebvre, 2001).

Ademais, é necessário considerar as distintas vivências e experiências que ocorrem nesses espaços. Para Tuan (2013, p.18), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência”. Portanto, a experiência se efetiva quando se atua sobre o espaço

público e se cria a partir dele, novas experiências, sendo preciso resistir e aventurar-se no desconhecido, no incerto, ou seja, experienciar é superar as dificuldades, vencendo o medo e praticando o espaço para transformá-lo em lugar com sentido e significado. Resistir!

Referências Bibliográficas

- Borja, J., & Muxí, Z. (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona. Retrieved from http://www.esdi-online.com/repositori/public/dossiers/DIDAC_wdw7ydy1.pdf
- Brasil. [Constituição, 1988]. (2017). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Retrieved from: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/CON1988.asp
- Brasil (2002). Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Caldeira, J. M. (2007). *A Praça Brasileira*: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- Caldeira, T. P. R.. (2000). *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp.
- Carmona, M. (2010). Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, 15(1), 123-148. doi: 10.1080/13574800903435651
- Elali, G.A., Günter, H., & Pinheiro, J.Q. (2011). Multimétodos. In. S. Cavalcanti, & G. A. Elali (orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp.239-249). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Crouch, D. (2006). Geographies of leisure. In. C. Rojek, S. M. Shaw, & A. J. Veal (Eds.), *A handbook of leisure studies* (pp. 125-139). New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Cymbalista, R. (2018). Há gentrificação nas cidades brasileiras. In. Retrieved from: Cidades em disputa. J. Orenstein, J. D. de Lima, G. Falcão, T. Quadros, I. Cesar, & T. Ruiz. Cidades em Disputa. *Nexo*. <https://www.nexojournal.com.br/especial/2018/01/26/Cidades-em-disputa>
- Damatta, R. (1997). *A casa & a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gehl, J. *Cidade para Pessoas*. (2013). São Paulo: Perspectiva.
- Glover, T. D., & Johnson, A. J. (2013). Understanding Urban Public Space in a Leisure Context. *Leisure Sciences*, 35, 190-197. doi: 10.1080/01490400.2013.761922
- Gomes, C. L. (org.). (2004). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gomes, P. C. C. (2002). *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Nosso Bairro: Uberaba/ Lucimara Wons, Coord. _ Curitiba: IPPUC, 2015.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lefebvre, H. (2004). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Humanitas.
- _____. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro.
- Leitão, L. (org.). (2002). *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer*: Manual de Procedimentos para intervenção em praças. Recife: A Secretaria.
- Lynch, K., & Hack, G. (1984). *Site Planning*. 3rd Ed. Cambridge, MA: MIT.
- Magnani, J. G. C. (2002). *Festa no pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- Magnoli, M. M. (2006). *Espaço livre*: objeto de trabalho. Paisagem e Ambiente: ensaios, 21, p. 175-198.
- Marcellino, N. C. (2006). *Estudos do lazer*: uma introdução. Campinas: Autores Associados.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Minayo, M.C.S. (2007). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 26 ed., Petrópolis-RJ: Vozes.
- Pereira, M. A. S. (2009). Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil. *RECDUFMS - Revista*

- Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*. 4(2).
Doi: <http://dx.doi.org/10.5902/198136947030>
- Pimentel, G. G. de A., & Marinho, A. (2010). Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: G. G. de A. Pimentel (org.), *Teorias do Lazer* (pp. 11-41). Maringá: Eduem.
- Rechia, S. (2017). Atividades físicas e esportivas e as cidades. Background paper. Brasília: PNUD.
- _____. (2015) Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: Gomes, C. L. Isayama, H. F. (orgs.), *O Direito Social ao Lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 234 pp. 45-60.
- _____. (2006). O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: Carvalho, J. E. (Org.). *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, p.91-102.
- _____. (2003) *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 189f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas.
- Rojek, C. (2000) *Leisure and culture*. Basingstoke: Palgrave Macmillian.
- Santana, J. O., Tavares, M. L., & Pires, C. As praças de Ouro Preto: georreferenciamento e caracterização de espaços públicos de lazer. In: M. C. Rosa (org.). (2017). *Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto: contribuições para as políticas públicas* (pp. 95-111). Belo Horizonte : Editora UFMG.
- Silva, G. C., Lopes, W. G. R., & Lopes, J. B. (2011). Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. *Ambiente Construído*, 11(3), 197-212. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1678-86212011000300014>
- Silva, K. (2017). A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do direito à cidade e do planejamento urbano / The distribution of public spaces in Belo Horizonte: an analysis from the perspective of the right to the city and urban planning. *Revista De Direito Da Cidade*, 9(4), 1586-1605. doi:10.12957/rdc.2017.29263
- Souza, M.J.L. (2003). *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Tuan, Y. (2013). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel.
- Vianna, J., & Mastrodi, J. (2017). A promessa de um novo horizonte: como o processo de urbanização promoveu o direito à cidade e diminuiu a segregação socioespacial numa favela em Jundiá / The promise of a new horizon: how the process of urbanization promoted the right to the city and*Revista De Direito Da Cidade*, 9(4), 1558-1585. Doi: <https://dx.doi.org/10.12957/rdc.2017.29213>
- Zeisel, J. (2006). *Inquiry by design*. NY: WWNC.

Hélder Ferreira Isayama³

Marcília de Sousa Silva⁴

André Henrique Capi⁵

Lucilene de Alencar das Dores⁶

Rita Maria Peloso Grasso⁷

Introdução

Concebemos a trajetória como um percurso, um caminho percorrido por uma pessoa até que ela assuma o lugar que ocupa na atualidade, tem imbricação com situações e escolhas relacionadas a um conjunto de fatores externos a sua profissão, que aliados às suas condições

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Essa pesquisa foi financiada pela Rede Cedex do Ministério da Cidadania – Brasil. No período inicial da pesquisa, incluindo na coleta de dados contamos com a participação dos seguintes pesquisadores voluntários: Profª. Dra. Juliana Vianna, Prof. Fabiano Antônio Sena e os acadêmicos bolsistas Camila Cortes. Na transcrição das entrevistas contamos com o apoio do acadêmico Nicolas Vinícius Sant'ana.

³ Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Coordenador do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br

⁴ Docente do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV/FLORESTAL/Brasil) e Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Subcoordenadora do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: marciliasousasilva@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Estudos do Lazer – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Brasil. Professor na Universidade Paulista (UNIP) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: andrechacapi@gmail.com

⁶ Gerente da Escola Integrada da Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMED/PBH). Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: lucilene.pelc@gmail.com

⁷ Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino. Integrante do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: ritapeloso13@gmail.com

subjetivas, constituem as circunstâncias de vida, nas quais se desenrolam os momentos de escolha (Borges, 1998).

Discutir a trajetória dos gestores significa dialogar com aspectos relacionados à profissão, mas também a situações externas ao trabalho. Raymond e Tardif (2000) classificam essas situações, exteriores ao trabalho, como pré-profissional, visto que se relacionam com as situações vivenciadas nas dimensões pessoal, social, familiar, lazer, religiosa, escolar, esportiva e cultural, com a história de vida e a socialização das pessoas, em períodos anteriores a sua formação profissional. Nesse contexto, entendemos a trajetória como um caminho, impregnado por situações vivenciadas nas experiências pessoal e profissional, que marcam a identidade desse sujeito. Identidade não como um fato autônomo que tem como referência si próprio, mas como uma construção, um processo de produção social que se relaciona com a diferença, que envolve relações de poder. Nessa perspectiva entendemos a identidade e a diferença como processos imbricados, como produtos do uso da linguagem que trata

as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (Silva, 2000, p. 96).

Estabelecer diálogo com a identidade, a diferença e as representações contribui para identificar, na trajetória dos gestores, como ocorre o aprofundamento nos estudos do lazer e a sua relação com a construção do saber e o processo de formação. Entendemos que as experiências na trajetória desses profissionais constituem-se como integrantes da construção dos saberes e ‘o como’ tais experiências contribuem com a sua construção de identidade. Considerando a trajetórias dos sujeitos, consideramos que as aprendizagens são produzidas pelos diferentes modos de inserção destes nos diferentes espaços tempos-tempos de interação social (Oliveira, 2007).

Assim, conhecer a trajetória de profissionais que atuam na gestão de um programa social de esporte e lazer, significa identificar o caminho percorrido por eles até assumir o lugar profissional que ocupam hoje.

Especificamente sobre a trajetória de profissionais no campo do lazer e das políticas públicas de esporte e lazer, poucos estudos foram desenvolvidos, demonstrando a necessidade de ampliação desse debate. Buscando contribuir com essa lacuna, esse estudo procurou analisar a trajetória profissional de um grupo de gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), bem como investigar suas experiências ao longo da vida e a possível relação com a qualificação na formação do profissional para atuar na área e nesse programa social.

Conhecendo o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer⁸ criou (em 2003, como projeto piloto; e em 2004 como componente do Plano Plurianual 2004-2007) o PELC, que possui abrangência nacional e visa fomentar políticas públicas e sociais que atendam à demanda por lazer da população, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social. O objetivo principal do programa é democratizar e universalizar o acesso a práticas e conhecimentos do esporte e do lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano.

Desde sua criação o Programa tem a intenção de suprir a carência de ações públicas e sociais que possam atender as demandas crescentes da população referentes ao esporte recreativo e de lazer. Tem como foco a população que vive em situação de vulnerabilidade social e econômica, que reforça as condições de injustiça e exclusão a que estão submetidas (Brasil, 2004).

O PELC tem os seguintes eixos orientadores da atuação: a intergeracionalidade, a formação continuada dos agentes sociais, a difusão da cultura do lazer, a ressignificação de espaços públicos, a valorização de práticas culturais e o desenvolvimento da auto-organização, do trabalho coletivo e da intersetorialidade. Estrutura-se a partir do funcionamento de núcleos voltados para o atendimento de todas as faixas etárias, inclusive atividades para a “terceira idade”, com o projeto Vida Saudável⁹. A ação inclui a realização de atividades assistemáticas denominadas eventos interdisciplinares de esporte recreativo e de lazer.

O PELC pode ser considerado, portanto, como política pública que procura garantir o acesso da população brasileira a ações contínuas de esporte e lazer.¹⁰ As ações são desenvolvidas nos núcleos e têm como base o estímulo às práticas das culturas *corporal* e *lúdica*, envolvendo uma diversidade de atividades (oficinas culturais esportivas, artísticas, brinquedotecas, salas de leituras, projeções e debates de filmes e eventos das mais diversas naturezas, jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo), com o intuito de dinamizar a cultura local, bem como o fortalecer a diversidade cultural, promovendo a interface de variadas manifestações e suas gerações. Considerando a diversidade de práticas, é importante destacar que, nesse programa, a política de lazer não se limita ao esporte recreativo. Dentre o rol de vivências inclui, também, as atividades físico esportivas.

⁸ Em 2011, o Ministério passou por uma reformulação de seu organograma, passando a ser composto pelas seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Os programas das antigas secretarias voltadas para a Educação e o Lazer passaram a ser gestados por uma única secretaria. No início de 2019, com a mudança no governo brasileiro, o Ministério do Esporte passa a ser uma Secretaria Especial dentro do Ministério da Cidadania e mantém a mesma estrutura que já existia no antigo Ministério do Esporte, portanto, a SNELIS se mantém e continua desenvolvendo o PELC.

⁹ Desde 2012 o Vida Saudável passou a ser um programa independente com a mesma organização do Programa Esporte e Lazer da Cidade, mas com foco específico para sujeitos com mais de 45 anos de idade.

¹⁰ As informações sobre o PELC que constam nesse projeto foram extraídas do site do Ministério da Cidadania, no site: <http://www.esporte.gov.br>

Concordamos com Castellani Filho (2007) quando aponta que a identificação das expressões esporte e lazer no título do programa foi proposital, pois buscava-se pontuar que os termos se constituíam em conceitos distintos, mas com possibilidades de inter-relações. Isso porque o esporte, em sua dimensão recreativa que se dissocia da busca pelo rendimento, encontra no lazer uma possibilidade concreta de expressão. Portanto, a ideia era reforçar que, no tempo e espaço de lazer, o esporte, sem o sentido performático, se apresenta como uma possibilidade de ser vivenciado por todos os que o procuram, seja na forma de prática ou de fruição do espetáculo.

As ações do PELC são norteadas em dois eixos para atingir o seu objetivo central e os específicos previstos no edital¹¹ do programa do ano de 2016:

1- Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.

2- Formação Continuada – ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública com vistas à formação e à implementação de políticas de lazer e de inclusão social e cultural.

O primeiro eixo prevê o funcionamento dos núcleos de atendimento direto à população, com atuações sistemáticas, em local fixo e de forma periódica, atendendo às diferentes faixas etárias previstas na proposta do núcleo. O eixo da formação continuada consiste em qualificar a atuação de todos os envolvidos no processo com o objetivo de atender à demanda oriunda das necessidades vivenciadas pelos agentes sociais na sua prática pedagógica das oficinas, estimular a gestão compartilhada através do fomento da participação das lideranças comunitárias e do controle social do grupo gestor e promover o debate acadêmico entre pesquisadores da área.

Os agentes sociais de esporte recreativo e de lazer são os mediadores das ações, cuja responsabilidade é aproximar as ações dos núcleos aos anseios e desejos da comunidade e da cultura local, portanto sua intervenção é social e pedagógica. O desafio do agente é promover a articulação coletiva para a construção e intervenção dos saberes populares e saberes acadêmicos, com vistas a tratar o lazer e esporte como direitos sociais. Além dos agentes sociais atuam, principalmente, na gestão do projeto coordenadores geral, pedagógicos, setoriais e de núcleos. Nas diretrizes do programa são descritas as funções de cada um desses coordenadores, bem como são definidos os perfis profissionais de cada profissional contratado.

Para tanto, a formação constitui-se como um dos pilares estruturantes do PELC, pois desde a sua implantação, as ações ministeriais são promovidas para qualificar recursos humanos para o desenvolvimento das práticas junto à comunidade das instituições conveniadas. Nesse sentido, entendemos que a formação assume o papel de promover o

¹¹ Disponível em: <http://www.snelis-me.com.br/portal/images/2016-01-07-Editais/Diretrizes/Diretriz%20PELC.PDF>

desenvolvimento de pessoal, tornando-se, juntamente com os demais eixos da política pública, uma das estratégias responsáveis pela disseminação e continuidade do plano de ação que tem como pretensão ser de qualidade e para todos.

Apesar de uma preocupação com a formação dos sujeitos que irão desenvolver o programa nos municípios não temos observado estudos e ações ligadas à formação de gestores do programa, conforme podemos identificar no trabalho de Vieira *et al.* (2011). Nesse contexto, surge o interesse de compreender a formação profissional de gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade. É importante destacar que concebemos a formação como um *continuum*, que acontece durante toda a carreira do profissional, e é constituída pela alternância entre o trabalho prático e a formação continuada.

Metodologia

Este estudo consiste de uma investigação qualitativa que se desenvolveu combinando e articulando estratégias e procedimentos da pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo foi realizada por meio do emprego da técnica da entrevista semiestruturada realizadas *online*. As entrevistas ocorreram, via vídeo chamada de *WhatsApp*, de maneira síncrona – quando a pesquisa ocorre em tempo real na *internet* em salas de bate papo ou utilizando ferramentas de comunicação instantânea. A conversação foi registrada por meio de gravações do áudio. As entrevistas foram transcritas, num primeiro momento, conforme as falas no esforço de passar a linguagem oral para a escrita, depois foram feitas as correções ortográficas e de sintaxe, sem substituir termos usados.

Para selecionar os sujeitos participantes da pesquisa, inicialmente, entramos em contato com o Ministério do Esporte solicitando a lista de convênios vigentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. A escolha foi por focalizar os convênios firmados na região sudeste brasileira, tendo em vista que a definição inicial era realizar entrevistas presenciais. Dentre os fatores limitantes para a realização das entrevistas presenciais, nos deparamos com as trocas de gestores que coincidiram com as eleições municipais no estado de Minas Gerais. Ademais, houve a dificuldade de financiamento para custear as despesas de deslocamento dos pesquisadores. No momento da coleta de dados, foram identificados 31 municípios da região escolhida que realizavam convênios com o Ministério do Esporte para desenvolver o PELC. Enviamos um convite aos convênios identificados e obtivemos o retorno para a realização das entrevistas de 09 municípios. Para organizar a realização das entrevistas entramos em contato com todos os gestores indicados enviando uma mensagem individual por e-mail.

Cada município indicou o profissional vinculado ao projeto que nos concedeu a entrevista e, dessa forma, foram entrevistados 3 coordenadores pedagógicos, 4 coordenadores geral e 2 coordenadores de núcleo, totalizando 9 entrevistas realizadas. A escolha desses sujeitos se deu porque compreendemos no processo de pesquisa que esses profissionais exerciam a função de gestor do programa no município.

No universo de gestores entrevistados tivemos a participação de três mulheres e seis homens, que atuam na coordenação do PELC da região sudeste. No campo da formação acadê-

mica, identificamos que seis entrevistados possuem formação superior em Educação Física e os outros três possuem cursos de graduação em Ciências Sociais, Pedagogia e Geografia. Dentre os entrevistados graduados em Educação Física há, também, o percurso acadêmico na pós-graduação, sendo quatro sujeitos possuem a especialização e um deles o título de mestre.

Para o tratamento das informações, ou seja, os dados das entrevistas, estas pelo procedimento *online* via *WhatsApp*, utilizamos a análise de conteúdo. A análise de conteúdo fundamentou-se em Bardin (2009) que assinala três polos cronológicos que marcaram fases distintas da análise. A primeira foi a pré-análise, fase da organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, teve por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.

A exploração do material foi a fase seguinte, caracterizada pela administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior. Consistiu de operações de codificação, a transformação de dados brutos do texto que permitiu atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão. Por fim, a fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta fase os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, foram estabelecidos quadros de resultados os quais condensam e põem em relevo informações fornecidas pela análise.

Desse modo, organizamos os dados das entrevistas em quadro analítico que nos permitiu um sistema categorial assentado na análise de conteúdo. Na análise de significados sobre a trajetória dos gestores buscamos, nas falas, temas relevantes, valores e crenças presentes ou subtendidas nas narrativas. As categorias foram constituídas por duas formas, uma relacionada à classificação que os sujeitos constroem a partir da realidade para dar sentido à vida profissional e outra elaborada pelos pesquisadores à medida que desvenda o investigado. Baseadas nesse constructo, foram elencadas as seguintes categorias: Experiência de vida, Experiência dos fazeres, Experiência estético-expressiva.

Tais categorias contribuem na compreensão dos processos de produção dos saberes e na construção de significados das experiências adquiridas/incorporadas ao longo das trajetórias dos gestores. Dessa forma, analisamos a trajetória dos gestores considerando suas experiências de vida significativas para a atuação profissional, as vivências no cotidiano do trabalho, as relações sociais estabelecidas com pessoas e os grupos que contribuíram nos seus percursos e os significados atribuídos ao lazer que é o objeto da política do PELC.

Análise de Dados

Analisar a trajetória profissional de um grupo de gestores, exige do pesquisador um olhar minucioso do e/ou dos caminhos anteriormente percorridos pelo grupo, suas experiências, as influências adquiridas e/ou vivenciadas, mas sobretudo, demanda problematizar a prática e o conhecimento científico-acadêmico na expectativa de apresentá-los como processos importantes na construção de suas aprendizagens e seus fazeres. Wortmann e Veiga-Neto (2001) contribuem com nossa discussão ao nos apresentarem o campo referencial dos Estudos Culturais e permitindo ampliar as categorias analíticas para examinar a realidade. Segundo os autores

Muitos desses estudos atentam para processos em que se dá a produção e circulação de discursos, destacando como esses discursos se instituem em – e, ao mesmo tempo, instituem os – embates que implicam a produção de significados para as “coisas” que a eles dizem respeito (Wortmann; Veiga-Neto, 2001, p. 100).

Para a compreensão da trajetória de formação e a construção dos saberes necessários à atuação como gestores de uma política pública, no caso desse estudo o PELC, faz-se necessário um entendimento sobre os processos cotidianos de aprendizagens e discursos nos quais esses sujeitos se constituem. Isso porque as possibilidades de aprendizagens apresentadas pelos sujeitos e que se inscrevem nos seus fazeres como gestores compõem suas experiências de vida. Tais experiências transitam pelo universo de uma formação acadêmica, pelas práticas corporais apreendidas ao longo da vida e pelos cotidianos profissionais. Sobre essas questões Capi (2016), afirma que além das experiências profissionais elencadas é imperativo que nosso olhar esteja voltado para as circunstâncias ocorridas exteriormente ao trabalho, haja vista, que elas influenciam sobremaneira no percurso de formação ao longo da vida de cada um desses profissionais.

Algumas narrativas dos sujeitos nos permitem identificar possibilidades diferentes de aprendizagens nos cotidianos e nas experiências de vida. Tomando como análise as experiências de vida que contribuíram para a formação dos gestores, foi possível identificar nas narrativas que as vivências na fase inicial da vida influenciam suas ações no contexto profissional.

Eu iniciei minha trajetória pela dança, anos antes da minha formação. **Escolhi educação física por causa da dança**, na minha época não tinha faculdade de dança, somente na Bahia. A dança sempre foi minha paixão, desde a infância. [...] Também sou ligada a arte, trabalhei com oficinas de teatro. Faço teatro desde criança, assim como a dança; coordenei alguns trabalhos no SESC na área do teatro, da arte (GESTORA 1 - *Grifo nosso*).

Então, toda minha infância e adolescência tinha uma facilidade de brincar em terrenos baldios, pra jogar futebol [...] brincar em terrenos baldios, durante cinco, seis horas, ou me divertir na rua, com jogos, era muito tranquilo. Então essa foi minha experiência de lazer e de esporte, porque eu quase fui para o esporte profissional, **cheguei a fazer parte do grupo, do núcleo de formação de futebol** do Vasco da Gama aqui no Rio de Janeiro (GESTOR 6 - *Grifo nosso*).

As falas revelam que o tempo da infância permite experiências formativas que os sujeitos elegem como importantes para a construção de suas trajetórias profissionais. As vivências apontadas nas narrativas (dança, teatro, futebol, jogos e brincadeiras) constituem saberes que podem ser mobilizados para a atuação profissional com o esporte e o lazer. É interessante considerar que a relação do lazer e do esporte com a infância, apontada nos trechos dessas entrevistas, suscita elementos que são vivenciados no contexto do PELC. Numa dimensão educativa, o PELC pode contribuir, também, para significações de esporte e lazer que influenciam as apropriações dos beneficiários do programa por meio da atuação dos profissionais envolvidos nele.

De acordo com esse contexto entendemos que os momentos de brincar experimentados pelos gestores na fase da infância constituem-se em saberes sobre lazer, porque permitem a esses profissionais abordarem nos seus espaços de atuação temáticas como infância, brincar, tempo e espaço. Ao se apropriar desses saberes, construídos na interface entre o que o gestor viveu na infância e aprendeu na formação profissional é possível pensar numa intervenção pedagógica que esclareça e permita aos sujeitos envolvidos no processo formativo viver, saborear, conhecer e aprofundar sobre temas específicos para esse público. Nesse sentido abrem-se possibilidades para a discussão da infância, criança, brincar, jogo, lúdico, do direito ao lazer para essa faixa etária, construindo os saberes em diálogo com os sujeitos.

Partimos da premissa que as práticas corporais e demais práticas sociais permitem processos formativos que os sujeitos elegem como importantes para a construção de suas trajetórias profissionais. Nessa perspectiva é relevante o reconhecimento de que os saberes não são únicos e completos e que é, imprescindível, analisar as trajetórias com o olhar para a horizontalidade da relação entre os conhecimentos. As falas descritas abaixo revelam as possibilidades diversas de aquisição e apropriação de conhecimentos que os sujeitos julgam como relevantes para a atuação profissional. As experiências significativas transitam no universo dos fazeres do gestor bem como nos processos acadêmicos de formação.

Alguns cursos, o trabalho, a questão depois de ter feito estágio na prefeitura, me proporcionou a oportunidade de conhecer um outro trabalho, que foi a questão de trabalhar nos postos de lazer (GESTOR 2).

Mas eu fui me interessando muito por algumas disciplinas de formação cultural brasileira e depois mais no meio do curso quando eu fui ter contato com as teorias que falam sobre democracia e participação política (GESTORA 4).

Nessa lógica, é ímpar compreender e está atento para as variadas formas de conhecimento, ou seja, sua pluralidade/diversidade, bem como, para as intervenções que podem haver em diferentes espaços, ritmos, tempos. Afora isso, é mister que as escolhas concretas de conhecimento privilegiem o princípio de precaução¹², a fim de que o conhecimento possa avalizar a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção.

Tendo em vista o percurso profissional desses gestores do PELC, identificamos nas falas dos entrevistados a importância das vivências no cotidiano do trabalho como forma de gerar experiências e construir saberes que podem ser mobilizados para a atuação com o esporte e o lazer.

¹² O princípio da precaução é quando lidamos com uma possível complementaridade ou contradição entre diferentes tipos de conhecimento (Santos, 2007). Neste sentido, é necessária a observância de alguns critérios fundamentais para balizar a aplicação do referido princípio, como por exemplo, razoabilidade, proporcionalidade, adoção nos casos de riscos graves e irreversíveis, reavaliação periódica das decisões e participação da sociedade sob o ponto de vista democrático. A inobservância desses critérios pode originar subjetividade nas decisões, passível de gerar controle tanto no âmbito interno quanto externo.

Então, eu pude perceber que só vivenciando junto com eles que eu conseguia fazer algumas coisas bem especiais, tanto pra mim quanto para eles. Era questão de construir junto. Foi um momento muito importante, pois eu percebi que hoje os livros e a parte didática são muito importantes, porém, a vivência e o dia a dia com a criança é muito mais do que o livro (GESTORA 5).

A vivência nos dá toda a formação necessária, se a gente ficasse dependendo da universidade, a gente não vai estar preparado nunca. Então, todo dia que a gente passa no trabalho, na vivência com as crianças no lazer, no treinamento, sempre passa uma experiência nova. Cada dia vai ser um aprendizado novo, um aprendizado diferente, para a gente melhorar o conhecimento (GESTOR 8).

As falas citadas nos balizam para afirmar que os processos de aprendizagens abarcam os saberes formais (escolarizados) e os conhecimentos que perpassam as relações com o outro e com a vida prática. Nesse contexto, Santos (2002) revela que “a experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (p.238). Assim, nosso olhar volta-se para a complexidade da formação visto que as práticas sociais geram conhecimentos que as sustentam. Os caminhos para a construção de saberes e, simultaneamente para qualificar qualquer intervenção profissional perpassam as experiências iniciais, os estudos acadêmicos e também os processos cotidianos de atuação profissional. Necessariamente, não há uma ordem, uma sequência predefinida para balizar a formação, no entanto, as falas dos nossos sujeitos revelaram que a formação inicial é tão importante quanto as outras experiências no campo da atuação profissional.

Conectando as experiências dos gestores na sua trajetória à construção dos saberes sobre lazer percebemos a inexistência de apenas um caminho, porque há o entrelaçamento daquilo que foi experimentando no cotidiano da atuação profissional, alguns destacando a relevância dos processos formativos oferecidos nesse espaço de trabalho. Para eles os saberes sobre lazer apreendidos no trabalho tornaram-se um problema a ser investigado.

Entendemos que isso se concretizou porque identificamos na análise do conteúdo do discurso dos gestores que essa trajetória foi significativa, especificamente por ter sido cercada de diferentes experiências, o que permitiu a (re)construção de saberes que não tiveram acesso na formação inicial. Alguns desses saberes experimentados no cotidiano do trabalho não aconteceram no banco da universidade, porque tratam de especificidades que se concretizam somente no cotidiano do trabalho nesses diferentes espaços. Schön (1992) entende essas experiências como conhecimento na ação porque aconteceram numa relação estabelecida entre a prática e as reflexões que se faz dela.

Outro ponto a ser destacado são os significados que os sujeitos vão construindo nessa trajetória e suas relações com as práticas sociais de forma a influenciar suas condutas como gestores. As falas dos entrevistados nos levam a refletir que as experiências sociais podem produzir conhecimentos que direcionam para uma visão crítica da realidade bem como ampliar os olhares para a participação política da/na comunidade.

Como eu sou muito ligado ao esporte, não posso deixar de citar [...] um grande amigo meu, que me incentivou muito nessa questão esportiva no momento em que eu estava trabalhando na modalidade de futsal. Então, nisso aí você vai conhecendo pessoas, você vai vendo novas pessoas, vai fazendo novos amigos ao longo da sua carreira, e essas pessoas tem o dom de te ajudar. Uns não, infelizmente. Mas, com isso que aconteceu, acho que essas pessoas foram importantes, esses grupos foram importantes, pra gente poder melhorar cada vez mais. Porque quando você se forma muito novo, precisa de uma base, e aí essa base, o seu trabalho, a sua vontade de aprender, a sua vontade de trabalhar, e isso aí dá um norte e um direcionamento muito bom (GESTOR 2).

Olha, eu fui quando estudante de geografia da UERJ, eu participei de um grupo de pesquisa em geografia agrária, [...] então eu viajei para algumas cidades, alguns estados, podendo estudar e podendo mapear esses assentamentos, esses acampamentos do MST. E, a partir da dinâmica que é realizada nesses assentamentos, até mesmo quanto à realização ao lazer, ao esporte, a seriedade com que é tratado isso. E, outro, no caso puxo muito isso, dessas relações que tive, principalmente com o MST. E, com a prática que as relações eram desenvolvidas nos acampamentos, trago um pouco pro PELC também, principalmente na questão da formação dos agentes que trabalham conosco (GESTOR 6).

As narrativas revelaram que as experiências vivenciadas no ambiente social, nas relações com pessoas e grupos são fundamentais para o enfrentamento dos desafios profissionais e para construção de olhares diferenciados para a atuação. Essa perspectiva é reforçada na medida em que as experiências sociais possibilitam construir e reconstruir saberes que ampliam a visão de mundo a partir do encontro com o outro. Sendo assim, para atuar com o esporte e o lazer, os gestores recorrem aos saberes que são frutos da integralização dos processos formativos vivenciados nos cursos de formação e ainda das experiências ao longo da vida.

Na construção das trajetórias dos gestores é possível percebê-los como

Os diferentes sujeitos de conhecimentos, de desejos, de crenças e convicções, de ideias vivem plenamente: aprendem coisas ensinadas e não ensinadas; fazem amigos e escolhas pessoais, políticas e profissionais; amam e são amados; choram, riem, se divertem, sofrem etc. Daí se depreende a necessidade de outra abordagem do campo a ser conhecido, voltada para a compreensão dessa complexidade, buscando captar saberes, valores, sentimentos e modos de interação específicos a cada *espaçotempo* social, respeitando-lhe o modo de ser e com ele dialogando (Oliveira, 2008, p. 166).

Mesmo que por caminhos diferentes, identificamos que o fio condutor na trajetória dos gestores tem sido a formação. O envolvimento desses profissionais com os diferentes espaços de formação, ao longo da trajetória, permitiu os gestores compreenderem, que para formar sujeitos sob a ótica da cultura e como uma manifestação de poder-saber, nesse caso por meio do lazer, é necessário “produzir conhecimento, fundamentalmente, a partir do engajamento na investigação reflexiva de sua própria prática” (Moreira, 1995, p. 18).

Candau (2016) afirma que o pensamento crítico e reflexivo sobre a ação política e a constituição de direitos podem ser construídos nas relações com as práticas sociais. Baseando-se nas ideias de Boaventura Sousa Santos, Candau (2016) afirma que, na perspectiva da interculturalidade, as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história podem ser questionadas apontando para a construção de relações igualitárias entre os grupos socio-culturais. Desse modo, ao tornar visíveis os grupos sociais inferiorizados podemos deslocar a visão para um nível de racionalidade que abarque as ações efetivas, as emoções e sensibilidades (Mattelart; Neveu, 2004).

Essa premissa nos permite perceber que as experiências dos gestores ao longo de suas trajetórias podem produzir uma forma de racionalidade que caminhe para um pensamento emancipatório (Oliveira, 2012). Nas narrativas abaixo é possível perceber que os gestores refletem suas ações considerando as experiências significativas ao longo de suas vivências profissionais.

Talvez, se a atuação não fosse no bairro onde eu moro - por eu conhecer as dinâmicas socioeconômicas, o perfil socioeconômico, o perfil de idade, esses saberes são construídos dentro de uma comunidade - talvez eu não estivesse como coordenador do PELC. Então, nesse momento foi a ideia da democratização do acesso ao esporte, que pra mim é maior ponto para essa minha entrada no PELC. E, o conhecimento de um perfil de população que tem crescido no meu bairro, então isso é o que norteia até o momento o meu acesso ao PELC (GESTOR 6).

Eu dei aula em duas comunidades distintas, uma era praticamente uma escola rural, e a outra era uma escola inserida em uma comunidade que tinha muita dificuldade. Era uma realidade que eu ainda não tinha visto, nem vivenciado de perto, mas foi bastante enriquecedor (GESTOR 3).

Ancorada no marco teórico-epistemológico de Boaventura Sousa Santos, Oliveira (2012) nos apresenta a forma preferencial do pensamento pós-moderno emancipatório que é a racionalidade estético-expressiva. Segundo a autora, o prazer é uma característica dessa forma de racionalidade o qual recupera a sua legitimidade banida dos fazeres cotidianos pela modernidade. Nos processos de construção de conhecimentos, o pensamento hegemônico moderno desconsidera as emoções, os valores, as crenças, as interações sociais, os sujeitos e suas diferentes experiências. Essa racionalidade é limitadora das possibilidades de compreensão do mundo, da dinâmica da vida e dos processos de aprendizagens visto que cria dicotomias como teoria e prática, indivíduo e sociedade, natureza e cultura (Oliveira, 2008).

Deste modo, a vida cotidiana, as escolhas afetivas e de lazer dos sujeitos sociais são feitas pelos mesmos sujeitos pensantes que aprendem e criam conhecimentos, sem que possamos estabelecer com clareza qual foi o elemento de maior influência nas diferentes escolhas, aprendizagens e criações, mas certamente entendendo que, em virtude de tantos enredamentos, além da imprevisibilidade temos também limites (Oliveira, 2008, p. 168).

A categoria racionalidade estético-expressiva permite uma rede de construção de conhecimentos que supera uma perspectiva unicamente cognitiva e que considera as práticas sociais, os modos de vida, os pertencimentos e as emoções. Os sujeitos são integrais e não pensados pelas dicotomias e hierarquizações de saberes, são sujeitos de experiência estética, sujeitos que se constituem e fazem seus mundos em “dimensões indissociáveis do existir humano, sempre impregnadas pela percepção do que fazemos, aprendemos e ressignificamos (Oliveira, 2012, p. 6).

Desse modo, entendemos que os argumentos produzidos pelos gestores no trato do Programa Esporte e Lazer da Cidade são impactados pelos conhecimentos adquiridos e apreendidos nas diferentes esferas de aprendizagens nas quais esses sujeitos se envolveram. Essas aprendizagens impactam nas significações atribuídas ao esporte e lazer que consideramos, a partir do referencial abordado, como experiências estético-expressiva.

Meneses (2014) retrata que o mundo abarca processos que conferem inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais e as abordagens contextuais ampliam o saber sobre o mundo vindo das comunidades e para elas. Nessa perspectiva, torna-se necessário a compreensão dos discursos sobre esporte e lazer atribuídos pelos sujeitos que podem ou não coadunar com as concepções prescritas na política pública.

Olha, a primeira lição é a temática do lazer enquanto um direito social, que é o que o programa trata nas suas diretrizes, é novidade na minha atuação e enquanto uma concepção na política do esporte e do estudo aqui mesmo. Eu me lembro em um certo momento da formação dos nossos gestores, a questão de como cada um vê o lazer foi um tema de nossas oficinas, aquela coisa do lazer é algo que você faz quando você está atoa, no seu tempo livre. E, a partir dessa informação, eu mudei as diretrizes do programa, mudando essa concepção do lazer para uma diretriz de políticas de relação direta com o envelhecimento saudável e a promoção da saúde, que é a visão que a gente passou a adotar nas oficinas (GESTORA 4).

Eu acho que a área mais prática do esporte, até de alto rendimento, que fez com que eu mudasse para o esporte, que é o intuito do Programa, ou escolinha. Praticamente todos os municípios usam para o esporte como lazer e o lazer como esporte. Apesar de que no nosso aqui, ele tem algumas diferenças. Nós atendemos o pessoal da Saúde Mental, ele é um pouco diferente do que o PELC do tradicional que a gente está acostumado ver por aí (GESTOR 7).

Oliveira (2012) contribui para a reflexão ao afirmar que um conhecimento emancipatório pode ser produzido por um saber local criado e disseminado através de discurso argumentativo que envolve a reconstrução do senso comum potencializador/emancipador. Neste sentido, o profissional deve participar ativamente na história, na sociedade, bem como, na transformação da realidade, a fim de tomar consciência de sua própria capacidade de transformá-la, ou seja, construtor de conhecimento; portanto, produtor de cultura (Freire, 2008).

Nesse sentido, nosso olhar volta-se para a trajetória dos sujeitos e os significados de lazer e esporte que constroem ao longo dela, especialmente, no que se refere aos conheci-

mentos produzidos na/pela política de esporte e lazer, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

A forma com que eu a vejo é um instrumento que proporcione o lazer, o enriquecimento, um divertimento, uma forma de ocupar o espaço, o tempo ocioso dessas pessoas, que nem sempre tem condição de fazer uma atividade de lazer em um local que seja pago (GESTOR 3).

Então, eu vejo o lazer não como uma atividade principal de gente de tempo livre, eu vejo ele como uma forma de melhorar a qualidade de vida. Isso é realmente uma inovação na política que, realmente, tem trazido resultados (GESTORA 4).

Podemos mapear essas questões socioeconômicas, questões de violência, questões familiares, e através do esporte, a gente tentar atenuar na verdade esses problemas. Em um primeiro momento, mas existem outros problemas estruturais que já é uma questão mais ampla. É uma questão de infraestrutura da prefeitura, participação maior da prefeitura, são outras questões que a gente parte uma ação, uma microação nessa gestão do PELC (GESTOR 6).

O lazer é o direito de todos, pois todos os cidadãos, e como direito nos precisamos providenciar a oferta desse lazer com o PELC, então é um projeto aberto a todos, o lazer traz atividades esportivas e não esportivas, pode proporcionar benefícios (GESTOR 9).

Nas narrativas, os argumentos produzidos sobre o esporte e lazer associam-se a uma dimensão política da vida social que pode direcionar para a compreensão da noção de cidadania e de direito. No entanto, discutir o lazer como direito social não é uma tarefa fácil, uma vez que, ainda prevalece na maioria dos discursos a visão hegemônica de esporte e lazer, que muitas vezes está restrita a disseminar uma política de atividades limitadas ao oferecimento de práticas esportivas.

No entanto, os discursos argumentativos apresentados sobre o PELC e os significados do lazer e do esporte nos permitem perceber uma dimensão ética e política entendida como necessária à construção de um conhecimento emancipatório que reforça a importância da garantia dos direitos sociais na construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido entendemos que o PELC desenvolve sua política de acordo com os pressupostos destacados por Marcellino (2008) que buscam superar a visão limitada do lazer, a partir da mudança de mentalidade de quem atua no campo e da própria população.

Considerações Finais

Este estudo nos possibilitou identificar diferenças e semelhanças na trajetória do grupo de gestores. Diferenças porque o processo formativo de cada um deles ocorreu em espaços, tempos, contextos sociais e de formação profissional em territórios diversos. Similaridades porque a trajetória, as experiências, as escolhas e a busca constante por saberes sobre lazer

os levaram para atuar como gestor de um programa social de esporte e lazer que visa oportunizar acesso a essas manifestações culturais.

Partindo do pressuposto que a atuação do profissional no âmbito do esporte e do lazer acontece no plano cultural, compreendemos que os momentos vivenciados nas diferentes fases da vida e em diferentes contextos são relevantes. Optamos por iniciar a compreensão da trajetória dos gestores identificando as experiências no período da infância e juventude. Ao longo dessas duas fases da vida os sujeitos construíram saberes sobre brincar, dançar, teatro, futebol, jogos vivenciados nos diferentes espaços e contextos.

Identificamos, também que articulados aos contextos dos espaços de atuação e formação vivenciados, os gestores construíram em suas trajetórias a possibilidade do debate e a sua (re)construção e a ressignificação como sujeitos sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, os gestores compreendem a intervenção no plano da cultura como um espaço de disputas sociais, que pode contribuir com a conscientização das pessoas acerca da conquista dos seus direitos.

O que os gestores experimentaram na sua trajetória, desde o período da infância até o que produzem e experimentam nas diversas esferas da vida, refletem no seu modo de ser, estar, agir e conduzir. Revelam nessas esferas, que arraigados pelas subjetividades, sentidos e significados que os marcaram também os permitiram estabelecer uma relação entre o saber e o poder 'nos' e 'com' os grupos onde convivem e atuam.

Ao identificar a trajetória de gestores vislumbramos a possibilidade de refletir sobre os processos formativos e os próprios gestores se compreenderem e reelaborarem os saberes sobre lazer e política pública que foram produzidos, de maneira reflexiva, na realidade das ações para o planejamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento junto aos projetos sociais desenvolvidos por eles.

Referências

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Borges, C. M. F. (1998). *O professor de Educação Física e a construção do saber*. Campinas: Papirus.
- Brasil. (2004). *Caderno de potencialidades e dificuldades do Esporte Nacional*. Ministério do Esporte. Brasília, DF.
- Candau, Vera Maria Ferrão. (2016). Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. *Educação em Revista, Belo Horizonte*, v. 32, n. 1, p. 15-34. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/deias-forca_do_pensamento_de_boaventura_sousa_santos_e_a_educacao_intercultural.pdf. Acesso em: nov. 2018
- Capi, André Henrique Chabaribery. (2016). *Uma Análise sobre a trajetória e a formação de Formadores/as do programa esporte e lazer da cidade (PELC)*. 2016. 244f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e terapia Ocupacional, Belo Horizonte.
- Castellani Filho, Lino. (2007). (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados.
- Freire, Paulo. (2008). *Educação e mudança*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mattelart, Armand. e NEVEU, Erik. (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Marcellino, Nelson Carvalho. (2008). Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Editora Alínea, p 21 - 41.

- Meneses, Maria Paula. (2014). Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. **Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 91, p. 90-110, jan./jun.
- Moreira, Antonio Flávio Barbosa. O currículo como política cultural e a formação docente. In SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Oliveira, Inês Barbosa de. (2007). Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 98. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/873/87313707004/>
- Oliveira, Inês Barbosa de. (2012). Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensados praticados. *Revista e-curriculum*, v. 8, n. 2. p. 1-22. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76623546004> Acesso em: dez 2018.
- Oliveira, Inês Barbosa de. (2012). Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensados praticados. *Revista e-curriculum*, v. 8, n. 2. <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Acesso em: Dez 2018.
- Oliveira, Inês Barbosa de. (2008). Estudos do cotidiano, pesquisa em educação e vida cotidiana: o desafio da coerência. *ETD: Educação Temática Digital*, n. 9, p. 162-184.
- Raymond, Danielle; TARDIF, Maurice. (2000). Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. *Educação & Sociedade*, Campinas, n.73, p. 209- 244.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, [Online], n. 78, p. 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 63, p. 237-280. <http://journals.openedition.org/rccs/1285>
- Schön, Donald A. (1992). Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Dom Quixote, Lisboa, p.72-92.
- Silva, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: vozes, 2000.
- Vieira, Larissa Haddad Souza. (2011). et al. *Estudos sobre a gestão do programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília, DF: Gráfica e Editora Ideal.
- Wortmann, Maria Lucia Castagna.; VEIGA-NETO, Alfredo. (2001). *Estudos Culturais da Ciência e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

ANÁLISIS DE LAS ESTRATEGIAS DE CORTESÍA EN LAS PRACTICAS DE OCIO DESDE EL MANUAL DE URBANIDAD Y BUENAS MANERAS DE MANUEL ANTONIO CARREÑ

Elena Paz Morales²

Desarrollo del texto

Esta investigación se centra en dos tareas prioritarias mostrar el uso del *Manual de urbanidad y buenas maneras para uso de la juventud de ambos sexos* escrito por Manuel Antonio Carreño en 1854, como uno de los mecanismos literarios para construir el ideal de ciudadano en el México del porfiriato, haciendo énfasis en los elementos de cortesía y buenas maneras (Carreño, 2008), el análisis está enfocado principalmente en los capítulo IV y V del Manual que señalan la asistencia y participación en espectáculos, establecimientos públicos, viajes y en las reuniones, una mirada desde las practicas de ocio dibujadas en el Manual, lo que establece la segunda tarea, describir la forma en que las prácticas de ocio fueron integradas en las estrategias para fortalecer las normas de conducta, buenos modales, hábitos y costumbres del hombre moderno mexicano. Este análisis se circunscribe al periodo de 1876 a 1910 años en que el General Porfirio Díaz dirigió el presente y planteó el futuro de México, tras un plan con énfasis positivista.

La investigación se desarrolló a través de la microhistoria, denominada también como microscopio social, se consideró esta metodología porque el estudio se circunscribe a un periodo de la historia de México, la investigación responde a la vida cotidiana lo que incluye “tradición o hábito de familia, lo que resiste al deterioro temporal” (González, 1997, p.32), lo que constituyó el ideario de la vida pública y privada en la Ciudad de México decimonónica. Los estudios de historia local y microhistoria deben de responder a un espacio territorial definido, un espacio temporal significativo con cierta amplitud tal es el caso del

¹ Trabajo presentado durante el XII Encuentro Internacional OTIUM y VI Congreso Internacional en Estudios Culturales - Ocios y Resistencias: Crecer y Envejecer en Contextos Culturales Diversos.

² Candidata a Doctor en Ocio y Potencial Humano, Universidad de Deusto, Docente Investigador en la Universidad YMCA México. E-mail: elenapazmorales@gmail.com

periodo de gestión del General Díaz, a estos componentes González (1995) los señala como *estrechez geográfica* y *amplitud cronológica*, dejando a un lado a los héroes, a los ciudadanos que siempre han sido visibles a través de la historia, los famosos y de aquellos que seguramente ya se han hecho investigaciones, con esto se debe de señalar que no se tomó en cuenta consideraron a los grandes personajes de la vida pública de la Ciudad.

Uno de las características simbólicas de la microhistoria es que permite hacer una búsqueda de lo aparentemente simple, diminuto, un análisis de un tema en particular, que permite ser generalizado, es factible trabajar sobre lo colectivo a través de un análisis de los particular, de lo individual. De ninguna forma se considera diminuto, simple o poco relevante el análisis de las implicaciones de los manuales de urbanidad y buenas maneras, en la construcción del estilo de vida decimonónico.

La microhistoria sugiere metodológicamente un espacio temporal preciso, un espacio geográfico determinado, así como la representación colectiva, “la microhistoria está relacionada muy directamente con la [región histórica], entendida como un área con un espacio geográfico muy definido” (Ocampo, 2007, p. 14); el Porfiriato no sólo es una etapa de 30 años de gobierno, es un periodo de la historia identificado por el liderazgo del presidente Díaz, preciso en su inicio y conclusión, un análisis de sistemas de uso.

Durante el Porfiriato había un claro reconocimiento de sus habitantes principalmente entre la clase media y entre los miembros de la clase alta, “tienen características históricas comunes producto de la lenta gestación y fraguado de vínculos económicos y socioculturales entre los paisajes humanos” (Ocampo, 2007, p. 14), el análisis desde la microhistoria obliga que los sujetos que conforman la unidad de estudio se conozcan y reconozcan entre sí, manifestando constantes contactos y relaciones entre ellos, “el análisis de rituales, prácticas sociales y reglas de conducta entendidas como expresiones de algunas formas de identidad social de clase” (Torres, 2001, p. 271) resulta esencial en el estudio del hombre moderno.

El General Díaz edificó un proyecto político, que construyó un Estado caracterizado por un ideal de nación moderna, industrial y urbana, edificado sobre el proceso de laicización que inició desde el movimiento de Independencia, seguido por múltiples procesos resultado de las Leyes de Reforma en los periodos de 1833-1834 y 1851-1861, así como los trabajos legislativos del Segundo Imperio, las acciones a nivel constitucional de Lerdo de Tejada y por último el proyecto de nación de Porfirio Díaz (Hurtado, 2013), una nación independiente, laica y positivista que transformó a la sociedad urbana, con especial énfasis en la clase alta y media.

Se tiene total claridad que el mandato del General Díaz presentó múltiples aciertos, pero también desacuerdos, desavenencias y grandes errores, que desembocaron en el levantamiento armado identificado históricamente como la Revolución Mexicana, la renuncia del General Díaz el 25 de mayo de 1911 y su viaje al puerto de Veracruz, para abordar el 31 de mayo el buque que lo llevaría al exilio en Francia, donde moriría el 2 de julio de 1915.

Desde hace algunos años se han integrado nuevas lecturas del porfiriato, a partir de 1990 y con un número mayor de evidencias cercanas al Bicentenario de la Independencia de México, se han reconocido nuevas tareas investigativas, y diferentes lecturas de este periodo, a las cuales se les identifica como neoporfirismo denominación acuñada por Garner (2003), esta postura del periodo que va de 1876 a 1910, ha permitido trabajos libres de

prejuicios e imparciales, una forma independiente de leer y analizar 30 años de historia de una nación independiente; componentes esenciales considerando que años atrás las tareas académicas investigativas que se producían en su mayoría ofrecían una visión dictatorial, negativa del General Porfirio Díaz y de su gestión como presidente de México, este grupo de trabajos fueron denominados como antiporfirista (Garner, 2003).

Múltiples historiadores han analizado el aspecto moral durante el porfiriato, los aspectos educativos, el papel del estado en la “construcción de los códigos, reglamentos o manuales de comportamientos idóneos insistiendo en los esfuerzos desplegados durante este periodo por consolidar un ideal extensivo a toda la población” (Briseño, 2005, p. 421), son pocos los estudios que dedican su razón a los manuales de conducta y urbanidad, resulta significativo y oportuno su estudio, integrando una nueva lectura desde los estudios de ocio; a continuación se hace referencia a las investigaciones cuyo objetivo de estudio se relaciona con los elementos sustanciales de este estudio.

Raquel Soaje publicó en 2015 el artículo *De Marco Tulio Cicerón a Manuel Antonio Carreño: Un estudio sobre los ideales de vida de las élites en tres momentos de la historia*, la investigadora construye una línea del tiempo señalando el *Tratado de los deberes de Marco Tulio Cicerón* como uno de los documento clave en la historia de los manuales de urbanidad y buenas maneras; hoy día se reconoce una amplia tradición sobre la concepción por los líderes del Estado de un arquetipo del ciudadano el cual lo extrapolaron a comportamientos deseados, tal fue el interés y preocupación de difundir los ideales que fueron razón del argumento de varias obras literarias, hasta que se crearan los “tratados morales” (Soaje, 2015, p.190).

Florencia Gutiérrez publicó en 2008 la investigación *El juego de las apariencias, las connotaciones del vestido a fines del siglo XIX en la ciudad de México*, con el objetivo de analizar las particularidades relativas a las políticas y medidas coercitivas diseñadas para inculcar los hábitos de higiene personal, las nuevas prenda de vestir, así como las formas de la vida privada que pudieran violentar el modelo de nación.

Iranía Malaver (2005) publicó el artículo *Estudio sociopragmático del Manual de urbanidad y buenas maneras de Manuel Antonio Carreño*, el sentido de esta investigación recae en visibilizar la importancia de analizar la cortesía verbal y la cooperación desde las acciones resultado de la dinámica del poder político y de una práctica social, resultado de la “relación directa con las estructuras sociales” (Malaver, 2005, p. 56), identifica la construcción de una imagen positiva y negativa, así como las estrategias de cortesía verbal que constituyen el Manual, su estructura, al final reconoce que Carreño junto con otros libros de urbanidad refieren un “paralelismo entre cortesía social y verbal” (Malaver, 2005, p. 59), su investigación tiene un énfasis en la lectura del manual a través del comportamiento lingüístico.

María Fernanda Lander publicó en 2002 la investigación *El Manual de Urbanidad y buenas maneras de Manuel Antonio Carreño: reglas para la construcción del ciudadano ideal*, su razón de estudio lo estableció en disertar sobre el papel de la novela decimonónica en la construcción del hombre educado, de buenas maneras, civilizado y moral. Los documentos que en la época se difundieron a través de establecer una ideología constituida con valores y principios, elementos que se lograban difundir a través de los argumentos razón de las novelas de época.

Es conveniente señalar que a la fecha que se realizó este estudio no se encontraron investigaciones que refirieran como objeto de estudio la cortesía y buenas formas en las prácticas de ocio referidas en los Manuales de urbanidad, eso permite integrar una lectura nueva, que desde los estudios de ocio permiten avanzar en la comprensión de la historiografía del ocio en el México independiente, través del análisis de los documentos normativos de época, haciendo un total reconcomiendo a los trabajos efectuados por los historiadores nacionales y extranjeros que han contribuido significativamente al registro y análisis de la historia del país.

El proyecto de Díaz se consolidó después de lograr la pacificación del país y los acuerdos económicos necesarios que permitieron su impulso económico, hubo un amplio desarrollo de las instituciones financieras y bancarias, un avance urbanístico y un crecimiento demográfico (Suárez, 1998), señalando los elementos esenciales de la modernidad se:

Traducía en el terreno concreto de la salud; en el de la construcción de grandes obras públicas de utilidad y ornato; en el campo de la eficiencia militar; en el desarrollo de las comunicaciones por aire y tierra; en el culto a la estadística y en la necesidad de reglamentaciones jurídicas; en el descubrimiento del hombre, de sus orígenes y sus potencialidades. (Pérez-Rayón, 1999, p. 44).

Esta nueva visión requería la transformación del estilo de vida, se volvió indispensable crear y educar “nuevas mentalidades y actitudes acordes con un futuro de orden y progreso que se pretendía” (Suárez, 1998, p. 38), un nuevo estilo de vida que impacta a la sociedad de tal forma que las nuevas formas construyeron una división de la vida cotidiana, las prácticas de la vida pública y las prácticas que constituyeron la vida privada (Soto, 2006); una sociedad reconocida como moderna interactúa correctamente acorde los diferentes roles que adquiere en la vida cotidiana (Malaver, 2005) y en los sectores político, económico, religioso y vida familiar (Pérez, 1999; Touraine, 2010; Soaje, 2015).

Los manuales de buenas maneras fueron utilizados por el Estado para normar los comportamientos, actitudes y valores del hombre moderno, formaron parte de las estrategias para impulsar el “patrón de comportamiento, público y privado” (Miranda, 2007, p. 131) lo que permitía consolidar a la sociedad ideal, moderna “divorciada de las maneras impropias de las sociedades atrasadas” (Miranda, 2007, p. 131). El Manual de Carreño se consideró esencialmente normativo:

Sus términos son impositivos y absolutos como todo discurso legal. Es la misma expresión de la ley. Dicta un orden de cosas y exige obediencia. Traza sin ambigüedades claros límites de las zonas permitidas y las prohibidas. (González, 1995, p. 436).

Los textos que se crearon con el objetivo de modelar el actuar del ciudadano ciudadano que requería de “aprender a hablar, a [comer, utilizar los cubiertos, sonarse las narices (...)] conducirse en sociedad” (Malaver, 2004, p. 61), elementos fundamentales que debía de controlar, incluyendo las relaciones interpersonales, que se construyen en lo público a través del encuentro en los múltiples espacios de relación y las formas de conducción en las más íntimas actividades de índole personal que se suscitan en lo privado y de las que suceden

dentro de casa en compañía de los otros. En este sentido se vuelve significativo la posesión de un inmueble y el personal de asistencia doméstica que procuraba los requerimientos de los miembros de la familia y quienes también debían ceñir su vida a las indicaciones sugeridas en el Manual (Malaver, 2004).

Las ideologías sirven no sólo para coordinar las prácticas sociales dentro del grupo, si no también (y quizá principalmente) para coordinar la interacción social con los miembros de otros grupos. Las ideologías sirven para “definir” grupos y su posición dentro de las estructuras sociales y en relación con otros grupos. (Dijk, 2000, citado en Malaver, 2005, p. 56).

El *Manual de urbanidad y buenas maneras* de Carreño tuvo como principal objetivo la “enseñanza de los deberes del individuo con Dios, con la sociedad, consigo mismo y con sus semejantes” (Miranda, 2007, p. 150), una educación de lo público y privado, a través de una estructura que conectaba al hombre entre la escuela y la sociedad. En este sentido González (1995) explica profusamente la relación entre la escritura y la lectura.

Para completar el circuito que supone esta escritura, como condición *sine qua non* del ser civilizado, es imprescindible la lectura. Sólo podrá acceder a la categoría de ciudadano quien sepa leer; no sólo quien les podrá entrar en ese orden, sino también sólo aquel que ajuste su imaginación, su cuerpo, sus deseos y su expresión a la escritura. Así escritura y lectura como actos fundacionales de la nación y necesarios para la construcción de la nueva sociedad civil de la modernidad son los principales reguladores del complejo simbólico cultural. (González, 1995, p. 437).

El ocio estuvo íntimamente ligado a las nuevas políticas de higiene, salud, comodidad, buen gusto y lujo derivadas de la transición puesta en marcha para fortalecer la nación. Las diversas posiciones sociales reflejaban el honor, el prestigio, el sexo, la edad y la participación en la vida económica de la localidad, dando como resultado una compleja jerarquía social fruto de las múltiples combinaciones que tipificaban a los miembros de la sociedad mexicana. La división de clases sociales fue evidente y visible en los espacios implicados en el hogar, así como en los espacios de convivencia y disfrute del ocio. Es imposible olvidar la relación que existía entre el decoro, las buenas formas, los gustos y los modales refinados de la aristocracia porfiriana y su visibilidad a través de las prácticas de ocio.

En este sentido un referente significativo de ocio planteado por Veblen (1899) estableció que este:

No comporta indolencia o quietud. Significa pasar el tiempo sin hacer nada productivo: 1) por un sentido de la indignación del trabajo productivo, y 2) como demostración de una capacidad pecuniaria que permite una vida de ociosidad. (Veblen, 2007, p. 69).

A principios del siglo XX, el Estado había logrado establecer que el trabajo fuera la actividad más significativa del día a día de los ciudadanos emplazados en las zonas urbanas y estaba orgulloso del orden y progreso que la actividad laboral provocaba, la percepción del tiempo en la ciudad se había transformado “con el surgimiento de las primeras sociedades industriales, evoluciona la naturaleza del trabajo, sin que por ello se libere un tiempo para el ocio” (Sue, 1987, p. 19).

La gran nota de vida que representa las madrugadas, es el movimiento de los mercados. Las canastas, rebosantes de verdura, van y vienen; se prepara el sustento de la gran ciudad, el sustento que ha de darle fuerzas para el trabajo, porque la ciudad trabaja incesantemente. (El Mundo Ilustrado, 4 de marzo de 1900).

Mientras que la clase baja difícilmente tenía espacios liberados de tiempo y, generalmente, debía participar en dos o más actividades económicas para obtener los recursos financieros necesarios para vivir, “el ocio comienza a verse como antagónico al trabajo, bien como tiempo de recuperación bien como tiempo de emancipación [tiempo libre]” (San Salvador del Valle, 2009, p. 31).

La clase media respondía a jornadas semanales que trascurrían, en lo general, de lunes a sábado, con horarios de trabajo estructurado e inamovible, lo que posibilitaba disfrutar de tiempo libre con mayor frecuencia. La clase alta porfiriana controlaba el trabajo de los otros y tenía a su disposición total un ocio diario.

La clase alta porfiriana asimiló con mayor naturalidad los nuevos elementos normativos, en gran medida estaba determinado por su interés por la cultura y las acciones que caracterizaban a la *gente bien*, quien mostraba sus habilidades musicales, buenos modales en el comer y beber:

El ciudadano decimonónico nació con un sistema de valores morales, donde era preciso un correcto comportamiento, exhibir los principios de la civilidad y ajustarse a los principios éticos del trabajo. (Miranda, 2007, p. 145).

El ideal de hombre porfiriano se caracterizó por ser “consciente de cada uno de sus movimientos, que busca agradar siempre a los demás, que teme mostrar a los otros gestos, olores, fluidos, ademanes y posturas desagradables” (Afanador & Báez, 2015, p. 64) y que junto con otros elementos conformaron el constructo del ciudadano moderno en el México decimonónico.

Los liberales el grupo triunfante y más fiel representante del proyecto de la modernización mexicana, creyeron firmemente que la construcción de un país moderno debía realizarse haciendo tabla rasa de la tradiciones, formas de organización y pensamiento (...) pues desde su perspectiva, esa forma de concebir la realidad era un obstáculo que se contraponía al progreso y desarrollo de la nación. (Jiménez, 2007, p. 109).

Durante el siglo XIX y principios del XX se divulgaron múltiples manuales de urbanidad y comportamiento (Miranda, 2007; Lander, 2002) lo que permitió actuar basados en las normas de urbanidad. El Manual de Carreño presenta un significativo contenido en la cortesía verbal, lo que provocó que sus recomendaciones funcionaran a tal nivel que constituyeron el ideal de identidad grupal considerando que “la sociedad que debía conversar [entre otros dominios de la vida social] de una manera tipificada en normas que regulaban el comportamiento interpersonal y colectivo” (Malaver, 2005, p.57).

A través de un conjunto de criterios y fundamentos que regularon el comportamiento de los individuos, que superponían las ideas modernas a las tradicionales, a través de un proceso de largo alcance y de profundos cambios culturales. (Ramos, 2013, p. 2).

El referente de urbanidad que se usó en los manuales está constituido por el conjunto de “normas de conducta, buenos modales, educación” (Torres, 2001, p. 272), que se clarificaron y determinaron durante el porfiriato, el hombre fue en “términos generales el custodio de los bienes materiales acumulados por la familia y los bienes inmateriales prioritariamente el estatus y el honor debían entonces ser celosamente protegidos” (Carner, 1987, p. 101).

La escritura se erige en el espacio de la ley, de la autoridad, en el poder fundacional y creador de las nuevas entidades (...) escribir es dotar a esas nuevas naciones de civilización, porque el logos que controla la escritura distribuye, decide y define –obviamente para el imaginario colectivo– qué instancias o espacios se van a corresponder con el caos, con la anti-ley, con la barbarie. (González, 1995, p. 435).

Un punto fundamental del discurso que conformó el Manual de Carreño fue minimizar las actividades inmorales, las cuales se consideraban “un freno para el progreso y desarrollo del país” (Briseño, 2005, p. 422), la familia fue un vínculo importante para reproducir la información al interior del hogar, si bien hubo una influencia en un porcentaje de la población, un porcentaje amplio de hombres y mujeres se negaron a eliminar ciertas prácticas nocivas de antaño, “el discurso parecía no encontrar eco en miles de hombres y mujeres que hacían caso omiso de la predicación” (Briseño, 2005, p. 424), tanto en los gobiernos conservadores y liberales posteriores a las Leyes de Reforma.

La cuestión era ser un hombre o mujer de apariencia “civilizada”, que sus modales no dejaran traslucir ningún rasgo o gesto que recordara viejos usos rurales, probablemente tildados de “inciviles” o “bárbaros” por esta nueva sociedad cada vez más estirada como moderna. (González, 1995, p. 434).

Al reconocer, como lo exalta Briseño (2005) que la familia fue quien colaboró en la transmisión de los nuevos valores que el estado estableció como parte de la modernidad, progreso y desarrollo; se debe señalar la vinculación existente entre la educación del ocio y la familia, y su implicación en la transmisión de dos componentes esenciales los tipos de actividades que se desarrollarían al interior del hogar y las formas en que estas prácticas debían desarrollarse a favor de “una moral laica y cívica” (Briseño, 2015, p. 434), con los elementos necesarios para la construcción de una sociedad con “nuevas necesidades culturales” (Miranda, 2007, p. 132), resultó históricamente una de las tareas más simbólicas para la divulgación de la ideología positivista, la familia se “convirtió en el órgano más importante para la reproducción de las ideas requeridas” (Suárez, 1998, p. 38) por el estado.

Los discursos del Estado estuvieron influenciados por la racionalidad científica y la lógica, esto provocó una serie de mensajes ordenados, sistematizados, orientados a las transformaciones que en el mundo se estaban llevando a cabo.

Durante este periodo el ocio transitó de un maleficio a un derecho y componente de identidad de la clase alta y un concepto opuesto al tiempo de trabajo. Es precisamente este concepto, un momento opuesto al trabajo, característico del ocio moderno.

Los hombres y mujeres modernos debían dominar las normas de conducta, poseer y demostrar buenos modales y educativos, serían cosmopolitas si mostraban una claridad total de lo correcto, de lo deseado por los otros como un referente de práctica y esperado como practicas ideales de ocio, bajo un elemento esencial de cortesía:

Hacer creer al otro que se está dispuesto a servirle en todo momento y con todas las fuerzas (...) que nos hace reflejar tal determinación en nuestra compostura que el otro queda convencido de nuestra voluntad de servicio; ello nos hace acreedores de su confianza, que va generando en él un amor hacia nosotros por el cual se siente inclinado a concedernos sus favores. (Elias, 2009, p. 89).

Las prácticas de ocio y la forma en que se desarrollaban debían principalmente mostrar tal nivel de cortesía mostrada como la “habilidad y la virtud la que nos ganasen la autoestima de los hombres” (Elias, 2009, p. 89) y no las formas externas, vacías y superficiales; las actividades de ocio se convirtieron en uno de los esquemas para transformar las mentalidades, una intervención desde la educación secular académica y en el seno de la familia, logrando un comportamiento que les permitía distinguirse de todos los miembros de la sociedad, principalmente de aquellos “más simples y de más modesta extracción social” (Elias, 2009, p. 117).

El ocio sería un sistema para lograr el perfeccionamiento de las costumbres a través de la declaración de las formas de conducción durante las prácticas propias de hombre y mujeres civilizados, modernos y cosmopolitas en apego a “los ideales que se buscan: la abstinencia, la castidad, la monogamia y la higiene” (Briseño, 2005, p. 440). Establecieron un nuevo estilo de vida, con la capacidad de asimilar y perfeccionar las nuevas costumbres, con especial interés en la cultura y la educación con miras a la civilidad, urbanidad y cortesía. En este sentido se identifica a un hombre civilizado cuando se asemejaba al “ideal definitivo de la sociedad” (Elias, 2009, p. 117), es una forma de caracterizar el comportamiento bajo un ideal, alineado a indicadores de alto nivel.

Los cambios sociales se representan fielmente en la imposición de los nuevos cánones de urbanidad y de comportamiento. Ante la modernización de la vida y la aparición de una moralidad social fue necesaria la aprehensión de los nuevos consumos. Los cambios en los utensilios de mesa y cocina, modas, atuendo, muebles, elementos decorativos y hasta el sentido del gusto, alteraron profundamente modales y hábitos de vida. (Miranda, 2007, p. 133).

La transmisión de la filosofía positivista, la cual se integró a través de los discursos oficiales desde el “Estado y la Iglesia” (Suárez, 1998, p. 38), fue durante esta época que se determinó una carga ideológica a la mujer quien debía vigilar a la familia, educar y asegurar la reproducción de las relaciones sociales, las buenas costumbres, los hábitos y la creación de un hogar “cálido, remanso para el hombre y ejemplo de orden” (Suárez, 1998, p. 38), donde a través de una educación rígida se construyeran buenos ciudadanos, quienes encontrarían en el hogar orden, practicas higienistas, en un proceso de contención ético y moral.

No eran solo prácticas positivas de ocio, debían ser actividades que permitieran un desarrollo intelectual, físico y moral, contrarias a aquellas que provocaran en los involu-

crados “la mentira, la glotonería y la embriaguez” (Briseño, 2005, p. 440), o aquellas actividades identificadas como inmorales entre las que se enumeraban los naipes, las peleas de gallos, los toros, la embriaguez y la prostitución.

Los principios de la urbanidad destacaban la importancia en el arreglo de la casa, en el manejo de los criados, la mesa, la disposición de las comidas, el aseo, los bailes, las visitas, las cabalgatas, el juego, el cortejo y la boda, los restaurantes y cafés, el teatro, los viajes a caballo y en tren, en hoteles y restaurantes, el uso del tabaco, del chicle y el teléfono, las visitas a enfermos, los regalos, los maestros, las cartas, el templo y los niños. Incluso se presentaban observaciones especiales para las mujeres, más obligadas que los hombres a ser cultas, discretas y modestas. (Miranda, 2007, p. 133).

Las practicas de ocio públicas y privadas debían responder al ideal moral de nación, a fortalecer en los hombres sus tareas laborales y a las mujeres los “valores de orden social y de respeto al prójimo como la puntualidad, la obediencia, la gratitud, el amor filial, fraternal y a los semejantes, el desinterés y la abnegación” (Briseño, 2005, p. 438), logrando una distinción frente a los ciudadanos más sencillos.

Las nuevas edificaciones, los nuevos trazos de la Ciudad de México modificaron y en lo general ampliaron la oferta de prácticas de ocio, identificando aquellas que señalaban en el rubro de lo público y aquellas que se desarrollaban en el ámbito de lo privado, sin olvidar los roles de género establecidos por tradición y en transición por la modernidad (González, 1995).

Las prácticas de ocio en el porfiriato fueron tras su alineación a las formas correctas y convenientes en los estilos de vida modernos, una de las formas óptimas, para construir el concepto de comunidad entre los miembros de la clase alta, media y baja. Una forma de intervención que logró su cometido.

La existencia de un lazo colectivo moral es una señal de que el funcionamiento colectivo es posible gracias a la interacción de los individuos, sin conflictos y ajustados a un modelo donde la experiencia común constituye el motor que favorece el progreso. (Miranda, 2007, p.145).

Las prácticas de ocio de la clase alta, confirmaron sus elementos de distinción y buenas formas. Varias de las prácticas de ocio que iniciaron activamente durante el Porfiriato tuvieron relación directa con la explicación o interpretación del mundo desde un paradigma científico.

La racionalidad y la razón como formas para interpretar al México del Porfiriato sustentó muchas de las vivencias de ocio; es decir, la práctica de ocio moderna en el Porfiriato muestra y aplica el conocimiento resultante de los procesos de investigación en el país y en el extranjero. El diseño y la creación de los museos para la conservación del patrimonio nacional, fue uno de los ejemplos más significativos del discurso racional.

La Ciudad de México validó sus múltiples construcciones y destrucciones tras el proyecto de modernización y desarrollo. La salud e higiene fueron elementos esenciales que fijaron las nuevas edificaciones y establecieron una tendencia pragmática desde la difusión

y apoyo de las prácticas de ocio que coadyuvaran a desarrollar y fortalecer al ciudadano moderno, sano, pulcro y respetable.

Parece, pues, que existió un desarrollo paralelo de la Ciudad México respecto a sus servicios y a las experiencias de ocio. Con esto se hace referencia a que, tanto la Presidencia de la República como el gobierno de la Ciudad de México, permitieron y alentaron las prácticas de ocio que permitían disfrutar de una metrópoli moderna y cosmopolita.

La necesidad evidente por construir un estilo de vida saludable, hizo que las autoridades porfirianas consideraran y alentaran acciones a favor de las prácticas de ocio positivo, las cuales tenían una relación evidente con la salud, la higiene y el desarrollo humano.

Al incursionar en el ámbito moral-social, en el orden privado, se consideraba que el fortalecimiento de la sociedad sólo podía ser plausible cuando el hombre cultivara una serie de valores éticos y de principios de comportamiento de acuerdo a los ideales de una sociedad adherida a la impronta del progreso. (Miranda, 2007, p. 146).

Resulta ilusorio pensar que todos los ciudadanos del México decimonónico cumplieran con los códigos morales establecidos a través de los manuales de urbanidad y buenas costumbres, algunos simplemente decidieron resistir a los cambios, en apego a los valores de antaño (González, 1995), otros tantos hombres y mujeres actuaban en forma inapropiada clandestinamente, dando pie a una doble moral, con simples o terribles consecuencias.

Resulta imposible negar como lo describió Beatriz González (1995) que las prácticas del gobierno estaban encaminadas a *domesticar* las prácticas de antaño, alejarlos de la *barbarie*, a través de la construcción de un “nuevo imaginario de nuevas sensibilidades” (p. 433), una práctica que no solo se dio en México, la compartieron los países hispanohablantes donde sus líderes decidieron modernizar a la nación.

Conclusiones

Fue durante el siglo XIX y principios del XX que los manuales de urbanidad y buenas costumbres, fortalecieron las acciones del estado para construir a través de la educación al ciudadano ideal, acorde al moderno país que estaba en construcción. Los comportamientos que se involucraban en las prácticas de ocio fueron normados a través de los manuales, dejando a un lado las actividades inmorales que frenaran el crecimiento y desarrollo del país que junto con los códigos, reglamentos y leyes necesarios para consolidar el proyecto de nación liberal en concordancia de los desafíos que planteaba el mundo.

En el México del General Porfirio Díaz se vivieron múltiples realidades, para los hombres y mujeres que vivían marginados por la pobreza y la ignorancia, resultado de la desigualdad social, seguramente los modelos establecidos por el gobierno les resultaban distantes a su vida cotidiana, ajenos a su realidad y sus costumbres.

El constructo de modernidad porfiriana tuvo una relación directa con las prácticas morales y socialmente aceptadas; prácticas especialmente dedicadas a la dimensión cultural superior, dejando a un lado todas aquellas que envilecieran o empobrecieran al ciudadano, así como la identificación y conformación de prácticas de ocio para las diferentes clases sociales.

La Ciudad de México no solo se modernizó, sino que adquirió un valor intrínseco, respondiendo a la transformación de una nación que luchó por una mejor calidad de vida, con una casi perfecta maquinaria que funcionaba tras el orden y control establecido en las metrópolis más importantes, con un alto nivel de comercio, industria y un incipiente sector de servicios a cargo de hombres y mujeres con la capacidad de dar respuesta a los requerimientos de la modernización.

Resultaron fundamentales las acciones de educación para el ocio que la familia mexicana decimonónica realizó, fue uno de las instituciones que construyó la identidad femenina y masculina desde las prácticas de ocio, acordes al futuro de orden y progreso, fue en este periodo de la historia de México donde se definió las tareas de la mujer en el seno familiar y las responsabilidades del hombre en el ámbito laboral.

El México independiente, el México de Porfirio Díaz, requirió de diversas modificaciones, indispensables tras la secularización; urgentes e imperiosas tras el nuevo proyecto de Estado que el general Díaz estaba estructurando. El Estado influyó en los estilos de vida de los ciudadanos de la metrópoli, lo que incluyó a la aristocracia, quien debió interiorizar y estructurar en su vida el orden mismo de poder, vivir bajo las leyes del hombre en concordancia a las leyes de Dios.

La Ciudad de México confirmó su atractivo y se volvió el centro de encuentro de aquellos ciudadanos interesados en disfrutar de los espacios de ocio cosmopolita, modernos, elegantes y exclusivos que la ciudad ofertaba, tras su reconstrucción de los nuevos espacios públicos y la reconfiguración de lo privado.

Referencias Bibliográficas

- Afanador, C. & Báez, M. (2015). Manuales de urbanidad en la Colombia del Siglo XIX: Modernidad, Pedagogía y Cuerpo. *Revista Historia y Memoria*, (11), 57-82.
- Briseño, L. (octubre-diciembre, 2005). La moral en acción, teoría y práctica durante el porfiriato. *Historia Mexicana*, 55(2), 419-460.
- Carner, F. (1987). Estereotipos femeninos en el Siglo XIX. En Ramos, E. (Coord.). *Presencia y transparencia: la mujer en la historia de México* (pp. 99-112). México: Colegio de México.
- Carreño, M. (2008). *Manual de urbanidad y buenas maneras para uso de la juventud de ambos sexos* (Trabajo original publicado en 1897). México: Editorial Época.
- Elias, N. (2009). *El proceso de la civilización, investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- El Mundo Ilustrado (4 de marzo de 1900). México.
- Garner, P. (2003). *Porfirio Díaz. Del héroe al dictador: una biografía política*. México: Editorial Planeta.
- González, B. (1995). Modernización y disciplinamiento. La formación del ciudadano: del espacio público y privado. En B. González & J. Lasarte (Comp.), *Esplendores y miserias del siglo XIX. Cultura y sociedad en América Latina*, (431-451). Caracas, Venezuela: Monte Ávila Editores Latinoamericana.
- González, L. (1995). *Pueblo en vilo. Microhistoria de San José de Gracia*, (5ª ed). México: El Colegio de Michoacán.
- González, L. (1997). *Otra invitación a la microhistoria*. México: Fondo de Cultura Económica.
- González, L. (1998). El liberalismo triunfante, en *Historia general de México*, tomo 2 Centro de Estudios Históricos del Colegio de México, (pp. 897-1016). México: Colegio de México.
- Gutiérrez, F. (2008). El juego de las apariencias, las connotaciones del vestido a fines del siglo XIX

- en la ciudad de México. *Varia Historia*, 24(40), 657-674.
- Hurtado, E. (2013). Laicismo y ciudadanía en México. Siglo XIX. *Murmulllos filosóficos*, 5, 16-25.
- Jiménez, C. (2007). *El discurso político de la modernización*. (Tesis doctoral). Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales de la Universidad Veracruzana, Veracruz, México.
- Lander, R. (2002). El Manual de urbanidad y buenas maneras de Manuel Antonio Carreño; reglas para la construcción del ciudadano ideal. *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 6, 83-96.
- Malaver, I. (2004). Estudio sociopragmático del Manual de urbanidad y buenas maneras de Manuel Antonio Carreño. *Boletín de Lingüística*, 24, 55-75.
- Miranda, P. (2007). Los manuales de buenas costumbres. Los principios de la urbanidad en la ciudad de Mérida durante el siglo XIX. *Takwá*, (11-12), 131-155.
- Ocampo, L. (2007). La microhistoria en la historiografía general. *Latinoam.estud.educ.* 3(1), 9-26.
- Pérez, T. (1999). *Gran baile de pulgas en traje de carácter: Las diversiones públicas en la Ciudad de México del Siglo XIX*. México: Archivo Histórico del Distrito Federal, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa.
- Pérez-Rayón, E. (1999). México 1900: La modernidad en el cambio de siglo. La mitificación de la ciencia. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, 18(018), 41-62.
- Ramos, O. (2013). Catecismos y manuales de urbanidad como recurso de acción y práctica política en Venezuela, 1830-1855. *Boletín Americanista*, 1(66), 161-179.
- San Salvador del Valle, R. (2009). La aceleración del tiempo y el fenómeno del ocio. En Cuenca, M. y Aguilar, E. (2009). (Eds.). *El tiempo del Ocio: transformaciones y riesgos en la sociedad apresurada*. Documentos de Estudios de Ocio, 36. Bilbao, España: Universidad de Deusto.
- Soaje, R. (2015). De Marco Tulio Cicerón a Manuel Antonio Carreño: Un estudio sobre los ideales de vida de las élites en tres momentos de la historia. *Atenea*, 511(1), 189-205.
- Soto, L. (2006). Costumbres y muebles de baño en el Porfiriato. En Martínez, L. (Coord.) *El Porfiriato* (pp. 7-45). México: Universidad Autónoma Metropolitana
- Suárez, E. (1998). De viandas, lijos y sabores. La burguesía mexicana y sus delicias culinarias a finales del siglo XIX. *Caravelle*, (71), 37-52.
- Sue, R. (1987). *El ocio*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Torres, S. (2001). Manuales de conducta, urbanidad y buenos modales durante el porfiriato, notas sobre el comportamiento femenino. En Agostini, C. & Speckman, E. (Eds.) *Modernidad, tradición y alteridad*. La ciudad de México en el cambio de siglo (XIX-XX) (pp. 271-289). México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Touraine, A. (2010). *Crítica de la modernidad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Veblen, T. (2007). *Teoría de la clase ociosa*. México: Fondo de Cultura Económica.

Shaiane Vargas da Silveira²

Vinicius Boneli Vieira³

Introdução

No interior de um sistema de produção capitalista, com princípios liberais, o fenômeno do lazer foi cada vez mais desviado dos atributos da gratuidade e da liberdade, incorporando um dualismo existencial que impôs uma relação de embate duradoura com o universo do trabalho, *sui generis* ao desenvolvimento da sociedade, na qual a diversão, os jogos, as festas, as brincadeiras e outras atividades espontâneas faziam parte do dia-a-dia, entremeando momentos de trabalho, de práticas sociais e religiosas (McLean, 2012).

Extrapolando o dualismo entre trabalho e lazer, observamos que outras relações permeiam a sua compreensão, sendo elas as noções de espaço público e o privado, de individual e coletivo, de funcional e contrafuncional e até mesmo do que é dever do Estado ou oferta do Mercado.

Poderíamos avançar nessa discussão em busca de uma análise mais complexa das contradições do lazer, evidenciando-o como expressão da modernidade líquida, que gera uma sociedade de consumo num caminho totalmente oposto ao de uma sociedade do lazer, que possivelmente seria orientada por uma diminuição do consumo (Krippendorf, 1989, p. 152).

Na realidade, o que prevalece nessas dualidades é um processo metabólico (Meszaros, 2002) no qual a fórmula simples de circulação de mercadorias, que pressupõe a venda para a compra e satisfação de necessidades, foi substituída pela circulação do dinheiro como capital, com finalidade em si mesmo, mas que, incorporando as relações simbólicas da modernidade, encontrou outra forma de circulação ainda mais incansável. Faz parte desse metabolismo o processo de geração de consumidores, que foi assim descrito por Debord (1994, p.18):

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Professora da Universidade Federal do Piauí. Programa de Mestrado em Gestão Pública e Curso Bacharelado em Turismo. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: shaiane@ufpi.edu.br

³ Professor da Universidade Federal do Piauí. Curso Bacharelado em Turismo. Mestre em Geografia. E-mail: viniciusboneli@ufpi.edu.br

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é.

Preocupados em desvelar realidades sociais para além do parecer, nossa busca para compreender a essência do lazer está centrada na sociedade capitalista ocidental e urbana da qual partimos para uma pesquisa investigativa acerca do repertório e do histórico familiar de lazer dos jovens parnaibanos, com o objetivo de assim verificar quais seus hábitos, desde a origem familiar e suas expectativas frente às necessidades insatisfeitas de experiências, atividades e espaços de lazer.

Ao falar em lazer, Melo & Peres (2005) constataam que “contemporaneamente, observam-se iniciativas de delimitação do acesso ao espaço público” favorecendo assim o processo metabólico de evolução de uma sociedade pautada no consumo, já que a presença do Estado dia-a-dia se faz nula na sociedade brasileira.

Observamos que a última Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009) divulgada pelo IBGE⁴, mostra a dificuldade das famílias em chegar ao fim do mês com algum rendimento monetário⁵, ou seja, aquele recurso financeiro que na maioria das vezes é direcionado para o lazer, após o pagamento dos compromissos relacionados à habitação, transporte, educação, saúde, vestuário e alimentação. Em se tratando da região nordeste a dificuldade é ainda maior, pois além dessa realidade a área detém os maiores índices de “rara” ou “nunca” frequência em ambientes e atividades como: a) bares, boates e danceterias; b) teatro, circo e shows de dança; c) cinema; d) jogos e competições esportivas e e) museus e centros culturais.

A relação dessas realidades apontada por Melo & Peres (2005) e a Pesquisa de Orçamento Familiar (2008-2009) com as políticas públicas de lazer se pauta na observação de que a experiência de lazer está cada vez mais distante para alguns grupos sociais ao mesmo tempo que está próxima de uma experiência de consumo, que pode dar espaço a vivências individuais e coletivas satisfatórias, mas que também se apresenta como porta aberta para aquilo que Padilha (2006, p. 126) denomina de “lazer reificado no universo onírico do shopping center”, ou seja, o lazer legitimado no espaço que acolhe calorosamente a racionalização do capital.

O Estado não pode se fechar para essa realidade, principalmente pelo fato de que milhões de brasileiros (especialmente aqueles com gasto médio mensal de R\$ 42,76 em ativi-

⁴ Trata-se da mais abrangente investigação sobre os padrões de renda e consumo das famílias brasileiras, porém o relatório da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 ainda não foi disponibilizado pelo Governo Federal.

⁵ Cerca de 75% dos entrevistados na POF informaram ter muita dificuldade, dificuldade ou alguma dificuldade para chegar ao final do mês com algum rendimento monetário familiar em contraposição aos 26% que indicaram ter alguma facilidade, facilidade ou muita facilidade.

dades de “recreação e cultura”, como demonstra a POF) estão distantes de uma experiência significativa de lazer, seja pela falta do tempo livre, de dinheiro ou de alternativas gratuitas de qualidade.

De antemão podemos assegurar que o lazer é tratado de forma muito aparente pelo Estado na fase de elaboração e implementação de políticas públicas, haja visto que os sujeitos têm desejos totalmente diversos das soluções propostas por nossos gestores públicos, que demonstram desconhecer tanto a opinião pública como a própria essência do lazer.

A partir de uma concepção teórico-metodológica alicerçada na perspectiva marxista, o estudo realizado tem como principal pilar a teoria de Gramsci, na qual o Estado não é um fim em si mesmo, mas instrumento da sociedade civil, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica que representa e interesses particulares na conquista de posições.

El Estado-gobierno es concebido como organismo propio de un agrupamiento para crear el terreno favorable a la máxima expansión de este misnio agrupamiento, pero también esta evolución y esta expansión son vistas concretamente como universales, es decir, vinculadas a los intereses de los agrupamientos subordinados, como un desarrollo de equilibrios inestables entre los intereses del grupo fundamental y los de los grupos subordinados, equilibrios en los que los intereses del grupo fundamental prevalecen pero hasta cierto punto, al menos no hasta el egoísmo económico-corporativo. (Gramsci, 1984, v. 3, p. 170)

Ao contrário das doutrinas que contrapõem o Estado enquanto momento positivo à sociedade, na teoria gramsciana é a sociedade civil quem condiciona e regula o Estado por meio do princípio organizador, no qual uma classe se impõe sobre as outras, não apenas pela força mas também pela hegemonia política de um grupo social sobre a sociedade inteira. A sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e onde, nem tudo que parte da sociedade civil é bom e nem tudo que vem do Estado é mau. (Gramsci, 1984; Liguori, 2007).

Em políticas públicas, se analisamos a crise do *welfare state*, veremos que uma das estratégias mais defendidas foi a privatização dos programas de bem-estar social, por duas razões distintas: a primeira de diminuir o gasto público e estimular a independência e a segunda de responder às demandas individualistas e diferenciadas da sociedade “pós-industrial” (Esping-Andersen, 1995).

As políticas públicas de lazer, assim como as políticas universais de caráter não seletivo, tendem a se aproximar do cenário da crise do *welfare state*, deixando à margem as classes subalternas numa situação bem observada por Jérôme Pellissier, quando diz que “se persistirmos em conceber nosso mundo em termos utilitários, massas de pessoas serão constantemente reduzidas a se tornar supérfluas” (Arendt, 2005 apud Pellissier, 2013, s.n.).

Diante deste panorama, o princípio organizador de Gramsci (1984) se revela como aparelho “privado” da hegemonia, ou seja, representando aquilo que a classe dominante deseja para a sociedade, não apenas no aspecto político, mas impondo-se também como hegemonia cultural.

A pesquisa sobre os hábitos familiares justifica-se por uma necessidade acadêmica de investigar e registrar o histórico familiar para compreender e propor uma construção coletiva que contextualize o lazer como forma de resistência em uma cidade de pequeno porte no nordeste brasileiro.

Sob este ponto convém registrar que para Gomes (2004), o lazer se caracteriza por quatro elementos interligados – tempo, espaço-lugar, ações/atitude e manifestações culturais. Estes elementos são enraizados no lúdico e passíveis de pressão e interferência do contexto. A autora afirma ainda que esses quatro elementos expressam um exercício coletivamente construído, no qual os sujeitos se envolvem em função dos seus desejos. Desejos reveladores de que “nuestros ocios no son sólo presente, sino itinerarios de vida que nos hablan de comienzos, desarrollos, momentos cumbre y declives, marcados por un tiempo próprio” (Cuenca & Gutierrez, 2009, p. 13).

Vale lembrar que Kropotkin diz que o indivíduo não é um ser que vive exclusivamente para comer, beber e dormir. Satisfeitas as necessidades básicas, materiais, também tem necessidades de prazer e gozo material ou intelectual. São “necessidades de luxo, mas que rompem a monotonia da existência e a torna agradável” (Kropotkin, 1973, p. 44, tradução nossa). Tal rompimento encontra obstáculos se constataremos que as condições de trabalho e a produção daquilo que é necessário se apresentam como fatores *sine qua non* para o lazer pois, se o trabalho socialmente necessário, que representa uma das dimensões da vida, não está presente na vida das pessoas, a base de toda a vida social e o significado de ação criadora se desfazem.

A compreensão das experiências de lazer, além de se revelar como parte da ação criadora do indivíduo, também revela as experiências passadas e presentes, ou seja, a memória, que de acordo Attias-Donfut (1988), são atributos que revelam a noção de pertencimento a uma geração, associando modos de pensar, mentalidades, conhecimento ou estados mentais específicos, pois o conceito de geração conota tempo e mais especialmente o tempo social, mas também evoca muitas outras coisas, capazes de demonstrar como e por quais meios se constitui.

Quando abordamos a memória familiar, investigando o comportamento de uma geração, em tempos diferenciados, acessamos aquilo que Barros (1989) concluiu em estudo realizado com um grupo de avós cariocas, ou seja, ao recontar a história de suas vidas, esses indivíduos fornecem uma versão da história de seu grupo, numa narrativa acerca da história da família examinada como reinterpretação elaborada ao longo do tempo e dependente do lugar social ocupado pelos narradores no momento em que essas memórias foram revisitadas.

Percorrendo tais itinerários de vida, nos deparamos com repertórios diferenciados de lazer, bem característicos da sociedade brasileira, num contexto onde homens e mulheres atendem ao “apito da chaminé de barro” (como musicou Noel Rosa) e, pensar numa vida ociosa e de lazeres ou “fazer versos no piano” era praticamente um deleite inaceitável, marcado pela crença na centralidade do trabalho ou mesmo pela condição de exploração a que estão submetidos os trabalhadores.

Ainda assim, diante de um quadro que parece desfavorável, consideramos relevante o estudo deste tema, pois é na qualidade do uso do tempo livre que são fundadas as bases do desenvolvimento humano, perpassando diversas etapas de nossa própria existência e vá-

rias gerações da nossa sociedade. Soma-se ainda o fato de que mesmo nas condições mais adversas sempre existe um espaço para a brincadeira, a festa, o jogo (Cascudo, 2004) e tantas outras manifestações de lazer que fazem parte da “casa e da rua” da população brasileira (DaMatta, 1991).

Contexto da Pesquisa

O município de Parnaíba está localizado em uma região litorânea, ao norte do estado do Piauí, mais especificamente na região turística Pólo Costa do Delta, com distância aproximada de 336 km da capital Teresina. Possui uma área territorial de 434.229 km², tendo como limites ao norte o oceano atlântico e o município de Ilha Grande, ao sul Buriti dos Lopes, a leste Luís Correia e Bom Princípio do Piauí, e a oeste o estado do Maranhão, separado pelo Rio Parnaíba⁶.

Com maior oferta de infraestrutura social e urbana, bem como de serviços de interesse turísticos, além de significativo conjunto histórico arquitetônico, a cidade de Parnaíba é considerada cidade polo no contexto regional. Possui também maior adensamento populacional, com uma população estimada de 152.653 habitantes⁷ e um IDH, registrado no ano de 2010, de 0,687, conforme Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2018). Sua economia está baseada no setor primário, com destaque para atividades agrícolas, pesca e de extrativismo, entretanto dispõe de atividades vinculadas ao segundo setor e também ao setor de serviços, com um PIB total registrado em 2015 de 1.795.110,68 reais⁸.

O clima de Parnaíba está caracterizado como tropical semiárido quente, com períodos secos que chegam a durar até seis meses, e uma temperatura média anual de 27,6°C. O município apresenta ainda uma diversidade biológica e também paisagística singular, com formações vegetais de cerrado, caatinga e mata de cocais, composta por gramíneas, cactos, arbustos, árvores de pequeno porte e palmeiras, como a carnaúba.

No âmbito político, quando realizada a pesquisa, não havia nenhum registro de política pública voltada para ampliação dos espaços e atividades de lazer no município, bem como nenhuma ação de reconhecimento das necessidades, carências e demandas da população jovem. Assim, vimos prevalecer um discurso único, que justifica a ação pública a partir de uma noção limitada sobre os anseios da juventude, reproduzindo a ideia de que o lazer se reduz apenas à recompensa, à punição ou à forma de controle social da sociedade (Rojek, 1995, p. 175).

⁶ Área da unidade territorial 2017. Recuperado em 01 de dezembro, 2018, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>

⁷ Estimativa populacional 2018. Recuperado em 01 de dezembro, 2018b, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>>.

⁸ Produto interno bruto dos municípios 2015. Recuperado em 01 de dezembro, 2018c, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/pesquisa/38/46996>>.

Descrição da Pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir de uma complementariedade metodológica, utilizando-se de métodos mistos com técnicas qualitativas e quantitativas nos instrumentos de levantamento e análise dos dados. A abordagem por método misto, segundo Gray (como citado em Johnson e colaboradores, 2007), “adota um método e um sistema pragmáticos, baseados em uma visão de que o conhecimento é socialmente construído e baseado na realidade do mundo que vivenciamos e no qual vivemos”.

Exemplo dessa abordagem mista está nos tipos de perguntas realizadas no roteiro de entrevista deste estudo, sendo algumas de caráter qualitativo e outras de caráter quantitativo; nos tipos de análise realizada, envolvendo dados apresentados numericamente e dados apresentados textualmente e por último nos tipos de conclusões, que incluem interpretações objetivas e interpretações subjetivas.

Com o intuito de delimitar um grupo específico para a pesquisa, neste caso, de jovens que demandam dos serviços públicos, foram identificadas as principais escolas públicas com oferta do ensino médio regular na área urbana de Parnaíba/PI e assim, definida uma amostra não-probabilística, podendo ser definida como intencional estratificada, já que a adesão foi voluntária, por aqueles estudantes de escola pública matriculados no primeiro ano do ensino médio, que tivessem interesse em colaborar como entrevistados. Durante uma semana, com autorização da direção escolar, as escolas foram visitadas e mediante a explicação do objetivo da pesquisa, em sala de aula, foi solicitada a adesão voluntária de cinco alunos por turma, somando ao todo 30 (trinta) jovens, com idade entre 14 e 18 anos.

Outro grupo específico que compôs o público da pesquisa foi o de familiares dos jovens entrevistados. Para o alcance desse grupo também foi utilizada a adesão voluntária. Os jovens foram treinados para atuar como entrevistadores, sujeitos partícipes da pesquisa, e levaram os questionários para casa para realização da entrevista com os quatro familiares (pai, mãe, avô e avó) ou quaisquer um deles que aderisse ao convite, que foi encaminhado juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com o somatório dos parentes entrevistados pelos jovens chegou-se a um público de 73 (setenta e três) pessoas, sendo 30 (trinta) jovens, com idade entre 14 e 18 anos e 43 (quarenta e três) de seus familiares.

A partir do exposto a coleta de dados foi realizada no ano de 2014 e compreendeu um levantamento de dados primários a partir de questionários aplicados por entrevistador de forma estruturada, com perguntas abertas e fechadas. As perguntas do questionário versavam sobre o repertório de lazer da amostra indicada anteriormente, de 30 (trinta) jovens e 43 (quarenta e três) familiares diretos (pai/mãe e avô/avó).

Em formato semiestruturado, a entrevista compreendeu dois questionários com questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas de livre expressão por escrito. O questionário “A” foi respondido pelos alunos e o questionário “B” por seus familiares. Após a entrevista do pesquisador diretamente com os estudantes, no período de 1 a 8 de agosto de 2014, os estudantes receberam orientação específica para aplicação do questionário “B” e assim realizar a entrevista com seus familiares.

No primeiro questionário (A) se estabeleceu a abordagem direta aos jovens e foram averiguados dois aspectos: características mais comuns nos seus hábitos de lazer (1) e iden-

tificação de atividades que não fazem parte do repertório de lazer individual, mas que o jovem julga interessante para sua vida (2). Quanto ao segundo questionário (B) direcionado aos familiares (pai/mãe, avô/avó), os temas pertinentes foram os mesmos, com a inclusão de um espaço para narrativas e memórias sobre a juventude (ver figura 1), que era de livre expressão e vontade do entrevistado.

Figura 1. Conjunto de Questões

Questionário A (Jovens)	Questionário B (Familiares)
<ul style="list-style-type: none"> • características mais comuns nos seus hábitos de lazer (questões fechadas) • identificação de atividades que não fazem parte do repertório de lazer individual (questões abertas) 	<ul style="list-style-type: none"> • características mais comuns nos seus hábitos de lazer durante a juventude (questões fechadas) • identificação de atividades que não fazem parte do repertório de lazer individual durante a juventude (questões abertas) • Narrativas e memórias sobre a juventude que quisessem registrar

Fonte: Elaborado pelos autores

As opções de respostas sobre as “características mais comuns nos seus hábitos de lazer”, foram propostas a partir de uma categorização expressa em seis dualidades, quais sejam: “atividade em grupo x atividade sozinho”; “uso de espaço aberto” x “uso de espaço fechado”; “realização de atividade gratuita x realização de atividade paga”; “lazer ativo x lazer passivo” e “lazer organizado por instituição x lazer organizado de forma independente”.

As categorias mencionadas já são contempladas em vários tipos de publicações sobre lazer, desde livros, manuais, revistas e relatórios de pesquisa. Pode-se destacar o uso dos conceitos de “lazer passivo ou ativo”, “espaço aberto ou fechado” por Campos (1998). A definição de “lazer organizado por instituição” ou então “organizado de forma independente” apresentadas por Larizzatti (2005) e analisada a partir da atuação do poder público, dos animadores culturais, dos profissionais do lazer e da comunidade. Evidencia-se a abordagem de “atividade em grupo ou individual” descrita nos estudos de Camargo (1998), bem como “atividade em grupo x sozinho” e “atividade gratuita X atividade paga”, que Formiga e colaboradores (2005) abordam na análise sobre a escala das atividades de hábitos de lazer.

Ciente de que esta categorização não esgota a reflexão sobre os hábitos de lazer do grupo em análise, pois não absorve a subjetividade da experiência, tal panorama demonstra a realidade tangível que se manifesta para a maioria dos sujeitos entrevistados, revelando quais características foram mais frequentes no desfrute do seu tempo livre para o lazer.

As respostas das questões abertas, ao contrário das fechadas, foram classificadas posteriormente, agrupadas em categorias de atividades/hábitos de lazer que não fazem ou fizeram parte do cotidiano dos jovens e da juventude dos familiares entrevistados, com base na definição de lazer utilizada no relatório *Leisure time in the UK: 2015* publicado pelo *Office for National Statistics*. Na definição indicada, o lazer compreende as seguintes categorias: atividades participativas, socialização, atividades culturais, descanso, esportes ou atividades ao ar livre, mídia de massa e passatempos, computação e jogos.

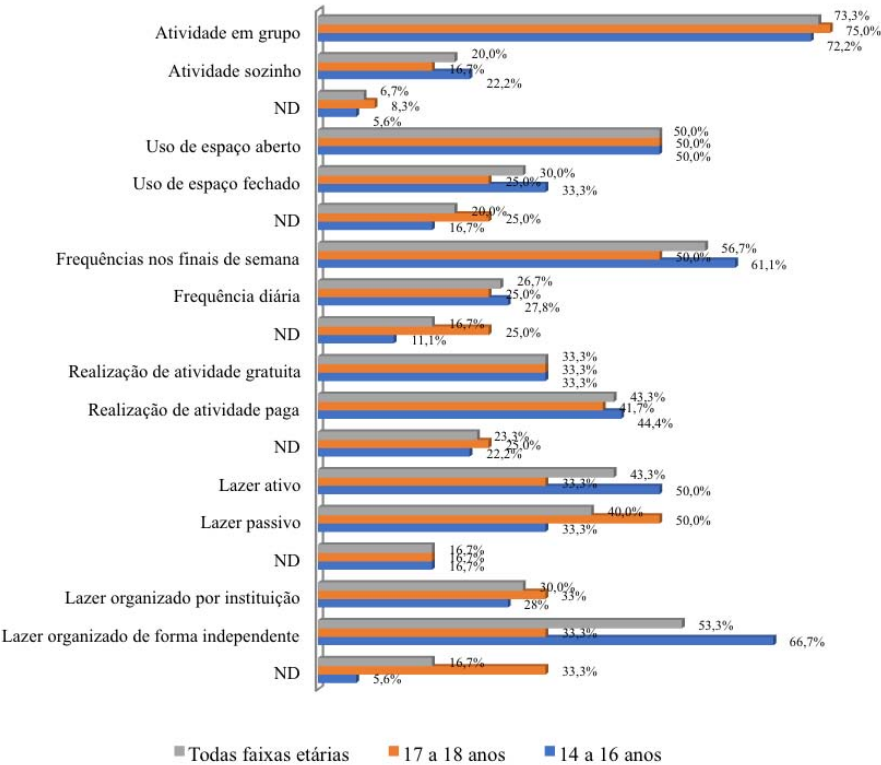
Características mais comuns nos hábitos de lazer

Considerando o perfil dos estudantes entrevistados, a pesquisa abrangeu fundamentalmente jovens com faixa etária entre 14 e 18 anos, porém apresentou como predomínio a faixa entre 14 e 16 anos (60%) e majoritariamente o sexo feminino (70%).

Nota-se, conforme gráfico 1, que as atividades em grupo (73,3%), em espaço aberto (50%) e aos finais de semana (56,7%) formam as características mais comuns do repertório de lazer dos jovens parnaibanos, destacando-se em comparação com as demais opções (sozinho, espaço fechado e durante a semana). Em escala semelhante teremos tanto as atividades realizadas gratuitamente (33,3%) como também aquelas que necessitam algum recurso financeiro (43,3%), assim como atividades ativas e passivas, que dentro do resultado geral se mostraram com taxas muito próximas de 43,3% e 40% respectivamente.

Outra característica verificada foi a frequência de atividades organizadas livremente ou por incentivo de alguma organização, como instituição religiosa, escola, grupo de jovens, etc. Neste quesito as atividades organizadas de forma independente foram as mais características, abrangendo 53,3% dos jovens entrevistados.

Gráfico 1 - Características comuns no repertório de lazer dos jovens entrevistados.
Parnaíba/PI/Brasil

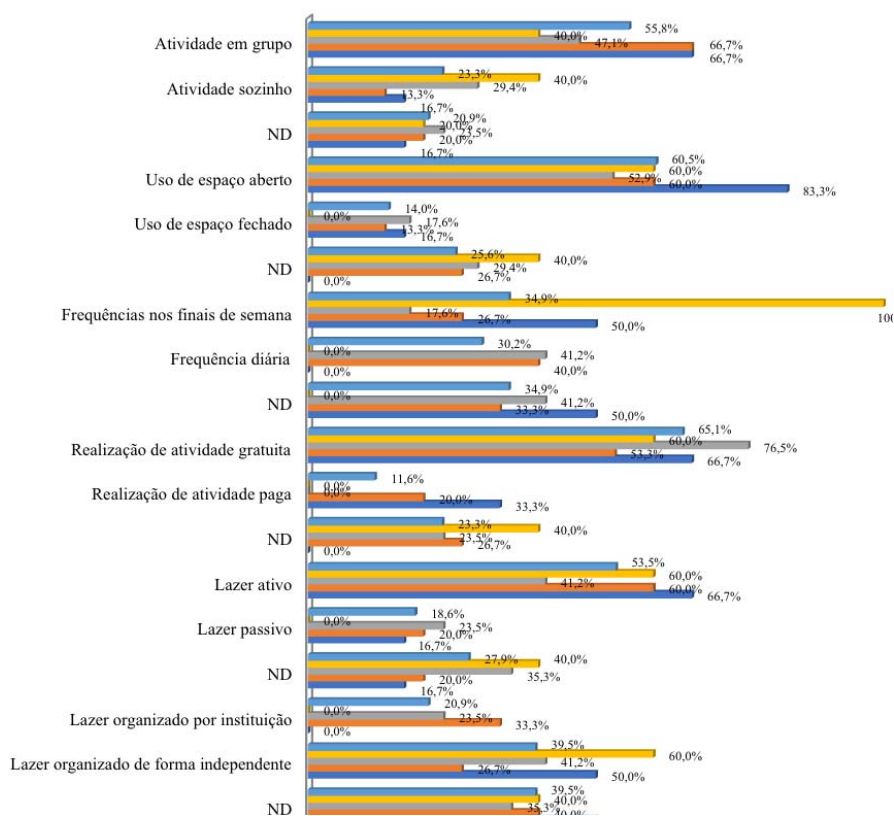


Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim como os jovens dos dias atuais, os familiares entrevistados (gráfico 2) também realizavam com mais frequência, em sua juventude, atividades em grupo (55,8%), em espaço aberto (60,5%), porém se ocupavam mais com atividades ativas (53,5%) apresentando um contraste que revela a baixa frequência de lazer passivo (18,6%).

Diante do apresentado podemos concluir que nas características comuns dos hábitos de lazer dos familiares entrevistados, cada um em sua época (pais ou avós) dispunha de maior relação com os espaços abertos para prática de lazer, bem como realizavam menor investimento financeiro para satisfação de suas necessidades de entretenimento, que era frequentemente gratuito e que, predominantemente, eram ativos, diferenciando-se da juventude atual onde há predominância das atividades passivas, em especial na faixa de 17 a 18 anos, que registra 43,3% da preferência e equilíbrio entre as atividades pagas e gratuitas.

Gráfico 2 - Características comuns no repertório de lazer durante a juventude dos familiares. Parnaíba/PI/Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores

É fundamental destacar o perfil dos familiares entrevistados, pois a maioria dos participantes da pesquisa foi do sexo feminino (72,1%) e com idade na faixa dos 31 a 40 anos (12%), seguido daqueles na faixa de 61 a 70 anos (16,3%). A proporção dos que não declararam idade foi de 12%. O parente mais entrevistado pelos estudantes foi a avó (39,5%) e logo em seguida a mãe (34,9%). Vale ressaltar que em função da composição das famílias, geralmente com a presença da mãe, individualmente chefiando a casa, muitos estudantes apresentaram apenas um familiar, em muitos casos, a avó e/ou a mãe. Em raras entrevistas foi possível um repertório mais completo, com informações sobre pai, mãe e avós, quando residentes no mesmo lar.

Diante desta caracterização é válido destacar que os hábitos de lazer são reveladores de questões de gênero, dentre as quais a observação de que os homens (pais ou avós) tiveram maiores índices que as mulheres (mães e avós) na realização de atividades individuais, em espaço aberto, aos finais de semana, em lazer ativo e organizado de forma independente. Nos hábitos femininos, a predominância foi de atividades em grupo, de lazer passivo e organizado com incentivo de alguma instituição. (ver gráfico 2)

Além do propósito de investigar sobre o repertório de lazer dos familiares dos estudantes, a pesquisa se propôs a revelar aos jovens as experiências de vida que fizeram parte do cotidiano de seus pais e avós. O registro dos relatos apresentados foi feito pelos próprios estudantes e, dentre outros resultados, demonstra que a necessidade de lazer nem sempre foi satisfeita por parte dos familiares entrevistados pois, devido ao trabalho rural e atividades laborais diversas, afirmaram não ter tempo livre ou enfrentar outras problemáticas para o acesso ao lazer.

Nas entrevistas realizadas com os familiares constam depoimentos como os registrados no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Narrativas selecionadas sobre o repertório de lazer dos familiares

Como a minha mãe, minha avó não teve muita juventude pois teve que começar a trabalhar cedo demais para desfrutar de algum tipo de lazer.

Narrativa da jovem C.E.P.A.

Eu não tinha lazer, só trabalhava em roça.

Narrativa da avó da jovem S.S.O.

Só andar com os pais, na época não tinha muito o que se divertir porque como morava numa zona rural não tinha muito o que fazer.

Narrativa da avó do jovem A.S.

Não fazíamos nada de lazer, nem escola íamos, era uma vida muito sofrida. O único lazer que nós tínhamos era um rio em frente de casa.

Narrativa da avó da jovem S.S.O.

Não havia nenhum hábito de lazer no meu tempo, pois o meu pai não nos deixava sair de casa. O único hábito de lazer era às vezes a escola (que na maioria dos anos eu perdi pra trabalhar) e a missa, também algumas vezes. Às vezes, muito raro, a praia.

Narrativa da mãe da jovem F.L.I.S.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A realidade vivenciada no contexto parnaibano não se difere da realidade brasileira, mas demonstra um contraste significativo quando falamos de uma cidade turística, cujos espaços consagrados para o lazer não foram concebidos ou não estão disponíveis para a sociedade. Prevalece, principalmente no meio urbano, um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público (Rolnik, 2000) e assim, seja pela marca do trabalho exaustivo no campo e na cidade ou pela falta de acesso aos espaços, observamos narrativas de negação do lazer, que atravessam gerações e incidem sobre a realidade atual.

Carências, demandas e necessidades

A identificação das atividades que não fizeram parte dos hábitos de lazer dos jovens e de seus familiares durante a juventude revela uma lacuna no histórico familiar até hoje não suprida, no que se refere ao acesso a “atividades culturais” e “esportes e atividades ao ar livre”.

Tabela 1 - Atividades que não fazem parte do repertório de lazer dos estudantes, mas que julgam importantes. Parnaíba/PI/Brasil

Jovens entrevistados/ por faixa etária	atividades participativas	socialização	atividades culturais	esportes ou atividades ao ar livre	passatempos, computação e jogos	N.D
De 14 a 16 anos	5,6%	11,1%	16,7%	61,1%	0,0%	5,6%
De 17 a 18 anos	0,0%	16,7%	16,7%	58,3%	8,3%	0,0%
Total	3,3%	13,3%	16,7%	60,0%	3,3%	3,3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2 - Atividades que não fizeram parte do repertório de lazer durante a juventude dos familiares, mas que julgam importantes. Parnaíba/PI/Brasil

Familiares entrevistados	todas as opções	socialização	atividades culturais	esportes ou atividades ao ar livre	passatempo, computação e jogos	viajar e passear	N.D
avô	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	20,0%	0,0%	40,0%
avó	5,9%	17,6%	29,4%	17,6%	5,9%	11,8%	11,8%
mãe	0,0%	0,0%	33,3%	46,7%	0,0%	6,7%	13,3%
pai	0,0%	0,0%	50,0%	16,7%	16,7%	16,7%	0,0%
total	2,3%	7,0%	32,6%	27,9%	7,0%	9,3%	14,0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando as tabelas 1 e 2 podemos verificar que houve uma inversão, pois enquanto a maior carência dos familiares (tabela 2) durante a juventude era de conteúdo cultural (32,6%), nos dias de hoje (tabela 1) a juventude revela maior necessidade na oferta de “esportes e atividades ao ar livre” (60%). Apesar da inversão nas prioridades, observa-se que os dois aspectos citados foram os mais relevantes dentre todas as respostas, ou seja, correspondem aqueles com menor oferta nas políticas públicas.

Diferente da geração atual, que não apresentou nenhuma proposta na categoria, os familiares indicaram “viajar e passear” como atividades que teriam interesse em realizar em

sua juventude. Os jovens estudantes, indicaram que têm interesse em inserir “atividades participativas” no seu repertório de lazer, item que seus familiares não sentiram necessidade durante a juventude. Vale ressaltar que o item “atividades participativas” engloba envolvimento com atividades da igreja, escoteiros, organizações coletivas culturais, sociais e ambientais, dentre outras semelhantes.

Considerações Finais

Como resultado da pesquisa junto aos sujeitos do lazer no contexto da cidade de Parnaíba (Piauí – Brasil), podemos concluir que as mudanças ocorridas nos hábitos de lazer demonstram que a juventude, desde gerações passadas, não tem seus anseios atendidos em totalidade seja pela dificuldade imposta pelo trabalhado, iniciado até mesmo na infância; como pela falta de visão do Estado, que precariamente está presente na vida dos jovens e se encontra submisso à perspectiva de instrumento da sociedade civil, que no contexto estudado está representada pela hegemonia cultural dominante, já descrita por Gramsci (1984) baseado no tripé que sustenta o metabolismo social do capital (capital, trabalho assalariado e Estado).

Enquanto os familiares tiveram maior contato com os espaços abertos, livres e públicos, notamos que a juventude atual usufrui com baixa frequência desses lugares e uma das razões pode estar no fato de que hoje muitos espaços litorâneos estão sob o domínio privado, estabelecendo-se como lugares turísticos, com a implantação de empreendimentos de grande porte, de restrita acessibilidade da população local, confirmando a tese de Melo & Peres (2005) sobre a diminuição gradativa do acesso ao espaço público.

É também considerável observar que o lazer passivo se apresentou como forte característica no repertório de lazer dos jovens estudantes parnaibanos com idade entre 17 e 18 anos, contrastando com o lazer ativo que sempre foi a maior tendência na juventude de todos os familiares (avó, avô, pai e mãe) entrevistados na pesquisa. Tal evidência contemporânea abre espaço para a experiência sem estímulo aos quatro elementos propostos por Gomes (2004), devido à forte interferência do contexto, pouco amigável à oferta diversificada para um exercício coletivo de lazer.

Para concluir o estudo, é possível afirmar que a juventude tem à frente um árduo movimento de resistência e visibilidade onde os possíveis caminhos para concretização desse movimento estejam nas atividades que estes julgam mais necessárias para a sua vida, ou seja, esportes ou atividades ao ar livre, atividades culturais e socialização.

Essa pequena amostra do repertório de lazer dos jovens parnaibanos e seus familiares, realizada na cidade de Parnaíba/PI/Brasil demonstra que existem vários condicionantes da realidade social que não fazem parte do processo de formulação e implementação de políticas de lazer, conduzindo resultados que atendem interesses nem sempre voltados para os ideais da juventude, ou seja, aqueles que estão encobertos por um sistema capitalista que induz ao erro de uma oferta de atividades e equipamentos de lazer incompatíveis com as necessidades reais.

Referências Bibliográficas

- Attias-Donfut, C. (1988). La notion de génération: usages sociaux et concept sociologique. *L'Homme et la société*, 90, 36-50.
- Barros, M.M.L. (1989). Memória e família. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 29-42.
- Camargo, L. O. L. (1998). *Educação para o Lazer*. São Paulo: Moderna.
- Campos, L.C de A., & Vianna, M.C.de O. (1998). *Lazer e Recreação*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC.
- Cascudo, L. C. (2004). *Civilização e cultura*. São Paulo, Brasil: Global Editora.
- Cuenca, M., & Gutiérrez, E.A. (2009). El tiempo del ocio: transformaciones y riesgos en la sociedad apressurada. *Documentos de Estudios de Ocio* (n. 36). Bilbao, Espanha: Universidad de Deusto.
- DaMatta, R. (1991). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Brasil: Guanabara Koogan.
- Formiga, N.S., Ayroza, I., & Dias, L. (2005) Escala das atividades de hábitos de lazer: construção e validação em jovens. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 6(2), 71-79.
- Gomes, C. L. (2004). Verbete lazer – concepções. In Gomes, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, 119-126.
- Kropotkin, P. A. (1973). *La conquista del pan*. Bilbao, Espanha: Zero.
- Larizzatti, M.F. (2005). *Lazer e recreação para o turismo*. Rio de Janeiro: Sprint.
- Leite, R. R. S. (2010). *O Jacaré Caiman crocodilus (LINNAEUS, 1758) e a comunidade de Ilha Grande, Piauí, APA Delta do Parnaíba, Brasil*. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, Brasil.
- PNUD. (2010). *Ranking IDHM municípios 2010*. Recuperado em 01 de dezembro, 2018, de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>.
- Rojek, C. (1995). *Decentring leisure: rethinking leisure theory*. London: Sage Publications.
- Rolnik, R. (2000). O lazer humaniza o espaço urbano. In SESC SP. (Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo, Brasil: SESC São Paulo
- Melo, V. A., & Peres, F.F. (2005). A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. *Movimento*, 11 (3), 127-151.
- McLean, D. (2012). *Kraus' Recreation and leisure in modern society*. EUA: Jones & Bartlett learning.
- Esping-Andersen, G. (1995). *O futuro do welfare state na nova ordem mundial*. RBCS – Lua Nova, São Paulo/SP, n. 35, p. 73-111.

PROCESSOS PARTICIPATIVOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE TURISMO NO MARAJÓ-PARÁ-BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO FÓRUM REGIONAL DE TURISMO DO MARAJÓ (FOREMAR)¹

Kassia Suelen da Silva Farias²

Mirleide Chaar Bahia³

Introdução

Considerando-se o processo de (re)direcionamento das políticas públicas de turismo, que ocorreram a partir da década de 1990, com as primeiras iniciativas de criação de instâncias de governanças municipais⁴, bem como com a inserção da perspectiva de participação de diferentes agentes no processo de condução das políticas de turismo no Brasil, este artigo propõe analisar a importância de processos participativos para o estabelecimento de uma rede sólida de turismo no Marajó, Pará-Amazônia-Brasil, observando como agentes e instituições, a partir de instâncias de governança, tal qual o *Fórum* Regional do Marajó (FOREMAR), relacionam-se e agem em prol da atividade turística no Polo Marajó.

Analisar esta questão é fundamental, quando compreendemos a trajetória que tem configurado o turismo na microrregião do Marajó, pois desde o seu processo de ocupação tem sido marcada pela resistência dos moradores locais, especialmente pelas populações tradicionais dos municípios de Soure e Salvaterra, que à revelia dos poderes econômico, social e político que ali se instauraram, têm protagonizado intensos processos de territo-

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA) - kassiasfarias@gmail.com.

³ Professora/Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Doutora em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA) - mirleidebahia@gmail.com.

⁴ Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), primeiro direcionamento de planejamento do turismo, seguindo o processo de adequação e de organização municipal, como a criação de órgãos municipais próprios para os assuntos da atividade e instâncias de turismo.

rialização e de lutas sociais, nas quais são configuradas pela produção social, cultural e política de porções de terra, desde os primeiros processos de ocupação realizadas por escravos fugitivos, índios e trabalhadores livres (Marin & Silva, 2007). E, nos dias atuais, esse processo são revelados pela identidade coletiva de quilombolas e comunidades tradicionais (ribeirinhos, caboclos, índios) na ilha do Marajó.

Os municípios *lôcus* de pesquisa estão inseridos na Ilha do Marajó, a qual se constitui como a maior ilha do arquipélago do Marajó, com 48 mil km² de um total de 62 mil km². A ilha do Marajó é também considerada a maior ilha flúviomarítima do mundo (Amaral et al., 2007; Lisboa, 2012). Parte do seu território é considerada uma Unidade de Conservação (UC) de categoria denominada de Área de Proteção Ambiental (APA Marajó) de Uso Sustentável, desde a Constituição do Estado do Pará de 1989, perfazendo uma área de 5.998.570 ha. Dentre os doze municípios que fazem parte desta Área de Proteção Ambiental (APA), o município de Soure possui 5,94 % e o município de Salvaterra 1,75% do seu território incluídos na UC. Geograficamente, estes municípios (Soure e Salvaterra) estão situados na foz do rio Amazonas e são banhados pelo oceano Atlântico. Os dois municípios compartilham entre si o rio Grande, Paracuari ou São Lourenço, tendo uma distância relativamente pequena entre eles, aproximadamente 3,1 km.

Considerando as especificidades sociais, ambientais e econômicas que muitas pesquisas sobre turismo e políticas públicas têm debatido sobre e para a região Amazônica (Figueiredo, 1999; Bahia & Figueiredo, 2013), percebe-se que elas têm demonstrado em suas análises, aspectos relativos ao turismo. E, a despeito de todo o processo de transformação do espaço urbano, as especificidades sociais apontam que os estudos sobre o turismo na região devem compreender a complexidade da Amazônia, principalmente, devem se desenvolver correspondendo às expectativas da sociedade e da população local. Sob esse prisma, a participação social apresenta-se e tem sido firmada em um ambiente democrático, que evidencia a atuação de diferentes agentes sociais na esfera pública.

Este estudo é uma parte da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa seguiu diversos momentos que, no final, puderam ser conectados e interpretados. O primeiro momento se constituiu de uma pesquisa exploratória, com a finalidade de reunir as primeiras informações para a construção do objeto de estudo. Num segundo momento, a pesquisa de campo foi fundamental.

Sob a ótica de Bardin (2011) foi realizado a análise de conteúdo das Atas das reuniões dos Fóruns de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, com recorte temporal de 2014 a 2017, para compreensão da participação do FOREMAR. A análise de conteúdo desses documentos foi um importante instrumento para “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma realidade que não a da mensagem”

Foram realizadas visitas de campo em 2017 e 2018, nos municípios de Soure e Salvaterra. E, para esse debate, foram trazidos trechos de 8 entrevistas, realizadas com: 3 agentes do poder público, sendo um representante da Secretaria Estadual de turismo do Pará, um representante da Secretaria de turismo de Salvaterra e o outro, técnico e bacharel em tu-

rismo, que tem participado de diversos momentos políticos decisórios de turismo em Soure; 1 representante do FOREMAR, o qual teve o seu mandato encerrado em 2017, durante o processo dessa pesquisa; 1 representante da Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), localizado a vila do Pesqueiro, em Soure; 1 representante da Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes (AERAJ), localizada no distrito de Joanes, em Salvaterra; 1 representante da Associação dos Municípios do arquipélago do Marajó (AMAM) e 1 empresário de hotel, o qual fez parte da Associação dos Comerciantes e, cujo empreendimento está entre os mais antigos.

Houve a investigação do processo de participação social nas políticas públicas de turismo desenvolvidas no Polo Turístico do Marajó, o que exigiu a realização da pesquisa explicativa que, conforme Severino (2016, p. 132), é “aquele que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas [...]” interpretando-os e analisando as informações nele apreciada.

As questões que nortearam o processo de pesquisa foram: Como a participação é alcançada e dinamizada na instância de governança regional do Marajó – o FOREMAR? Quais os agentes que, de fato, participam desse processo? Qual a importância do *Fórum* para a rede de turismo no Marajó? Os agentes sociais participam? Como se realiza a comunicação entre os agentes participantes? E, quais as principais discussões levantadas pelo representante do FOREMAR?

Para entender a importância de processos participativos na rede de turismo foi necessário ter a compreensão da Teoria de Redes Sociais de Castells (2005). Para o autor, as redes se configuram num hiato em que, por um lado, apresentam-se como uma nova possibilidade de organização social frente às transformações globais; por outro lado, mostram-se como um desafio que necessita que seus projetos ultrapassem um determinado tamanho e complexidade de organização, diferentemente de estruturas tradicionais que se desenvolvem a partir de princípios mais rígidos (Castells, 2005).

Para o alcance do objetivo, a Teoria de Redes Sociais foi útil, pois se refere a “uma base conceitual imprescindível para a implementação de políticas públicas que superem a racionalidade utilitarista e economicista” (Brandão, 2014, p. 30). Essa teoria é necessária para a compreensão dos instrumentos participativos, a partir das relações e das realidades sociais que se estabelecem no seu interior, permitindo interpretar os processos participativos e suas contribuições para o fomento do turismo, como foi possível observar, especificamente, no *Fórum* Regional de Turismo do Marajó (FOREMAR). É nesse entendimento que os assuntos abordados nesse trabalho terão sinergia, pois relacionam-se aos mecanismos criados pela sociedade para a obtenção de maior participação nas Políticas Públicas de Turismo, e, portanto, na maior articulação da sociedade em rede.

Papel da participação social nos processos decisórios

A participação social em tomadas de decisões políticas tem sido um elemento central para entender o Estado no contexto atual. Seu conceito não reflete apenas um único aspecto, mas se configura na relação entre as concepções de cidadania e democracia. A con-

cepção de cidadania faz referência a “(...) um conjunto de direitos atribuídos ao indivíduo frente ao Estado nacional” (Fleury, 1994, p. 11) e tais direitos são instituídos a partir da criação de Políticas Sociais pelo Estado, constituindo-se como um trunfo político-social para atenuar os efeitos provocados pelo capitalismo.

Desde o início da década de 1990, e até hoje, a participação nas suas diversas dimensões vem sendo amparada na América Latina dentro dos marcos das democracias representativas. A participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares numa perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também de garantia da execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado (Jacobi, 2002).

A dificuldade de pôr em prática o processo participativo e a ampliação da cidadania, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, é reflexo das “(...) tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas, meritocráticos e de interesses criados entre Sociedade e Estado” (Jacobi, 2002, p. 444) que, gradativamente, em alguns períodos e contextos políticos, têm sido superados com o aumento da participação social nas tomadas de decisões.

Putnam (1995) afirma que a tradição político-cultural inviabiliza o desenvolvimento do capital social que está incorporado, dentre outras coisas, nas regras de reciprocidade/cooperação e sistemas de participação cívica. Para poder traçar um caminho criativo do Estado, Nogueira (2011, p. 94) reforça que sociedade civil necessita de “uma dinâmica que promova a política e qualifique o sistema político, com suas regras e instituições”, não significando, portanto, que a participação infira na despolitização social, mas se deve processar politicamente, tendo um papel decisivo para as soluções políticas e um importante elo de correlação de força.

O processo de reivindicação social não se refere somente à luta por políticas públicas sociais, mas também ao reconhecimento dos indivíduos enquanto agentes sociais, ou seja, o respeito à participação nas políticas e “efetivação de direitos e de uma cultura de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado” (Teixeira, 2002, p. 24). É mister, portanto, considerar os diferentes agentes sociais que detêm um universo simbólico múltiplo, que revelam formas de produção social peculiar, como é o caso das populações tradicionais (comunidades indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos etc.) da Amazônia, que têm um histórico marcado por exclusão (social, cultural e econômica) na esfera pública, cuja inclusão têm sido, constantemente, questionada pelas instituições que as representam.

A participação social implica, portanto, em adotar:

(...) um outro ponto de partida: o da necessidade de inclusão social dos que estão de fora do acesso dos direitos fundamentais e do mercado de bens, produtos e serviços necessários à sobrevivência condigna, e não de favorecimento aos que já participam, ou dominam, esse mercado (Gohn, 2004, p. 61).

Esta é uma redefinição dos cidadãos, considerando não somente aqueles que participam diretamente dos processos decisórios, mas, principalmente, dos diferentes agentes so-

ciais que são marginalizados e, simplesmente, ignorados nas políticas públicas. Essa apreensão remete a uma mudança estrutural na cultura política e social quando propõe (re)democratizar os aspectos decisórios, como gradativamente ocorreu em períodos mais recentes nas políticas públicas sociais que enfatizam a participação na tomada de decisão.

A consolidação de processos participativos tem sido realizada a partir de arranjos institucionais que integram, necessariamente, organizações civis e movimentos populares nas discussões e nas pautas de processos decisórios, como o orçamento participativo, os conselhos e os *fóruns* municipais, distritais ou regionais.

Os conselhos, como forma apartidária de exercer política, podem ser considerados como um “novo” sistema de organização social para o exercício político, tornando-se mais um espaço de discussão dos problemas cotidianos de uma comunidade, podendo constituir-se como um avanço para o exercício da democracia, na medida em que essas novas formas de exercer política ameniza a centralização do poder político (...) (Portela & Trindade, 2007, p. 55).

Novas formas de ação coletiva passaram a compor o cenário de redemocratização dos países da América Latina, o que, segundo Teixeira (2002, p. 25), “parece ter se desgastado um tipo de participação direta e de ‘movimento popular’” e se redefinido em novas experiências, bem mais qualificadas e engajadas, pois:

(...) formulam-se políticas públicas participa-se de Conselhos Municipais, tenta-se controlar a aplicação de recursos públicos e inferir na elaboração de orçamentos, fazendo-se visível um novo tipo de ação coletiva – a ação cidadã. Por outro lado, verificam-se algumas tentativas de articulação entre movimentos – ecológicos, de mulheres, de moradia – mediante a criação de redes, fóruns e outros espaços de debate público, nas esferas local, regional, nacional e internacional (Teixeira, 2002, p. 25).

Esse avanço dos movimentos populares, ressaltado por Teixeira (2002), reforça a ideia de que a participação remete a um contínuo de mudanças e avanços necessários para acompanhar o próprio processo de desenvolvimento da sociedade, em meio à globalização, não significando, porém, a indistinção entre o que é Estado e o que está na esfera social.

A nova cultura política emergiu como um processo de mobilização social e mudança no cenário da participação para a ampliação dos espaços na esfera pública e interação da sociedade política. Segundo Jacobi (2002, p. 445), tais mudanças surgem, a partir da década de 1970, quando a sociedade questiona a relação entre “Estado e mercado e Estado e sociedade”. Criam-se então, estruturas autônomas e novas formas de relacionamento com o poder público em busca da consolidação dos direitos civis e sociais, o que causa forte impacto nas estruturas tradicionais da arena política.

Os mecanismos utilizados pela participação não findam em estruturas institucionalizadas, mas se estabelecem, principalmente, a partir da criação de “canais interativos” que refletem o processo social de representação diversificada e são decisivos para a ampliação da participação cidadã, como: o debate público, a cobrança de prestação de contas dos agentes políticos (*accountability*) e a responsabilização dos agentes políticos por seus atos

irregulares que desviam do objetivo público. As instituições que vocalizam a ideia social, como os movimentos sociais, reforçam o conceito de cidadania, que tem se constituído na criação de espaços de lutas e representações sociais, como os movimentos sociais, populares e sindicais.

A preocupação com a participação e com a descentralização do processo decisório tem repercussão direta com a lógica interna dos atores sociais e com as ações individuais e coletivas. Os indivíduos são, ao mesmo tempo, sensores que captam o sistema político e atores inteligentes que decidem sobre esse sistema. Conforme Schneider (2005), a concepção de cibernética institucional reforça que a política pública não é um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental, porém se encontra numa zona complexa de interferências que envolve assuntos coletivos e privados, os quais se integram e cooperam numa estrutura de redes, podendo ser descentralizadas, a despeito de estruturas tradicionais.

A sociedade em rede manifesta-se, portanto, como um paradigma à emergência das transformações estruturais ocorridas e difundidas em nível global, sobretudo a partir da década de 1960, em que processos desiguais tomaram uma proporção maior em todo o mundo. Essa compreensão de sociedade em rede enfoca não somente questões inerentes ao processo de inovações tecnológicas, como as redes de internet, tão presentes na sociedade moderna, assim como na difusão de redes em todos os aspectos, modificando-se conforme questões sociais, institucionais e contextos históricos de cada lugar. A participação supõe uma relação de poder, que não se estabelece somente no seio do Estado ou em suas instituições políticas, como também na configuração dos atores sociais.

A dificuldade que permeia a sociedade em rede recai na manutenção dos interesses institucionais determinados por um contexto histórico-cultural do local. Cardoso (2005) contribui com o debate, ao afirmar que uma sociedade é considerada aberta se, em nível da sua sociedade civil, estão presentes aspectos como bem-estar social, que oferece ao seu cidadão melhor acesso à saúde e à educação, ou seja, incorpora a tecnologia no seu processo produtivo que possibilita um sistema dinâmico da informação adaptado às necessidades da sociedade. Para Himanen (2005), a sociedade de bem-estar está principalmente ligada à justiça, ou seja, à oportunidade de igualdade e de proteção concedida aos interesses dos cidadãos.

A inclusão do cidadão nesse processo é considerada por Castells (2005) como uma nova possibilidade que ultrapassa a ideia de governo-eletrônico. Para isso, torna-se necessária a criação de movimentos políticos de resistência, que emerja na luta pela inclusão no poder de decisão dos processos onde os agentes participantes estejam incluídos, e não da permissão concedida por aqueles que detêm o poder nas redes.

A atuação do Fórum Regional de Turismo do Marajó (FOREMAR) na Rede de Política Pública de Turismo no Polo Marajó

O Fórum Regional de Turismo do Marajó (FOREMAR) é uma instância de governança de turismo regional criada no ano de 2006, em consequência da (re)organização política instaurada pelo Governo Federal. Foi constituída a partir da realização da oficina de Institucionalização da Instância de Governança Regional do Programa de Regionalização

de Turismo-Roteiros do Brasil, tornando-se um “órgão colegiado consultivo, propositivo e mobilizador, destinado a participar interativamente da implementação da Política de Turismo do Polo Marajó” (Pará, 2006, p.3).

Os Fóruns Regionais foram estabelecidos em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, isto é, representam os seis polos turísticos do Estado do Pará, entre os quais está o Polo Marajó⁵, cuja finalidade é “promover a interiorização do desenvolvimento turístico sustentável em cooperação com os conselhos municipais de turismo da área respectiva” (Pará, 2003, p. 6).

Os Fóruns regionais, assim como os representantes do poder público; órgão federal; entidades públicas estaduais; entidades da iniciativa privada e organizações não governamentais integram o *Fórum* de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (FOMENTUR). Este, por sua vez, foi criado em 2003 como sendo um “órgão colegiado consultivo propositivo e mobilizador, vinculado diretamente ao Diretor Presidente – [Secretário de Estado de Turismo] e destinado a participar interativamente da implementação da Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Pará (Pará, 2003, p.1).

A criação dos *Fóruns* regionais foi significativa para o turismo no Estado do Pará e, por certo, no Polo Marajó pois, como destaca Gohn (2004), a instância, seja no âmbito municipal, distrital ou regional, possui a capacidade de tornar públicas as ações em seus respectivos níveis de atuação, por estarem ao alcance dos seus cidadãos, bem como assegurar maior participação dos agentes do turismo nas tomadas de decisões.

Constata-se que arranjos institucionais, como o FOREMAR, têm a possibilidade de: 1) interferir na criação das agendas de políticas públicas; 2) envolver os diferentes agentes da atividade turística do Marajó, para compartilhamento de informações e estabelecimento de decisões; e 3) estimular o papel do cidadão, enquanto um agente político e social.

Para evidenciar as principais discussões levantadas pelo representante do FOREMAR, nas reuniões do FOMENTUR, assim como compreender como os agentes e instâncias relacionam-se e agem em prol de governança do Turismo no Polo Marajó e quais os agentes que, de fato, participam desse processo. Foram analisados os registros de reuniões do FOMENTUR, no período de 2014 a 2017, considerando o período eletivo do governo estadual.

Observou-se que alguns assuntos obtiveram mais relevância do que outros nas discussões. Do total de dezessete reuniões realizadas nesse período, treze destacaram os assuntos relacionados ao transporte para o Marajó e seis reuniões fizeram referência à questão relacionada ao atrativo, à demanda e à divulgação turística. E das quatro reuniões que não fizeram referências ao Marajó, notou-se a ausência do presidente do FOREMAR nas reuniões.

No que se refere ao Polo Marajó, por um longo período tentou-se resolver o grande impasse que dificultou o turismo na região, que é a questão do transporte de qualidade para os municípios. Notou-se que, somente no final de 2015 e início de 2016, algumas soluções começaram a dar início, sobretudo com a inserção das lanchas rápidas para os municípios de Soure e Salvaterra.

⁵ Atualmente no planejamento do turismo do Estado do Pará, existem seis Polos turísticos: Polo Belém, Polo Xingu, Polo Amazônia Atlântica, Polo Marajó, Polo Tapajós e o Polo Araguaia/Tocantins.

Observou-se nos registros do FOMENTUR a assídua participação do representante do FOREMAR, não somente no que se refere a presença nas reuniões como, e, principalmente, nas proposições de pautas e discussões sobre o turismo no Marajó, em especial sobre o transporte. É válido destacar que o Sr. João Lima, empresário da hotelaria e morador do município de Soure, foi presidente do FOREMAR desde o início de criação, em 2006 até 2017 e também participou da criação do Conselho Municipal de Turismo do Município de Soure em 2003, como presidente. Também atuou como Secretário de Turismo de Soure no período de 2009 a 2012.

Embora este tenha sido um importante interlocutor dos problemas relacionados ao transporte de Soure e Salvaterra, as evidências constataam poucas ações do FOREMAR para a ampliação da participação da sociedade civil dos diferentes municípios do Marajó, o que demonstra certa fragilidade do *Fórum*, enquanto entidade representativa, como foi observado pelo Secretário municipal de turismo de Salvaterra:

[...] enquanto o representante do FOREMAR ele sempre teve uma participação assídua, porém nunca teve um respaldo, um suporte dos seguimentos que poderiam dar sustentabilidade nas discussões e nas cobranças deles junto ao FOMENTUR pra benefícios região Marajó, então quer dizer, ali ele uma voz solitária, falando em nome do coletivo.[...] se muita coisa não aconteceu através do *Fórum*, foi porque não teve uma participação ativa dos integrantes e dos representantes que pudessem dar sustentabilidade pra dar direção ao *Fórum* (informação verbal)⁶.

A falta de comunicação e de publicização das ações realizadas pelo *Fórum* é um dos principais motivos para isso, tendo em vista que muitos agentes e instituições que desenvolvem trabalhos e ações em prol do turismo local, sequer conhecem a atuação e existência do FOREMAR.

A fragilidade representativa puderam ser evidenciadas ao entrevistar os representantes de duas instituições que detêm uma atuação social importante para o desenvolvimento do turismo local nos municípios estudados. A Associação das Mulheres e Moradores do Pesqueiro ASMUPESQ e a Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes (AERAJ), respectivamente de Soure e Salvaterra. Essas instituições sociais constataram a ausência de participação e conhecimento sobre o *Fórum* Regional de Turismo – o FOREMAR e do *Fórum* Estadual – o FOMENTUR, como pode-se observar no trecho da entrevista realizado com a representante da AERAJ:

Difícil, quando tem eles convidam a gente e a gente vai e participa, desde que não sai daqui, porque a gente não tem como sair daqui por conta própria a não ser que eles facilitem pra gente (**Em algum momento eles ajudaram?**) Não, pra *Fórum*, pra essas coisas não. (**A senhora já ouviu falar do FOREMAR e no FOMENTUR?**) Não, nunca. (E de conselhos de turismo?) Aqui por exemplo, a Sílvia representante do conselho de educação. De turismo não tem (Informação verbal)⁷.

⁶ Servidor da Secretaria municipal de turismo de Soure, informação concedida em janeiro de 2018.

⁷ Representante do AERAJ. Informação concedida em janeiro de 2018.

Embora o FOREMAR seja uma instituição consultiva, o qual há limitações no processo participativo, constitui-se, como uma instância regional, na qual as demandas e as representações dos municípios devem ser consideradas para que haja uma rede de Políticas Públicas de Turismo. E, como pôde-se observar, poucos agentes ligados ao turismo local conhecem a importância dessas instâncias, como reitera um pequeno empresário da hotelaria de Salvaterra:

Eu tenho Conhecimento. (**Já participou de alguma reunião de Fórum ou Conselho?**) Não. Eu sei apenas que esses órgãos existem. Eu tenho uma frustração muito grande com esses órgão, sabe? Que tem assim, muita conversa e pouco resultado, eu sou um pouco descrente desses órgãos” (Informação verbal)⁸.

Sobre o FOREMAR, analisou-se o descompasso existente entre as ações realizadas pela instância e a busca pelo diálogo e pela comunicação entre os agentes da rede de turismo no Marajó. Contatou-se que as dificuldades do seu funcionamento são em grande medida por três aspectos: 1) a interpretação que cada agente tem sobre a importância do funcionamento da rede e, principalmente, do turismo; 2) a falta de comunicação entre os diferentes agentes envolvidos ou não nessa dinâmica do turismo e 3) a centralização das reuniões, como FOMENTUR, em Belém.

Outros processos também são imobilizadores das redes de turismo no local, tais quais: as mudanças de gestão; as diferenças partidárias dos gestores estaduais, municipais e federais e a dificuldade de organização e mobilização dos agentes envolvidos com o turismo. Esses problemas afinam-se a ideia de que o turismo é somente uma atividade econômica, que, consequentemente, gera somente emprego e renda. E, ao contrário, deve-se pensar que a rede de turismo tem inúmeras possibilidades que não se findam em definir o turismo como um mero setor econômico, mas que possa ser interpretado como uma possibilidade de mobilização social, na medida em que o seu desenvolvimento preza, principalmente, pela qualidade de vida dos moradores locais.

Sobre a importância e o funcionamento do *Fórum*, o Secretário de Estado de Turismo pondera:

[...] o meu entendimento é que nós precisamos ainda saber como usar melhor o *Fórum* [...]. Nós precisamos saber utilizar esse espaço e o saber utilizar, não é só a gestão pública que tem que dizer como é, no caso eu provoço pra vê se os setores eles se mobilizam [...]. A nota que eu o daria, na sua importância seria 10, na sua importância, agora no seu resultado 6. Pela fragilidade de compreensão do processo do turismo como uma atividade econômica [...]. A medida que os diversos atores estão mais planejados para participar dos processos, eles procuram e nós os procuramos. Esse é um processo que ocorre com certa naturalidade. Uns são mais atuante e outros menos e isso vai depender de quem está conduzindo todo o processo (Informação verbal)⁹.

⁸ Empresário de hotel do município de Salvaterra. Informação concedida em janeiro de 2018.

⁹ Secretário de Estado de Turismo do Pará, informação concedida em janeiro de 2018.

Ao analisar a organização e envolvimento dos que estão diretamente ligados à atividade turística no Pará, o secretário de estado de turismo afirma que embora as instâncias de governanças sejam um trunfo para o turismo, há, no entanto pouca atuação e interesse dos agentes sociais e de turismo para participar dessas instâncias de governança.

O desconhecimento de canais participativos, como as instâncias de governança local, regional e estadual, por instituições locais de grande importância sociocultural é uma evidência da má comunicação entre os agentes envolvidos com o turismo. E, pelo contexto histórico-social dos municípios do Marajó, pode-se inferir que a manutenção do poder político nas mãos da elite local, que perdurou por muitos anos, refletiu, em grande medida, na falta de representações sociais em processos políticos. Outro aspecto que contribuem para a falta de participação é a distância geográfica, bem com, as restrições de acesso a vias e a falta de transporte para o deslocamento das comunidades, que ficam distantes dos centros municipais, assim como entre os municípios do Marajó com a capital Belém.

Um exemplo de restrição é o que ocorre com as comunidades do Céu e Caju-Una, em Soure, as quais localizam-se às margens de uma das fazendas que marcam um cenário de disputa e interesses por terra no município de Soure e Salvaterra¹⁰. A fazenda, neste exemplo, limita o acesso dos moradores para as vias principais do município de Soure. Isto é, para que os moradores das comunidade Céu e Caju-Una se desloquem para o centro municipal, necessitam adentrar a fazenda ou fazer a travessia do rio até um vilarejo próximo – a vila de Pesqueiro, utilizando embarcações pequenas.

A Vila do Pesqueiro, possui acesso por estrada pavimentada e sinalizada, porém, sem transportes públicos que facilite esse deslocamento até o centro municipal, somente transportes particulares. Fato que se repete no distrito de Joanes, onde está a sede da AERAJ, em Salvaterra, porém com a dependência de horários predeterminados, como os horários de desembarque das balsas, barcos e lanchas que ocorrem no distrito de Camará, também em Salvaterra. É na vila do pesqueiro que os moradores mobilizaram-se e formaram a AS-MUPESQ e têm uma atuação voltada para o Turismo de base comunitária, no qual a troca de experiências e o envolvimento participativo entre a comunidade é o principal incentivo para o seu desenvolvimento.

São inúmeras as dificuldades para a ampliação de processos participativos, comprometendo o principal elo da existência da rede – a comunicação entre os agentes envolvidos com a atividade turística nos municípios de Soure e Salvaterra no Marajó. Compreende-se que é por meio da comunicação, ou da sociabilidade das informações, que a sociedade dá sentido às redes, isto é, criam o relacionamento entre as instituições, as organizações e as pessoas no seu conjunto, a partir de um único programa, permitindo que estas se comuniquem umas com as outras numa interação horizontal, sem utilizar os canais institucionais criados para verticalizar o processo.

¹⁰ Conforme os estudos realizados por Marin, o arquipélago de Marajó foi ocupado, em grande parte, por fazendas entre os séculos XVIII e início do XIX, dando início ao processo de dispersão e restrição de terras para a população indígenas, ex-escravos e homens livres, “essa restrição seria o mecanismo que, em alguns casos, os tornaria dependentes e submissos dos fazendeiros”, formando vilas nos limites das fazendas “ou em terras mais longínquas, com grau de dependência variável do fazendeiro, do patrão” (Marin, 2009, p.213).

Por esse fato, Castells (2002) destaca a dificuldade de (re) conhecer ou identificar essas redes que configuram a mudança social, pois a visão da sociedade moderna está condicionada à fatores bem organizados, isto é, não consegue identificar “mudanças simbólicas de dimensões cada vez maiores, processadas por redes multiformes, distantes das cúpulas de poder” (Castells, 2002, p. 422). Tal aspecto ficou evidente nos municípios estudados, uma vez que muitos que detinham conhecimento da existência de canais participativos de turismo, como o FOREMAR, eram, principalmente aqueles que estavam vinculados a administração pública, como secretaria municipal de turismo, ou alguns empresários de turismo local.

Tal aspecto foi observado pelos representante da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e o Turismólogo, servidor da Secretaria municipal de turismo de Soure, ao serem questionados sobre a importância dos *fóruns* de turismo, há a necessidade que haja maior mobilização para que os agentes participem desses instrumentos democráticos:

[...] eu acho que falta mais de nós entendeu? Ir pra dentro do *Fórum* e brigar, porque tu sabe né? que *Fórum* e Conselho é luta diária. É tu ir lá, pautar alguma coisa e brigar mesmo pra que aquilo seja contemplado, pra que seja pra região. Até então o FOREMAR, como ele era um *Fórum* que discutia mais o interesse de dois municípios então, ele brigava por aqueles dois. Hoje a gente tem um contexto, entendeu? (Informação verbal)¹¹.

Ninguém faz turismo sozinho, que todo mundo precisa de todo mundo. E, *Fórum* de Turismo, quando se juntam, as pessoas elas obrigatoriamente serão mais fortes. Se eu tenho um conjunto prático, que eu não consigo beneficia uma parte...não adianta eu trabalhar hoje só meio de hospedagem [...] se eu tiver um transporte ruim, se eu tiver atrativos turísticos ruins, se eu tiver prestadores de serviços ruins, os hotéis vão ficar ociosos e o inverso também [...] e turismo é cadeia. Só que tem discussões dentro dessas instâncias que o pessoal não veem dessa maneira. Mas eu ainda vejo uma deficiência nessa função, hoje não mais tanto como era antigamente (Informação verbal)¹².

Na impossibilidade de acesso aos registros de reuniões do FOREMAR, pôde-se perceber, a partir das entrevistas e do registro das atas do FOMENTUR, que a representatividade do FOREMAR foi maior no início de sua instalação, período no qual as reuniões e a participação dos diferentes agentes eram mais evidentes. Em alguns pontos da entrevista com o antigo presidente do FOREMAR, foi possível inferir que houveram poucas reuniões e pautas do FOREMAR nos últimos anos.

¹¹ Representante da AMAM e atual representante do FOREMAR, informação concedida em janeiro de 2018.

¹² Turismólogo, servidor da Secretaria municipal de turismo de Soure, informação concedida em janeiro de 2018.

A mudança de organização e de configuração do FOREMAR, ocorrida no final do ano de 2017 aconteceu, como pressuposto a adequação das novas propostas do MTUR, de inserção dos municípios no Mapa de Regionalização.

(...) Então, hoje, a partir do ano passado todos os municípios se inseriram novamente e o trabalho de uma nova reformulação do Programa de Regionalização que foi a inserção dos municípios no mapa do turismo brasileiro, onde os dezesseis municípios do Marajó hoje fazem parte. Então a gente pode dizer que hoje eles estão inseridos novamente na política nacional do turismo, mas o governo do Estado trabalha com prioridades, priorizando alguns municípios a ser trabalhados, que continua sendo os mesmos (Informação verbal)¹³.

Como observa a atual presidente do FOREMAR, a trajetória política de turismo direcionada para a descentralização e maior atuação dos municípios brasileiros no planejamento da atividade teve uma queda de expectativa com o advento do Programa de Regionalização. Pois, embora tenha sido trabalhada a organização e instituição dos municípios na década de 1990, na década posterior houve a priorização de alguns daqueles municípios que outrora estavam inseridos no planejamento da atividade, como a escolha de apenas três municípios para representar o Polo Marajó.

Conforme a entrevista realizada com o antigo presidente do FOREMAR, observa-se que a escolha desses municípios como prioridade está muito mais relacionada ao privilégio da comunicação entre o *Fórum* Estadual e outros canais (como o *Fórum* Regional e Conselhos municipais) do que com o repasse dos recursos para o turismo.

Considera-se que os resultados da dinâmica de descentralização das políticas de turismo estão diretamente relacionados à influência de participação dos agentes envolvidos com a atividade. Assim, poucos resultados são percebidos quando o envolvimento e a comunicação estão comprometidos. Por certo, a não participação dos agentes inviabiliza os objetivos de descentralização, pois não há como descentralizar as ações e políticas se não há quem participe. Por maior empenho que um representante possa ter para a realização dos objetivos dos *Fóruns* ou Conselhos, as demandas dos municípios e dos seus cidadãos só poderão ser compreendidas e levadas para as agendas de políticas públicas se, antes de tudo, houver comunicação/conhecimento.

Compreende-se que a relação/interação entre os agentes em uma determinada rede é essencial para entendê-la enquanto um processo social, isto é, “as relações que se estabelecem dentro de uma unidade são fundamentais para a compreensão das redes sociais” (Wasserman & Faust, 1994, tradução nossa). Portanto, não se pode compreender as Redes de Políticas Públicas sem, contudo, entender o processo de relação estabelecido entre os agentes do turismo e isto ocorre, principalmente, por meio da utilização da comunicação.

Nota-se que, embora as instituições sejam importantes na agenda de políticas públicas, estes ainda foram compreendidos pelos gestores municipais como um mecanismo de desenvolvimento da atividade turística local e de ampliação de processos participativos.

¹³ Representante da AMAM e atual representante do FOREMAR, informação concedida em janeiro de 2018.

Considerações Finais

A análise evidenciou que a participação e/ou a realização de cooperação e parceria não devem se restringir a somente mecanismos institucionais como *Fóruns* e Conselhos, ainda que seja reconhecida a sua finalidade em constituir canais descentralizados, tendo em vista que, a exemplo do Polo Marajó, poucos municípios conseguiram criar canais de descentralização tais como o Conselho Municipal de Turismo.

Considera-se que muitas questões ainda inviabilizam a criação e efetivação desses canais de redes. Questões políticas são cruciais para a inviabilização desse processo, pois alguns gestores não querem debater sobre o turismo em seus municípios e tampouco repassar recursos para subsidiar instâncias como os Fundos Municipais. Além disso, questões históricos-sociais têm significativa importância nesse aspecto, pois o envolvimento dos agentes na Rede de Políticas Públicas de Turismo é incipiente, ou até inexistente, o que imobiliza ações que se direcionem para a ampliação de processos participativo-democráticos.

Mesmo sendo canais horizontais que permitem, teoricamente, maior flexibilidade e participação de diferentes agentes na tomada de decisão, muitas instituições que representam a sociedade civil, como as associações empresariais e comunitárias, limitam-se em participar das instâncias de governança locais e regionais, por entenderem que existem formalidades para participar: seja por não terem sido convidados ou porque é constituído por pessoas e entidades que têm uma representação política e econômica superior. Além disso, questões básicas, como a falta de transporte para o deslocamento entre as comunidades e o centro dos municípios é um grande fator que repercute para a participação social em processos decisórios de turismo. Por essa e outras motivações, a descentralização fica limitada aos agentes que detêm maior poder de comunicação e até de influência política.

Considera-se que, mesmo com a criação de medidas para a descentralização das políticas públicas, as ações políticas de turismo ainda se mantêm centralizadas em poucos agentes que detêm o conhecimento da sua existência. Como se observou nos municípios de Soure e Salvaterra, muitos agentes do turismo e da sociedade civil desconhecem a existência desses canais participativos de turismo, seja por não manifestarem o interesse em participar desses mecanismos, por apatia política, seja por nunca receberem convite para participar das reuniões.

Sabe-se que a governança reside na capacidade de criar canais institucionalizados legítimos, que cooperem para o envolvimento dos agentes sociais e políticos no processo de elaboração e implementação de políticas públicas (Azevedo & Anastasia, 2002). O desafio para a consolidação de canais democráticos está no aperfeiçoamento e aprofundamento das instituições democráticas, com vista a assegurar a sua continuidade para além das influências políticas/partidárias e dos interstícios eleitoreiros.

As instituições observadas nos municípios de Soure e Salvaterra estão muito afinadas aos debates trazidos nesse trabalho sobre cidadania, participação e governança. No entanto, a maior dificuldade encontrada é a ineficiência da comunicação entre essas instituições. Considera-se que a comunicação entre os agentes/instituições é extremamente importante para a criação/manutenção das Redes de Turismo, a não comunicação reflete na incapacidade de decidir em conjunto, como propõe o Programa de Regionalização do Turismo.

O município precisa compreender a potencialidade da atividade turística não apenas como fator econômico, sobretudo como uma atividade que possibilita, por exemplo, a funcionalidade do “ser cidadão” e do “participar”, sobretudo numa região como o Arquipélago do Marajó, que é marcada por processos intensos de exclusão socioeconômica, o que reitera a necessidade de ampliar as discussões sobre o turismo na região.

Referências Bibliográficas

- Amaral D. D., Vieira, I. C. G., Salomão, R. P., Almeida, S. S., Silva, J. B. F., Costa Neto, S. V., Santos, J. U. M., Carreira, L. M. M., & Bastos, M. N. C. (2007). *Campos e florestas das bacias dos rios Atua e Anajás, Ilha do Marajó. Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Azevedo, S., & Anastasia, F. (2002). Governança, “accountability” e responsividade. *Revista de Economia política*, 22(1), 79-96.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Bahia, M. C. B., & Figueiredo, S. L. (2013). Políticas de lazer em Belém e abordagem intersetoriais. In: Azevedo, F. F., Figueiredo, S. L., Nóbrega, W. R.M., & Maranhão, C. H. (Org). *Turismo em foco* (pp. 248-268). Belém: NAEA/UFPA.
- Brandão, P. M. (2014). *Os efeitos da democraticidade dos espaços públicos participativos para o desempenho de destinos turísticos*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador.
- Cardoso, G. Sociedade em transição para a sociedade em rede. (2005). In: M. Castells & G. Cardoso. (Orgs). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política* (pp. 17-31). Conferência. Belém: Imprensa Nacional.
- Castells, M. A. (2005). *Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Belém: Imprensa Nacional.
- Diniz, E. (1996). Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista do Serviço Público*, 47(2), 5-21.
- Figueiredo, S. L. (1999). *O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA.
- Fleury, S (1994). *Estado sem cidadãos: segurança social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Gohn, M. G. (2004). Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: O. A. Santos Júnior, L. C. Q. Ribeiro & S. Azevedo. (Orgs). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil* (pp. 57-94). Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- Himanen, P. Desafios globais da sociedade de informação. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Conferência. Belém: Imprensa Nacional, 2005.
- Jacobi, P. R. (2002). Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(3), 443-454.
- Lisboa, P. L. B. (2012). *A terra dos Aruá: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Marin, R. E. A.; Silva, C. N. (2007). Os quilombolas de Salvaterra, Ilha do Marajó: processos de territorialização e acesso ao recursos naturais. In: Aragón, L. E. (Org). *População e Meio Ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- Marin, R. E. A. (2009). Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: Godoi, E. P.; Menezes M. A.; Marin, R. E. A (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidades* (pp. 209-227). Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Editora UNESP.
- Nogueira, M. A. (2011). *Um Estado para uma sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (3 ed.). São Paulo: Cortez.
- Pará (Estado). (2006). Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). *Regimento interno do Fórum Regional de Turismo do Polo Marajó* (FOREMAR/PA). Belém: SETUR.

- Pará (Estado). (2003). Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). *Regimento interno do Fórum de desenvolvimento turístico do estado do Pará* (FOMENTUR/PA). Belém: SETUR.
- Portela, R. S., & Trindade, S. C. (2007). Participação popular no ideário da reforma urbana: possibilidades e limites para a adoção de novos paradigmas. In: E. Castro, T. Hurtienne & L. Simonian. (Orgs). *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais* (pp. 45-72). Belém: NAEA/UFPA.
- Putnam, R. (1995). *Comunidade e democracia*. São Paulo: FGV.
- Schneider, V. (2005). Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista Civitas*, 5(1), 29-58.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24 ed.) São Paulo: Cortez.
- Teixeira, E. C. (2002). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã* (3. ed.). São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

LAS VIVENCIAS EN EL TIEMPO LIBRE DE LOS TÉCNICOS DE ENFERMERÍA EN UN HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE-MG, BRASIL¹

Marcos Gonçalves Maciel²

Leandro Riveres³

Marina de Freitas⁴

Introducción

La discusión sobre tiempo libre y ocio en la contemporaneidad tiene como telón de fondo el Adviento de la Revolución Industrial. Según Gomes y Rejowski (2005), como objeto de estudio académico el ocio tiene su inicio después de la Primera Guerra Mundial cuando el reconocimiento del derecho al tiempo libre por los trabajadores. Sin embargo, actualmente, aún hay incomprendiones en cuanto a las distinciones conceptuales a respecto de esas dos categorías, siendo algunas veces entendidas como sinónimos (Aquino & Martins, 2007; Martins, 2013), y/o como medio utilitarista para la recuperación del desgaste proporcionado por el trabajo (Maciel, 2009, Serpa, 2005). Sin embargo, recientes abordajes teóricos han discutido el ocio más allá de la perspectiva del trabajo, tiempo libre y/o como actividad, reconociéndolo como derecho social (Marcelino, 2014), y medio fundamental para el desarrollo humano (Maciel, Saraiva & Martins, 2018; Martins, 2013; Martins, et al. 2012).

Uno de los pioneros en estudiar esta temática fue Dumazedier (1979), al proponer la Sociología del Ocio, siguiendo una perspectiva empírico-positivista. Este autor conceptuó el ocio como:

[...] un conjunto de ocupaciones a las que el individuo puede entregarse de libre voluntad, sea para descansar, sea para divertirse, recrearse y entretener o aún, para desarrollar su información o formación desinteresada, la participación social voluntaria

¹ Trabajo presentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Departamento de Ciências do Movimento Humano. Doutor em Estudos do Lazer. E-mail: marcos.maciel@uemg.br.

³ Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

⁴ Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

o su libre capacidad creadora tras deshacerse o desembarazarse de las obligaciones profesionales, familiares y sociales (Dumazedier, 1979: 34).

Este autor presenta los atributos que caracterizan el ocio: 1) Libre elección - liberación de las obligaciones institucionales, sean, profesionales, familiares, sociales, espirituales/religiosas y políticas; 2) Desinterés - no está vinculado a ningún tipo de fin como recompensa última, es decir, sin fines de lucro, profesional, utilitarista, ideológico, material, social, político, espiritual / religioso; 3) Hedonismo - notoriamente debe buscar un estado de placer, tomado como un fin en sí mismo, representando su condición primaria; 4) Personal - abarca un aspecto funcionalista al promover el descanso, la diversión y el desarrollo individual de la personalidad, en detrimento de las obligaciones primarias impuestas por la sociedad. En este trabajo optamos en discutir el ocio a partir de esa perspectiva y sus posibles influencias en la vida del trabajador. Sin embargo, no desconsideramos que la temática trabajo, tiempo libre y ocio asuma distintas perspectivas (Martins, et al., Serpa, 2005, Souza, 1999), que también serán convocadas para el diálogo establecido en el artículo.

Zanin (2016) apunta que en la modernidad el trabajo continúa asumiendo la centralidad en la vida del ser humano, comprometiendo su autocontrol sobre el tiempo de trabajo y el tiempo para la vida, reflejando en un desgaste psicofisiológico. Por su parte, Almeida (2016) relata que el empleado no tiene realmente un tiempo libre, pues hay una segmentación temporal para inducir un estilo de vida perpetrado por el sistema capitalista, dirigiendo las acciones que deben realizarse cuando no se está en el horario de trabajo. Al considerar las observaciones hechas por estos autores, percibimos que las actividades en el tiempo libre asumen como propósito, principalmente: 1) llenar el tiempo del no trabajo, capacitar al trabajador para el mercado, 2) recuperar el desgaste psicofisiológico resultante de las actividades laborales, 3) incentivar el consumismo. Esta dinámica social ha descalificado el tiempo libre y el ocio, que a su vez deberían servir como promoción del desarrollo humano (Maciel, Saraiva & Martins, 2018, Martins, 2013, Martins et al., 2012). Estos autores al reflexionar sobre este escenario apuntan serias repercusiones negativas que afectan a las diferentes dimensiones en la vida del ser humano: biopsicosocial, espiritual, ontológica.

Las investigaciones sobre la influencia del trabajo en la vida de los profesionales se están desarrollando en diferentes áreas, como por ejemplo en la enfermería (Beuter, et al., 2005; Camargo & Bueno, 2003; Pereira & Bueno, 1999). Esta área se subdivide en cuatro categorías: Enfermero, Auxiliar de Enfermería, Técnico de Enfermería y Partera. El salario en este caso es diferenciado por la formación, que puede ser a nivel técnico o superior. Muchos de los profesionales buscan una outra actividad laboral por que el ingreso de la categoría profesional es bajo. (Paschoalini, et al., 2008; Pelliciotti & Kimura, 2010; Silva, Rotenberg & Fischer, 2011; Silva, et al. (2005), afectando así, la disponibilidad del tiempo libre, y, por consiguiente, la calidad del ocio y de una vida con calidad.

La ausencia de momentos que proporcionan la recuperación biopsicosocial y espiritual en esta categoría profesional pueden generar graves problemas relacionados con la salud (Coimbra et al. 2005; Franco, Barros & Nogueira-Martins, 2005; Marziale & Rozestraten, 1995). En la mayoría de los casos, estos profesionales sufren de depresión, ansiedad, agotamiento mental y/o de estrés, físico.

En vista de estos aspectos, entendemos que comprender la percepción de profesionales de la enfermería, en esta investigación optamos por la categoría de los técnicos, acerca de sus vivencias en el tiempo libre puede contribuir a reflexionar sobre la discusión de la temática presentada. En ese sentido la problematización que orientó este trabajo fue: ¿Cómo los técnicos de enfermería se han apropiado de su tiempo libre? Así pues, definimos como objetivo general analizar las vivencias en el tiempo libre de los técnicos de enfermería.

Materiales y métodos

El estudio tuvo un enfoque exploratorio, descriptivo y transversal, del tipo estudio de caso, que considera la existencia de una relación dinámica entre la realidad social y el sujeto, teniendo como foco principal el proceso analizado. Este enfoque es indicado para la realización de estudios con el fin de describir las características de determinadas poblaciones o fenómenos (Lakatos & Marconi, 2003).

La elección del local, Hospital Municipal de Belo Horizonte, fue de forma intencional, debido al hecho de que uno de los investigadores de este artículo trabaja en la institución. De igual modo, la selección de los técnicos de enfermería fue intencional, siendo realizada una divulgación en diferentes sectores del hospital para la captación de voluntarios. A las personas interesadas en contribuir, se explicaron los objetivos y procedimientos adoptados en la investigación. La determinación del número de participantes ocurrió por la adopción de la técnica de saturación de los datos (Fontanella, et al., 2008).

Para la recolección de las informaciones adoptamos la entrevista en profundidad, a través de un itinerario semiestructurado. Las entrevistas fueron previamente programadas con cada participante, siendo grabadas en audio y posteriormente transcritas. Para la interpretación de los datos utilizamos el análisis de contenido, por medio de una categorización de los términos claves identificados en los testimonios. Establecemos como categorías de análisis: a) tiempo libre: entendimiento y utilización, b) ocio: entendimiento y actividades realizadas.

Resaltamos que en virtud de las respuestas presentadas por los participantes son, en general, semejantes, y por trabajar con la categorización de las palabras clave, optamos por transcribir sólo algunos fragmentos de los testimonios como medio de ejemplificación de los resultados. Además, para preservar el anonimato de los participantes, los identificamos por la letra E, seguido por un número, por ejemplo, E1, para diferenciar los testimonios. Por último, en cuanto a los aspectos éticos, todos los participantes firmaron el término de consentimiento libre y esclarecido.

Resultados y Discusión

Los técnicos de enfermería que actúan en el hospital investigado trabajan del régimen de rotación de 12 horas laborales por 36 horas de descanso, permitiendo un amplio tiempo libre, si se considera el intervalo entre los plantones. El número total de participantes de la

entrevista fue de nueve profesionales, siendo cinco del sexo femenino y cuatro del sexo masculino. Seis entrevistados están casados, uno separado, un divorciado, un soltero. La media de edad de los participantes es de 35,4 años, con intervalo entre 28 y 43 años. El tiempo de actuación profesional presentó una media de 8,8 años, variando entre cuatro y 16 años.

El trabajo en el Hospital Municipal de Belo Horizonte fue clasificado por los participantes como su principal fuente de ingresos por presentar una remuneración de R\$ 2.131/mensual⁵, que está por encima del promedio del mercado que es de R\$ 847,00 a la época de la realización de la investigación en 2017. Sin embargo, cinco personas ejercían una segunda actividad profesional. El resultado similar fue descrito por Silva, et al. (2006), al relatar que en la categoría profesional de enfermería hay la necesidad de tener una segunda fuente de ingresos en virtud de la mala remuneración del área. Además, ese aspecto corrobora a las análisis realizadas por Almeida (2016), Faria y Ramos (2014), en cuanto a los dispositivos que el capitalismo moviliza requiriendo que el sujeto se adapte a él, estableciendo así objetivos y proyectos personales para canalizarlos para a fin de atender los intereses del sistema, en detrimento del bienestar personal.

En la muestra de esta investigación, cinco personas cursaban la enseñanza superior. De acuerdo con la Encuesta por Muestra por Domicilios Continua, realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (2018), tener un curso superior puede elevar el ingreso salarial en hasta tres veces en relación a quien tiene solamente la enseñanza media, como es el caso técnico de enfermería. En este sentido, podemos inferir que, además una posible realización de un sueño personal, el deseo de tener la enseñanza superior puede estar ligado a los anhelos de mejora de el ingreso, y consecuentemente, por la posibilidad de aumentar la capacidad de consumo, reforzando el propósito del sistema capitalista. Así, la ocupación del tiempo libre del primer empleo con otras actividades vinculadas a otras obligaciones sociales, como, por ejemplo, actividades domésticas y/o familiares, reduce la posibilidad del aprovechamiento de ese tiempo con experiencias de ocio que contribuyan al desarrollo humano (Brito Filho & Martins, 2013; Martins, 2013).

Fontana y Brigo (2011) identificaran las percepciones de los técnicos de enfermería que trabajan y estudian, encontraron que las principales dificultades descritas por los encuestados, la somnolencia diurna y la fatiga, que afectan a la calidad de vida y la falta de disponibilidad de tiempo suficiente para descansar y/o ocio, porque el tiempo libre que tenían se destina principalmente a la realización de actividades académicas.

El estudio con características similares de Fontana y Brigo (2011), sin embargo, en público distinto, fue conducido por Brito Filho y Martins (2013). Estos comprueban cómo los trabajadores de nivel superior evalúan la distribución cuantitativa de su tiempo, encontrando como principales resultados una evaluación negativa sobre la distribución del tiempo de trabajo y del tiempo libre para el ocio, así como sobre la calidad de las experiencias vividas en cada uno de esos momentos. Los autores concluyeron que los participantes deberían reaprender a conducir sus hábitos de forma más rica en sentido, teniendo en la vivencia del ocio como posibilidad de experiencia integral del ser humano y resignificación en la vida.

⁵ Fuente: <https://www.lovemondays.com.br/trabalhar-na-prefeitura-municipal-de-belo-horizonte/salarios/cargo/tecnico-em-enfermagem>

Estas observaciones realizadas por Brito Filho y Martins (2013), pueden ser contextualizadas para la muestra del presente investigación. En otras palabras, hay una necesidad de despertar a los trabajadores para reevaluar su estilo de vida teniendo como foco a una vida de calidad y el enriquecimiento de las actividades realizadas en el tiempo libre. Sin embargo, no desconsideramos los diversos factores limitadores que interfieren directamente en asumir esa propuesta de cambio personal, como, por ejemplo, las reales condiciones de trabajo, la baja remuneración de la categoría, ausencia de políticas públicas que permitan la vivencia del ocio en diferentes espacios y, los tiempos sociales.

En el contexto de la centralidad del trabajo en la sociedad consumista, Aquino y Martins (2007), presentan la necesidad de cuestionar las ideas que permean a esa sociedad en cuanto a los aspectos que involucran el tiempo libre y el ocio como elementos estructurantes en ese contexto social. En ese sentido, preguntamos a los entrevistados lo que entienden por tiempo libre:

El tiempo libre es el tiempo que tengo para hacer las cosas que me gusta y que me dan placer; que no sea una actividad laboral (E1);

Tiempo libre es aquel tiempo que tengo fuera de mi escritorio, en mi casa, donde me manejo de la forma que creo que es interesante para mí. Comparto ese tiempo en ocio y en mis tareas domésticas del día a día, pero, considero todo mi tiempo desde el momento en que salgo del trabajo es libre porque pongo la forma que es viable para mí (E2);

Creo que es el tiempo que puedo dedicarme al ocio, una actividad fuera del lugar de trabajo (E4);

Tiempo libre es el tiempo que tienes sin hacer nada, sin ejercer ninguna actividad (E5);

El concepto de tiempo libre en la sociedad contemporánea está vinculado al tiempo del no trabajo ("hacer lo que me gusta", ... "no sea una actividad laboral", E1, "... fuera del ambiente de trabajo" ... E2; "Se dedica al ocio" E4; "sin hacer nada" (E5), estando de acuerdo con algunos autores (Dumazedier, 1979, Faria & Ramos, 2014, Martins, 2013), siendo, por lo tanto, una construcción social y histórica. Este hecho ocurre en virtud de una sistematización de las horas destinadas a las tareas laborales y de recuperación del cuerpo humano para volver al trabajo. En ese sentido, el tiempo libre está imbricado, de forma exacerbada, a la centralidad del trabajo en la vida del ser humano.

Sin embargo, no siempre fue así. El aprovechamiento del tiempo, antes del proceso de industrialización, era utilizado de manera más flexible por las personas, teniendo en vista la dinámica social de una sociedad agraria que seguía el ciclo de la naturaleza, es decir, el nacimiento y la puesta del sol, las características de las estaciones del año. Sin embargo, el trabajo fabril instauró una nueva concepción de tiempo marcado por una necesidad de atender los anhelos de esa producción (Faria & Ramos, 2014, Melo, 2010).

Así, en la sociedad contemporánea la adopción de un tiempo artificialmente instituido

pasa a regir la vida de las personas, despertando en ellas el anhelo de liberarse de la penosa tarea laboral, para entregarse a actividades que le puedan dar algún sentido a la vida, en consecuencia, muchas veces de un trabajo destituido de sentido, fragmentado, mecánico (Antunes, 2009; Maciel, 2009). En general, percibimos en las conversaciones de los participantes ese deseo.

Los testimonios presentados demuestran una recurrencia de la asociación del tiempo libre al ocio, como si fueran sinónimos, en el sentido de que las actividades realizadas más allá del trabajo condujeran a ese último, principalmente, como búsqueda por la diversión y/o descanso (Aquino & Martins, 2007; Waichman, 2002). A pesar de no ser sinónimos, según lo señalado por estos autores, hay una relación muy estrecha entre estos dos aspectos al considerar determinados atributos establecidos por Dumazedier (1979), al caracterizar el ocio como, por ejemplo, una desobligación en cuanto al tiempo del trabajo, libre elegir para hacer actividades placenteras.

Sin embargo, la perspectiva de este autor sigue, principalmente, un abordaje funcionalista, o sea, comprende el ocio como medio para obtener algo - descanso, diversión, desarrollo personal - y no como fin en sí mismo. Entre esas funciones, quizás las más deseadas por las personas en la sociedad contemporánea, sean las dos primeras en razón de la mentalidad consumista que domina en el imaginario social (Martins, et al., 2012). En general, las personas, al menos en las sociedades más industrializadas, no trabajan para vivir, sino que viven para el trabajo. Por lo tanto, reproducen los valores diseminados por esa sociedad que no le importa el ser, pero, con el *ter* (Martins, et al., 2013).

Sin embargo, algunos autores entienden que el tiempo libre debe ser enfocado, prioritariamente, en el desarrollo del ser humano de forma holística, o sea, para más allá de la búsqueda del descanso y la diversión cuyo énfasis es el placer hedonista del momento dedicado a aquella actividad (Brito Filho & Martins, 2013; Waichman, 2002). Así, los valores defendidos por esos autores necesitan ser reforzados entre la población de forma a posibilitar un cambio de mentalidad en relación a los aspectos que involucran el aprovechamiento del tiempo libre. Sin embargo, no desconsideramos la fuerte disputa ideológica presente en esta cuestión.

Aún teniendo en cuenta la categoría de ocio, buscamos identificar la satisfacción personal con su práctica. Se encontró que seis personas no están satisfechas con su tiempo libre, lo que corrobora los hallazgos de otros estudios (Brito Filho & Martins, 2013; Fontana & Brigo, 2011). Este sentimiento de insatisfacción está vinculada a llenar el tiempo libre con otras funciones sociales, como un segundo trabajo, el estudio, las tareas del hogar, que reducen el tiempo libre realmente existente. Estos datos están alineados con las declaraciones de Zanin (2016) y Faria y Ramos (2014), como la falta de un verdadero tiempo libre en la sociedad capitalista, en vista de las diversas tareas que nos induce a tomar cuando no estamos dedicando a la productividad, el descanso o las relaciones humanas básicas.

Entre las actividades más realizadas por los participantes de esta investigación en el tiempo libre, se citan según el número de respuestas dadas: quedarse con la familia (5), pasear (4), actividad física (3). La primera actividad está asociada al mantenimiento de los vínculos familiares tan importantes para el desarrollo humano (Dessen & Polonia, 20007). La segunda actividad, a su vez, puede ocurrir, por ejemplo, como ir a un parque público como forma de

enfrentamiento del estrés ocupacional, actuando, por lo tanto, como medio terapéutico. En una investigación realizada por Calderero, Miasso y Corradi-Webster (2008), en un equipo de enfermería para identificar las formas de enfrentamiento del estrés profesional, identificó la adopción del "pasear" como una de las estrategias utilizadas por los participantes.

Por fin, en relación a la tercera actividad, Camargo y Bueno (2003), investigaron la práctica de la actividad física, específicamente el fútbol, en trabajadores de un hospital, como medio de ocio. Sin embargo, esa opción de ocio, la práctica de la actividad física, también, puede estar asociada al discurso de la salud. Maciel, et al. (2018) cuestionan este discurso, atribuyéndole un sentido utilitarista, es decir, como medio de recuperación del estrés diario, así como en la prevención y/o tratamiento de determinadas enfermedades, o como promoción de la salud, destinada, no necesariamente el bienestar personal, pero, la reducción de los gastos médicos derivados del acometimiento de enfermedades.

Una de las consecuencias de la inadecuación de un tiempo libre satisfactorio, específicamente en cuanto a los profesionales de enfermería, puede acarrear en un proceso de enfermedad y/o la pérdida de la percepción de la calidad de vida (Cordero, 2012, Franco, Ramos & Nogueira-Martins, 2005; Silva, et al. 2006). Estos autores apuntan a la necesidad de cambios en las condiciones de trabajo de la categoría, así como en el estilo de vida personal, por ejemplo, invertir en momentos de ocio que pueden reflejar en la mejora de la calidad de vida.

Aún en relación a la categoría tiempo libre, preguntamos a los entrevistados cómo lo utilizan. Las respuestas están vinculadas a la disponibilidad para la realización de las actividades cotidianas:

Preparar para hacer otra actividad laboral, y últimamente es si realmente voy a necesitar hacer (E1);

Bueno, yo separo así, lo que es prioridad, y lo que hago por hacer. Por ejemplo, las tareas domésticas que no tengo obligación de hacer en ese momento, entonces comparto mi tiempo en descanso, pues no se puede olvidar del horario de descanso (E2).

En mi tiempo libre no tengo ninguna rutina definida. Entonces hago lo que estoy con ganas de hacer en el día, no uso ningún criterio (E4);

Entre las respuestas, seis entrevistados consideran que eligen qué hacer en el tiempo libre a partir de la determinación de actividades que consideran como prioritaria, entre ellas, cuidar de la familia, descanso; mientras que los otros tres participantes no tienen una rutina definida para llenar el tiempo libre. Inferimos que el ocio no es una prioridad entre los entrevistados, estando presente meramente en determinados momentos cuando no hay nada más "importante" para hacerse.

Estos datos refuerzan la característica de la sociedad contemporánea, marcada por la aceleración de la vida, el olvidarse de sí mismo, es decir, de pensar en el propio bienestar, de disfrutar la vida con sencillez y en los valores que realmente contribuyen al desarrollo humano (Aquino & Martins, 2007; Brito Filho & Martins, 2013; Martins, et al. 2012). El hombre moderno nunca para, siempre está en busca de algo que pueda llenar artificialmente

su vida.

Esta característica nos remite a la investigación realizada por Baggio y Formaggio (2008), al investigar sobre descuido en sí de profesionales de enfermería. Las autoras constataron que factores contributivos como la gran demanda de actividades, exigencias y tareas a cumplir, sumándose al servicio mal remunerado, condiciones de poder incuestionable de superiores, doble jornada de trabajo para garantizar mejores ingresos, concomitantemente la no contemplación de sus necesidades básicas del ser humano, biopsicosocial y espiritual, se caracteriza como un descuido de sí mismos. En otras palabras, profesionales que dedican su vida para cuidar de otras personas, no tienen condiciones para cuidar de sí mismas en primer lugar, afectando así, su salud y comprometiendo, también, la salud ajena, en virtud de los posibles errores que pueden cometer (Jodas & Hadad, 2009, Pelliciotti & Kimura, 2010).

Al analizar la segunda categoría de estudio, preguntamos a los participantes el entendimiento de ocio. Las respuestas dadas permitieron identificar la adopción de una percepción relacionada, especialmente, al descanso, a la diversión y al placer:

Ocio es hacer actividades que me gustan y que esté interactuando con otras personas (E1);

Ocio es todo lo que haces sin obligación y es una cosa que te da placer, que haces lo que te gusta. Yo creo que eso es ocio, es usted interactuar el tiempo libre con una actividad que le gusta hacer, a veces hasta no hacer nada, pero si usted se siente bien así en ese momento sólo con usted mismo, considero como ocio (E2) ;

Diversión, relajación de estas cosas. Usted utiliza para el tiempo libre incluso una actividad adicional para reducir la tensión mental (E5);

Los términos claves que caracterizan el ocio según los participantes son: "actividades que me gusta" E1, "sin obligación ... da placer, ... hace lo que le gusta" E2, "diversión, ... reducir la tensión mental" E5. Estos datos corroboran a los identificados por Pereira y Bueno (1997), al investigar el entendimiento sobre el ocio en profesionales de enfermería. Estos autores apuntaron que el ocio, según los participantes, es comprendido como momento para: diversión/relajación (80%); tener vida social, bailar, pasear, estar con amigos (70%); relajación (20%); "Airear cabeza" y "no pensar en nada" (20%); libre de obligatoriedad (10%). Basándose en la investigación hecha por Camargo y Bueno (2003), la vivencia deportiva, según los participantes, posibilitaba un momento de diversión, descanso, integración y valorización de los amigos. Estos resultados apuntan al mismo entendimiento presentado por los técnicos en este trabajo.

En la actualidad todavía prevalece el entendimiento del sentido común con el abordaje funcionalista del ocio defendida por Dumazedier (1979), desde la década de 1950, más específicamente en cuanto a las características de la diversión, descanso y socialización. La primera característica es marcada en la sociedad consumista que alienta la excitación de los sentidos en la búsqueda de placeres inmediatos (Lipovetsky, 2007). El componente descanso se relaciona con la recuperación psicofisiológica para volver a las funciones laborales.

La búsqueda por la socialización puede actuar como medio de recuperación de la convivencia social y desarrollo humano (Dessen & Polonia, 2007).

Cuando se le preguntó a los participantes lo que hacen como actividad de ocio, identificamos, en general, que las respuestas más comunes fueron, por ejemplo: "ver película", "hacer compras", "ir al centro comercial". Al asociar esa pregunta con la anterior, entendimiento sobre ocio, percibimos la alineación de las respuestas en cuanto a la mentalidad ligada al consumo y descanso. Resultados similares fueron encontrados por Silva, et al. (2006), al investigar sobre la calidad de vida de profesionales de enfermería. De acuerdo con los autores, el 75% de los entrevistados tienen como principal práctica de ocio realizar viajes, ir a la playa y el cine, como forma de suavizar el estrés generado por la acumulación de servicio.

Al considerar los datos presentados en esta investigación, cuestionamos la visión utilitarista del ocio, notoriamente, como medio para compensar el sufrimiento, el estrés, el vacío promovido por el trabajo moderno (Aquino & Martins, 2007; Maciel, 2009). En ese sentido, el ocio es visto prioritariamente como una válvula de escape para enfrentar las presiones sociales. Estos aspectos nos remite a reflexionar sobre disputas de poderes y estrategias de control social al utilizarlo para atender los intereses del sistema capitalista. Además de esa perspectiva, entendemos el ocio como componente fundamental para el desarrollo humano.

Consideraciones Finales

Este trabajo analizó las vivencias en el tiempo libre de técnicos de enfermería de un Hospital Municipal en Belo Horizonte. Los resultados demuestran que, en su mayoría, los entrevistados ocupan el tiempo libre de la jornada de trabajo con una segunda actividad laboral y/o están cursando la enseñanza superior, así como en cumplir con obligaciones domésticas, o como tiempo para recuperación/descanso derivado del desgaste laboral. En vista de esto, esos profesionales tienen poca disponibilidad de un tiempo realmente libre. Otro aspecto relevante es que los datos presentados es el entendimiento del tiempo libre asociado como ocio, así como la continuidad de la percepción del ocio como medio utilitarista y consumista, en detrimento como medio para el desarrollo fundamental del ser humano.

Este escenario confirma las características de la sociedad contemporánea, donde el trabajo asume la centralidad en la vida del hombre, imprimiendo un ritmo acelerado a la dinámica social, y un "descuido de sí mismo" en cuanto ser, para atender los anhelos de esa sociedad. La reflexión sobre el desdoblamiento de la temática discutida en este estudio atraviesa necesariamente por las características asumidas por el trabajo en cuanto a la exagerada importancia que se le atribuye como componente de la vida humana. Entendemos que esa mentalidad difundida diluye o busca sofocar las otras dimensiones tan caras para el ser en lo que se refiere a los aspectos psicobiosocial y espiritual.

Además, al considerar específicamente las condiciones de trabajo relacionadas al área profesional abordada en esta investigación - en general identificadas como inadecuadas, com: proporciona no sólo en una reducción del tiempo libre, sino también, en su calidad,

limitándolo, muchas a veces, la ejecución de actividades para compensar los desgastes promovidos por el trabajo moderno, así como son poco enriquecedoras para el desarrollo humano. En esta investigación confirmamos esta tendencia, pues, en su mayoría, los participantes apuntaron la realización de actividades dirigidas al descanso, o como fuga del estrés.

Por tratarse de un estudio de caso, y por la opción de las estrategias metodológicas utilizadas, no se pueden hacer generalizaciones de los resultados obtenidos. Sin embargo, la estrategia investigativa adoptada contribuye a la comprensión de forma más profunda de la temática en cuestión. Además, los datos analizados en esta investigación corroboraron los resultados de otras investigaciones en cuanto a la identificación de los aspectos relacionados a la percepción consumista y utilitaria del ocio. Este hecho refuerza la necesidad de un análisis más amplio de la importancia del ocio como un factor importante para la promoción del potencial humano como auto-expresión, auto-eficacia, la auto-realización, la socialización, la apropiación cultural, en lugar de llenar el tiempo libre, superficial y forma utilitaria.

Referencias bibliográficas

- Almeida, FM. (2016). Felipe Mateus de. É possível se falar em tempo livre no capitalismo? Revista Posição. 3(9), 21-26.
- Antunes, R. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do *trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Aquino, CA., & Martins, JCO. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. Revista Mal-estar e Subjetividade. 7(2), 479-500.
- Baggio, MA., & Formaggio, FM. (2008). Trabalho, cotidiano e o profissional de enfermagem: o significado do descuidado de si. Cogitare Enfermagem. 13(1), 67-74.
- Brito Filho, FH., & Martins, JCM. (2013) Experiências sobre tempo de trabalho E tempo livre para o ócio. Revista de Psicologia. 4(2), 26-34.
- Calderero ARL, Miaso AI, Corradi-Webster CM. (2008). Estresse e estratégias de enfrentamento em uma equipe de enfermagem de Pronto Atendimento. Revista Eletrônica de Enfermagem. 10(1):51-62.
- Camargo, RAA., & Bueno, SMV. (2003). Lazer, a vida além do trabalho para uma equipe de futebol entre trabalhadores de hospital. Rev Latino-americana de Enfermagem. 11(4):490-8.
- Coimbra, VCC., Silva, ENF., Kantorski, LP., & Oliveira, MM. (2005). A saúde mental e o trabalho do enfermeiro. Rev Gaúcha Enferm. 26(1), 42-9.
- Cordeiro, TMSC. (2012). Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem. Revista Brasileira de Qualidade de Vida. 04(01), 36-46.
- Dessen, MA., & Polonia, AC. (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia. 17(36), 21-32.
- Dumazedier, J. (1979). Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo. Sesc.
- Faria, JH., & Ramos, CL. (2014). Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. RAM, Rev. Adm. Mackenzie. 15(4), 47-74.
- Fontana, RT., & Brigo, L. (2011). Estudar e trabalhar: percepções de técnicos de Enfermagem sobre esta escolha. Esc Anna Nery. 16 (1), 128- 133.
- Fontanella, BJB., Ricas, J., & Turato, ER. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1), 17-27.
- Franco, GP., Barros, ALBT., & Nogueira-Martins, LA. (2005). Qualidade vida e sintomas depressivos em residentes de enfermagem. Rev Latino-am Enfermagem. 13(2):139-44.

- Gomes, C. M.; Rejowski, M. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua. (2018). Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149.
- Jodas, DA., & Haddad, MC. (2009). Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. *Acta Paul Enferm.* 22(2):192-7.
- Lakatos, EM., & Marconi, MA. (2003). Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lipovetsky, G. (2004). Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla.
- Maciel, MG., Saraiva, LAS., & Martins, JCO. (2018). Especificidades e semelhanças entre os Estudos do Ócio e os Estudos do Lazer. *Subjetividades.* 18(2): 13-25.
- Maciel, MG., Saraiva, LAS., Martins, JCO., & Meurer, ST. (2018). Análise do discurso sobre saúde em um programa governamental de atividade física. *Revista. Bras. Ci. e Mov.* 26(3):114-122.
- Maciel, MG. (2018). Lazer corporativo: estratégias para o desenvolvimento dos recursos humanos. São Paulo: Phorte.
- Marcellino, NC. (2014). Lazer e educação (17 ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Martins, JCO. Lazer, (2013). Tempo Livre e Ócio na Cidade Contemporânea. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas.* 1(5), 131-147
- Martins, JCO., Tassigny, MM., Carvalho, DF., & Santos, AM. (2013). Sobre Ter e Ser a partir das Coisas: Reflexões Sobre Consumo, Subjetividade e Satisfação no Tempo Livre. *Revista Mal-estar e Subjetividade.* 13(3-4), 591-618.
- Martins, JCO., Lefèvre, F., Lefèvre, ANC., Oliveira, GRT., & Pereira, MG. (2012). O Tempo Livre com Qualidade a partir de Discursos Coletivos. *Revista Mal-estar e Subjetividade.* 12(1-2), 41-72.
- Pelliciotti, JSS., & Kimura, M. (2010). Erros de medicação e qualidade de vida relacionada à saúde de profissionais de enfermagem em unidades de terapia intensiva. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 18(6), 1-9.
- Silva, AA., Rotenberg, L., & Fischer, FM. (2011). Jornadas de trabalho na enfermagem: entre necessidades individuais e condições de trabalho. *Revista Saúde Pública.* 45(6):1117-26.
- Waichman, P. (2002). Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico. Campinas: Papirus.
- Zanin, FL. (2016). Tempo para trabalhar, tempo para viver a vida: As possibilidades de uma vida a ser vivida fora da centralidade do trabalho. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

Derick Tinôco²Liana Romera³Núria Codina⁴Ana Capellini Rigoni⁵**Introdução**

Trata o presente estudo de discussões voltadas à juventude e lazer a partir de um viés de destacada relevância social, os consumos de substâncias lícitas e ilícitas que, em muitos casos, ocorrem durante as vivências do tempo livre de uma parcela da juventude. No entanto, faz-se importante destacar, desde logo, que não são todas as juventudes, nem tampouco todas as experiências de lazer que conjugam a triangulação lazer/juventudes/drogas. Como todas as questões sociais, estas aqui propostas à discussão estão permeadas por especificidades que não autorizam qualquer tipo de generalização ou compreensões lineares e simplistas. É preciso ainda afirmar que tratar questão complexa como os usos de drogas, representa um desafio ao pesquisador para que não ultrapasse linhas tênues que separam o risco de ser apolítico aos usos de drogas, quando abordadas com maior naturalidade, em contraposição ao risco de ser moralista, quando tratando a questão a partir de ranço preconceituoso e moralista. Reconhecendo a complexidade que envolve o assunto e buscando a neutralidade exigida pela ciência, optamos por abordar a temática de forma clara e objetiva, conforme preceitos científicos, sem juízos de valores e comprometidos com a responsabilidade social, objetivo final da busca do conhecimento.

¹ Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ôcios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

² Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: dericktinoco@hotmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: liromera@uol.com.br

⁴ Professora da Universidade de Barcelona. E-mail: ncodina@ub.edu.

⁵ Professora Titular do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: anacarolinarigoni@yahoo.com.br.

A complexidade da temática exige uma compreensão para além dos limites das áreas do conhecimento e requer a composição de um olhar multidisciplinar que contemple questões, a partir de suas especificidades, concentrando autoridade para tratar do tema em diálogo com as questões sociais que atravessam a contemporaneidade. No entanto, a ciência da prevenção e redução das vulnerabilidades é ainda recente e representa um campo que, aos poucos, vem se constituindo. Uma das questões levantadas no campo de estudos da prevenção refere-se ao fato de que, pesquisas sobre drogas, de forma majoritária, buscarem descobrir as motivações para os usos de drogas, quer seja, as razões que levam o indivíduo ao uso ou quais as justificativas apresentadas para tal.

Mais recentemente e de modo inverso ao que até então se fazia, os estudos sobre prevenção passaram a questionar também as motivações para o não uso, na expectativa de conhecer os fatores de proteção aos usos de drogas. Assim, buscamos, no presente estudo conhecer e analisar os possíveis fatores protetivos que contribuem para a não utilização de drogas, acionados por uma parcela da juventude quer seja, detectar as motivações e justificativas para o não uso. Acreditamos que de posse de tais informações seja possível contribuir para a elaboração de políticas de prevenção mais efetivas para as esferas da escola, família e comunidade e que envolvam a educação formal e informal.

O âmbito educacional é aqui compreendido para além do espaço escolar, sendo composto por outras instâncias formativas, dentre elas, as experiências de lazer e os meios de comunicação da contemporaneidade: televisão, música, cinema, publicidade, redes sociais, dentre outras formas de aquisição de informação e formação. Daí o entendimento da expansão das ações de prevenção para além dos muros da escola e abarcando também família, comunidade, meios de comunicação, experiências de lazer, dentre outros.

Para Munnè e Codina (1996): “[...] o lazer é fonte de criatividade ao mesmo tempo em que é também o mais patológico que se encontra em qualquer sistema social” (p.430). O lazer pode representar importante fator de educação, emancipação e desenvolvimento humano, bem como de alienação.

Caldwell e Faulk (2013) concordam que o lazer tanto pode contribuir para o desenvolvimento humano, promovendo saúde e bem-estar, como também, representar um contexto para o comportamento de risco e abuso de substâncias. Não obstante, a vivência do lazer se configure por um comportamento caracterizado pelo consumo, também apresenta a possibilidade de ser ambivalente e multiforme. O conteúdo das atividades, os contextos e a experiência individual formam os elementos que combinados podem contribuir para diminuir comportamentos de risco e promover o desenvolvimento saudável dos envolvidos ou não. As autoras destacam a importância de considerarmos os modos como a juventude experimenta a atividade, dando ênfase aos aspectos motivacionais para a inserção e permanência nas vivências de lazer.

Uma das categorias de lazer buscada por uma parcela da juventude refere-se ao lazer noturno, entendido como fenômeno social, consolidou-se na década de 1980 difundido rapidamente entre as juventudes. Apesar de não significar que a procura por esses espaços de lazer pressuponha, necessariamente o uso de drogas, é nestes espaços que a busca pelas alterações de estado de consciência, o interesse em atingir estados mais elevados de bem-estar, o desejo de melhorar a capacidade comunicativa ocorrem (Henriques, 2003). Estudos de Mar-

tins (2006) sobre a relação entre drogas e jovens estudantes ressalta o uso de álcool em duas situações: nos finais de semana e em eventos esporádicos assim classificados: festas populares, festas com amigos, bar ou boate e festas em família. O uso de álcool e outras drogas acompanham a nova forma de ocupação do tempo livre, ocorrendo principalmente nos finais de semana e associados a momentos de diversão representando importante categoria de análise dos modos de vivenciar o tempo livre de grupos sociais (González & Bueno, 2003).

A juventude também compreendida como categoria social, cujo termo aporta, segundo Bourdieu (1983), certa dificuldade de demarcação dos limites temporais, evidenciando a exigência imposta pela significação do termo, sugerindo que a palavra juventude deva ser tratada no plural. De acordo com o sociólogo, tal procedimento é justificado devido às infinitas peculiaridades que permeiam cada realidade, ou cada juventude. Assim é reforçada a impossibilidade de homogeneização, pois há que se considerar questões socio-culturais, econômicas, educacionais, de gênero, geográficas das distintas juventudes, razão pela qual o termo será aqui empregado no plural.

A delimitação etária dada para categorizar um indivíduo como jovem também não garante a homogeneidade deste grupo. Ao considerarmos as diferentes juventudes, construídas a partir das peculiaridades e subjetividades que acompanham esta importante fase do desenvolvimento humano, destacamos que, muito embora o presente estudo levante questões referentes aos não usos de substâncias lícitas e ilícitas, a compreensão acerca dos consumos não é extensiva às diferentes juventudes. Tal destaque se faz importante uma vez que, não é incomum a associação simplista entre culturas juvenis e usos de drogas, como se fossem condições inseparáveis.

Freire Filho (2007) defende que “discussões promovidas em décadas passadas em torno da questão juvenil desqualificavam os padrões de comportamento e consumo adolescente como sendo “hedonistas”, moralmente duvidosos e “irracionais” (p.30). Esta compreensão da juventude fora fortalecida, segundo Freire Filho, pelo lançamento, no período pós guerra, de filmes ingleses e americanos que ajudaram a disseminar duas imagens da “rebeldia”, “selvageria” ou “delinquência” juvenil. [...] o jovem desviante como uma redimível vítima melodramática da sociedade ou o jovem desviante como uma aterradora ameaça que deve ser banida ou eliminada, em nome da restauração da moralidade e da ordem (Freire Filho, 2007, p.30).

Na mesma perspectiva, Mário Margulis (2001) alerta para a visão adultocêntrica que contribui para a construção de estigmas sobre as juventudes romantizadas ou estigmatizadas reforçadas pelo tratamento que a mídia, por vezes, apresenta acerca do jovem. Num exercício de distanciamento das concepções romantizadas ou marginalizantes, a juventude é também caracterizada por ser uma fase de resistência, na qual são adotados rituais próprios de comportamento e estilo que buscam a criação de uma identidade diferente das tradicionais. A resistência dá a ideia de algo novo, que é construído pelos indivíduos em contraponto ao que está posto. Trata-se de “capacidade mediada socioculturalmente para agir de modo propositado (e, por vezes criativo) diante de imposições coercitivas e estados de dominação, impedindo, fortalecendo ou catalisando mudanças em normas, sanções e hierarquias culturais e sociais”. (Freire Filho, 2007, p.13).

No entanto, adverte Freire Filho (2007, p.31) que:

Dependendo, pois, da formação cultural, da posição social e das inclinações teóricas e políticas do analista, uma mesma atividade pode ser descrita como “resistente”, “rebelde”, “rude”, “anômica”, “desviante”, “diversionista”, “delinquente”, ou “patológica”, conforme atestam pesquisas sobre comportamento juvenil realizados no âmbito das ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, a escolha pelo não uso de drogas pode ser interpretado como uma forma de resistência à modalidade “uso recreativo de drogas” a partir da construção de fatores protetivos para o cuidar de si, ou, de maneira inversa, algumas modalidades de uso possam ser também consideradas como elemento de resistência das culturas juvenis, sobre as transformações sociais e imposição de regras de comportamento culturalmente determinados, como fora, por exemplo o movimento hippie dos anos de 1960. Pensar as resistências significa considerar algumas maneiras encontradas pelos adolescentes para marcar outras formas de viver que estejam associadas à produção e manutenção de sua singularidade e suas tentativas de sobreviver e não se conformar à imposição de formas de inserção social autoritárias.

As principais estruturas sociais que moldam os comportamentos ao longo da vida são a família, os amigos, a religião e os modos de sociabilidade, dentre eles, as formas de ocupação do tempo de lazer. Estas estruturas da sociedade podem se tornar fatores protetivos ou de risco, de acordo com as características desses ambientes, das subjetividades e das relações ali desenvolvidas. Os fatores de proteção serão entendidos no texto como sendo o conjunto de condições que favorecem o desenvolvimento e fortalecimento dos sujeitos, observando-se, além de fatores sociais, o apontamento das atividades mais praticadas por indivíduos que não fazem uso de drogas ou o fazem de maneira comedida (Schenker & Minayo, 2005).

Partindo do pressuposto de que atividades de lazer sistematizadas e planejadas guardam um potencial de alteração de hábito e costumes, e ainda apoiados nos estudos de Ecles e Barber (1999), o objetivo deste estudo foi: conhecer e analisar os fatores de proteção que contribuem para a não utilização de substâncias lícitas e ilícitas.

Metodologia

Pesquisa quantitativa descritiva (Trivinos, 1987) teve como técnica o uso de questionário auto-aplicado, distribuído aos participantes via internet. O questionário foi produzido pelo próprio pesquisador e baseado em questões apontadas pela literatura da área como possíveis agentes protetores contra o uso excessivo de substâncias psicoativas.

Os questionários foram enviados em formato de envelope para o *e-mail* de todos os alunos dos cursos de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com matrícula vigente no ano de 2016, sendo a amostra escolhida por critério de conveniência. Esse questionário foi produzido com a utilização de um *software* chamado Lime Survey, disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFES com garantia do anonimato dos participantes.

A população total de alunos matriculados era, no período da coleta dos dados, de 862 estudantes. Ao fim do período de coleta de dados 140 questionários foram preenchidos, sendo que em 110 (51 mulheres e 59 homens) se declararam maiores de 18 anos, aceitaram os termos de preenchimento do questionário e o fizeram de forma completa, validando seus dados para a pesquisa. Com isso a amostra teve grau de confiança de 90% e margem de erro de 7,32%.

Os dados gerados pelo preenchimento dos questionários foram analisados com a utilização do *software* aplicativo científico IBM SPSS *Statistics* V22. A análise dos dados relacionou os percentuais de consumo de álcool e outras drogas confrontados com os percentuais de atividades de lazer extraescolares praticadas por cada indivíduo.

Resultados e Discussão

A literatura da área (Costa et al., 2012; Davis & Spillman, 2011; Modecki et. al., 2013; de Oliveira Pinheiro, Andrade, & De Micheli, 2016; Sanchez et al., 2011), dá destaque para influência dos contextos familiares, religiosos escolares e de lazer em que o indivíduo vive e os hábitos e costumes que adota. Nesse sentido, os resultados colhidos buscaram traçar uma relação entre esses contextos de socialização e consumo de drogas, com objetivo de identificar possíveis fatores de proteção, especialmente relacionados aos usos excessivos. Além do destaque dado para estes fatores reconhecidamente relevantes para prever os usos de drogas, outros resultados também suscitam discussões no sentido de contribuir para a formulação de políticas de prevenção e redução de vulnerabilidades.

Projetos de prevenção

A preocupação mundial com o aumento no número de consumidores de drogas (United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], 2017), tem provocado a implementação de diferentes projetos de prevenção com intuito de diminuir o índice de pessoas que apresentam problemas relacionados ao uso de psicoativos. Entre os participantes deste estudo 55,8% já participaram, em algum momento da infância ou adolescência, de algum tipo de projeto de prevenção ao uso de drogas, ao passo que 4,5% nunca participaram de nenhum projeto de prevenção e nunca experimentaram nenhuma dessas substâncias.

Somente 1,8% dos indivíduos que vivenciaram experiências em projetos de prevenção nunca experimentaram bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas, sendo representados, portanto, como abstinências, enquanto 63,2% dos participantes de projetos preventivos indicaram o hábito de beber regularmente. Pesquisa de Davis e Spillman (2011) encontraram resultados semelhantes para a relação entre participação em projetos de prevenção e consumo de drogas. Dentre outros questionamentos, a pesquisa desses autores, indagava a respeito dos principais motivos para não usar drogas. Os resultados do estudo apontaram que a participação em projetos de prevenção figura com o menor peso na opção por não usar drogas. Pelo menos para esta amostra, participar de projetos de prevenção aparentemente também não foi fator decisivo para determinar escolhas acerca do uso ou não de substâncias.

Pereira, Paes e Sanchez (2015) apontam que no cenário internacional o debate e a própria implantação de programas de prevenção em escolas, por exemplo, se encontra mais avançado do que no Brasil. Fora do país de uma maneira geral as discussões estão voltadas para o nível de evidências científicas dos programas preventivos implantados, enquanto no território brasileiro não são claros os critérios de escolha da abordagem preventiva e nem como estes programas são distribuídos nas escolas, sendo em grande parte realizados por ações voluntárias de indivíduos que estão dispostos a contribuir mas que possuem pouco embasamento teórico. A falta de planejamento de ações preventivas pautadas em teorias científicas é um dos fatores que contribuem para a ineficiência de projetos que têm entre seus objetivos a redução dos consumos excessivos de drogas.

As informações levantadas no presente estudo não permitiram uma análise aprofundada de cada projeto preventivo e da efetiva participação desses sujeitos nos referidos projetos. No entanto, sinalizam que projetos e ações voltadas para redução dos índices de experimentação e consumo de drogas não tem atingido este objetivo.

Religião

Outro relevante aspecto influenciador do comportamento humano no debate sobre consumo de drogas é a religião. Mais da metade da amostra (69,8%) declarou seguir alguma religião. Dentre aqueles que se declararam religiosos, 92,2% já experimentaram pelo menos uma vez na vida bebidas alcoólicas e 54,5% ainda cultivam o hábito de beber, sendo que 15,6% relatam beber pelo menos uma vez por semana e 18,2% consomem seis doses ou mais por ocasião em que bebem. Entretanto, é possível perceber diferenças marcantes de consumo de álcool entre os praticantes de diferentes religiões. A quantidade de doses tomadas por ocasião entre os evangélicos é percentualmente menor do que em outros grupos, muito embora os espíritas também tenham relatado baixo consumo.

Ainda que certo cuidado com o consumo de álcool seja uma característica bastante comum a todas as religiões, para os evangélicos a cobrança e restrição quanto à esta prática se dá de maneira mais incisiva. Mesmo considerando as diferenças existentes entre as diversas denominações evangélicas, já que, de fato, algumas são mais permissivas do que outras, a restrição do consumo de álcool e outras substâncias é condição geral dos evangélicos. Algumas condenam o excesso, mas outras obrigam a abstinência. Como apontam diversos estudos (Bertoli, 2010; Monteiro, 1999; Rigoni, 2013), fundamentados pela ideia de que o corpo é templo do Espírito Santo, as igrejas ensinam a seus fiéis, diariamente, como devem se comportar. Como afirma Montero (1999), há um padrão destes segmentos religiosos que permite às diversas linhagens teóricas atrelarem o protestantismo à teoria weberiana, a qual vincula valores a comportamentos.

Não por mero acaso o percentual de consumo de substâncias ilícitas entre os jovens que se declararam religiosos segue a tendência do restante da amostra, sendo menor que o uso de bebidas alcoólicas. Cerca de 26% dos que declararam seguir alguma religião fizeram uso, pelo menos uma vez na vida, de drogas ilícitas, sendo que destes, 9% ainda consomem e 5% utilizam pelo menos uma vez por semana. Em contrapartida, 74% dos religiosos, dos

quais se destacam católicos (49%) e evangélicos (46%), nunca experimentaram nenhuma droga ilícita, enquanto aqueles que se declararam não religiosos mostraram-se mais permissivos aos usos dessas substâncias.

Observando mais detalhadamente os indivíduos classificados nas duas religiões mais mencionadas, pode-se observar, no grupo dos evangélicos, um consumo de drogas ilícitas, percentualmente menor que entre os católicos. Considerando o grupo dos que se declararam católicos, 70% afirmaram nunca ter experimentado drogas ilícitas, já dentre os evangélicos esse percentual sobe para aproximadamente para 90%. Quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, os evangélicos que mantêm o hábito de beber o fazem esporadicamente (uma vez ao mês ou menos), enquanto 38% dos católicos mantêm um uso que pode ser classificado como potencialmente de risco⁶.

Dados semelhantes já foram apontados em estudos anteriores, como é o caso da pesquisa de Amato et al (2008), que constatou o quanto a religião dos participantes foi significativa para o padrão de consumo de bebidas. Os números encontrados pelos autores também demonstram que a menor porcentagem de respondentes que fazia uso de risco de álcool⁷ estava entre os evangélicos (7,1%), ao passo que, entre os participantes de outras religiões a porcentagem de uso de risco foi significativamente maior (40%). Em comparação aos evangélicos, os católicos apresentaram porcentagem quase três vezes maior (21,2%) e os que não tinham religião, quatro vezes maior (30,8%).

Uma das principais características dos evangélicos brasileiros diz respeito ao modo como eles diferenciam as coisas que são “boas” e que eles podem fazer daquelas que são ruins e, portanto, desaconselháveis. As primeiras são aquelas que, de algum modo, eles relacionam com o “divino” e com tudo aquilo que aprendem na Igreja. Por outro lado, tudo que não pertence ao escopo religioso é considerado, por eles, como algo que está mais longe de Deus e mais perto do “mundo”. É com base nesta lógica que, para classificar determinadas práticas, eles se remetem com frequência aos termos “mundano” e “divino”. As coisas mundanas são perigosas porque afastam os crentes do caminho correto, que leva a Deus. Entre elas, como aponta a pesquisa de Rigoni (2013), estão práticas como a participação em jogos (a competição é ruim), as relações sexuais fora do matrimônio, o uso de álcool e drogas, enfim, tudo que é considerado fonte de prazer para o corpo/sujeito. Se, para os evangélicos, sempre houve uma diferenciação clara entre “as coisas do mundo” e “as coisas de Deus”, nos últimos anos as diversas denominações vêm passando por um processo de flexibilização dos costumes (Rigoni & Daolio, 2016). O movimento de abandono da atividade religiosa por parte de uma parcela dos jovens, exigiu que as igrejas se reconfigurassem, tornando-se um pouco mais abertas às práticas consideradas “mundanas”. As instituições religiosas, principalmente as pentecostais, têm dado muita atenção à forma de atrair os jovens através de uma linguagem contemporânea, de uma flexibilidade religiosa, da promoção de eventos como shows de música (gospel), etc. As igrejas também têm permitido que seus jovens passem a frequentar ambientes que até então eram proibidos, como bares e cinemas, por exem-

⁶ Critério para considerar uso de álcool como potencialmente de risco foi a frequência de consumo no mês e o consumo em *binge*, definido como o consumo em uma única ocasião de cinco doses ou mais de álcool para homens e quatro doses ou mais para mulheres (Brewer; Shahn, 20015).

plo. A estratégia de flexibilização das normas internas, no entanto, reside em fazer com estes jovens se agreguem entre si (entre irmãos de fé), evitando o contato e o convívio social com as pessoas “do mundo”.

Como afirma Bertoli (2010), é comum, a partir do círculo de amizade dentro do grupo de jovens da Igreja, a interação, fora dela, com esses mesmos jovens, mesmo que a finalidade não seja religiosa, como sair para lancha, ir à praia, etc. Neste sentido, não manter relações duráveis de sociabilidade com as pessoas “do mundo” já é, em si, um fator protetivo, do ponto de vista da Igreja e de seus líderes, uma vez que na companhia “adequada”, mesmo frequentando locais propícios ao consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias, estes jovens não farão uso das mesmas. Bertoli (2010) demonstra, ainda, o elevado número de pessoas que tinham problemas com álcool e drogas que depois de se converterem e passaram a frequentar a igreja abandonaram o vício. Ou seja, para os próprios evangélicos, a igreja é tanto fator protetivo quanto preventivo.

Atividades Extraescolares

Acredita-se que a participação em atividades extraescolares possa contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento pessoal dos indivíduos, servindo como proteção a comportamentos de risco relacionados aos usos de drogas (Eccles & Barber, 1999). Entre os participantes do presente estudo, a prática de esportes foi a atividade realizada no contra turno escolar com maior índice de participação durante a fase da infância e adolescência. Apesar da crença no potencial protetor do esporte, dentro desta amostra indivíduos que não participaram de atividades esportivas foram aqueles que também não usaram psicoativos ilícitos, e mesmo aqueles que ingerem bebidas alcoólicas consomem menos doses por ocasião do que aqueles que tinham como atividade extraescolar algum esporte, corroborando os estudos de (Eccles & Barber, 1999; Lisha & Sussman, 2010; Denham, 2014). A prática de esportes não representou proteção contra o consumo de álcool e outras drogas, jargão insistentemente utilizado pela mídia e por programas sociais. Tais informações corroboram com as descobertas de Eccles e Barber (1999), segundo as quais participar de equipes esportivas foi fator de risco para o consumo de álcool em grandes quantidades. As mesmas conclusões são encontradas no estudo de meta-análise de Lisha e Sussman (2010), que demonstra que a maior parte das pesquisas confirmava o esporte como fator comum entre adolescentes que consumiam mais álcool, esclarecendo que o acesso a atividades esportivas isoladamente não pode ser considerado fator de proteção.

Denham (2014) também investigou o uso de substâncias por participantes de esportes competitivos, encontrando maior uso de álcool e analgésicos entre jovens atletas do que em não atletas. Pinheiro, Andrade e De Micheli (2016) chegaram a resultados semelhantes para uma amostra de alunos do 9º ano do ensino fundamental ao 3º do ensino médio da rede pública de Guarulhos – SP. Adolescentes com altos níveis de envolvimento em práticas físicas apresentaram maiores níveis de consumo de diversas substâncias. O uso de drogas não é motivado pela falta de oportunidades de prática esportivas, portanto, não se pode inferir que a prática de qualquer atividade física, isoladamente, protegerá contra o uso excessivo de substâncias psicoativas (Romera, 2013).

Outras atividades isoladas, apesar de apresentarem resultados protetivos um pouco melhores do que os esportes, também não permitem afirmar que foram protetoras contra o consumo em excesso de bebidas alcoólicas. Contudo, o grupo que não consome drogas é formado por indivíduos que participaram pelo menos de três tipos de atividades extraescolares. Estudo de Zarret *et al* (2009) já indicava maior efetividade no comportamento protetor entre indivíduos que se engajam em diversas atividades de lazer estruturadas. Esse resultado indica que atividades extraescolares isoladas detêm menor potencial de proteção, possivelmente por estimular apenas algumas habilidades do indivíduo. Importante ressaltar que o envolvimento em diferentes atividades extra escolares não está relacionado ao controle do tempo livre da juventude, mas sim às possibilidades de diferentes experiências que poderão proporcionar maior conhecimento de si.

Também fora avaliada a participação em atividades chamadas pró-sociais (Eccles, Barber, Stone, & Hunt., 2003) ou associativas (Capi & Marcellino, 2009), ações preocupadas não só com prazer individual, mas com o bem-estar social comunitário, e suas possíveis relações com o consumo de drogas. As atividades consideradas foram: participação em projetos ou ações sociais; atividades de caridade; participação em festas religiosas; e prestação de qualquer tipo de serviço voluntário a alguma ONG. A participação em atividades deste tipo pode ser interpretada como uma forma de resistência de parte da juventude a práticas de lazer hegemônicas voltadas para esta faixa etária como, sair para clubes noturnos, boates e bares. Do mesmo modo como Chauí (1993) entende a cultura popular como algo que se efetiva por dentro da cultura dominante, como mescla de conformismo e resistência, além de considerá-la como prática local e temporalmente determinada.

Eccles *et al.* (2003) observaram que indivíduos participantes de atividades pró-sociais normalmente relatam menos episódios de risco, sendo possível inferir que tais atividades protegem contra comportamentos relacionados ao consumo elevado de álcool. Apesar de o percentual da amostra que declarou participar dessas atividades ser pequeno, analisando-se apenas esses indivíduos, percebe-se que o consumo de drogas lícitas e ilícitas desse grupo é menor, quando comparado à média de consumo de toda a amostra.

Considerações finais

Ao considerar os fatores de proteção mais evidenciados neste estudo, é preciso refutar a ideia de que a prática esportiva isolada, seja protetiva por si só. Apesar da constante veiculação, em meios de comunicação de massa, propagando a ideia do esporte como alternativa eficaz na diminuição do consumo de psicoativos, sobretudo os ilícitos, a análise dos dados não confirma essa crença. O discurso salvacionista do esporte não apresenta resultados empíricos que confirmem ser uma atividade protetora, principalmente em relação ao uso de álcool, cujos consumidores, quando participantes de equipes esportivas durante a adolescência, acabam bebendo com mais frequência e intensamente. Não significa que não haja benefícios na prática esportiva e que ela não possa ser utilizada como parte importante da prevenção e da proteção. Dotado de intencionalidade, preparação e planejamento, e acompanhado de atividades complementares, o esporte pode contribuir para o fortalecimento individual e a diminuição de vulnerabilidades.

A participação em projetos de prevenção durante o período da adolescência não se mostrou significativamente redutor do consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Uma porcentagem maior de indivíduos declaradamente participantes de algum programa de prevenção é composta de consumidores de álcool. O consumo de psicoativos ilícitos também não diminuiu entre os participantes de projetos preventivos. Embora os dados não permitam avaliar detalhadamente os projetos de prevenção de cada participante do estudo, os resultados sugerem que a prevenção, de maneira geral, tem promovido pouca diferença na escolha entre consumir ou não substâncias lícitas ou ilícitas. Abordagens de maior enfoque no fortalecimento do indivíduo e centradas não só na lógica de diminuição de riscos, mas também no aumento de fatores protetores, merecem estímulo e avaliação.

A religião é outro aspecto citado frequentemente com relação direta também com o início do consumo. Jovens que frequentam instituições religiosas desde a infância, sobretudo as evangélicas, convivem em um contexto em que o uso é proibido, sendo assim seus pares não representam um fator importante de risco. O caráter imoral conferido ao consumo de psicoativos por algumas religiões acaba por inibir a experimentação precoce e o próprio hábito de consumir drogas lícitas ou ilícitas em idades mais avançadas.

Este estudo mostrou que de fato os indivíduos que afirmaram não ter religião são mais permissivos com relação ao consumo de substâncias ilícitas, embora não tenham surgido grandes diferenças com relação ao álcool, exceção feita aos que se declararam evangélicos. No que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas, os evangélicos consomem menos que os indivíduos sem religião e os católicos.

Assim como o esporte, outras atividades extraescolares isoladas não mostraram resultados expressivos como fatores de proteção. Contudo, percebeu-se que o grupo que não consome drogas é formado por indivíduos que participaram de mais de dois tipos de atividades extraescolares. Do mesmo modo, participar de ações voltadas a causas sociais, classificadas no texto como pró-sociais ou associativas, as atividades desse tipo foram consideradas protetoras, dado que indivíduos deste grupo apresentaram consumo quase nulo de drogas ilícitas. Este ponto merece estudos mais aprofundados que possam avaliar a utilização destes tipos de atividade como proteção.

Os fatores protetivos levantados no presente estudo sugerem algumas das ações que podem merecer maior atenção junto aos órgãos propositores de políticas de prevenção e redução de vulnerabilidades, considerando as atividades extra escolares, sua diversificação e a desconstrução de verdades e mitos acerca da prevenção.

Referências

- Amato, T. C. (2008). Uso de bebida alcoólica, religião e outras características sociodemográficas em pacientes da atenção primária à saúde – juiz de fora, MG, Brasil – 2006. *SMAD – Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas*, 4 (2).
- Bertoli, N. F. (2010). Percepções e vivências religiosas dos jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes/RJ. Monografia de Conclusão de Curso UENF. Campos dos Goytacazes/RJ.
- Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra. *Questões de sociologia*, 112-121.
- Brewer, R. D., & Swahn, M. H. (2005). Binge drinking and violence. *Jama*, 294(5), 616-618.

- Caldwell, L. L., & Faulk, M. (2013). Adolescent leisure from a developmental and prevention perspective. In *Positive leisure science* (pp. 41-60). Springer, Dordrecht.
- Capi, A. H. C., & Marcellino, N. C. (2009). Clubes social-recreativos de Araraquara e o lazer: a visão dos profissionais, diretores e associados. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 12(1).
- Chauí, M. (1993) [1986]. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, A. G., Camurça, V. V., Braga, J. M., & Tatmatsu, D. I. B. (2012). Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22, 803-819.
- Cunha, A. G. da. (1982). Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Davis, S. J., & Spillman, S. (2011). Reasons for drug abstention: A study of drug use and resilience. *Journal of psychoactive drugs*, 43(1), 14-19.
- Denham, B. E. (2014). High school sports participation and substance use: differences by sport, race, and gender. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 23(3), 145-154.
- Eccles, J. S., & Barber, B. L. (1999). Student council, volunteering, basketball, or marching band: What kind of extracurricular involvement matters? *Journal of adolescent research*, 14(1), 10-43.
- Eccles, J. S., Barber, B. L., Stone, M., & Hunt, J. (2003). Extracurricular activities and adolescent development. *Journal of social issues*, 59(4), 865-889.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Studio Nobel.
- Freire Filho, J. (2007). *Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Mauad Editora Ltda.
- González, E. M., & Bueno, S. M. (2003). Programas de prevención de ocio alternativo. *Adicciones*, 15(5), 327-346.
- Henriques, S. (2003). Novos consumos em ambiente de lazer: "risco cultivado?". In G. Cordeiro, L. Baptista & A. F. Costa (Orgs). *Etnografias Urbanas* (pp. 179-190). Oeiras: Celta Editores.
- Lisha, N. E., & Sussman, S. (2010). Relationship of high school and college sports participation with alcohol, tobacco, and illicit drug use: A review. *Addictive behaviors*, 35(5), 399-407.
- Martins, R. A. (2006). Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente. *Marília: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas*.
- Macedo, J. Q., Aygnes, D. C., Barbosa, S. P., & Luis, M. V. (2014). Concepções e vivências de estudantes quanto ao envolvimento com substâncias psicoativas em uma escola pública de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Ciencia y Enfermería*, 20(3), 95-107.
- Margulis, M. (2001). Juventud: una aproximación conceptual. *Adolescencia y juventud en América Latina*, 41-56.
- Martins, R. A. *Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente*. 2006. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- Montero, P. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, S. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Antropologia. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Capes, 1999. v.1.
- Munnè, F. CODINA, N. (1998). Ocio y tiempo libre: consideraciones desde una perspectiva psicossocial. *Revista Licere* V 1.
- Modecki, K., Barber, B. L., Eccles, J. S. (2014). Binge drinking trajectories across adolescence: For early maturing youth, extra-curricular activities are protective. *Journal of Adolescent Health*, v. 54, n. 1, p. 61-66.
- de Oliveira Pinheiro, B., Andrade, A. L. M., & De Micheli, D. (2016). Relação entre os níveis de atividade física e qualidade de vida no uso de drogas em adolescentes. *SMAD-Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 12(3), 178-187.
- Pais, J.M. (1990). Lazer e sociabilidades juvenis - um ensaio de análise etnográfica. *Revista Analise Social*. XXV(108-109):591-644.
- Pereira, A. P. D., Paes, Â. T., & Sanchez, Z. M. (2016). Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas. *Revista de Saúde Pública*, 50, 44-44.

- Rigoni, A. C. C. (2013). *Corpos na Escola: (des)compassos entre a Educação Física e a Religião*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas – Campinas- SP.
- Rigoni, A. C. C.; DAOLIO, J. Licere (2016). Educação física e religião: tensões entre a educação para o lazer e a busca do prazer, 19 (2).
- Romera, L. A. (2013). Esporte, lazer e prevenção ao uso drogas: dos discursos equivocados aos caminhos possíveis. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 16(4).
- Sanchez, Z. M. *et al.* (2011). God forbids or mom disapproves? religious beliefs that prevent drug use among youth. *Journal of Adolescent Research*, v. 26, n. 5, p. 591-616.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. D. S. (2005). Risk and protective factors and drug use among adolescence. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Unodc. (2017). *World drug report 2017*. United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna.
- Zarrett, N., Fay, K., Li, Y., Carrano, J., Phelps, E., & Lerner, R. M. (2009). More than child's play: Variable-and pattern-centered approaches for examining effects of sports participation on youth development. *Developmental psychology*, 45(2), 368.

A proposta desta publicação consiste precisamente em trazer ao debate científico e académico escolhas e modos de organização do tempo livre de sujeitos e comunidades que não se mobilizam primariamente em função do mercado capitalista globalizado (embora com ele possam ter relações) e que, sabendo-o ou não, vivem o seu tempo de ócio (e até talvez o seu tempo de trabalho) a partir de um outro lugar, promovendo outro tipo de valores e práticas que não as da geração de renda e lucro.



www.ruigracio.com

ISBN 978-989-54412-0-4



9 789895 441204